RELATÓRIO 2001

ISSN 0104-3307
CGC 00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 37	Relatório Anual	2001	P. 1 - 284

Boletim do Banco Central do Brasil

Publicação mensal do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

A economia brasileira - Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (e-mail: copec.depec@bcb.gov.br) e Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (e-mail: coace.depec@bcb.gov.br);
Moeda e crédito - Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (e-mail: dimob.depec@bcb.gov.br);
Mercados financeiro e de capitais - Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (e-mail: dimob.depec@bcb.gov.br);
Finanças públicas - Divisão de Finanças Públicas (Difin) (e-mail: difin.depec@bcb.gov.br);
Relações econômico-financeiras com o exterior - Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap) (e-mail: dibap.depec@bcb.gov.br);
A economia internacional - Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (e-mail: copec.depec@bcb.gov.br)
Organismos financeiros internacionais - Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin) (e-mail: derin@bcb.gov.br);
Balanço do Banco Central do Brasil - Departamento de Administração Financeira (Deafi) (e-mail: deafi@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim:
telefone (61) 414-1009
fax (61) 414-2036
telex (61) 1299 (BCBR BR)
e-mail: copin.depec@bcb.gov.br

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na última página, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R$ 258,00 (nacional) e US$ 801,11 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Assinaturas no endereço abaixo. A assinatura anual inclui 12 edições mensais do Boletim e uma edição do Relatório Anual.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte:
Boletim do Banco Central do Brasil, Volume 37, Relatório Anual 2001.

Controle Geral de Assinaturas:
Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 2° Subsolo
Caixa Postal 8670
70074-900 - Brasília (DF)
Telefone (61) 414-3165
Fax (61) 414-1359

Exemplar avulso: R$ 19,05
Tiragem: 1.200 exemplares

Convenções Estatísticas:

...	dados desconhecidos.
-	dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
0 ou **0,0**	menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
*****	dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Outras publicações do Banco Central do Brasil
Cadastro de Documentos
Capitais Estrangeiros no Brasil - Legislação (em português e inglês)
Consolidação das Normas Cambiais
Consolidação das Normas Cambiais (contrato de câmbio)
Consolidação das Normas Cambiais (taxas flutuantes)
Consolidação das Normas Cambiais (exportação)
Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Posição das Operações de Consórcios
Manual de Crédito Agroindustrial
Manual de Crédito Rural
Manual de Normas e Instruções
Relatório de Inflação (em português e inglês)

Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:	Secre/Surel/Dinfo Edifício-Sede, 2º subsolo SBS - Quadra 3, Zona Central 70074-900 - Brasília (DF)	Telefones: DDG FAX	(61) 414 (....) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406 0800 992345 (61) 321 9453
Internet:	http://www.bcb.gov.br		
E-mail:	cap.secre@bcb.gov.br		

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

I – A ECONOMIA BRASILEIRA 15
Indicadores de produção 15
Contas nacionais trimestrais 19
Investimentos 20
Produtividade 24
Indicadores de produção industrial 25
Energia 30
Indicadores de comércio 34
Setor agropecuário 35
Política agrícola 35
Indicadores da produção agropecuária 36
Indicadores de emprego 41
Indicadores de salários e rendimentos 44
Indicadores de preços 46
Índices gerais de preços 48
Índices de preços ao consumidor 48
Preços administrados 51

II – MOEDA E CRÉDITO 53
Política monetária 53
Títulos públicos federais 55
Agregados monetários 60
Operações de crédito do sistema financeiro 65
Sistema Financeiro Nacional 75

III – MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS 85
Taxa básica de juros e expectativas de mercado 85
Mercado de capitais 89
Aplicações financeiras 92

IV – FINANÇAS PÚBLICAS 97
Políticas fiscal e tributária 98
Outras medidas de política econômica 100
Previdência Social 102
Privatizações 105
Arrecadação de impostos e contribuições federais 110
Resultado primário do setor público 111
Juros nominais 112
Resultado nominal 112
Dívida líquida do setor público 112
Dívida mobiliária federal 114

V – RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR 119
Política de comércio exterior 119
Política cambial 131
Movimento de câmbio 139
Reservas internacionais 141
Programa de assistência financeira internacional - metas de reservas internacionais 143
Balanço de pagamentos 143
Balança comercial 145
Intercâmbio comercial 162
Serviços 164
Rendas 169
Transferências unilaterais correntes 171
Conta financeira 171
Dívida externa 183
Indicadores de endividamento 192
Captações externas 192
Captações externas - operações de troca 193
Títulos da dívida externa brasileira 196
Programa de assistência financeira internacional - saques e amortizações 198

VI – A ECONOMIA INTERNACIONAL 201
Introdução 201
Estados Unidos 202
Japão 206
Área do Euro 210
Coréia do Sul 214
China 215
Turquia 216
Rússia 217
Argentina 218
Chile 222
México 223

VII – ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS 225
Fundo Monetário Internacional 225
Banco de Compensações Internacionais (BIS) 228
Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla) 229

VIII – PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA 231
Resoluções do Conselho Monetário Nacional 231
Circulares do Banco Central do Brasil 242

APÊNDICE 245

Quadros Estatísticos

Capítulo I

1.1 Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado 15
1.2 Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda 17
1.3 Taxas reais de variação do PIB 18
1.4 Produto Interno Bruto trimestral 19
1.5 Contas Nacionais trimestrais 20
1.6 Formação bruta de capital (FBC) 21
1.7 Produção de bens de capital selecionados 22
1.8 Produção industrial 28
1.9 Produção industrial segundo a intensidade do gasto com energia elétrica 28
1.10 Utilização da capacidade instalada 29
1.11 Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante 31
1.12 Consumo de energia elétrica 32
1.13 Faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo 35
1.14 Produção agrícola - principais culturas 37
1.15 Produção agrícola, área cultivada e rendimento médio - principais culturas 38
1.16 Estoque de grãos - principais culturas 39
1.17 Rendimento médio real das pessoas ocupadas 45
1.18 Preços administrados: principais itens na composição do IPCA em 2001 47
1.19 Participação dos grupos no IPCA em 2001 49
1.20 Participação de bens e serviços no IPCA em 2001 49

Capítulo II

2.1 Programação monetária 60
2.2 Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios 63
2.3 Haveres financeiros 65
2.4 Taxas de operações de crédito prefixadas - 2001 72
2.5 Crédito concedido pelo sistema financeiro 75
2.6 Indicadores do sistema financeiro 80

Capítulo III

3.1 Taxas de juros 85
3.2 Emissões das empresas no mercado primário 92
3.3 Fator “b” do redutor da Taxa Referencial (TR) 95
3.4 Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 2001 95

Capítulo IV

4.1 Resultado primário do governo central 97
4.2 Despesa com pessoal da União 98
4.3 Previdência Social - fluxo de caixa 103
4.4 Programa Nacional de Desestatização 106
4.5 Programas estaduais de desestatização - Empresas privatizadas 1996-2001 107
4.6 Programa Nacional de Desestatização - Empresas privatizadas 1991-2001 108
4.7 Arrecadação bruta das receitas federais 110
4.8 Necessidades de financiamento do setor público 113
4.9 Dívida líquida do setor público 114
4.10 Evolução da dívida líquida do setor público 116
4.11 Dívida líquida e bruta do governo geral 116
4.12 Títulos públicos federais - participação percentual por indexador 117
4.13 Títulos públicos federais - saldos em R$ milhões 118

Capítulo V

5.1 Movimento de câmbio contratado 140
5.2 Demonstrativo de variação das reservas internacionais 142
5.3 Metas de reservas internacionais - 2001 143
5.4 Balanço de pagamentos 144
5.5 Balança comercial - FOB 145
5.6 Índices de preço e *quantum* de exportação 147
5.7 Índices de preço e *quantum* de importação 148
5.8 Exportação por fator agregado - FOB 148
5.9 Exportação por fator agregado e região - FOB 149
5.10 Exportação - FOB - principais produtos básicos 150
5.11 Exportação - FOB - principais produtos semimanufaturados 153
5.12 Exportação - FOB - principais produtos manufaturados 155
5.13 Importação - FOB 158
5.14 Importações - FOB - principais produtos 160
5.15 Importação por categoria de uso e região - FOB 161
5.16 Balança comercial por países e blocos - FOB 165
5.17 Serviços 166
5.18 Viagens internacionais 167
5.19 Outros serviços 169
5.20 Rendas 170
5.21 Transferências unilaterais correntes 172
5.22 Saldo de transações correntes e necesidade de financiamento externo 173
5.23 Investimentos diretos 175

5.24 Investimentos estrangeiros diretos 176
5.25 Investimentos estrangeiros diretos no país 177
5.26 Investimentos estrangeiros diretos no país 178
5.27 Investimentos brasileiros em carteira 179
5.28 Investimentos estrangeiros em carteira 180
5.29 Outros investimentos brasileiros 181
5.30 Outros investimentos estrangeiros 182
5.31 Fluxos financeiros por credor externo - itens selecionados 183
5.32 Endividamento externo bruto 184
5.33 Dívida externa registrada 185
5.34 Dívida pública externa registrada 187
5.35 Dívida externa registrada - por devedor 187
5.36 Dívida externa registrada - esquema de amortização 189
5.37 Prazo médio de endividamento externo registrado 190
5.38 Prazo médio de amortização 190
5.39 Indicadores de endividamento 193
5.40 Emissões da República 195
5.41 Operações de trocas de bônus da República 196
5.42 Dívida externa reestruturada - *Bradies*, Pré-*Bradies* e MYDFA 196
5.43 Empréstimos de regularização 199
5.44 Metas de dívida externa - 2001 (acordo com FMI) 199

Gráficos

Capítulo I

1.1 Formação bruta de capital 21
1.2 Produção industrial 26
1.3 Produção industrial - médias móveis em 12 meses 26
1.4 Utilização da capacidade instalada 29
1.5 Energia armazenada 33
1.6 Produção animal 40
1.7 Taxa média de desemprego aberto (semana) 41
1.8 Nível de emprego formal 43
1.9 Rendimentos reais - médios e totais 44
1.10 Índices de preços ao consumidor 50

Capítulo II

2.1 Taxas de *swap* DI x Selic efetiva 54
2.2 Leilões de títulos públicos federais 56
2.3 Leilões de títulos públicos federais 57
2.4 Duração média 58
2.5 Leilões de títulos públicos federais 59

2.6 Papel-moeda em poder do público e depósito à vista - velocidade renda 61
2.7 Base monetária e meios de pagamento 61
2.8 Base monetária e meios de pagamento 64
2.9 Haveres financeiros - em percentuais do PIB 65
2.10 Operações de crédito do sistema financeiro - saldos 66
2.11 Operações de crédito com recursos livres - saldos 70
2.12 Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco - dezembro 2001 73
2.13 Operações de crédito do sistema financeiro privado por níveis de risco - dezembro 2001 73
2.14 Operações de crédito do sistema financeiro público por níveis de risco - dezembro 2001 74
2.15 Sistema Financeiro Nacional - participação por segmentos 81
2.16 Estrutura do ativo do sistema financeiro nacional 82
2.17 Estrutura do passivo do sistema financeiro nacional 83

Capítulo III

3.1 Taxa de juros 86
3.2 Taxa *over*/Selic 86
3.3 Taxa *over*/Selic acumulada em 12 meses 86
3.4 *Swap* DI x Pré 87
3.5 Curva de juros 87
3.6 Taxas de *swap* DI x pré de 1 ano *versus* DI futuro em t 88
3.7 Volume negociado em contratos futuros - média diária 88
3.8 Volume negociado de *swap* DI x pré e DI a termo - média diária 88
3.9 Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq 89
3.10 Valor de mercado - companhias abertas - Bovespa 89
3.11 Volume médio diário negociado na Bovespa 90
3.12 Mercado primário - emissões 92
3.13 Fundos de investimento - patrimônio líquido 93
3.14 Depósitos a prazo e caderneta de poupança - saldos 94
3.15 Rendimento dos principais ativos financeiros em 2001 96

Capítulo IV

4.1 Dívida líquida do setor público - % do PIB 115
4.2 Títulos públicos federais - participação % por indexador 118

Capítulo V

5.1 Reservas internacionais 141
5.2 Investimentos estrangeiros e necessidade de financiamento externo 145
5.3 Exportação e importação - FOB 146
5.4 Índice de termos de troca 147
5.5 Exportação por fator agregado - FOB 147

5.6 Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras 152
5.7 Importação por categoria de uso - FOB 158
5.8 Importação por categoria de uso - FOB 158
5.9 Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras 163
5.10 Composição da dívida externa registrada 188
5.11 Indicadores de endividamento 194
5.12 Cotações de títulos brasileiros no exterior 197
5.13 Índice de Risco Brasil - *strip spread* 198

Capítulo VI

6.1 Produto e comércio mundiais 201
6.2 Estados Unidos - Produto Interno bruto 203
6.3 Estados Unidos - Produção industrial 203
6.4 Estados Unidos - Meta para a taxa de juros dos *fed funds* 204
6.5 Estados Unidos - Resultado do Tesouro no ano fiscal 204
6.6 Estados Unidos - Despesas pessoais de consumo 205
6.7 Estados Unidos - Valor da construção realizada 205
6.8 Estados Unidos - Produção de bens de capital 206
6.9 Japão - Balança comercial 207
6.10 Japão - Produto interno bruto 208
6.11 Japão - Produção industrial 208
6.12 Japão - Taxa de câmbio média 209
6.13 Área do Euro - Saldo comercial acumulado em 12 meses 211
6.14 Área do Euro - Variação anual da produção industrial 211
6.15 Área do Euro - Produto Interno Bruto 212
6.16 Área do Euro - Inflação anual ao consumidor e ao produtor 212
6.17 Área do Euro - Taxas de juros básicas 213
6.18 Área do Euro - Indicadores de confiança empresarial 214
6.19 Coréia do Sul - Produção industrial 214
6.20 Coréia do Sul - Balança comercial 215
6.21 China - Produto Interno Bruto 216
6.22 Argentina - Produto Interno Bruto 219
6.23 Argentina - Resultado financeiro do setor público 220
6.24 Argentina - Depósitos bancários e reservas internacionais 221
6.25 Argentina - Produto Interno Bruto 223
6.26 México - Inflação anual ao consumidor 224

INTRODUÇÃO

As perspectivas relacionadas à trajetória da economia brasileira em 2001 mostravam-se bastante favoráveis ao início do ano. Nesse sentido, a superação das dificuldades causadas por choques externos em anos anteriores e pela mudança do regime cambial, combinada com a credibilidade alcançada pelo regime de metas para a inflação, aumentou a confiança dos agentes econômicos internos e externos. Adicionalmente, a recuperação da atividade iniciada em 2000, as previsões para o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), da inflação, do emprego e do balanço de pagamentos apontavam para a consolidação de um círculo virtuoso.

No decorrer do ano, entretanto, o surgimento de restrições relevantes à gestão da política econômica reverteu, parcialmente, as expectativas favoráveis quanto à evolução das principais variáveis macroeconômicas. Assinalem-se, entre os choques, a intensificação da crise econômica na Argentina, o racionamento de energia elétrica e a expectativa de aprofundamento da recessão econômica registrada nos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro. O risco de desequilíbrio entre oferta e demanda agregadas, decorrente da crise do setor elétrico, e as pressões sobre a taxa de câmbio, provocadas pela crise argentina e pela deterioração do cenário internacional, exigiram maior acuidade na administração da política monetária para minimizar pressões inflacionárias, implicando em comprometimento do produto efetivo e do nível de emprego.

A política monetária foi conduzida ao longo do ano levando em conta o cumprimento da meta de inflação e a natureza dos choques. Considerando o caráter transitório de alguns destes choques, a taxa Selic, após atingir o piso de 15,25% a.a. em janeiro, aumentou gradualmente a partir de março até atingir 19% a.a. em julho, mantendo-se neste patamar até o final do ano. Para desestimular a retenção de moeda estrangeira por investidores internos, esta política foi coadjuvada pela elevação da alíquota sobre recolhimentos compulsórios sobre recursos a prazo, pela elevação das exigibilidades médias sobre recursos à vista e pela redução da exposição cambial do sistema financeiro, por meio da exigência de maior aporte de capital.

No ambiente externo, a recessão econômica nos Estados Unidos, a redução do crescimento na área do euro e a estagnação da economia japonesa prejudicaram o comércio mundial. A este cenário adicionou-se a crescente instabilidade da economia

argentina, cujo desfecho foi a mudança do regime cambial, no início de 2002, em decorrência da crescente perda de credibilidade no *currency board*, dos desequilíbrios fiscais e do agravamento dos conflitos políticos e sociais.

Com isso, a taxa de câmbio no Brasil sofreu pressões ao longo do ano, principalmente no segundo semestre, passando de R$1,95/US$ para R$2,32/US$ entre dezembro de 2000 e dezembro de 2001, após atingir a cotação recorde de R$2,84/US$ em outubro. Com o intuito de impedir a excessiva volatilidade da taxa, a autoridade monetária realizou intervenções no mercado de câmbio.

Embora houvesse expectativa de pressões negativas sobre as principais variáveis do balanço de pagamentos, o saldo da balança comercial apresentou significativa melhora, passando de déficit de US$749 milhões, em 2000, para superávit de U$2,6 bilhões, no ano subseqüente. As exportações cresceram aproximadamente 6% e as importações mantiveram-se praticamente estáveis, resultado que contribuiu para nova redução do déficit em transações correntes em 2001, a exemplo do ocorrido no biênio anterior, sendo financiado quase integralmente pelos investimentos diretos externos. Estes investimentos, junto com as demais captações e com os aportes de recursos oriundos da renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), permitiram o aumento das reservas internacionais, que atingiram US$35,9 bilhões em dezembro de 2001.

Neste ambiente, os índices gerais de preços apresentaram variações superiores às assinaladas nos preços ao consumidor, por serem mais afetados pelas flutuações da taxa de câmbio. A variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) superou o limite superior do intervalo estabelecido como meta para a taxa de inflação. Os aumentos dos índices de preços ao consumidor decorreram da pressão cambial, do reajuste de preços administrados e da quebra da safra de alguns produtos agrícolas componentes da cesta do consumidor brasileiro. Entre os preços administrados que sofreram elevação estão o da gasolina e os das tarifas de energia elétrica, transporte público e água e esgoto.

Refletindo as restrições de ordem externa e interna assimiladas pela economia brasileira durante o ano, a taxa de crescimento do PIB registrou variação de 1,5% em 2001, ante estimativa inicial de expansão em torno de 4,5%. A taxa positiva do ano foi sustentada pelo crescimento da agropecuária, que contrapôs-se ao desempenho desfavorável da indústria. Nesse contexto, a formação bruta de capital declinou de 21,7% do PIB, em 2000, para 21%, em 2001, não obstante as expansões observadas na produção de bens de capitais para os setores elétrico, agrícola, de construção e de transporte.

No setor agrícola, a safra alcançou o recorde de 99 milhões de toneladas de grãos, crescendo 18% em relação à colhida no ano anterior. No que se refere ao mercado de trabalho, a taxa média de desemprego aberto, calculada pelo IBGE para seis regiões metropolitanas, contraiu para 6,2%, situando-se em patamar inferior às taxas dos últimos quatro anos.

Em conseqüência do racionamento, o consumo nacional de energia reduziu 7,7% em 2001, relativamente ao patamar registrado no ano anterior, com o segmento residencial retraindo-se 11,8%. A atividade varejista também contraiu no ano, resultado da deterioração da confiança do consumidor, de condições de crédito restritivas, de elevadas taxas de juros ativas e da redução dos rendimentos reais do trabalhadores. Nesse sentido, de acordo com estatísticas do IBGE, embora a massa salarial apresentasse ligeira elevação no ano, o rendimento médio das pessoas ocupadas, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), diminuiu 3,8%.

Apesar da desaceleração ocorrida na taxa de crescimento do PIB, o setor público apresentou superávit primário superior à meta estabelecida no acordo assinado com o FMI, superando o resultado assinalado no ano anterior. Cabe destacar o aumento da participação dos governos regionais no resultado global. As explicações encontram-se na renegociação das dívidas estaduais e municipais com a União, que resultou em programas de ajustes garantidos por vinculações de receitas, na privatização de importantes bancos estaduais, com a conseqüente eliminação de uma importante fonte de financiamento de desequilíbrios fiscais, nas regras de controle do endividamento aprovadas pelo Senado Federal e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e na adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No âmbito do governo central, o resultado esteve associado ao crescimento na arrecadação dos impostos e contribuições, que alcançou novo recorde em 2001.

I

A ECONOMIA BRASILEIRA

Indicadores de produção

A evolução do nível de atividade ao longo de 2001 foi negativamente influenciada por choques adversos, originados tanto interna quanto externamente. No ambiente externo, cabe destacar os desequilíbrios da economia argentina, que se fizeram

Quadro 1.1 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado

Ano	A preços de 2001 (R$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes 1/ (US$ milhões)	População (milhões)	PIB *per capita*		
						A preços de 2001 (R$)	Variação real (%)	A preços correntes 1/ (US$)
1980	768 512	9,2	92,1	237 772	118,6	6 482	7,0	2 005
1981	735 850	- 4,3	100,5	258 553	121,2	6 071	- 6,3	2 133
1982	741 958	0,8	101,0	271 252	123,9	5 989	- 1,3	2 190
1983	720 218	- 2,9	131,5	189 459	126,6	5 690	- 5,0	1 497
1984	759 110	5,4	201,7	189 744	129,3	5 872	3,2	1 468
1985	818 693	7,8	248,5	211 092	132,0	6 203	5,6	1 599
1986	880 013	7,5	149,2	257 812	134,7	6 535	5,4	1 915
1987	911 077	3,5	206,2	282 357	137,3	6 637	1,6	2 057
1988	910 531	- 0,1	628,0	305 707	139,8	6 512	- 1,9	2 186
1989	939 303	3,2	1 304,4	415 916	142,3	6 601	1,4	2 923
1990	898 444	- 4,3	2 737,0	469 318	147,6	6 087	- 7,8	3 180
1991	907 698	1,0	416,7	405 679	149,9	6 054	- 0,5	2 706
1992	902 763	- 0,5	969,0	387 295	152,2	5 930	- 2,0	2 544
1993	947 222	4,9	1 996,2	429 685	154,5	6 130	3,4	2 781
1994	1 002 662	5,9	2 240,2	543 087	156,8	6 396	4,3	3 464
1995	1 045 012	4,2	77,5	705 449	159,0	6 572	2,8	4 436
1996	1 072 795	2,7	17,4	775 475	161,2	6 653	1,2	4 809
1997	1 107 890	3,3	8,3	807 814	163,5	6 777	1,9	4 942
1998	1 109 352	0,1	4,9	787 889	165,7	6 695	- 1,2	4 755
1999	1 118 359	0,8	4,6	531 057	167,9	6 660	- 0,5	3 163
2000	1 167 145	4,4	8,0	594 247	170,1	6 860	3,0	3 493
2001	1 184 769	1,5	7,4	503 857	172,4	6 873	0,2	2 923

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

presentes praticamente em todo o período, com impactos sobre o câmbio e as exportações, e os ataques terroristas aos Estados Unidos, ocorridos em setembro, que elevaram as incertezas sobre as trajetórias das economias americana e mundial, que já apresentavam desaceleração. Internamente, o racionamento imposto ao consumo de energia elétrica impactou desfavoravelmente os fluxos de consumo e de investimento, constituindo-se no principal determinante da evolução industrial no segundo semestre. Observe-se ainda o efeito desses acontecimentos sobre os preços internos, sobretudo pelo efeito câmbio, com influência decisiva na determinação dos preços administrados.

No início de 2001, entretanto, prevaleciam expectativas favoráveis, que se refletiram em estimativa de expansão do PIB de cerca de 4,5% para o ano, baseada na trajetória ascendente do nível de atividade em 2000. Contudo, a partir do final do primeiro trimestre, observou-se deterioração das expectativas e das condições econômicas externas, que se traduziram no ambiente adverso prevalecente na maior parte do ano. Nesse contexto, o PIB, a preços de mercado, apresentou crescimento de 1,5% em 2001, resultado que, mesmo inferior ao de 2000, superou os registrados em 1999 e 1998, anos em que o nível de atividade também foi negativamente impactado por crises da economia mundial. Ressalte-se que o resultado registrado em 2001 é inferior à taxa média da década de noventa, que se situou em 2%. Quanto ao PIB *per capita*, expandiu 0,2% em 2001, considerada a variação real, situando-se em R$6.873,00.

Considerando-se períodos trimestrais, o PIB a preços de mercado, após apresentar expansão de 1,8% no último trimestre de 2000, cresceu 0,5% no primeiro trimestre de 2001, descontados os efeitos sazonais. O resultado foi assegurado pela expansão apresentada em todos os setores, principalmente na agropecuária, 6,7%, seguindo-se a indústria, 1,1%, e o setor de serviços 0,8%. Destaque-se que, no período, a taxa Selic havia sido fixada em 15,25% a.a., patamar mais baixo desde a adoção da meta da taxa Selic, em março de 1999. Adicionalmente, a taxa média de desemprego do trimestre recuara para nível inferior a 6%, o balanço de pagamentos apresentava superávit e os rendimentos e salários reais registravam recuperação, ainda que moderada.

No segundo trimestre, o PIB declinou 0,8%, em relação ao período anterior. Observe-se que, nesse período, a economia refletiu o agravamento da crise da economia da Argentina, e se fizeram presentes os primeiros efeitos do anúncio da crise de energia, em maio. Por setor, registraram-se resultados negativos na agropecuária e na indústria, 0,8% e 3,2%, respectivamente. Os serviços apresentaram expansão de 0,2% no período. Comparativamente a igual trimestre de 2000, o PIB cresceu 2,1%, com expansão ainda generalizada dos setores e subsetores da economia, mas com intensidade menor do que a registrada no primeiro trimestre, principalmente no que se refere à indústria.

Nos primeiros seis meses de 2001, apenas os subsetores "outros serviços" e aluguéis de imóveis apresentaram crescimento mais acentuado do que no primeiro trimestre, sinalizando desaquecimento econômico, registrado com maior intensidade na indústria extrativa mineral e na indústria de transformação, segmento que responde mais rapidamente a alterações da taxa de juros e das condições do comércio internacional. No primeiro semestre, o PIB cresceu 3,2% ante igual período de 2000, reflexo de variações positivas em todos os setores: 4,1% na agropecuária, 2,8% na indústria e 3,1% nos serviços.

Quadro 1.2 - Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda

Em R$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000
Produto Interno Bruto	870 743	914 188	963 869	1 086 700
Consumo final	704 200	741 038	783 277	868 061
Consumo das famílias	545 698	566 192	597 418	658 726
Consumo da administração pública	158 502	174 847	185 858	209 334
Formação bruta de capital	187 187	193 056	195 401	236 169
Formação bruta de capital fixo	172 939	179 982	184 087	211 225
Variação de estoques	14 248	13 074	11 314	24 944
Exportação de bens e serviços	65 356	67 862	100 148	117 422
Importação de bens e serviços (-)	86 000	87 769	114 957	134 951
Remuneração dos empregados	326 145	355 272	367 922	411 637
Salários	241 949	257 225	262 615	288 078
Contribuições sociais efetivas	50 051	55 198	58 714	67 437
Contribuições sociais imputadas	34 146	42 849	46 593	56 122
Rendimento de autônomos	48 630	51 100	50 852	55 321
Excedente operacional bruto	372 396	380 016	390 337	440 486
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação	123 572	127 800	154 758	179 255

Fonte: IBGE

No terceiro trimestre, o PIB voltou a apresentar variação negativa, de 0,8%, dados dessazonalizados, refletindo principalmente a queda de 1,8% apresentada pela indústria, resultante das reduções de 12,6% em serviços industriais de utilidade pública – segmento composto basicamente pelos serviços de fornecimento de energia elétrica – e de 4,3% na construção civil. A produção da indústria de transformação mostrou-se estável.

O produto dos demais setores apresentou retração menos acentuada, que correspondeu a 0,6% na agropecuária e a 0,07% nos serviços. Observe-se que, no terceiro trimestre, os indicadores setoriais captaram com maior intensidade os efeitos do racionamento de energia elétrica, sobretudo no setor fabril.

A desaceleração do PIB ao longo do ano, que se contrapunha à base de referência cada vez menos favorável de 2000, é perceptível na comparação das taxas acumuladas até o segundo e terceiro trimestres. Nesse sentido, mesmo prevalecendo resultados setoriais positivos, o produto da indústria recuou 1,7 ponto de percentagem (p.p.) ao incorporar os resultados do terceiro trimestre. Nos demais setores, esse recuo foi menos expressivo, de 0,25 p.p. na agropecuária e de 0,35 p.p. nos serviços.

Quadro 1.3 - Taxas reais de variação do PIB

Percentual

Discriminação	1999	2000	2001
PIB	0,8	4,4	1,5
Setor agropecuário	8,0	3,0	5,1
Setor industrial	- 2,5	4,9	- 0,6
Extrativa mineral	0,1	11,1	3,4
Transformação	- 2,6	5,4	0,6
Construção	- 3,8	3,0	- 2,6
Serviços industriais de utilidade pública	1,3	4,1	- 5,5
Setor serviços	2,2	3,7	2,5
Comércio	- 0,6	4,7	0,7
Transportes	- 2,0	5,6	1,0
Comunicações	18,4	16,5	11,9
Administrações públicas	2,3	1,1	1,8
Outros serviços	2,1	4,4	3,2
Instituições financeiras	0,5	3,5	1,1
Aluguéis	2,3	2,5	2,1
Dummy financeiro	0,8	4,4	1,5

Fonte: IBGE

No quarto trimestre, o PIB apresentou a retração mais acentuada do ano, declínio de 1,7%, ante o resultado relativo ao terceiro trimestre, após dessazonalização da série. O produto da indústria contraiu 1,6% e o associado a serviços, 0,2%. Na agropecuária, observou-se elevação de 3,2%.

No acumulado do ano, a taxa de expansão de 1,5% apresentada pelo PIB decorreu, fundamentalmente, do desempenho da agropecuária, refletindo evolução favorável das lavouras e da produção animal, bem como de crescimento acima da média apresentado pelos serviços. Em sentido inverso, a contração do produto da indústria evidenciou os resultados da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública, não obstante a expansão assinalada nos setores extrativo-mineral e de transformação.

Quadro 1.4 - Produto Interno Bruto trimestral

Em R$ milhões

Ano		PIB a preços de mercado	Impostos sobre produtos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1997	I trimestre	192 843	20 859	13 975	60 577	107 006
	II trimestre	212 139	22 354	16 309	68 133	115 798
	III trimestre	222 672	23 253	15 826	73 932	120 036
	IV trimestre	243 089	23 855	15 999	72 120	140 414
1998	I trimestre	210 139	22 580	13 497	65 792	119 172
	II trimestre	233 370	23 999	20 326	72 340	125 128
	III trimestre	234 114	23 277	19 035	75 384	128 009
	IV trimestre	236 565	23 544	14 691	70 625	138 792
1999	I trimestre	219 921	23 628	16 703	64 842	125 444
	II trimestre	245 105	25 150	19 090	76 250	132 882
	III trimestre	238 528	26 326	16 732	81 031	125 814
	IV trimestre	260 315	28 507	17 891	84 164	140 632
2000	I trimestre	247 131	26 301	18 320	79 343	133 451
	II trimestre	267 983	28 229	20 199	89 757	137 745
	III trimestre	281 446	31 511	19 852	95 732	145 286
	IV trimestre	290 140	33 353	16 055	98 123	153 067
2001	I trimestre	276 042	31 787	20 270	89 658	146 902
	II trimestre	292 068	34 102	24 170	90 074	152 942
	III trimestre	299 438	33 894	19 219	97 827	160 671
	IV trimestre	317 221	34 035	20 723	98 236	195 242

Fonte: IBGE

Contas nacionais trimestrais

A partir de setembro de 2001, o IBGE passou a disponibilizar estatísticas das contas nacionais sob a ótica da demanda em bases trimestrais, retroagindo as séries até 1991. Essas informações permitem avaliar a evolução e as tendências do investimento e do consumo agregado.

Comparando a evolução dos componentes do PIB em 2001, em relação ao ano anterior, observa-se que se mantiveram praticamente estáveis as participações dos fluxos de consumo, das famílias e do governo, bem como dos investimentos. Nesse sentido, o consumo total representou 79,9% do PIB, em 2000, e 80,1%, em 2001, enquanto a representatividade da soma resultante dos investimentos com a variação de estoques passou, respectivamente, de 21,7%, para 21%. Por outro lado, cresceu a importância tanto das exportações, de 10,8% para 13,4%, quanto das importações, de 12,4% para 14,4%, respectivamente.

Quadro 1.5 - Contas Nacionais trimestrais

Em R$ milhões

Ano		PIB a preços de mercado	Consumo das famílias	Consumo do governo	Investimento	Variação de estoques	Exportação	Importação (-)
1997	I trimestre	192 843	126 409	36 717	39 554	- 4 567	12 968	18 237
	II trimestre	212 139	133 473	38 768	43 245	811	17 105	21 263
	III trimestre	222 672	143 294	41 621	45 704	- 2 459	18 189	23 676
	IV trimestre	243 089	142 521	41 397	44 436	20 463	17 095	22 824
1998	I trimestre	210 139	135 012	41 693	43 259	- 5 120	15 514	20 220
	II trimestre	233 370	138 577	42 794	46 211	8 992	18 105	21 309
	III trimestre	234 114	148 528	45 867	46 882	- 1 650	18 087	23 602
	IV trimestre	236 565	144 074	44 492	43 630	10 850	16 156	22 638
1999	I trimestre	219 921	137 484	42 772	42 998	- 732	21 326	23 927
	II trimestre	245 105	143 430	44 621	46 231	13 864	23 805	26 847
	III trimestre	238 528	155 561	48 395	46 850	- 8 367	26 614	30 524
	IV trimestre	260 315	160 944	50 070	48 008	6 548	28 404	33 659
2000	I trimestre	247 131	147 804	45 764	53 566	2 599	25 354	27 955
	II trimestre	267 983	160 908	49 139	50 991	9 426	29 049	31 529
	III trimestre	281 446	172 608	51 271	52 660	8 795	32 463	36 352
	IV trimestre	290 140	177 406	63 160	54 008	4 124	30 557	39 115
2001	I trimestre	276 042	169 893	49 733	56 773	5 024	32 585	37 965
	II trimestre	292 068	176 928	54 626	57 925	6 130	39 697	43 239
	III trimestre	299 438	180 173	54 980	58 553	7 257	44 470	45 994
	IV trimestre	317 221	185 306	76 922	56 928	- 103	41 524	43 356

Fonte: IBGE

Investimentos

Conforme o IBGE, na década de noventa, a formação bruta de capital (FBC) representou, em média, 20,9% do PIB, percentual um pouco inferior à média da década anterior, de 21,7%. Análise do comportamento dessa relação mostrou que, em 2000 e 2001, elevou-se a importância do investimento no PIB, após quedas apresentadas nos dois anos anteriores. De acordo com as contas nacionais trimestrais do IBGE, essa taxa alcançou 21,7% em 2000 e 21% em 2001.

A partir da série isenta de influências sazonais, a trajetória do índice correspondente à formação bruta de capital fixo mostrou nítida desaceleração dos gastos com investimentos do final de 2000 até o início de 2001. Assim, no último trimestre de 2000, registrou-se elevação de 4,7% dos investimentos, em relação ao trimestre anterior, percentual que declinou, sucessivamente, para 2,1% e -4,8% nos dois períodos subseqüentes. No terceiro trimestre de 2001, entretanto, registrou-se

Quadro 1.6 - Formação bruta de capital (FBC)

Percentual

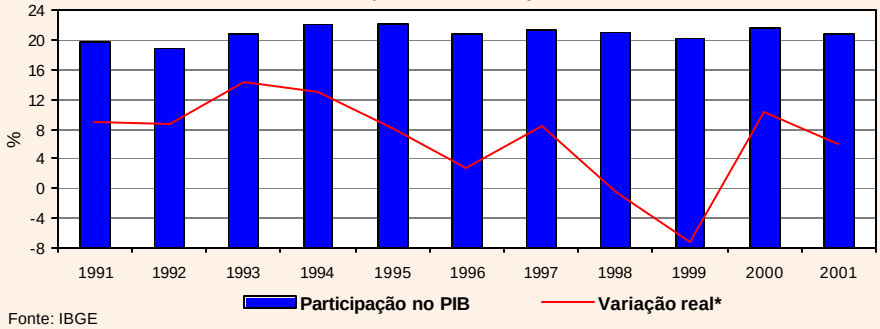
Ano	Participação na FBC				A preços correntes	
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)			Variação de estoques	FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1990	65,7	34,0	2,7	- 2,5	20,7	20,2
1991	60,4	28,7	2,5	8,4	18,1	19,8
1992	64,8	26,3	6,3	2,7	18,4	18,9
1993	62,5	24,2	5,8	7,5	19,3	20,8
1994	60,6	27,2	5,8	6,3	20,7	22,1
1995	57,4	28,9	5,8	7,8	20,5	22,3
1996	62,0	25,3	4,8	7,9	19,3	20,9
1997	63,2	24,8	4,4	7,6	19,9	21,5
1998	65,3	23,6	4,3	6,8	19,7	21,1
1999	65,4	24,3	4,5	5,8	19,1	20,3
2000	61,6	23,2	4,6	10,6	19,4	21,7
2001[1/]	61,4	25,8	5,4	7,4	19,4	21,0

Fonte: IBGE

1/ Para os componentes da FBCF, estimativa do Banco Central do Brasil.

Gráfico 1.1

Formação bruta de capital



Fonte: IBGE

* Estimativa do Banco Central do Brasil.

relativa estabilidade nos investimentos, expansão de 0,1%, seguida de queda de 4,8% no último trimestre do ano.

Observe-se que, ao final de 2000 e primeiros meses de 2001, predominavam expectativas otimistas quanto à continuidade da expansão do nível de atividade, ocorrida ao longo de 2000. Nesse contexto, a produção de bens de capital expandiu 20,8% no primeiro trimestre do ano, ante o resultado assinalado nos primeiros três meses de 2000. Na mesma base de comparação, a produção de insumos para a construção civil, responsável pela maior parte dos gastos com investimentos, cresceu 4,1%.

Ao final do primeiro semestre, já eram perceptíveis os desdobramentos decorrentes da redução do fornecimento de energia elétrica e da deterioração da situação econômica da Argentina sobre os gastos com investimentos, não obstante elevação dos investimentos realizados, principalmente pela indústria, visando reduzir sua dependência do fornecimento de energia elétrica. Assim, no primeiro semestre, a produção de bens de capital cresceu 18,9%, ante a de igual período do ano anterior, percentual que, embora elevado, já sinalizava desaceleração. Essa tendência persistiu até o final do ano, registrando-se crescimentos progressivamente menos elevados, que atingiram 16,5% ao final do terceiro trimestre e 12,7% no ano. O produto do setor da construção civil, que crescera 4,1% no primeiro trimestre, comparativamente ao de igual período de 2000, expandiu 2,2%, ao final do primeiro semestre, e registrou quedas de 0,5%, até setembro, e de 2,5%, até dezembro.

A discriminação da produção de bens de capital no ano evidencia a relevância da produção de equipamentos destinados a suprir o fornecimento de energia elétrica, expansão de 42,5% no período. Também apresentaram expansão acima da alcançada pela produção total de bens de capital a produção de equipamentos voltados para a atividade de construção, de máquinas e equipamentos agrícolas e de equipamentos de transporte.

Quadro 1.7 - Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Participação percentual[1/]	Variação percentual		
		1999	2000	2001
Bens de capital	100,0	- 9,1	13,1	12,7
Industrial	24,6	- 7,0	19,0	4,1
Seriados	16,8	- 4,0	21,9	3,5
Não-seriados	7,9	- 17,6	7,3	6,8
Agrícolas	9,7	- 15,2	19,3	19,4
Peças agrícolas	1,5	- 1,9	14,6	3,4
Construção	3,4	- 41,9	15,0	23,7
Energia elétrica	5,5	- 5,2	3,2	42,5
Transportes	26,0	2,7	22,8	12,2
Misto	29,2	- 9,1	8,4	2,8

Fonte: IBGE

1/ Corresponde à participação estimada para 2001.

Estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) apresentaram resultados semelhantes aos do IBGE. Nesse sentido, o total produzido de máquinas e equipamentos agrícolas elevou-se 25% em 2001, segundo ano consecutivo de crescimento acentuado. Em todos os segmentos, registrou-se expansão significativa, mais intensa em tratores de rodas, 26,1%, seguindo-se colheitadeiras, 23,1%, e outros, 18,8%. Nesse item estão incluídos

cultivadores motorizados, tratores de esteira e retroescavadeiras. Também apresentaram taxas positivas, porém não tão expressivas, a produção de caminhões, 6,4%, e de ônibus, 1,1%. O bom desempenho da produção de implementos agrícolas tem sido acompanhado por contínuo crescimento da safra de grãos, tendência que se manteve em 2001, quando foram registradas taxas excepcionalmente elevadas para alguns produtos. Cabe acrescentar, ainda, a ampliação intensa das vendas externas de máquinas agrícolas nos últimos anos, que registraram variações de 56,4% em 2001 e de 25,3% em 2000.

Assinale-se que, pelo segundo ano consecutivo, ocorreu expansão da produção de bens de capital em todos os setores considerados, indicando aumento generalizado da capacidade instalada na indústria bem como aumento da mecanização na agricultura. Esse fato também evidencia que a reação da economia brasileira aos vários impactos negativos registrados ao longo do ano superou as expectativas menos otimistas que prevaleciam ao final do primeiro semestre e início do segundo.

Outro dado que corrobora a expansão da capacidade instalada do país é o crescimento de 11% do faturamento real da indústria de máquinas e equipamentos em 2001, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Esse crescimento se torna ainda mais relevante quando se considera que esse desempenho seguiu-se ao aumento de 12,3% registrado em 2000. Em conseqüência do resultado favorável, o emprego do setor situou-se, em média, 8% acima do nível correspondente a 2000. Também elevou-se a utilização da capacidade instalada, de 75,9%, em 2000, para 77,2%, em 2001, percentual que não representa restrição à continuidade da elevação da demanda para o setor.

Por outro lado, a construção civil, outro componente da formação bruta de capital fixo, mostrou fraco desempenho. O produto do setor, em 2000, apresentou crescimento bem abaixo da média da economia e, em 2001, registrou resultado negativo, explicado, em parte, pelos baixos níveis dos investimentos do setor público e pela falta de condições e níveis de financiamentos mais favoráveis para construção e aquisição de habitações.

Nesse sentido, apesar de os recursos disponibilizados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) terem aumentado 6,3% em 2001, em valores nominais, os financiamentos habitacionais apresentaram queda de 34,2%. Considerando o número de financiamentos imobiliários concedidos, registrou-se alta de 15,8% nos direcionados para aquisição e contração de 18,4% nos associados à construção, ante queda de 2,9% e crescimento de 9,8%, respectivamente, em 2000.

O total dos desembolsos do Sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial

(Finame) e BNDES Participações S. A. (BNDESpar) – atingiu R$25,2 bilhões, valor que representa cerca de 12% do total da formação bruta de capital. Esse total representa expansão de 9% ante o de 2000, mas, considerando valores reais, deflacionados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), declínio de 1,3%.

Por setores de atividade, os financiamentos do BNDES à indústria extrativa apresentaram crescimento mais acentuado, de 228%. Observe-se, entretanto, que a participação dos recursos desse setor no total desembolsado é de apenas 1,6%. Por outro lado, o setor comércio/serviços recebeu recursos inferiores em 13% aos relativos a 2000. Os financiamentos direcionados para a agropecuária cresceram 45%, e os voltados para a agricultura familiar, 17%. A indústria de transformação recebeu recursos que superaram em 24% os alocados em 2000. Por gêneros industriais, os valores mais significativos foram recebidos por "outros equipamentos de transporte", que absorveram 13,2% do total e 26,1% dos financiamentos à indústria, produtos alimentícios e bebida, com percentuais de 8,2% e de 16,2%, respectivamente, e metalurgia básica, com participações respectivas de 6,6% e de 12,9%.

A distribuição dos recursos por região mostrou maior concentração na região Sudeste, cuja participação passou de 56,4%, em 2000 para 57,5%, em 2001. Também a região Sul aumentou sua participação no total dos recursos concedidos pelo Sistema, de 18,5% para 19,1%. Os recursos direcionados para a região Nordeste também apresentaram crescimento da participação relativa no total, de 12,1%, em 2000, para 13,2%. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, por outro lado, houve declínio, de 4% para 3,4%, e de 9% para 6,8%, respectivamente.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), custo para os financiamentos tomados junto ao Sistema BNDES, manteve, no início do ano, a trajetória de queda observada ao longo de 2000. Nesse sentido, passou de 9,75% a.a., no último trimestre daquele ano, para 9,25% a.a. em janeiro, percentual mantido nos dois primeiros trimestres. Entretanto, em julho de 2001, a taxa voltou a subir, para 9,5% a.a. e, em setembro, para 10% a.a.

Produtividade

As contas nacionais incluíram, entre 1991 e 1999, informações sobre a produtividade total do trabalho, com abertura para 43 atividades. A produtividade foi avaliada a partir da razão entre a variação do valor adicionado, a preços do ano anterior, e a variação do pessoal ocupado. A trajetória da variável mostrou, nesse período, ganhos de produtividade, mais intensos em 1996, 5,2%, e 1997, 2,4%. Na média dos últimos cinco anos do período considerado, a produtividade elevou-se 2,5%.

Para a indústria de transformação, a existência de dados mensais sobre a produção, bem como sobre as horas trabalhadas ou pagas, viabiliza o acompanhamento da evolução da produtividade do setor. Até abril de 2001, a produtividade foi medida pela relação entre a produção e o número de horas pagas, variáveis divulgadas pelo IBGE. Entretanto, a reformulação da Pesquisa Industrial Mensal - Emprego e Salário (Pimes) tornou os dados a partir de abril de 2001 não comparáveis com a série anterior. Por esse motivo, o cálculo da produtividade, que até então considerava a indústria geral, passou a ser realizado apenas para a indústria de transformação, a partir da relação entre o índice da produção física desse setor, divulgado pelo IBGE, e o indicador de horas pagas na produção, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), cujos dados têm abrangência correspondente a doze estados.

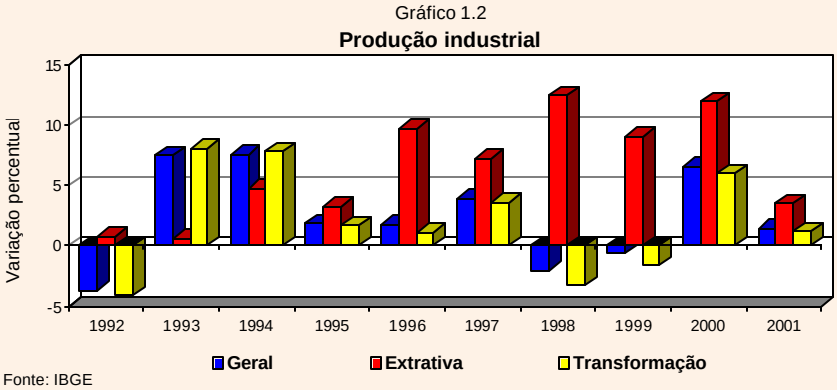
Conforme essa metodologia, a produtividade recuou 0,6% em 2001, contrapondo-se à alta de 1,9% do ano anterior, obtida pela mesma sistemática. No âmbito regional, existem dados para a indústria de transformação dos estados das regiões Sudeste e Sul, bem como para Bahia, Ceará e Pernambuco. Nessa avaliação, a indústria de transformação do Rio de Janeiro apresentou o melhor desempenho em 2001, com recuperação da produtividade, que passou de queda de 6,3%, em 2000, para ganho de 4,2%. No Ceará, a indústria registrou redução da produtividade de 9,1% em 2001, após alta de 6,9% assinalada no ano anterior. Outros estados com desempenho positivo em 2001 foram Santa Catarina, 3,5%, Minas Gerais, 2,1%, e São Paulo, 1,6%. No Paraná, ocorreu a perda mais acentuada, 11%, seguindo-se Rio Grande do Sul, 8,1%, Espírito Santo, 6,5%, Bahia, 5,5%, e Pernambuco, 0,5%.

Em relação ao setor agrícola, cabe ressaltar a acentuada evolução do rendimento médio da produção de grãos, calculada como a relação entre a produção e a área cultivada, que expandiram, na ordem, 18,4% e 1,1%, em relação à safra anterior. Esse desempenho decorreu, em boa parte, do aumento da mecanização do setor, haja vista a acentuada expansão da produção de máquinas e equipamentos nos últimos dois anos, 19,3% em 2000 e 19,4% em 2001, bem como do uso mais intensivo de fertilizantes, cujas vendas físicas internas cresceram 19,7%, em 2000, e 0,9% em 2001.

Indicadores de produção industrial

Os indicadores do nível de atividade industrial apresentaram oscilações ao longo de 2001, determinadas pelos impactos negativos das crises interna e externa, principalmente no terceiro trimestre, e por sua superação nos últimos meses do ano. Nesse cenário, a produção industrial apresentou elevação de 1,4% em 2001, ante 6,6% no ano anterior.

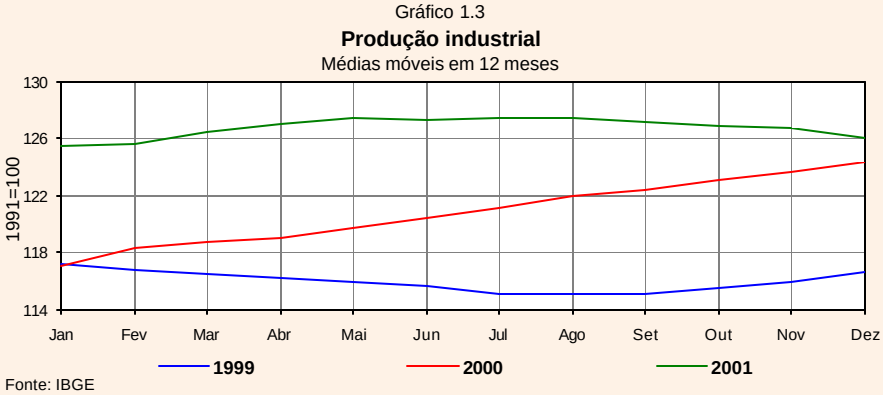
Gráfico 1.2



Fonte: IBGE

A contração na taxa de crescimento decorreu da redução do dinamismo tanto da indústria de transformação, que se expandiu 1,2% em 2001, ante 6,1% no ano anterior, quanto da indústria extrativa mineral, que apresentou taxas de expansão de 3,5% e de 11,9%, respectivamente. A produção desse gênero foi negativamente impactada pelo acidente da plataforma de produção P-36, em março, e pela greve dos petroleiros, em outubro. Ressalte-se que, em conseqüência, também a indústria química apresentou queda acentuada em seu desempenho nesse mês.

Gráfico 1.3



Fonte: IBGE

Considerando taxas de variação relativas a trimestres subseqüentes, a partir de série isenta de influências sazonais, observou-se crescimento apenas no primeiro trimestre do ano, de 1,8%, reflexo, principalmente, do desempenho positivo de bens de capital. No segundo trimestre, registrou-se queda de 3,5%, conseqüência de recuo generalizado da produção em todas as categorias de uso, principalmente em bens intermediários, 3,8%, e bens de consumo, 3,5%, onde se destacou a acentuada redução apresentada por bens duráveis, 7,5%. Essa subcategoria foi a mais afetada pela redução da oferta de energia elétrica, registrando queda também no terceiro trimestre, de 14,1%, parcialmente compensada pela elevação da produção de bens de consumo semi-duráveis e não-duráveis, de 0,3%. Nesse

trimestre, a produção de bens de consumo contraiu 2,8%, e a de bens intermediários, 2,1%, enquanto a produção de bens de capital voltou a crescer, apresentando taxa de 2,3%. A indústria geral recuou 1,8% no período. No último trimestre do ano, a produção da indústria apresentou declínio de 0,5%, o que traduziu quedas registradas em bens de capital, 5,4%, e em bens intermediários, 1,9%, respectivamente. A produção de bens de consumo, por outro lado, assinalou recuperação, tendo crescido 3,6%, principalmente pela retomada da produção de bens duráveis, 11,3%, e pela continuidade dos resultados positivos em bens não-duráveis e semi-duráveis, 1,8%.

Análise dos dados anuais mostrou crescimento da produção em 6 dos 20 gêneros abrangidos pela pesquisa do IBGE, com destaque para as indústrias de material elétrico e de comunicação, de produtos alimentares e do grupo metal-mecânico. A produção de itens que fazem parte da categoria de uso bens de capital apresentou taxa de crescimento bem superior à da média da indústria, assinalando-se o desempenho de itens como baterias, acumuladores e transformadores de alta tensão, ligados à questão energética, tratores agrícolas e vagões ferroviários. O crescimento da produção de alimentos refletiu, basicamente, as vendas externas de açúcar cristal e de aves abatidas e, em parte, a evolução favorável do emprego, bem como seu impacto sobre a massa total de salários e rendimentos. Cabe destacar, ainda, a expansão de 3,5% da indústria extrativa mineral, que refletiu a maior produção de petróleo e de gás natural.

Dentre os catorze gêneros cuja produção foi inferior à registrada em 2000, as quedas mais acentuadas ocorreram em couros e peles, 9,4%, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 6,5%, e têxtil, 5,7%.

Por categoria de uso, o crescimento apresentado pelos bens de capital evidenciou mudança do perfil da produção da indústria, que, em 2000, caracterizara-se pela liderança dos bens de consumo durável. A discriminação dos bens de capital conforme os principais grupos de destino mostrou que o crescimento foi generalizado, fato que indica expansão da capacidade produtiva da economia em todos os setores. Situaram-se acima da média da taxa apresentada por essa categoria de uso os crescimentos registrados por energia elétrica, 42,5%, construção, 23,5%, e equipamentos agrícolas, 19,4%.

A produção de bens intermediários, segmento com maior peso na composição da taxa da indústria, apresentou queda de 0,3% no ano, após expansão de 6,8% em 2000. Os resultados mais favoráveis ocorreram nas indústrias de alimentos e bebidas elaborados pela indústria, com crescimento de 7,2%, combustíveis e lubrificantes elaborados, 5,4%, e combustíveis e lubrificantes básicos, 4,3%. Apresentaram as maiores quedas os itens alimentos e bebidas básicos para a indústria, 4,1%, e insumos industriais básicos, 3,5%.

Quadro 1.8 - Produção industrial

Discriminação	Participação percentual[1/]	Variação percentual		
		1999	2000	2001
Total	100,0	- 0,7	6,6	1,4
Por categorias de uso				
Bens de capital	8,6	- 9,1	12,9	12,7
Bens intermediários	65,4	1,9	6,8	- 0,3
Bens de consumo	26,0	- 2,8	3,4	1,4
Duráveis	5,7	- 9,3	20,8	- 0,6
Semi e não-duráveis	20,3	- 1,2	- 0,6	1,9

Fonte: IBGE

1/ Corresponde à participação estimada para 2001.

A categoria bens de consumo, que representa cerca de 26% do total da produção da indústria, apresentou crescimento de 1,4% no ano. A produção da subcategoria de bens de consumo semi e não-duráveis expandiu 1,9%, enquanto a de bens de consumo duráveis diminuiu 0,6%, refletindo o recuo da demanda em decorrência do racionamento de energia elétrica. Contudo, a produção de veículos automotores para passageiros cresceu 4,1%, e a de equipamento de transporte não-industrial, 18,9%. Os demais, que incluem eletroeletrônicos, assinalaram queda de 6,6%.

Agrupando-se os gêneros industriais segundo a intensidade no gasto com energia elétrica, observa-se que apenas os que se caracterizaram por alta intensidade apresentaram desempenho negativo no ano, de 2,2%. Nesse grupo, produtos químicos, produtos têxteis, fabricação de cimento e produtos de minerais não-metálicos foram os mais atingidos pela restrição da oferta de energia elétrica. Os setores de média e baixa intensidade registraram expansão de 2,9%.

Quadro 1.9 - Produção industrial segundo a intensidade do gasto com energia elétrica

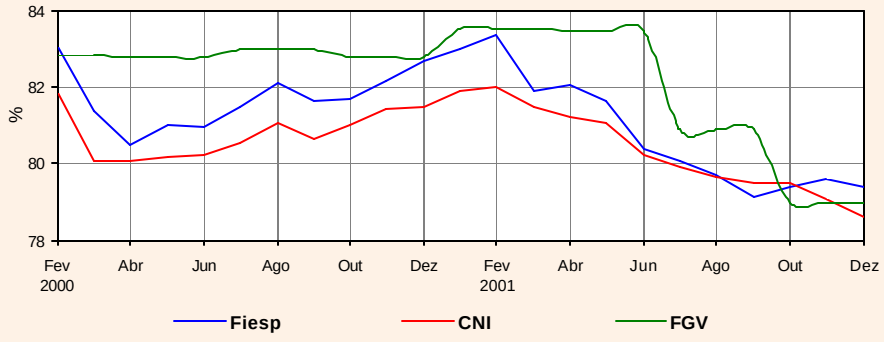
Discriminação	Variação percentual		
	1999	2000	2001
Total	- 0,7	6,6	1,4
Por setores			
De alta intensidade	0,6	5,5	- 2,2
De média intensidade	- 0,7	5,3	2,9
De baixa intensidade	- 0,1	8,1	2,9

Fonte: IBGE

Os dados da Anfavea indicaram crescimento de 6,9% na produção de automóveis e comerciais leves, ante 24% em 2000. Ressalte-se que as vendas do setor são

bastante sensíveis às condições de crédito e da conjuntura econômica, na medida em que envolvem decisões de comprometimento de renda futura. Além disso, refletem o dinamismo da economia internacional. Nesse sentido, após elevar-se 35% em 2000, comparativamente ao ano anterior, as exportações do setor cresceram 2,7% em 2001. As vendas internas apresentaram expansões respectivas de 21,6% e de 8,3%.

Gráfico 1.4
Utilização da capacidade instalada



A redução no crescimento da produção industrial foi acompanhada por queda na utilização média da capacidade instalada da indústria de transformação. Conforme a Fundação Getulio Vargas (FGV), o nível de utilização da capacidade instalada passou de 82,1%, no início de janeiro de 2001, para 79,5% em janeiro de 2002. Analisando série dessazonalizada, observaram-se quedas acentuadas dos níveis detectados pelas pesquisas realizadas em julho e outubro, de 2,5 p.p. e de 2,2 p.p., respectivamente. Acompanhando tendência de outros indicadores setoriais, no último trimestre do ano, registrou-se crescimento de 1,8 p.p. no índice.

Quadro 1.10 - Utilização da capacidade instalada[1/]
Percentual

Discriminação	1999	2000	2001
Indústria de transformação	81	82	80
Bens de consumo	75	77	74
Bens de capital	75	82	75
Materiais de construção	79	86	83
Bens de consumo intermediário	85	86	84

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Posição em janeiro do ano seguinte.

Comparando os níveis de utilização apresentados ao final de 2000 e 2001 pelos diversos setores, observa-se redução generalizada, sendo a mais intensa em bens de capital, 6,6 p.p., seguindo-se bens de consumo, 3,4 p.p., material de construção,

3,2 p.p., e bens de consumo intermediário, 1,9 p.p. Dos 21 gêneros para os quais existem informações discriminadas, apenas cinco apresentaram redução da ociosidade na base de comparação citada, em especial fumo, 7,9 p.p., e matérias plásticas, 5,4 p.p. Dentre as elevações mais acentuadas, assinalem-se as registradas em indústrias de perfumarias, sabões e velas, 19 p.p., madeira, 11,7 p.p., e material elétrico e de comunicações, 1,1 p.p.

Pesquisa da CNI, que agrega dados fornecidos por federações de indústria em doze estados, ratificaram as informações da FGV sobre o grau de ociosidade do parque industrial. O nível médio de utilização da capacidade instalada correspondeu a 77,1% em dezembro de 2001, ante 80,7% em igual mês do ano anterior. Por estados, a intensidade do uso das instalações superou o agregado nacional em Santa Catarina, 82,6%, Minas Gerais, 80,2%, Rio Grande do Sul, 80,1%, e Ceará, 78,9%. Em São Paulo, totalizou 76,6%, ante 79,8% em 2000.

Observa-se que o fato de a maior parte dos setores estar operando em níveis abaixo de 80% da capacidade instalada constitui-se em elemento positivo, na medida em que é esperado, ao longo de 2002, manutenção da trajetória de recuperação da atividade econômica iniciada nos últimos dois meses de 2001. Ressalte-se, além disso, que o menor uso das instalações ocorreu em período de crescimento da produção industrial, o que confirma a ampliação da capacidade instalada sinalizada pelo desempenho da produção de bens de capital.

Outros indicadores da produção da indústria também evoluíram positivamente, como as vendas industriais reais da CNI, elevação de 11,7%, e as horas trabalhadas na produção, que cresceram 1,8%. O Indicador do Nível de Atividade (INA) para a indústria paulista, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), elevou-se 2,5%, refletindo, principalmente, os crescimentos de 13,6% das vendas industriais reais e de 1% das horas trabalhadas na produção.

Energia

A produção de petróleo, incluindo líquidos de gás natural (LGN), manteve o ritmo de expansão dos últimos anos, registrando crescimento de 5,2% em 2001, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A média diária de produção anual atingiu 1.327 mil barris, ante 1.271 mil barris em 2000. Em dezembro, registrou-se produção recorde, média de 1.507 mil barris/dia (mbd). Contribuíram para esse desempenho a entrada em operação de três poços das plataformas P-40 e P-38, no campo de Marlim Sul, de mais dois poços no campo de Espadarte e um no campo de Marlim, todos na Bacia de Campos, além de sistemas operacionais mais eficientes utilizados nessa Bacia. A produção de gás natural totalizou 239 mbd, ante 229 mbd em 2000.

O total de óleo processado nas refinarias elevou-se 2,9% em 2001, atingindo média de 1.625 mbd. Com esse aumento, a participação do petróleo nacional no total processado cresceu de 74%, em 2000, para 75%. A importação de petróleo declinou 3,2% no ano, situando-se em 397,3 mbd.

Quadro 1.11 - Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	1999	2000	2001
Petróleo	1 387	1 372	1 365
Óleos combustíveis	185	173	156
Gasolina	309	300	294
Óleo diesel	597	604	630
Gás liquefeito	215	219	213
Querosene de aviação	79	72	67
Demais derivados	3	4	5
Álcool carburante	202	166	135
Anidro	98	87	79
Hidratado	104	79	56

Fonte: ANP

As vendas internas de derivados declinaram 0,5% em 2001, ante queda de 1,1% no ano anterior. O consumo de óleo diesel expandiu, 4,3%, reflexo do uso de fontes alternativas de abastecimento energético. A maior contração ocorreu nas vendas de óleo combustível, 10%, seguindo-se as assinaladas em gás liquefeito de petróleo (GLP), 2,6%, e em óleo combustível, 2%. O consumo de álcool carburante declinou de 202 mbd para 166 mbd. Mesmo com o aumento de dois p.p. na proporção utilizada para compor a gasolina automotiva, para 24%, a partir de junho de 2001, o consumo de álcool anidro recuou pelo segundo ano consecutivo, 9,6%. A tendência de queda verificada a partir de 1996 nas vendas de álcool hidratado foi mantida, tendo o ano de 2001 finalizado com média diária de 55,9 mil barris, 29% inferior à relativa a 2000.

O consumo nacional de energia elétrica decresceu 7,7% em 2001. A maior queda, 11,8%, ocorreu no segmento residencial, que concentra, em média, 26% do consumo total. Na região Sul, onde não houve meta de racionamento, o consumo doméstico registrou declínio menos significativo, de 2,4%. Responsável por 43,2% da energia gasta em 2001, o consumo da indústria apresentou queda de 6,6%, sendo mais intensa no Sudeste, região que utilizou 70.037 GWh dos 122.629 GWh consumidos na atividade fabril. A redução do consumo de energia pela atividade comercial, que representa 16,7% do mercado total, atingiu 6,3% e, em "outros setores", que agregam os serviços público, rural e consumo próprio, 4,7%.

Quadro 1.12 - Consumo de energia elétrica[1/]

GWh

Discriminação	1999	2000	2001
Total	292 035	307 449	283 798
Por setores			
Comercial	43 613	47 510	44 517
Residencial	81 296	83 613	73 770
Industrial	123 865	131 315	122 629
Outros	43 261	45 011	42 882

Fonte: Eletrobrás

1/ Não inclui autoprodutores.

Por região, somente no Sul ocorreu aumento do consumo geral, de 49.726 GWh para 50.412 GWh. O consumo da região Sudeste, que utilizou cerca de 55,6% da energia elétrica consumida no país, contraiu 10,1%.

Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, detentoras, em conjunto, de 21,3% do consumo nacional, registraram-se quedas de 8,8% e de 7,9%, respectivamente. Na região Norte, com menor participação no gasto total, 5,4%, consumo de 15.192 GWh, a contração atingiu 5,2%.

A crise de energia elétrica

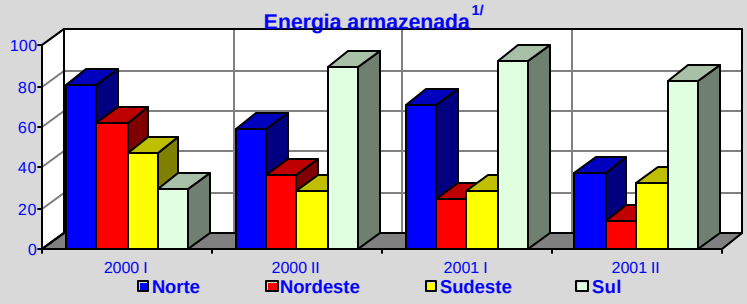
O Governo Federal divulgou, em maio de 2001, plano emergencial de racionamento de energia elétrica, motivado, basicamente, pela redução acentuada dos níveis dos reservatórios das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, regiões de concentração de consumo de energia. A esse fato acrescentava-se o descompasso entre o crescimento da oferta e do consumo de energia.

Pela Medida Provisória (MP) 2.147, de 15 de maio de 2001, foi criada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas de suprimento e minimizar o impacto do programa de racionamento sobre a renda e o emprego.

O plano de ação no curto prazo compreendeu ações visando:

a) otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;
b) estabelecer limites de uso;
c) estimular a autoprodução;

Gráfico 1.5



Fonte: ONS
1/ Estoque de energia correspondente ao volume útil dos reservatórios de cada região, valorizado pela produtividade das usinas à jusante de cada reservatório da região, no último dia do semestre considerado.

d) definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre esses e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

Tendo início em junho de 2001, foi determinado às regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste o corte de 20% em relação ao consumo médio do período maio-julho de 2000. Em julho de 2001, foi estabelecido o racionamento de 15% para a região Norte, com relação ao consumo registrado no período julho-setembro de 2000. As metas de racionamento foram fixadas de acordo com as condições hidrológicas das regiões e o tipo de consumidor. Penalidades pelo não cumprimento das metas basearam-se em cortes de energia e sobretaxas.

As ações de médio e longo prazos objetivaram:

a) expandir a oferta de energia;
b) diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;
c) fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

Em dezembro de 2001, as metas de racionamento de energia para consumidores residenciais e comerciais foram reduzidas, para melhor atender o aumento sazonal da demanda. Os novos limites foram estabelecidos de acordo com as condições hidrológicas dos reservatórios de cada região. As metas foram reduzidas de 20% para 12%, nas regiões Sudeste/Centro-Oeste, e de 20% para 17% na região Nordeste. Para a região Norte, a meta de racionamento declinou de 15% para 5%. As cidades turísticas beneficiaram-se de metas ainda mais flexíveis.

Indicadores de comércio

Os indicadores da atividade varejista mostraram contração em 2001, reflexo das condições adversas apresentadas pelos cenários interno e externo ao longo do ano, que afetaram diretamente a confiança do consumidor. Adicionalmente, a deterioração das condições de crédito, as taxas de juros elevadas e a redução dos rendimentos reais exerceram influência negativa sobre o fluxo de vendas.

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), a tendência de queda da taxa de juros média dos financiamentos direcionados ao consumidor – considerando financiamentos diretos do comércio, cartão de crédito, cheque especial e empréstimos bancários– que se delineava desde 1999, reverteu-se ao fim do primeiro trimestre de 2001. Assim, a taxa atingiu, em dezembro, 7,98% a.m., ante 7,68% a.m. em igual mês do ano anterior. Esse comportamento refletiu, em parte, a evolução da taxa líquida de inadimplência, que, medida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), situou-se, em média, em 7,4% em 2001, ante 5,7% em 2000. Adicionalmente, a relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu 4,9% em 2001, ante 3,6% em 2000.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, abrangendo todas as unidades da Federação, o volume de vendas recuou 1,3% em 2001. A desagregação por categoria mostrou queda nos segmentos de automotivos, 3,6%, de artigos domésticos e de uso pessoal, 6,4%, de combustíveis e lubrificantes, 2,8%, e de móveis eletrodomésticos, 1,4%. Considerando os estados com maior produto interno bruto, as variações do volume de vendas foram negativas em São Paulo, 2,4%, Minas Gerais, 2,6%, Bahia, 0,3%, Paraná, 0,8%, e Pernambuco, 2,8%. Apresentaram evolução positiva os indicadores do volume de vendas correspondentes aos estados do Rio de Janeiro, 2%, e do Rio Grande do Sul, 0,7%.

Os dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) confirmaram perda de dinâmica da atividade varejista. Considerando a região metropolitana da capital paulista, o faturamento real do comércio decresceu 5,5% em 2001, tendo o segmento de comércio automotivo registrado redução de 16,3%, e o de bens de consumo duráveis, de 7%. As vendas de bens consumo não-duráveis cresceram 0,9%.

No segmento de supermercados, as vendas reais apresentaram estabilidade em 2001, após movimento de retração assinalado em 1999 e em 2000, quando foram registradas quedas respectivas de 2,7% e de 1,2%, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Dados da Fecomercio SP, entretanto, registraram crescimento de 1% para a Região Metropolitana de São Paulo, comportamento

Quadro 1.13 - Faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo[1/]

Variação percentual

Discriminação	1999	2000	2001
Total	- 0,6	10,4	- 5,5
Bens de consumo	6,0	10,4	- 4,4
Duráveis	1,2	13,8	- 7,0
Semi-duráveis	- 10,9	- 34,3	- 21,5
Não-duráveis	11,1	15,7	0,9
Comércio automotivo	- 31,3	13,8	- 16,3
Materiais de construção	- 5,3	4,5	- 1,3

Fonte: Fecomercio SP

1/ Deflacionado pelo IPCA.

similar ao detectado a partir do índice de volume de vendas no varejo para hipermercados e supermercados, divulgado pelo IBGE, com abrangência nacional, que apontou crescimento de 1% para o setor. A evolução positiva em 2001 pode ser atribuída, entre outros fatores, à transferência de gastos com produtos de maior valor, que requerem financiamentos, para produtos de menor valor, haja vista as condições prevalecentes na maior parte do ano, que aumentaram a aversão ao comprometimento de renda futura por parte do consumidor.

Setor agropecuário

Política agrícola

Os resultados recentes do setor agropecuário confirmaram o acerto das diretrizes de política agrícola de longo prazo estabelecidas pelo Governo Federal em 1995/ 1996. Assinale-se, nesse sentido, a representatividade dos ganhos de produtividade, traduzida em crescimento significativo das produções de grãos e da pecuária.

Parte desse desempenho pode ser atribuído:

a) aos programas de incentivo à utilização de fertilizantes/corretivos de solo (Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos - Prosolo) e de mecanização/tecnologia de produção (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite), Agência Especial de Financiamento Industrial - Agrícola (Finame Agrícola), financiados pelo BNDES;
b) à utilização de instrumentos para a sustentação de preços e formação de estoques agrícolas, tais como os Contratos de Opção (o governo leiloa aos agricultores

o direito de venda futura de sua produção ao preço de exercício), os Prêmios de Escoamento de Produção (PEP) – transferência ao industrial/comprador dos riscos e custos de transporte/estocagem, mediante leilão eletrônico de um prêmio/subvenção – e Preços de Liberação de Estoques Públicos (PLE) – publicação antecipada dos preços que liberarão a venda dos estoques governamentais para evitar variações bruscas no mercado – implementados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Para a safra 2000/2001, os principais ajustes nas políticas horizontais, que visam atender uniformemente a todas as culturas/atividades, estão sintetizados no Plano Agrícola, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em setembro/2001. Nesse sentido, registre-se a elevação de 19,1% no financiamento rural, situando-se em R$11,3 bilhões, com crescimentos de 59,5% nos recursos para investimentos, totalizando R$3,1 bilhões, e de 15,5% para custeio/comercialização, R$6,7 bilhões.

A inovação, para a safra 2000/2001, foi a ênfase a novas políticas verticais, ou seja, a destinação de recursos a programas específicos direcionados para o desenvolvimento de setores e regiões considerados estratégicos para a agropecuária brasileira, como, por exemplo, o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas, cuja dotação atingiu R$400 milhões, o Programa de Desenvolvimento da Apicultura, R$20 milhões, o Programa de Apoio à Fruticultura, R$100 milhões, e o Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura, R$70 milhões.

Indicadores da produção agropecuária

A safra agrícola 2000/2001 totalizou 98,6 milhões de toneladas de grãos, superando em 18,4% a obtida no ano anterior. O crescimento verificado a partir de 1993, interrompido apenas em 1996, quando ocorreu retração de 7,4%, reflete os ganhos provenientes da utilização de tecnologia e de novos insumos, uma vez que não houve aumento significativo da área colhida.

As regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, responsáveis, em conjunto, pela produção de 90,9 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, tiveram suas colheitas expandidas em 38%, 11,3% e 9%, respectivamente. Resultados opostos foram obtidos no Nordeste e no Norte, onde, ao contrário do ano anterior, a safra foi muito prejudicada por condições climáticas adversas, contraindo-se 27,5% e 9%, respectivamente.

Quanto ao comportamento dos estoques de passagem, observe-se que, além das quedas apresentadas pelos de arroz e feijão, que refletiram a frustração dessas

safras, também registrou-se declínio nos de soja e trigo, comparativamente ao início do ano. Apenas os estoques de milho apresentaram evolução positiva.

Concentrando quase metade da produção de grãos, a colheita recorde de milho totalizou, nas duas safras, 41,5 milhões de toneladas, 30% acima do colhido no ano anterior. Na primeira safra, de 35,1 milhões de toneladas, ocorreu crescimento de 25,3% na produção, de 4,8% na área colhida e de 19,5% no rendimento médio. No Sul, principal região produtora dessa oleaginosa, as condições climáticas favoráveis propiciaram ganhos de produção e de produtividade. No Centro-Oeste, assinale-se o acréscimo de 26,9% da área colhida, devido ao grande incremento que, nessa região, vêm apresentando os setores de aves e de suínos. Nas regiões Norte e Nordeste, o desenvolvimento dessa cultura foi prejudicado pela forte estiagem, principalmente no que se refere à primeira safra. A segunda safra superou em 64,1% a obtida no ano anterior, alcançando 6,3 milhões de toneladas, decorrente, basicamente, da recuperação da produtividade, que passou de 1.883 kg/ha, em 2000, para 2.697 kg/ha em 2001. Foram exportadas cerca de seis milhões de toneladas do produto, e o estoque final situou-se em 900 mil toneladas.

Quadro 1.14 - Produção agrícola - principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	1999	2000	2001
Grãos	82,4	83,2	98,6
Caroço de algodão	1,0	1,3	1,7
Arroz (em casca)	11,7	11,1	10,2
Feijão	2,8	3,0	2,4
Milho	32,2	31,9	41,5
Soja	31,0	32,7	37,7
Trigo	2,5	1,7	3,3
Outros	1,1	1,5	1,8
Variação da safra de grãos (%)	9,5	1,1	18,4
Outras culturas			
Algodão herbáceo (em caroço)	1,5	2,0	2,6
Banana (em milhões de cachos)	547,0	560,0	553,0
Batata-inglesa	2,9	2,6	2,8
Cacau (amêndoas)	0,2	0,2	0,2
Café (em coco)	3,3	3,8	3,6
Cana-de-açúcar	333,8	327,7	347,5
Fumo (em folhas)	0,6	0,6	0,6
Laranja (em milhões de frutos)	114,4	106,1	103,7
Mandioca	20,9	23,3	22,5
Tomate	3,3	3,0	3,0

Fonte: IBGE

Pelo segundo ano consecutivo, a sojicultura apresentou recorde de produção, que superou em cinco milhões de toneladas a obtida em 2000. Os fatores que contribuíram

para esse quadro favorável foram os já mencionados: boas condições climáticas nos principais estados produtores e melhor emprego de tecnologia. Mesmo com os prejuízos causados pela estiagem nas lavouras das regiões Norte e Nordeste e nos estados de Minas Gerais e de Goiás, a produtividade da soja também atingiu o melhor patamar de todos os tempos (2.705 kg/ha). O estado de Mato Grosso constituiu-se, novamente, no maior produtor desse grão, respondendo por mais de 25% das 37,7 milhões de toneladas produzidas internamente. O Rio Grande do Sul se destacou pelo aumento de 46,8% no rendimento médio, que alcançou 2.339 kg/ha. As exportações somaram 15,6 milhões de toneladas, ante 11,5 milhões no ano anterior.

Mantendo a tendência registrada em 2000, a rizicultura apresentou queda de produção, de 8,1%, em área 14,5% inferior à cultivada naquele ano. Foram colhidas 10,2 milhões de toneladas, com carência de 1,5 milhão de toneladas para atender o consumo interno. Por outro lado, o rendimento médio de 3.244 kg/ha representou elevação de 6,9%, sendo que em Santa Catarina, terceiro maior produtor dessa gramínea, a produtividade atingiu 6.509 kg/ha, superando a média de 6.000 kg/ha obtida nas melhores regiões internacionais. Detentora de 62% da produção brasileira de arroz, a região Sul foi a única que apresentou quadro positivo nessa safra, devido às condições favoráveis das barragens, açudes e demais fontes hídricas que irrigaram as lavouras durante a estiagem, e aos preços estimulantes para os produtores. O Rio Grande do Sul continuou concentrando a maior parte da produção nacional, 51,5%, seguido pelos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Maranhão e Pará, com participações de 11,3%, 8,8%, 6,3% e 3,8%, respectivamente. Devido ao alto estoque do início do ano, foram importadas somente 975 mil toneladas, no ano, para complementar o atendimento à demanda interna.

Quadro 1.15 - Produção agrícola, área cultivada e rendimento médio - principais culturas

Variação percentual

Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Grãos	1,1	18,4	- 0,4	1,1	1,5	17,1
Algodão (caroço)	32,0	31,4	20,1	8,5	9,9	21,2
Arroz (em casca)	- 5,3	- 8,1	- 4,1	- 14,0	- 1,2	6,9
Feijão	7,3	- 19,6	4,3	- 20,2	2,9	0,7
Milho	- 1,1	30,0	0,0	6,6	- 1,2	22,0
Soja	5,6	15,1	4,4	2,1	1,2	12,7
Trigo	- 32,5	96,0	- 14,7	61,8	- 20,8	21,1
Outros	35,4	16,7	24,6	- 0,5	8,7	17,3

Fonte: IBGE

A produção total de feijão contraiu 19,6%, em área 20,2% inferior à colhida em 2000, significando ligeiro incremento no rendimento médio, para 707 kg/ha. Na

1ª safra, que totalizou 1,2 milhão de toneladas, somente a região Norte, cuja participação é mínima, apresentou ganhos de produção. A colheita do Sul, principal produtor dessa safra, foi reduzida em 27,4%, e a área, em 13,4%. No Nordeste, segundo maior produtor, as quedas foram mais expressivas: 61% na produção e 21,1% na área colhida. Em ambas as regiões, as causas do resultado negativo foram os preços não compensadores do ano precedente, que desestimularam o plantio, e o atraso e a descontinuidade das chuvas, que prejudicaram o desenvolvimento e a colheita dessa leguminosa. Na segunda safra, quando foram geradas 941 mil toneladas de feijão, verificaram-se decréscimos de produção, 13,7%, e de área colhida, 22,1%. Essa situação foi ainda mais acentuada na produção nordestina, que contraiu 45,6%. Ao contrário das anteriores, a 3ª safra de feijão apresentou quadro favorável. A produção expandiu-se 34,1%, totalizando 318 mil toneladas, e a área colhida foi ampliada em 21,2%.

A triticultura, em 2001, reverteu o quadro desfavorável do ano anterior. A produção praticamente dobrou, ao atingir 3,3 milhões de toneladas, e a área colhida ampliou-se em 61,8%. A alta dos preços do trigo argentino, a depreciação cambial e a baixa cotação do milho criaram expectativa favorável aos triticultores. Adicionalmente, as condições climáticas foram propícias ao desenvolvimento desse cereal, que atingiu, em média, rendimento de 1.888 kg/ha, superior em 21,1% ao obtido em 2000. As três regiões brasileiras produtoras de trigo apresentaram ganhos significativos. No Sul, responsável por mais de 94% da produção nacional, a colheita expandiu 94,1%. No Sudeste, o crescimento totalizou 71,4%, e no

Quadro 1.16 - Estoque de grãos - principais culturas

Mil toneladas

Produtos	1998/1999	1999/2000	2000/2001
Grãos			
Arroz (em casca)			
Início do ano	346,0	1 593,0	2 285,4
Final do ano	1 593,0	2 285,4	1 901,9
Feijão			
Início do ano	113,1	146,8	420,5
Final do ano	146,8	420,5	339,9
Milho			
Início do ano	3 585,6	1 879,0	809,7
Final do ano	1 879,0	809,7	910,4
Soja			
Início do ano	2 217,4	2 347,4	2 562,0
Final do ano	2 347,4	2 562,0	1 250,3
Trigo			
Início do ano	768,4	845,4	931,7
Final do ano	845,4	931,7	130,0

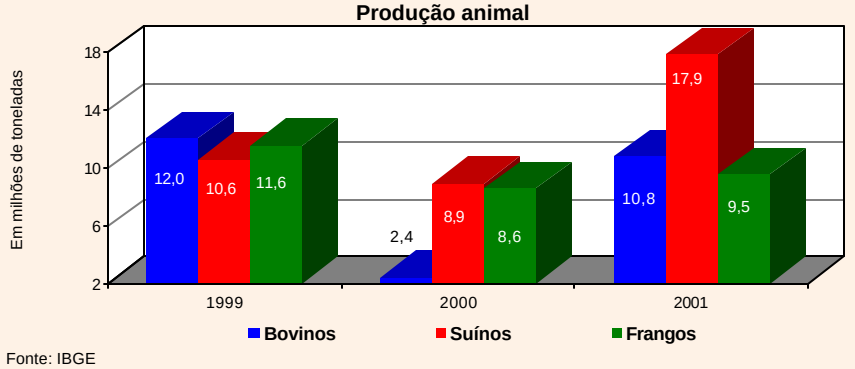
Fonte: Conab

Centro-Oeste, que responde por apenas 3,8% da produção nacional, foram colhidas 125 mil toneladas de trigo, 190% a mais do que na safra anterior. As importações mantiveram-se na faixa de 7,5 milhões de toneladas.

Em 2001, a produção de 2,6 milhões de toneladas de algodão herbáceo em caroço suplantou em 31,8% a obtida no ano anterior, registrando resultados positivos também na área colhida e no rendimento médio. Na região Centro-Oeste, responsável por 76,5% da safra total dessa lavoura, verificou-se expansão de 41,1% na área plantada e de 45,9% na produção. As principais causas dessa evolução foram o uso intensivo de tecnologia, condições climáticas favoráveis e programas de incentivos fiscais para a cultura. Mato Grosso manteve, pelo quarto ano seguido, a posição de maior produtor nacional ao colher, aproximadamente, 58% do total produzido no país.

A colheita de café em coco totalizou 3,6 milhões de toneladas em 2001, 136 mil toneladas a menos que no ano antecedente. Essa redução já era prevista devido à bianualidade da cafeicultura. Na região Sudeste, com participação de 85% do total da safra, somente Minas Gerais, maior estado produtor, expandiu sua produção, 2,9%, atingindo 1,7 milhão de toneladas. São Paulo perdeu a posição de maior produtividade alcançada em 2000, quando situou-se em 2.004 kg/ha, para o estado do Mato Grosso do Sul, onde o rendimento totalizou 2.171 kg/ha. Os principais problemas da cafeicultura têm origem nos baixos preços internacionais. Nesse sentido, assinale-se a evolução desfavorável das cotações no ano, evidenciada pela queda de 20% na receita de exportação associada ao produto, paralelamente ao crescimento de 30% nos embarques, que atingiram recorde histórico.

Gráfico 1.6
Produção animal



Fonte: IBGE

Pelo quarto ano consecutivo, o produto da pecuária apresentou expansão. De acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, realizada pelo IBGE, o segmento de carne suína, a exemplo do que ocorreu em 2000, foi o que mais prosperou em 2001, atingindo taxa de crescimento de 17,9%, seguido por bovinos, 10,8%, e frangos, 9,5%. O volume exportado também superou o embarcado no ano

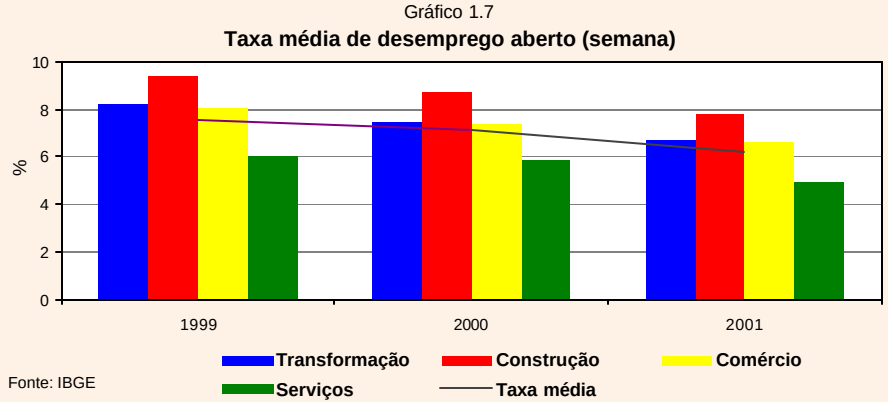
procedente, tendo sido vendidas externamente 257,9 mil toneladas de carne suína, acréscimo de 102% no ano, 400,8 mil toneladas de bovina, 85,9%, e 1,3 milhão de toneladas de aves, 38,8%.

Indicadores de emprego

Os indicadores de emprego apresentaram comportamento favorável ao longo do ano, refletindo com intensidade menor do que a esperada os efeitos das diversas crises que afetaram a trajetória do nível de atividade. Nesse sentido, as estatísticas do emprego formal, produzidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentaram expansão em todos os meses do ano, considerada a série livre de influências sazonais. As pesquisas domiciliares, realizadas pelo IBGE e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Seade/Dieese), corroboraram essas estatísticas, ao mostrar redução da taxa de desemprego, comparativamente aos níveis registrados em 2000.

A taxa de desemprego aberto, obtida pela Pesquisa Mensal de Emprego, realizada em seis regiões metropolitanas pelo IBGE, apresentou, em 2001, a menor média dos últimos quatro anos, 6,23%. À exceção dos dois últimos meses do ano, os demais registraram percentuais inferiores aos observados em 2000. O crescimento ocorrido no número de ocupados no primeiro semestre foi o principal responsável por esse resultado.

Gráfico 1.7



Fonte: IBGE

A análise por regiões metropolitanas mostra que, a exemplo de anos anteriores, o Rio de Janeiro apresentou a menor taxa de desemprego das seis regiões pesquisadas, 4,4%, o inverso se verificando em Salvador, com taxa de 8,9%, não obstante ter sido esse o menor percentual registrado para a capital baiana nos últimos quatro anos. Na comparação com 2000, a maior queda do desemprego foi observada em

Porto Alegre, de 7,2% para 5,5%, seguindo-se Rio de Janeiro, de 5,2% para 4,4%, e São Paulo, de 7,5% para 6,4%. Porto Alegre foi a única capital a apresentar dados mensais inferiores durante todo ano em relação ao ano anterior, movimento explicado, em parte, pelo fato de não ter sido atingida pelo racionamento de energia elétrica.

Segundo as categorias de emprego, somente observou-se elevação dos níveis mensais de ocupação para os empregados com carteira assinada. Nas demais, predominou decréscimo na maioria dos meses, sendo que a dos empregadores experimentou reduções em todo o período. Comparando-se as médias anuais, em 2001, houve aumento de 3,8% dos empregados com carteira, ao passo que o percentual de empregadores reduziu-se em 7,1%, o relativo a empregados sem carteira, 1,6%, e o de trabalhadores por conta própria, 0,7%.

Em 2001, observou-se redução de 0,16 p.p. na taxa média de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Seade/ Dieese. A taxa apurada, de 17,5%, refletiu o aumento do número de ocupados, em 1,7% na média anual, ante o crescimento de 1,5% na população economicamente ativa. Analisando-se por categorias, o nível de ocupação apresentou aumento mais expressivo no segmento de empregados sem carteira assinada, 4,9%, comparando-se as médias anuais, seguido pelos empregados com carteira, 4,2%, enquanto o número de empregados no setor público foi o único a registrar queda, de 5,1%. Considerando-se médias móveis trimestrais, a taxa de desemprego registrou, no ano, comportamento oposto ao verificado no segundo semestre de 2000, quando apresentou queda contínua e expressiva. Em 2001, a taxa mostrou crescimento praticamente contínuo ao longo do ano, estabilizando-se em 18% no último trimestre.

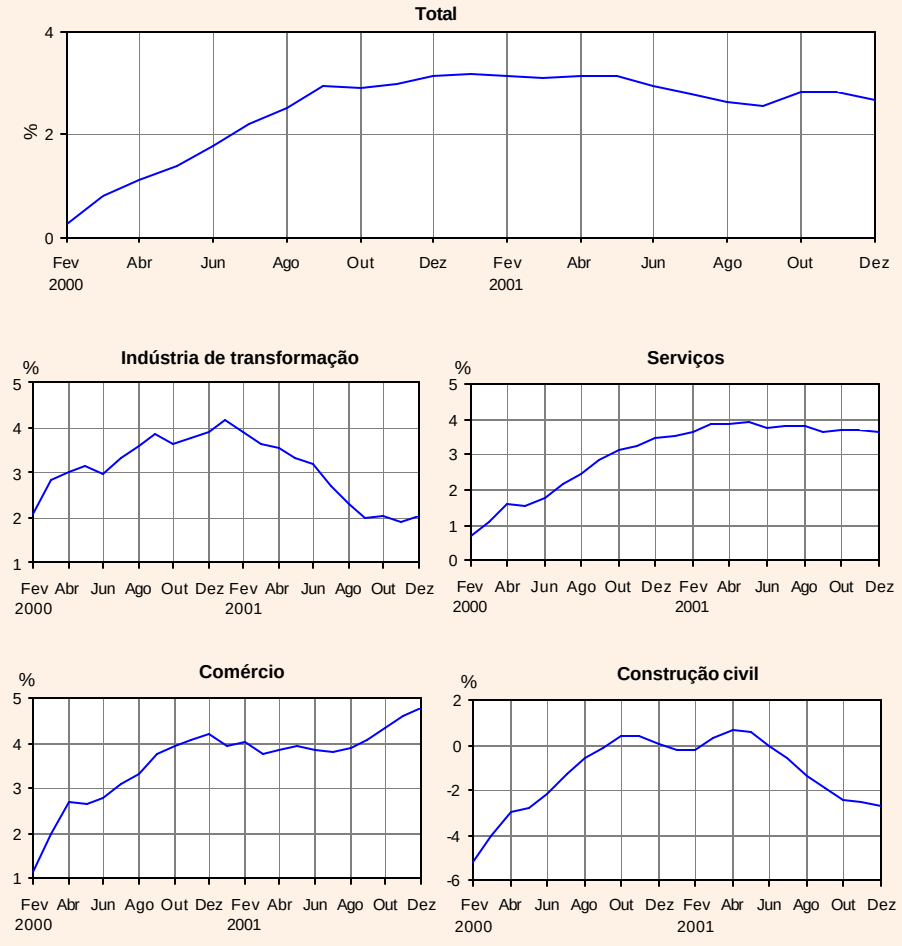
De acordo com o MTE, o emprego formal registrou 591,1 mil novos postos em 2001, consistindo no segundo ano com variação positiva após 1995, uma vez que, no ano anterior, haviam sido criados 657,6 mil empregos com carteira assinada. Na média anual, em 2001, o emprego cresceu 2,9%, maior taxa dos últimos quinze anos, assinalando-se que essa recuperação procedeu de modo contínuo ao longo do ano, conforme evidenciado na série dessazonalizada. Por setores de atividade, a indústria de transformação registrou 103,8 mil novos postos, o comércio, 209,8 mil, e os serviços, 311 mil. Apenas na construção civil houve declínio do emprego formal, com extinção de 33,4 mil ocupações.

Em relação ao seguro-desemprego, segundo o MTE, registrou-se concessão do benefício para 4,64 milhões de pessoas em 2001, do total de 4,74 milhões de requerentes, o que representou aumento de 11,2% no número de solicitações, comparando-se com o ano antecedente. À semelhança dos dois últimos anos, ocorreu aumento na quantidade de benefícios nas três primeiras faixas de renda

Gráfico 1.8

Nível de emprego formal

Variação percentual em 12 meses



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

consideradas e decréscimo nas demais. Enquanto, em 2000, as faixas até um salário mínimo, entre um e 1,5 salário e entre 1,51 e dois salários mínimos apresentaram variações respectivas de 7,1%, 11,2% e 1,3%, em 2001, as variações totalizaram 19,5%, 29,6% e 16,2%.

No setor industrial, a reversão favorável observada no volume de emprego em 2000, após anos seguidos de queda acentuada nesse indicador, não se manteve além dos cinco primeiros meses de 2001, refletindo o arrefecimento do nível de atividade econômica. Conforme pesquisa semanal da Fiesp, junto a 47 sindicatos patronais no estado de São Paulo, de janeiro a maio, o nível de emprego acumulou alta de 0,5%, enquanto, no restante do ano, as demissões superaram as admissões, resultando em eliminação de 32,4 mil ocupações em doze meses, o que correspondeu à queda

de 2%. O Índice de Emprego Industrial da Fiesp apresentou alta de 0,6% no ano, influenciado pela expansão do primeiro semestre, quando foi registrada elevação de 1,7%, ante igual período de 2000.

Os dados da CNI, referentes ao pessoal empregado no setor industrial em doze estados, apresentaram resultados semelhantes aos divulgados pela Fiesp. A partir de maio, o nível de emprego revelou trajetória descendente, que se manteve até o final do ano. Mesmo assim, registrou-se crescimento de 1,1% em relação ao número de empregos existentes ao término de 2000. Os estados que apresentaram melhor desempenho foram Paraná, com aumento de 9%, Amazonas, 6,2%, e Rio Grande do Sul, 4,7%. As quedas mais expressivas foram registradas no Rio de Janeiro, com variação de 6,1%, e Goiás, 5,3%.

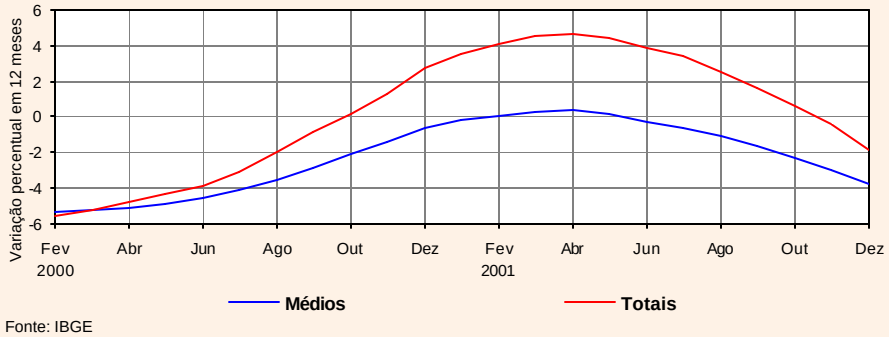
Indicadores de salários e rendimentos

O comportamento dos indicadores de salários e rendimentos não foi uniforme em 2001. Enquanto as pesquisas domiciliares registraram redução generalizada dos recebimentos, em todos os setores e categorias ocupacionais examinados, as avaliações referentes à indústria de transformação evidenciaram a existência de ganhos reais.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE, os salários médios de admissão elevaram-se 8% em 2001, ante o patamar do ano antecedente, correspondendo a R$454,03. Deflacionado pelo INPC médio do ano, o crescimento reduz-se a 0,5%. O maior aumento real ocorreu na agropecuária, 3,6%, segmento onde o salário de admissão médio é o menor dentre os setores considerados, R$255,46. Também registraram-se variações reais positivas no ano na construção civil, 1,6%, e em serviços, 0,3%. No comércio, houve estabilidade e, na indústria de transformação, queda de 1,6%. Observe-se, entretanto, que, apesar da queda real do salário de admissão nesse setor, a massa salarial apresentou ganhos, conforme estatísticas da Fiesp e da CNI.

Gráfico 1.9

Rendimentos reais - médios e totais



Fonte: IBGE

O rendimento médio das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC, diminuiu 3,8% em 2001, quarto ano consecutivo de queda, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas. A redução de poder aquisitivo em 2001, mais intensa do que no ano anterior, refletiu, basicamente, a perda de dinamismo do nível de atividade, bem como as taxas de inflação mais elevadas. A análise por setores mostra que a perda ocorreu de modo generalizado entre os principais ramos de atividade econômica, sendo a maior queda verificada no comércio, de 5,7%, seguido pela construção civil, 5,2%, indústria de transformação, 5,1%, serviços, 3,4%, e outras atividades, 1,8%. Quanto às categorias ocupacionais, constatou-se contração generalizada, sendo a maior a assinalada para os trabalhadores com carteira assinada, de 4,7%. As demais quedas totalizaram 2,6% para empregadores, 2,1% para empregados sem carteira e 1,3% para trabalhadores por conta própria.

Quadro 1.17 - Rendimento médio real das pessoas ocupadas[1/]

Variação percentual

Discriminação	1999	2000	2001
Total	- 5,5	- 0,6	- 3,8
Setores de atividade			
Indústria de transformação	- 7,5	- 1,9	- 5,1
Construção civil	- 6,8	1,9	- 5,2
Comércio	- 6,7	2,6	- 5,7
Serviços	- 4,9	- 0,9	- 3,4
Posição na ocupação			
Com carteira	- 4,2	- 1,0	- 4,7
Sem carteira	- 1,3	0,7	- 2,1
Conta própria	- 7,3	- 0,8	- 1,3
Empregadores	- 10,8	0,2	- 2,6

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Os indicadores de rendimentos apurados por entidades do setor industrial mostraram, em 2001, continuidade da recuperação iniciada no ano anterior. Nesse sentido, os salários reais médios pagos na indústria paulista, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), registraram alta de 6,1% comparativamente a 2000, conforme pesquisa realizada pela Fiesp. A massa salarial real expandiu 6,4%, ante 3,8% no período anterior. Adicionalmente, levantamento realizado em doze estados pela CNI indicou elevação de 3,2% da massa salarial real média da indústria, após deflacionada pelo INPC.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Seade em conjunto com o Dieese, na Região Metropolitana de São Paulo, os rendimentos médios reais apresentaram reduções mais intensas em 2001 do que nos anos anteriores. Considerando estatísticas deflacionadas pelo Índice de Custo de Vida do Dieese (ICV/Dieese), o total de ocupados recebeu, em média, de janeiro a novembro, 8,2% a menos do que no ano anterior, redução superior à ocorrida para o total de assalariados, 6,8%. Para os trabalhadores do setor privado, a maior perda verificou-se para os empregados sem carteira assinada, 9,5%, enquanto, para os com carteira, a redução média situou-se em 6%.

O salário mínimo foi fixado em R$180,00 a partir de abril, atingindo o equivalente a US$76,18 em dezembro de 2001.

Indicadores de preços

A evolução dos preços em 2001 esteve influenciada pelos choques adversos ocorridos no ano, sobretudo os de origem externa, que exerceram pressões sobre o câmbio, com repercussões diretas no comportamento dos preços administrados e dos preços livres. Além disso, o aumento da demanda externa de carnes e a restrição da oferta de produtos agrícolas importantes na cesta do consumidor pressionaram os preços da alimentação.

As taxas de inflação registradas no início do ano foram relativamente elevadas, em parte devido a fatores sazonais, como mensalidades escolares e alimentos *in natura*, e aos reajustes dos preços administrados, como ônibus urbano e energia elétrica, em capitais do país com peso expressivo na composição dos índices. Além disso, a contribuição sazonal favorável advinda com a safra de grãos foi menos intensa, comparativamente a 2000, a despeito do novo recorde estabelecido na produção, haja vista que as safras de itens importantes para abastecimento interno, como arroz e feijão-preto, registraram quedas.

No segundo trimestre do ano, a inflação manteve-se praticamente estável, registrando percentuais próximos a 0,5% a.m. As taxas relativas aos principais indicadores não arrefeceram, apesar do recuo dos preços da gasolina no início de abril e da desaceleração das taxas dos itens de origem agropecuária, em virtude do arrefecimento dos preços de cereais e dos produtos *in natura*, que haviam registrado fortes altas nos meses anteriores. Esse comportamento esteve associado aos efeitos da variação do câmbio, perceptível nesse período, principalmente sobre os preços de produtos alimentares industrializados, de artigos de limpeza e de utensílios domésticos. Assinale-se que os segmentos de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, também sensíveis ao câmbio, não apresentaram altas de preços no período, em parte como conseqüência dos efeitos da crise energética sobre a demanda desses

produtos. Além de pressões advindas da desvalorização do câmbio, a inflação do segundo trimestre refletiu os reajustes de ônibus urbano e serviços de água e esgoto, bem como a elevação de 19,2% do salário mínimo, com impacto maior sobre o item empregado doméstico.

Os aumentos dos preços administrados configuraram-se no principal fator de pressão sobre os preços no terceiro trimestre, sobretudo em julho. Além do aumento dos preços dos combustíveis, o mês concentrou reajustes de telefonia fixa em todo o país e de energia elétrica em São Paulo, capital com maior participação na composição dos índices nacionais. Como conseqüência desses aumentos e, ainda, em função da continuidade de altas nos preços de alimentos industrializados, as variações dos principais índices de preços no mês foram as maiores do ano. Nos meses subseqüentes, verificou-se recuo gradual das taxas, em virtude do esgotamento desses impactos.

Quadro 1.18 - Preços administrados: principais itens na composição do IPCA em 2001
Variação percentual

Discriminação	IPCA		
	Pesos[1/]	Variação acumulada	Contribuição acumulada
Índice (A)	100,0	7,7	7,7
Transporte público	7,1	15,9	1,0
Energia elétrica	3,9	17,9	0,6
Gasolina	4,4	7,2	0,3
Empregado doméstico	3,3	8,1	0,3
Taxa de água e esgoto	1,6	15,5	0,2
Telefone fixo	3,0	7,6	0,2
Gás de bujão	1,4	15,6	0,2
Plano de saúde	2,6	4,3	0,1
Óleo diesel	0,1	15,7	0,0
Óleo combustível	...	...	...
Total (B)	27,3	...	2,9
Participação (B/A)			0,4

Fonte: IBGE e FGV

1/ Em dezembro de 2001.

O início de recuperação do nível de atividade, observado ao final do ano, possibilitou que setores em que se faziam presentes pressões sobre custos, sobretudo os decorrentes do comportamento do câmbio no segundo e terceiro trimestres, repassassem-nas aos consumidores finais. Assim, observaram-se aumentos de preços de móveis e utensílios domésticos, de aparelhos eletroeletrônicos e de produtos farmacêuticos. Além disso, assinale-se a evolução dos gastos com alimentação, principalmente em virtude dos aumentos dos preços de carnes e cereais.

Índices gerais de preços

Os índices gerais de preços calculados pela FGV têm como componentes os índices de preços ao consumidor, com peso de 30%, os índice de preços por atacado, com peso de 60%, e o índice nacional de custo da construção, com peso de 10%. Em 2001, as variações dos índices gerais superaram as dos índices de preços ao consumidor, em função da maior variação dos preços praticados no comércio atacadista, mais sensíveis às variações cambiais e a flutuações da oferta de produtos agrícolas. O Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna (IPA-DI) registrou aumento de 11,9% no ano, tendo os preços dos produtos agrícolas aumentado 16%, e os dos produtos industriais, 10,3%. Os preços ao consumidor, aferidos pelo Índice de Preços de Consumidor - Brasil (IPC-Br), variaram 7,9%, e o os custos da construção, segundo o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), 8,8%. Com esses resultados, o IGP-DI assinalou inflação de 10,4% em 2001. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) e o Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10), que diferem basicamente pelo período mensal de coleta, acusaram crescimentos de 10,4% e 10,8%, respectivamente.

Índices de preços ao consumidor

O IPCA acumulou variação de 7,7% em 2001. O indicador, calculado pelo IBGE, reflete a variação dos preços para famílias com recebimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos e serve como parâmetro para o regime de metas de inflação. Como assinalado, a influência da desvalorização cambial e a quebra de safra de produtos importantes na mesa do consumidor brasileiro foram os principais fatores de pressão no ano. Em decorrência desse último, assinalem-se os aumentos, acumulados em 2001, de 162% nos preços do feijão-preto e de 43,6% nos preços do arroz. Em relação a preços que refletem a evolução do câmbio, devem-se assinalar os aumentos dos preços dos alimentos industrializados, 9,7% no ano, com destaque para panificados, cuja elevação de 19% refletiu, basicamente, a importação de matéria-prima, e óleos e gorduras, principalmente pelo óleo de soja, com aumentos de preços da ordem de 33,2%.

As expectativas do mercado para a variação do IPCA em 2001 situavam-se, no início do ano, em patamar próximo à taxa estabelecida pelo regime de metas para a inflação. Influenciadas pelo comportamento do câmbio e pela alta dos preços administrados, as estimativas foram revistas sistematicamente para percentuais maiores, ao longo dos meses, sofrendo alterações mais intensas em maio, julho e agosto. Em janeiro, a mediana das estimativas das consultorias e instituições financeiras situava-se em 4,2%.

Quadro 1.19 - Participação dos grupos no IPCA em 2001

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Pesos[1/]	Variação acumulada no 1º semestre	Variação acumulada no 2º semestre	Contribuição acumulada no ano	Participação no índice[2/]
IPCA	100,0	3,0	4,6	7,7	100,0
Alimentação e bebidas	22,2	4,4	5,0	2,1	27,6
Habitação	15,9	4,0	5,2	1,5	19,4
Artigos de residência	5,7	0,8	4,3	0,3	3,9
Vestuário	5,4	0,0	4,9	0,3	3,5
Transportes	22,0	3,0	4,9	1,8	22,8
Saúde e cuidados pessoais	10,8	1,0	3,2	0,5	6,0
Despesas pessoais	9,5	2,2	4,6	0,7	8,6
Educação	4,9	5,7	1,5	0,4	4,6
Comunicação	3,5	1,8	5,7	0,3	3,5

Fonte: IBGE

1/ Média de 2001.
2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

O INPC, também calculado pelo IBGE, acumulou variação de 9,4% em 2001. Esse indicador difere do IPCA principalmente no que se refere à população-objetivo,que corresponde às famílias que percebem renda mensal entre 1 e 8 salários mínimos. Por essa razão, a alimentação e os produtos administrados, sobretudo transportes públicos e energia elétrica, possuem maior peso no INPC do que no IPCA, o que justifica a variação mais acentuada registrada no primeiro índice, uma vez que esses itens foram importantes fatores de pressão inflacionária ao longo do ano.

Quadro 1.20 - Participação de bens e serviços no IPCA em 2001

Variação percentual

Grupos	IPCA			
	Pesos[1/]	Variação acumulada no ano	Contribuição acumulada no ano	Participação no índice[2/]
IPCA	100,0	7,7	7,7	100,0
Bens duráveis	11,5	4,5	0,6	7,8
Bens semi-duráveis	7,3	5,5	0,5	6,4
Bens não-duráveis	31,5	8,7	2,7	35,2
Administrados	30,6	10,4	3,0	39,2
Serviços	19,2	4,5	0,9	11,3

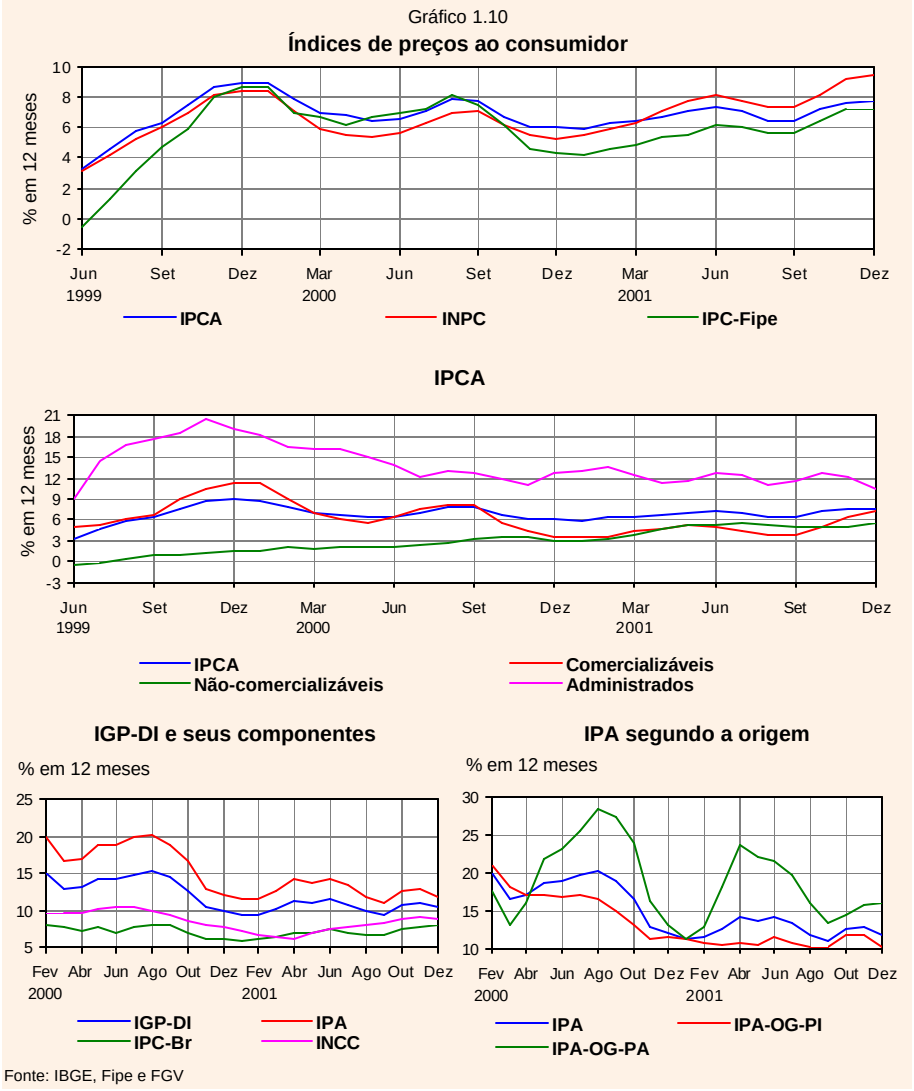
Fonte: IBGE

1/ Em dezembro de 2001.
2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

O IPC-Fipe, calculado para famílias com recebimento entre 1 e 40 salários mínimos na Região Metropolitana de São Paulo, acusou inflação de 7,1% em 2001.

O IPC-Br, calculado pela FGV, passou a ter abrangência nacional desde janeiro de 2001, sendo pesquisado em doze capitais do país. Até então, o índice resultava da composição das variações de preços apenas das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. No ano, o índice acumulou crescimento de 7,9%. Desse percentual, os preços administrados foram responsáveis por 3 p.p., ou 43% da variação, com destaque para os aumentos verificados nas tarifas de energia elétrica, 27,4%, ônibus urbano, 20%, e nas taxas de água e esgoto, 12,8%. Além desses, influenciaram, notadamente, a inflação do ano, os aumentos dos gastos com alimentação, em especial os registrados para os preços de óleo de soja, 46,1%, arroz, 38,5%, feijão, 27,6%, e pão francês, 19,8%.

Gráfico 1.10



Fonte: IBGE, Fipe e FGV

Preços administrados

Entende-se por preços administrados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governo federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como, por exemplo, nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

Em 2001, os preços administrados contribuíram com cerca de 39% da variação do IPCA, equivalente a 3,01 p.p. da variação de 7,67% registrada pelo índice no ano. Os itens que mais pressionaram a inflação do período foram a gasolina e as tarifas de ônibus urbanos, de telefone fixo e de energia elétrica.

A evolução dos preços dos itens citados representou aproximadamente 60% da participação dos preços administrados no ano. Os preços da gasolina foram reajustados em três datas: 6 de abril, 6 de julho e 5 de outubro, seguindo como critério a fórmula paramétrica que considera a cotação internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Tal procedimento foi extinto no início de 2002, quando os preços dos combustíveis, em nível de refinaria, foram liberados. No ano, os preços da gasolina subiram 7,2%.

Os custos dos transportes públicos, cujas tarifas são determinadas no âmbito das administrações municipais, foram também pressionados pelos preços dos combustíveis, sobretudo do óleo diesel, que assinalou alta de 15,7%. Observe-se que, em todas as capitais, ocorreu reajuste das passagens de ônibus urbano, excetuando-se Brasília e Belo Horizonte. Em média, as tarifas de ônibus urbano aumentaram 15,5%.

Em relação às tarifas de telefonia fixa, os reajustes são autorizados às concessionárias, a cada doze meses, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que leva em consideração a incidência do IGP-DI sobre o conjunto de serviços prestados. A variação das tarifas no ano alcançou, em média, 7, 6%.

Em 2001, a média dos reajustes das tarifas de energia elétrica alcançou 17,9%, variando de 14,9%, em Salvador, a 28,4%, em Belém. Esses reajustes seguem cronograma definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que determina o período de reajuste anual para cada uma das concessionárias. O percentual autorizado pela Agência leva em consideração os custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M acumulado nos doze meses anteriores, e os custos não gerenciáveis, como energia comprada, consumo de combustíveis e compensação financeira pela utilização dos recursos.

II

MOEDA E CRÉDITO

Política monetária

Ao final de 2000 e início de 2001, as expectativas quanto à evolução da economia brasileira mostravam-se favoráveis, reflexo da trajetória consistente dos fundamentos macroeconômicos internos e da baixa volatilidade nos mercados internacionais. Naquele cenário, a meta para a taxa Selic atingiu seu nível mais baixo, 15,25% a.a., em 17 de janeiro, correspondendo à taxa real de juros *ex-ante*, adotando-se o ponto médio do intervalo estabelecido para a meta para inflação do ano, inferior a 11% em 2001. Ressalte-se que esse nível de taxa Selic real seria semelhante ao ocorrido no ano 2000, quando o crescimento do produto e da renda *per capita* corresponderam a 4,4% e 3%.

A partir de meados de março, tornou-se prioritária a adequação do ritmo de crescimento da demanda agregada aos choques transitórios de oferta representados pelos riscos de impactos da depreciação cambial e, posteriormente, pelas restrições de suprimento de energia elétrica, sobre os preços ao consumidor. No que se refere à trajetória ascendente assumida pela taxa de câmbio, considerou-se que as pressões por repasses de preços seriam crescentes, ainda que os patamares alcançados não fossem percebidos como permanentes, podendo gerar alterações nos preços relativos e tentativas de realinhamento de preços.

Em resposta às referidas pressões, a Autoridade Monetária promoveu o aumento da oferta de moeda estrangeira no mercado interno, por meio de elevações nas metas para taxa de juros de curtíssimo prazo que favorecessem melhor ajustamento da curva de juros doméstica, de leilões esporádicos de dólares no mercado à vista, que passaram a ser diários e de modo sistemático a partir de julho, assim como de colocações líquidas de títulos indexados à moeda estrangeira.

Em tais circunstâncias, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu elevações graduais na meta para a taxa Selic a partir da reunião encerrada em 21 de março, situando-a em 19% a.a. em 18 de julho, o que representou retorno ao patamar vigente

no primeiro trimestre de 2000. Essa meta para a taxa básica de juros foi mantida até o final do ano.

Ao final de setembro, medidas adicionais foram adotadas com vistas a desestimular a retenção de moeda estrangeira por agentes internos. Nesse sentido, foram reativados os recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo, cuja alíquota foi elevada de 0% para 10%. Como essas exigibilidades são cumpridas em títulos federais, a reativação reduziu o potencial do sistema financeiro em se posicionar em moeda estrangeira. Adicionalmente, a parcela mínima das exigibilidades sobre recursos à vista que deve ser mantida como reservas bancárias passou de 60% para 80% da posição média, visando reduzir o potencial para retenção de moeda estrangeira no curtíssimo prazo. Assinale-se que a alíquota de recolhimento compulsório sobre recursos à vista, que é cumprida pelo critério de posição média em duas semanas de movimentação, foi mantida em 45%.

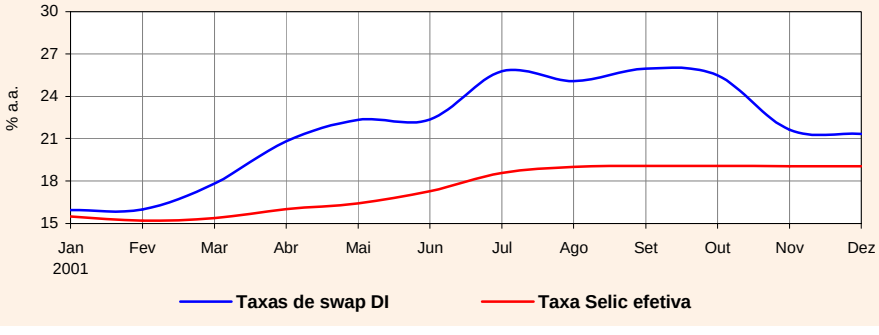
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a diluição, ao longo dos quatro exercícios subseqüentes, dos efeitos da variação cambial ocorrida em 2001 sobre os resultados contábeis das companhias abertas. Esse diferimento tende a minimizar a demanda por *hedge* sem efetiva necessidade financeira, destinada tão somente a sustentar resultados contábeis que não comprometeriam a solvência da empresa.

Ao final de setembro, o CMN reduziu os limites para exposição cambial das instituições financeiras. As restrições conjunturais vigentes e os reduzidos prazos concedidos para o ajustamento induziram que o ajuste ocorresse por meio da redução de posições em moeda estrangeira, ao invés da capitalização ou alterações em outras posições.

Os efeitos dessas medidas, associados à percepção do mercado quanto à dissociação dos efeitos da intensificação da crise econômica argentina sobre a economia brasileira, levaram à reversão de expectativas desfavoráveis, expressa

Gráfico 2.1

Taxas de *swap* DI x Selic efetiva



na evolução de indicadores do mercado financeiro. Nesse sentido, assinalem-se as reduções da estrutura a termo de taxa de juros, a partir do início de outubro, com as taxas de *swap* Depósito Interbancário (DI) x pré de um ano recuando de 26,5% para 20,2% ao final de dezembro; e, também, da taxa de câmbio, a partir de meados daquele mês, com a cotação do dólar comercial reduzindo-se em torno de 16% até o final do ano.

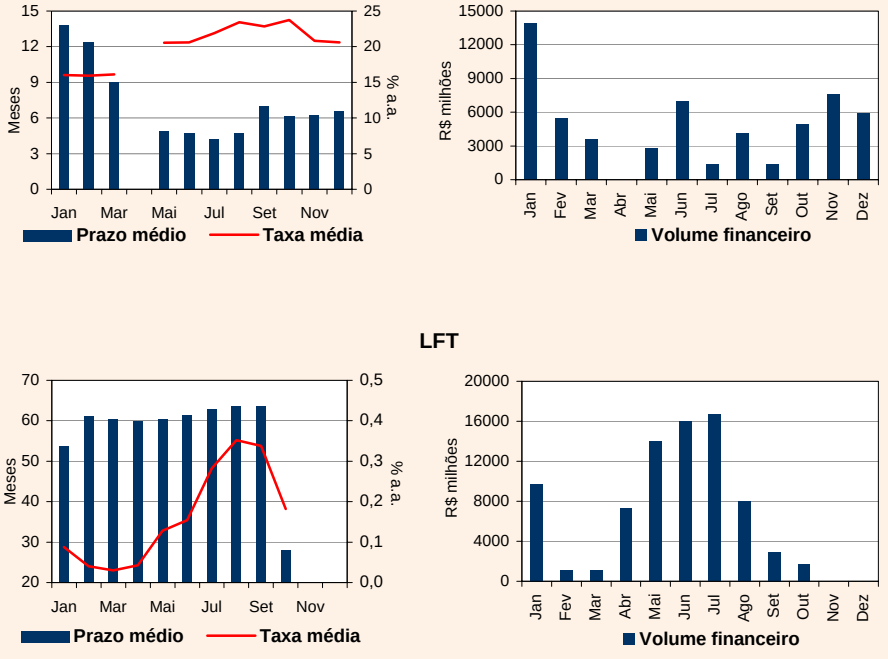
Títulos públicos federais

As operações com títulos públicos federais em 2001 foram influenciadas pelo cenário econômico internacional, marcado pela redução do crescimento global e pela crise na Argentina, e seus reflexos na economia nacional, notadamente as pressões sobre a estrutura a termo da taxa de juros e o crescimento da volatilidade cambial. Nesse sentido, ao longo do ano a conjuntura adversa obstruiu avanços para o atingimento, simultaneamente, dos dois objetivos principais da política de administração da dívida mobiliária federal: a ampliação da participação dos títulos prefixados no conjunto da dívida e o alongamento do prazo médio dos títulos. Buscando reduções do risco de refinanciamento e dos custos de carregamento, optou-se pelo alongamento do prazo da dívida pública. Dessa forma, observou-se significativo progresso no alongamento do prazo dos títulos, enquanto a participação de títulos prefixados no total da dívida mobiliária federal emitida competitivamente reduziu-se de 21,4% ao final de 2000 para 11,8% ao final de 2001.

No início de 2001 foram ofertados regularmente títulos prefixados – Letras do Tesouro Nacional (LTN) – com prazos de 12 e 18 meses, tendo destaque a colocação em janeiro, através de leilão de oferta firme, de LTN com prazo de 27 meses e taxa média de 16,04% a.a. Em meados de março, com o primeiro aumento da meta para a Selic no ano e as pressões sobre a curva de juros, as colocações de títulos prefixados foram interrompidas, sem no entanto provocar alterações significativas na composição da dívida, devido ao reduzido volume de vencimentos de títulos nesse mês e no seguinte. Paralelamente, a partir de abril foi observado aumento progressivo no volume de colocações de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos remunerados pela taxa Selic, e simultâneo crescimento no deságio registrado na colocação desses títulos, que até o mês de abril apresentaram rentabilidade acima da Selic de cerca de 0,05% a.a., elevando-se progressivamente até alcançar o máximo de 0,41% a.a. em agosto.

A retomada das colocações de LTN se deu em maio, sendo ofertados títulos de prazo mais curto, entre 4 e 7 meses, à taxas próximas de 20% a.a. Com o aumento das incertezas ligadas principalmente ao ambiente externo, observou-se gradual crescimento da taxa desses títulos, atingindo o seu ponto máximo no início de outubro, com 24,28% a.a. para prazo de seis meses. No final do ano, com a

Gráfico 2.2
Leilões de títulos públicos federais

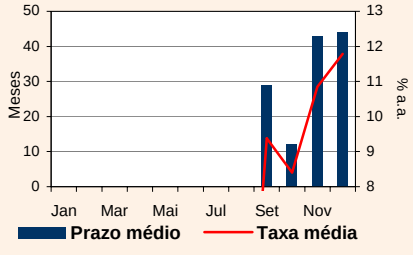


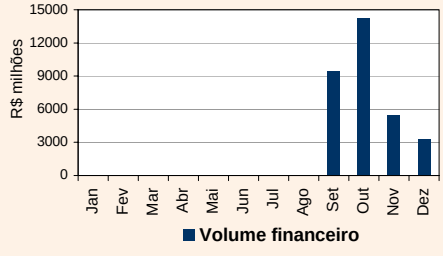
perspectiva do mercado de desassociar as situações econômicas do Brasil e da Argentina, foi reaberto o espaço para colocação de títulos prefixados de prazos mais longos, que atingiram patamar em torno de dezesseis meses, inicialmente com *spread* de 5,8 p.p. sobre a taxa *overnight*, logo em seguida reduzido para 3 p.p. Em outubro foram suspensas as emissões de LFT, indexadas à Selic, devido à redução na demanda por esses títulos, já que o mercado nesse momento preferia títulos indexados à variação cambial, e dando prosseguimento à estratégia de reduzir a vinculação da dívida mobiliária federal à taxa básica de juros.

Adaptando-se à determinação da Lei Complementar 101 (LRF), que estabelece o encerramento das emissões de títulos pelo Banco Central a partir de maio de 2002, o Tesouro Nacional e o Banco Central deram início ao processo de transição na administração da dívida interna indexada à variação cambial. No início de setembro o Tesouro Nacional voltou a fazer colocações de títulos cambiais, as Notas do Tesouro Nacional - Série D (NTN-D), e ao final daquele mês o Banco Central deixou de colocar no mercado os seus papéis cambiais, as Notas do Banco Central - Série Especial (NBCE). Ao mesmo tempo, buscou-se a adequação da carteira do Banco Central com títulos do Tesouro Nacional (NTN-D), afastando a possibilidade de problemas de descontinuidade na condução das políticas cambial e monetária.

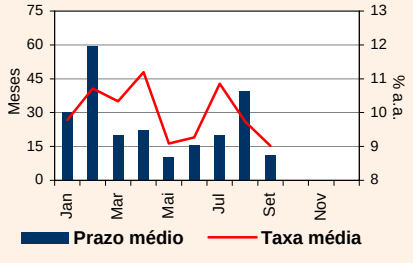
A colocação de títulos indexados à variação do câmbio em 2001 esteve fortemente vinculada ao aumento da volatilidade observada nesse mercado. As colocações de NBCE iniciaram o ano marcadas por crescente alongamento nos prazos desses títulos, alcançando seis anos em meados de fevereiro, frente ao prazo de apenas dois anos observado no final do ano 2000. O prazo das colocações de títulos cambiais foi reduzido nos momentos mais agudos de incerteza quanto à taxa de câmbio, quando foram colocados títulos de seis meses. Em tais circunstâncias, também realizaram-se colocações líquidas dessa modalidade de títulos, a fim de oferecer ao mercado instrumentos de proteção. As colocações líquidas de títulos cambiais ocorreram especialmente nos meses de junho, setembro e outubro, quando atingiram R$7,3 bilhões, R$13,1 bilhões e R$7,5 bilhões, respectivamente. Em decorrência, a participação de títulos indexados à variação cambial na dívida mobiliária total, ambas emitidas competitivamente, passou de 27,5%, ao final de 2000, para 37,8%, ao final de 2001.

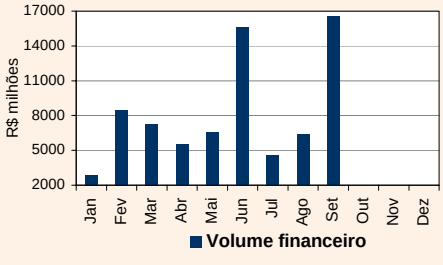
Gráfico 2.3
Leilões de títulos públicos federais
NTN-D





NBCE





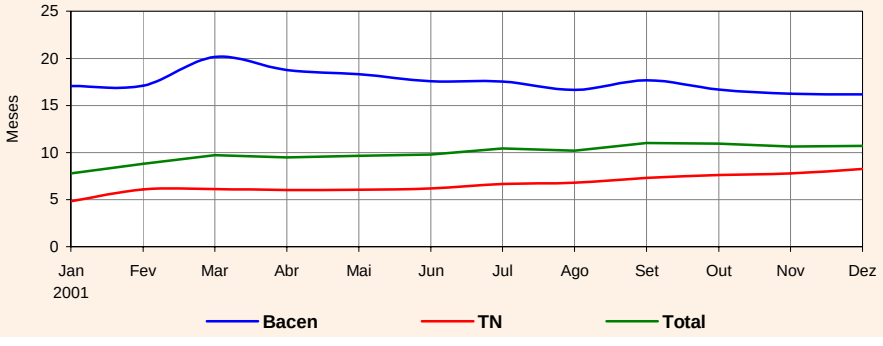
É importante ressaltar que a oferta de títulos indexados à variação cambial como instrumento de proteção ao mercado reduziu os encargos financeiros da dívida pública. A aversão ao risco geralmente leva o mercado a esperar desvalorização cambial superior à que efetivamente vem a ocorrer. Dentre os eventos nessa direção vale destacar o leilão de títulos cambiais de 21 de setembro, colocados à taxa média

de 5,57% a.a., quando o dólar estava cotado a R$2,80. Esses títulos em 31 de dezembro, com o dólar a R$2,32, acumularam rentabilidade de -15,9%, enquanto a capitalização da taxa Selic no período atingiu 4,75%.

Como resultado da estratégia adotada, a tendência de alongamento do prazo da dívida pública federal observada nos últimos anos teve prosseguimento em 2001. Ao final do ano 2000 o prazo médio dos títulos públicos federais emitidos em oferta pública era de 15,93 meses, e ao término de 2001 esse prazo havia se expandido 59,9%, alcançando 25,47 meses. Esse crescimento se deve à expressiva expansão do prazo dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, já que o Banco Central limitou sua atuação à colocação de títulos cambiais como instrumento de proteção frente à variação cambial no curto prazo e não realizou novas colocações nos três últimos meses do ano. De fato, o prazo médio dos títulos públicos emitidos pela autoridade monetária reduziu-se de 17,81 meses em 2000 para 15,77 meses ao final de 2001, ao passo que o prazo médio dos títulos do Tesouro Nacional aumentou de 15,36 meses no final do ano 2000 para 29,4 meses em 2001.

Também foram obtidos progressos no que se refere à duração média dos títulos federais emitidos competitivamente, que se expandiu de 6,37 meses para 10,47 meses, evidenciando redução da exposição da dívida mobiliária à volatilidade da taxa básica de juros. Essa evolução deveu-se basicamente ao aumento da participação dos títulos indexados à variação cambial no total da dívida mobiliária federal, que tiveram sua duração elevada de 16,3 meses para 16,7 meses. Adicionalmente, é de se ressaltar a contribuição das colocações regulares de Notas do Tesouro Nacional - Série C (NTN-C), títulos de longo prazo indexados ao IGP-M, fazendo com que os mesmos ampliassem sua participação no total da dívida mobiliária de 1,8% para 5,3% com duração média expandindo-se de 37,78 para 72,27 meses.

Gráfico 2.4
Duração média mensal

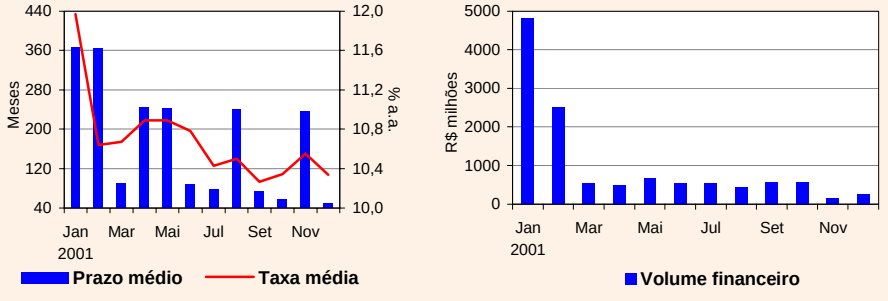


O percentual da dívida pública mobiliária federal com vencimento nos próximos doze meses, importante indicador das necessidades de refinanciamento no curto prazo,

mostrou resultados positivos nesse ano, sendo reduzido de 42,4% no final de 2000 para 25,6% no final de 2001. Esse resultado foi melhor que o previsto, já que o Tesouro Nacional em seu Plano Anual de Financiamento de 2001 havia estabelecido 27,1% como meta. Dessa forma, as condições para o refinanciamento da dívida mobiliária federal em 2002 deverão ser mais favoráveis.

As colocações regulares ao longo do ano de NTN-C – títulos indexados ao IGP-M – com prazos de vencimento entre 4 e 30 anos tiveram papel importante na estratégia de completar mercados e gerar parâmetros de taxa real de juros de longo prazo. As taxas de juros observadas nesse leilões, de cerca de 10,50% ao ano para os diversos prazos das colocações, dão uma boa indicação da taxa de juros real da economia no longo prazo. As colocações de NTN-C com vencimento em 10 e 20 anos consolidam a estrutura a termo de taxas de juros reais.

Gráfico 2.5
Leilões de títulos públicos federais
NTN-C



Os leilões de NTN-C são realizados em duas etapas, sendo que na primeira é estabelecido o preço dos títulos e o pagamento se dá em espécie, e na segunda o pagamento é através de créditos securitizados e outros títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, tais como Letras Financeiras do Tesouro - Série A (LFT-A), Letras Financeiras do Tesouro - Série B (LFT-B) e Certificado Financeiro do Tesouro - Série E (CFT-E). Dessa forma, e tendo em vista que cerca de 57% do total das NTN-C emitidas foram trocadas por outros títulos, podemos afirmar que os leilões de NTN-C também desempenham um papel importante no sentido de proporcionar maior padronização dos instrumentos da dívida pública. Ao longo de 2001 foram colocados R$13,8 bilhões em NTN-C, sendo R$6 bilhões recebidos em dinheiro e R$7,8 bilhões trocados por outros títulos.

Agregados monetários

A evolução dos agregados monetários em 2001 esteve condicionada à desaceleração da atividade econômica, ao volume das concessões de crédito e, em especial para os agregados mais amplos, à trajetória da taxa de câmbio e taxa básica de juros.

Consistente com os objetivos de política econômica, as metas estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas. Nesse contexto, a média dos saldos diários dos meios de pagamento somou R$78,9 bilhões em dezembro, acumulando crescimento de 12,2% no ano, correspondendo a R$30,6 bilhões em papel-moeda em poder do público e R$48,3 bilhões em depósitos à vista. O papel-moeda em poder do público, de forma consistente com a evolução da renda nominal, apresentou velocidade-renda estacionária, com a média dos saldos diários expandindo 14,8%. A velocidade-renda

Quadro 2.1 - Programação monetária

R$ bilhões

Discriminação		Base monetária restrita			Base monetária ampliada		
		Mínimo	Máximo	Ocorrido	Mínimo	Máximo	Ocorrido
2000	1º trimestre	38,4	45,1	40,9	417,2	489,8	469,5
	2º trimestre	35,4	41,5	37,9	455,8	535,1	501,9
	3º trimestre	33,9	39,8	38,1	483,9	568,0	521,3
	4º trimestre	42,1	49,4	46,3	489,2	574,3	538,7
2001	1º trimestre	41,5	48,8	43,3	510,0	598,7	565,3
	2º trimestre	40,6	47,6	43,9	525,7	617,1	593,8
	3º trimestre	41,4	48,6	45,1	590,2	692,8	646,2
	4º trimestre	46,9	55,1	52,8	610,0	716,1	646,7

(continua)

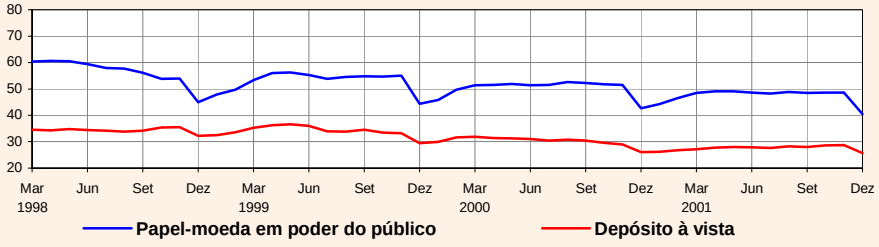
Quadro 2.1 - Programação monetária (continuação)

R$ bilhões

Discriminação		Meios de pagamento (M1)			Meios de pagamento (M4)		
		Mínimo	Máximo	Ocorrido	Mínimo	Máximo	Ocorrido
2000	1º trimestre	50,4	59,2	53,5	528,8	620,8	569,4
	2º trimestre	51,1	59,9	54,7	555,5	652,1	588,2
	3º trimestre	51,8	60,8	58,1	569,1	668,1	618,6
	4º trimestre	63,1	74,1	70,4	584,8	686,5	652,1
2001	1º trimestre	65,7	77,1	66,7	606,4	711,9	674,7
	2º trimestre	62,9	73,8	67,1	629,4	738,9	693,4
	3º trimestre	63,0	74,0	68,4	650,1	763,1	746,6
	4º trimestre	70,9	83,2	78,9	703,7	826,1	756,2

dos depósitos à vista mostrou discreta tendência de elevação, posicionando-se ao final do ano no mesmo patamar de dezembro de 2000 em resposta, basicamente, ao menor trânsito de recursos provenientes das concessões de empréstimos. Desse modo, o saldo médio do agregado cresceu 10,5% no ano.

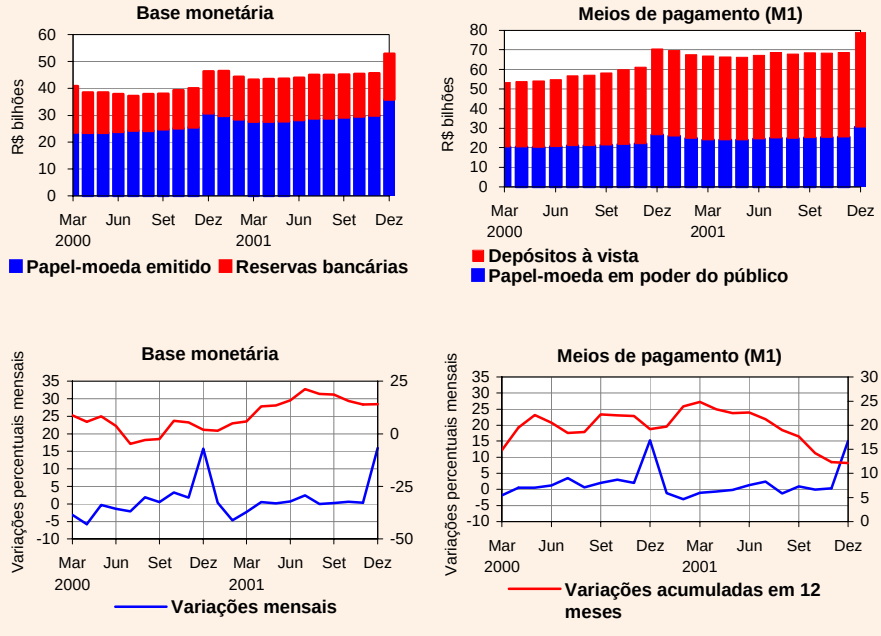
Gráfico 2.6
Papel-moeda em poder do público e depósito à vista - Velocidade renda[1/]



1/ Definida como a razão entre o PIB acumulado de 12 meses e valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado monetário.

A base monetária registrou comportamento estável no decorrer de 2001, em termos de saldo médio mensal, com moderada elevação a partir de julho, atingindo R$52,8 bilhões ao final de dezembro. A variação percentual de 14,1% em doze meses foi

Gráfico 2.7
Base monetária e meios de pagamento
Média dos saldos diários



condicionada à demanda por depósitos à vista, uma vez que não houve alteração da alíquota de recolhimento compulsório sobre recursos à vista em 2001. No mesmo período o saldo médio de papel-moeda emitido cresceu 16,4% e o de reservas bancárias, 9,6%.

Na condução da política monetária foram implementadas medidas visando reduzir a liquidez. Dentre essas medidas, cabe destacar a Circular 3.062, de 21.9.2001, que reativou os recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo, elevando a alíquota de 0% para 10%. Como essas exigibilidades são cumpridas em títulos federais, a reativação reduziu o potencial das instituições financeiras para retenção de moeda estrangeira.

No mesmo sentido, a Circular 3.063, de 26.9.2001, com efeitos a partir de primeiro de outubro, elevou o percentual mínimo do compulsório sobre recursos à vista que deve ser mantido como reservas bancárias pelos bancos criadores de moeda, de 60% para 80%. Uma vez que a alíquota de recolhimento compulsório sobre recursos à vista, que é cumprida pelo critério de posição média em duas semanas de movimentação, permaneceu em 45%, a elevação em 20% da parcela mantida compulsoriamente em espécie até o penúltimo dia do período de movimentação, visou reduzir o potencial para retenção de moeda estrangeira no curtíssimo prazo.

Simultaneamente, o CMN reduziu, ao final de setembro, os limites para exposição cambial das instituições financeiras, com prazo de quinze dias para enquadramento. As restrições conjunturais vigentes e os reduzidos prazos concedidos para o ajustamento induziram ao ajuste via redução de posições em câmbio, em vez da capitalização ou alterações em outras posições.

Com relação às fontes de emissão primária de moeda, as operações do setor externo foram as mais relevantes com impacto contracionista de R$18,6 bilhões, resultante das vendas líquidas de divisas efetuadas no mercado interbancário de câmbio, especialmente a partir de julho, quando adotaram-se intervenções diárias, processo derivado das incertezas dos agentes econômicos ante as dificuldades conjunturais internacionais e domésticas. O movimento líquido da conta única do Tesouro Nacional resultou em contração da base monetária de R$11,9 bilhões, registrando-se aumento de R$22,2 bilhões na arrecadação anual, que atingiu R$185 bilhões. Da mesma forma as operações com o sistema financeiro exerceram contração de R$5,2 bilhões, com destaque para a amortização de R$1,6 bilhão da dívida do Banco Nacional junto ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Os resultados apresentados proporcionaram, no mercado primário, colocações líquidas de R$9,8 bilhões de títulos do Banco Central e resgates líquidos de R$37,3 bilhões de títulos do Tesouro Nacional. O ajuste de liquidez efetivou-se

Quadro 2.2 - Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

Período	Recursos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos de poupança	Operações de crédito	FIF curto prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao Plano Real	40	-	15	-	-	-	-
1994 Jun	100	20	20	-	-	-	-
Ago	"	30	30	-	-	-	-
Out	"	"	"	15	-	-	-
Dez	90	27	"	"	-	-	-
1995 Abr	"	30	"	"	-	-	-
Mai	"	"	"	12	-	-	-
Jun	"	"	"	10	-	-	-
Jul	83	"	"	"	35	10	5
Ago	"	20	15	8	40	5	0
Set	"	"	"	5	"	"	"
Nov	"	"	"	0	"	"	"
1996 Ago	82	"	"	"	42	"	"
Set	81	"	"	"	44	"	"
Out	80	"	"	"	46	"	"
Nov	79	"	"	"	48	"	"
Dez	78	"	"	"	50	"	"
1997 Jan	75	"	"	"	"	"	"
1999 Mar	"	30	"	"	"	"	"
Mai	"	25	"	"	"	"	"
Jul	"	20	"	"	"	"	"
Ago	"	"	"	"	0	0	"
Set	"	10	"	"	"	"	"
Out	65	0	"	"	"	"	"
2000 Mar	55	"	"	"	"	"	"
Jun	45	"	"	"	"	"	"
2001 Set	"	10	"	"	"	"	"

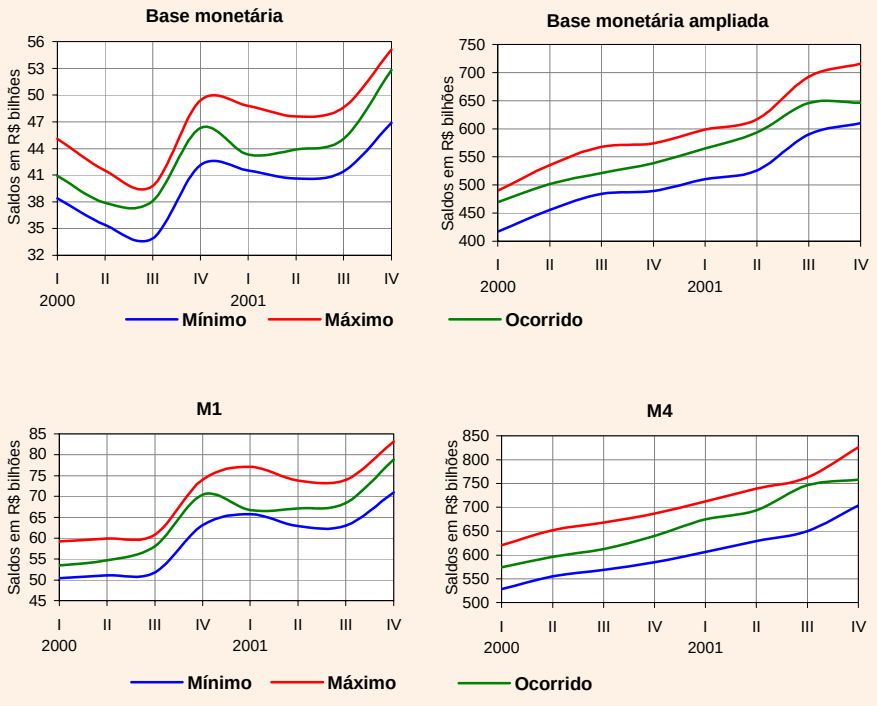
mediante, adicionalmente, resgates líquidos no mercado secundário, no valor de R$13,9 bilhões.

Quanto à base monetária ampliada, definida como os passivos monetário e mobiliário federal de grande liquidez, elevou-se 20%, encerrando o ano com saldo de R$646,7 bilhões. Esse desempenho deveu-se, principalmente, ao crescimento autônomo determinado pela atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado, que refletiu, em grande parte, a depreciação cambial no período, assim como as emissões especiais de R$39,5 bilhões, realizadas em junho e julho pelo Tesouro Nacional, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Atuando no sentido contracionista, as operações do setor externo e do Tesouro Nacional atenuaram o resultado.

Gráfico 2.8

Base monetária e meios de pagamento

Programação monetária e valores ocorridos



Os meios de pagamentos ampliados foram objeto de reformulação conceitual e metodológica, de sorte a adequá-los às tendências internacionais e aos critérios recomendados por organismos internacionais. Conceitualmente, a ênfase foi deslocada dos graus de liquidez para os sistemas emissores. Metodologicamente, todo o levantamento de dados passou a ser efetuado tendo como fonte os demonstrativos contábeis encaminhados ao Banco Central com base no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e nas informações oficiais de títulos públicos em mercado, expressas em posições de custódia do setor não emissor.

Desse modo, o conceito M2 composto do M1, dos depósitos de poupança e dos títulos emitidos pelas instituições financeiras, expandiu-se 13,3% no ano. O M3, que corresponde ao M2 mais a parcela da carteira dos fundos de renda fixa não incluída nos conceitos mais restritos e as operações compromissadas com títulos federais, cresceu 12,3% no mesmo período, refletindo, principalmente, a capitalização de seus componentes, sem alteração primária significativa. O M4, integrado pelo M3 e pelos títulos públicos em poder do setor não-financeiro, apresentou elevação de 16% no ano, atingindo R$756,2 bilhões, com moderada expansão primária devida, basicamente, às concessões de crédito pelo sistema financeiro.

Quadro 2.3 - Haveres financeiros

Saldos em final de período — R$ bilhões

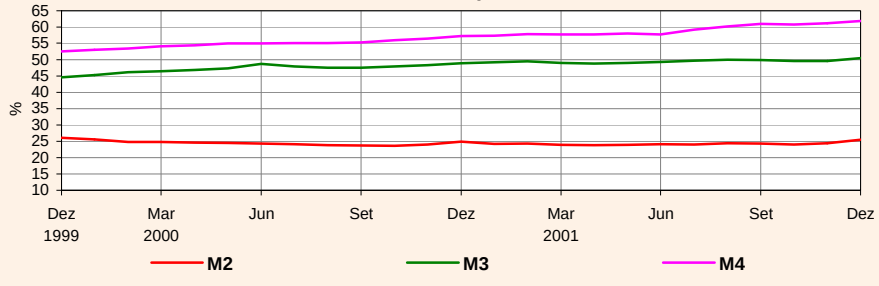
Período		M1	M2	M3	M4
2000	Jan	56,6	269,8	475,8	557,2
	Fev	54,0	261,5	485,8	562,5
	Mar	53,3	261,4	488,8	569,4
	Abr	53,7	259,8	492,6	571,7
	Mai	53,0	259,8	500,3	580,7
	Jun	54,7	260,1	521,3	588,2
	Jul	57,1	262,7	523,7	601,2
	Ago	56,6	264,1	526,8	610,4
	Set	59,5	264,8	532,1	618,6
	Out	60,2	265,7	540,1	630,7
	Nov	63,1	271,6	548,7	640,5
	Dez	74,4	283,8	556,6	652,1
2001	Jan	66,5	276,5	562,9	657,4
	Fev	68,3	279,8	570,2	666,5
	Mar	66,0	278,4	571,1	674,7
	Abr	65,8	279,6	573,8	679,5
	Mai	65,5	283,5	581,9	689,2
	Jun	66,4	289,1	590,9	693,4
	Jul	67,3	290,5	601,0	716,9
	Ago	67,6	295,6	607,0	731,0
	Set	68,5	296,6	610,2	746,6
	Out	67,5	295,9	612,5	750,8
	Nov	70,0	301,7	614,2	757,6
	Dez	83,7	321,6	625,1	756,2

Operações de crédito do sistema financeiro

O desempenho das operações de crédito ao longo de 2001 refletiu a deterioração das expectativas dos agentes econômicos frente aos fatores adversos a que foi submetida

Gráfico 2.9

Haveres financeiros - em percentuais do PIB[1/]



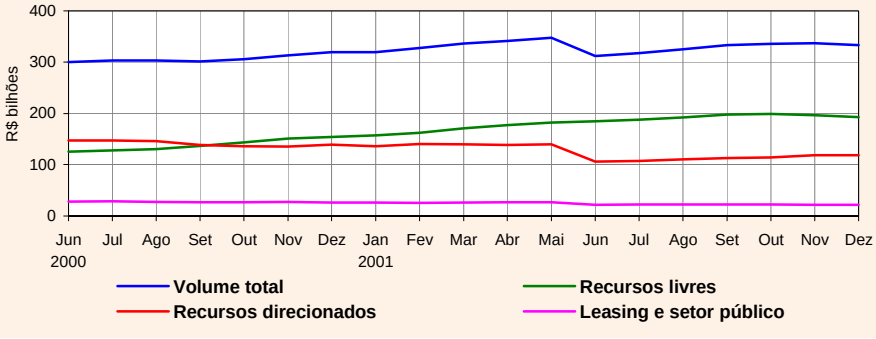
1/ PIB dos últimos 12 meses a preços do mês assinalado (deflator: IGP-DI centrado), tendo como base publicação do IBGE.

a economia brasileira nesse ano, contrastando com o cenário prevalecente em 2000, caracterizado por crescimento da atividade econômica, estabilidade da conjuntura internacional, ampliação da oferta de recursos e trajetória decrescente das taxas de juros. Nesse sentido, em 2001, observou-se redução da demanda por recursos para consumo e investimentos, ao mesmo tempo em que se constatou elevação do custo do crédito e maior seletividade das instituições financeiras em suas operações ativas. Como resultado, o volume total de crédito atingiu R$332,5 bilhões em dezembro, indicando crescimento moderado, 4,2%, em relação ao ano anterior.

A expansão das operações de crédito do sistema financeiro foi determinada pelo segmento de recursos livres, tendo em vista a retração significativa na parcela de recursos direcionados, ocorrida em junho de 2001, decorrente da diminuição dos empréstimos nas carteiras das instituições públicas federais. A redução nas operações com recursos direcionados e controlados foi determinada pelo Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, estabelecido por meio da MP 2.196, de 28.6.2001. Essa norma contempla a recapitalização dos quatro principais bancos federais por meio de um conjunto de medidas, destacando-se a emissão de títulos, tendo como contrapartida a transferência de ativos de crédito de pouca liquidez e baixa remuneração, referentes aos setores habitacional, rural, público e para programas específicos de saneamento, infra-estrutura e de desenvolvimento regional, para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e para a União. A medida concorreu para que a relação entre o saldo das operações de crédito do sistema financeiro e o PIB se reduzisse para 26,8%, comparativamente a 28% em dezembro de 2000.

Analisando-se o direcionamento do crédito total para os setores produtivos, as operações contratadas pelo setor privado somaram R$322,7 bilhões em dezembro, com aumento de 5,3% no ano, sobressaindo, no período, os negócios com as pessoas físicas, indústria e outros serviços. Os empréstimos a esse último segmento atingiram R$59,9 bilhões em dezembro, representando incremento de 31% no ano, destacando-se a liberação de recursos para telecomunicações, telefonia, transportes e energia.

Gráfico 2.10
Operações de crédito do sistema financeiro
Saldos



No mesmo período, os créditos destinados à indústria aumentaram 15,4%, atingindo R$98,8 bilhões, sendo que, nos meses de abril, maio, setembro e dezembro, o estoque foi impactado significativamente pela variação cambial.

As operações de crédito contratadas pelo sistema financeiro com o uso de recursos direcionados apresentaram, ao longo do ano, variação negativa de 14,8% no saldo, atuando pelo lado contracionista os empréstimos aos setores habitacional, -57,5%, e rural, -3,5%. Por outro lado, destacaram-se as operações conduzidas pelo BNDES, que expandiram 13,9%.

Os financiamentos habitacionais apresentaram saldo de R$24 bilhões, sendo que a redução de R$30,2 bilhões em junho, foi determinada, basicamente, pelo montante repassado pela Caixa Econômica Federal (CEF) à Emgea e à União, ressalvando-se que mais de 80% desse total foram cedidos para a empresa gestora de ativos. Em contrapartida, a empresa estatal assumiu os passivos correspondentes da CEF com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (Fahbre) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Registre-se ainda que a trajetória descendente dos financiamentos a partir de agosto de 2000, que proporcionou a queda acumulada de 13,6% até o mês de maio de 2001, é, majoritariamente, explicada pela liquidação antecipada de contratos amparados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

A concessão de financiamentos habitacionais, considerando o somatório dos recursos livres e direcionados situou-se em R$1,9 bilhão no ano presente, mesmo patamar de 2000. Deve-se registrar que, desde novembro de 2001, o principal agente do mercado, a CEF, suspendeu linhas de crédito, devido ao descasamento entre o custo de captação e o do crédito concedido, permanecendo, com maior relevância, os empréstimos com recursos do FAT, os quais prevêem a TJLP, como base de correção dos novos contratos. Pela ótica da destinação desses recursos, constata-se que 63,5% foram disponibilizados para aquisição de unidades já construídas, enquanto 36,5% destinaram-se ao financiamento de construção de imóveis.

Deve-se salientar que, além do saneamento da carteira de crédito habitacional promovido pela transferência de ativos para a Emgea e da continuidade do processo de quitação de contratos amparados pelo FCVS com descontos, o governo vem aperfeiçoando as normas regulamentares com o objetivo de propiciar condições adequadas ao desenvolvimento de mecanismos de mercado que atendam aos interesses dos poupadores e investidores.

Nesse sentido, importante medida tomada no intuito de separar as fontes de recursos monetárias e fiscais no financiamento habitacional, foi a instituição do

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). O programa assegura recursos orçamentários a fim de viabilizar financiamentos por parte das instituições financeiras para a aquisição de moradia aos segmentos de menor renda da população, mediante critérios a serem definidos pelo governo federal. Os recursos complementarão, exclusivamente, no ato da contratação, a capacidade financeira do proponente para pagamento do preço de imóvel residencial e o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições financeiras.

Com vistas a diminuir os riscos dos mutuários e dos financiadores imobiliários, foi instituído, por intermédio da MP 2.221, de 4.9.2001, o patrimônio de afetação. Esse instrumento faculta ao incorporador manter apartados os valores relativos a terrenos e às acessões de cada incorporação imobiliária, bem como bens e direitos a ela vinculados. Esse patrimônio não se confunde com os demais bens, direitos e obrigações de patrimônio do incorporador e com outros patrimônios de afetação, sendo destinado exclusivamente à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.

Por meio da MP 2.223, de 4.9.2001, foram criadas a Letra de Câmbio Imobiliária (LCI) e a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), tendo por objetivo ampliar os instrumentos de captação de recursos destinados ao financiamento imobiliário, e agilizar as operações entre instituições financeiras, securitizadoras de recebíveis imobiliários, em especial construtores e incorporadores. A primeira será nominativa e lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel. A CCI, ao ser emitida pelo credor imobiliário, poderá ser integral ou fracionária, com ou sem garantia real ou fiduciária, e ter a forma cartular ou escritural. O resgate de sua dívida será provado com a declaração de quitação emitida pelo credor ou, na falta, por outros meios admitidos. Para garantir maior liquidez a esses títulos, quando emitidos com o prazo superior a 36 meses, poderão ser reajustados mensalmente por índice de preços.

Com relação ao setor rural, o saldo de crédito atingiu R$26,1 bilhões, revelando contração anual de 3,5%. Esse desempenho, também, foi influenciado pela cessão da carteira de ativos em junho, especialmente das operações contempladas no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), implementado por meio da Lei 9.138/1995, para o Tesouro Nacional, mediante o recebimento de títulos públicos federais.

No segundo semestre do ano, as operações de crédito destinadas ao setor rural mostraram incremento de 11,5%, com ênfase nos financiamentos para o custeio da safra de verão 2001/2002, além da disponibilização de recursos para investimento ao amparo do Moderfrota, com repasses do BNDES e Finame. No ano, os desembolsos dessa instituição para investimento rural apresentaram incremento de 50,7%.

A participação dos financiamentos rurais concedidos sob a forma de investimento atingiu 48,6% do total, enquanto a de custeio alcançou 42,7% em dezembro. Analisando-se as fontes de recursos do sistema financeiro, constata-se que 51,2% são de direcionamento obrigatório, a exemplo dos depósitos à vista e poupança rural, cabendo aos repasses e refinanciamentos 46,6% dos recursos totais.

No campo institucional, o setor rural foi beneficiado pela redução de 32,5% da dívida securitizada pelo Tesouro Nacional, bem como pela prorrogação para dezembro do vencimento da parcela prevista para novembro, de acordo com a MP 9, de 31.10.2001, que teve como objetivo viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro do setor rural. Por intermédio da Resolução 2.902, de 21.11.2001, o CMN autorizou a manutenção dos atuais níveis de risco dessas dívidas, nesse período.

Outra medida de impacto para o setor rural foi a Resolução 2.904, de 21.11.2001, ampliando para 30.6.2002 o prazo para novação de dívidas sujeitas à equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, mediante a emissão de títulos federais.

Analisando-se as fontes de recursos controlados utilizadas pelo sistema financeiro constatou-se que sua trajetória em 2001 foi caracterizada, basicamente, pela expansão de 13,9% nos financiamentos concedidos pelo sistema BNDES, sob a forma de desembolsos para as atividades relacionadas à geração e comercialização de energia elétrica e ao setor de serviços. O fluxo de recursos do banco estatal de fomento acumulou R$25 bilhões de janeiro a dezembro, o que representou evolução de 9% em relação a igual período do ano anterior.

O saldo das operações de arrendamento mercantil totalizou R$11,8 bilhões em dezembro, com decréscimo de 14,3% no ano, relacionado à liquidação de contratos e à menor procura por esses financiamentos em virtude da flutuação cambial e da diminuição da alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), principalmente, em operações contratadas pelas pessoas físicas para a aquisição de veículos.

Da mesma forma, observou-se declínio no número de novos contratos de *leasing*, de 338,7 mil em 2000, para 226,6 mil em 2001, representando contração de 15,9% no fluxo dessas operações, que totalizou R$8,1 bilhões no ano.

Os empréstimos direcionados ao setor público como um todo, mostraram queda de 21,7% no ano, com o saldo totalizando R$9,8 bilhões. Esse comportamento foi determinado pela redução no volume de crédito referente às operações de infra-estrutura, saneamento e habitação popular, cujas operações foram transferidas para a União em permuta por títulos federais no mês de junho.

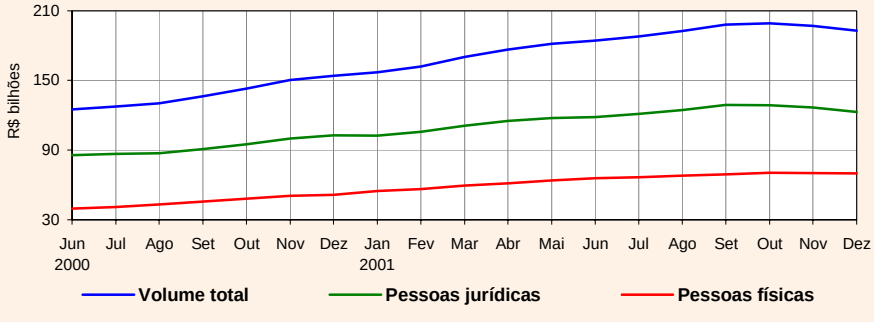
Os créditos destinados aos estados e municípios totalizaram R$5,8 bilhões em dezembro. Em relação aos desembolsos, destacou-se a liberação de R$640 milhões pela CEF, em março, para viabilizar o equilíbrio atuarial previdenciário de empresas de saneamento básico, que estão em processo de privatização. Ademais, ao longo do ano, o BNDES procedeu a liberação de recursos para investimentos no segmento de distribuição de gás e para programas de turismo (Prodetur), cabendo ressaltar que essa linha de crédito apresentou variações em função do câmbio, tendo em vista ser repasse do Banco Mundial.

A dívida bancária do governo federal apresentou saldo de R$4,1 bilhões, ao final de 2001, destacando-se a concessão de recursos para a administração direta, visando a federalização de débitos dos estados e aquisição de ativos, ao amparo da MP 2.196-3, ambas no aguardo da emissão de títulos federais. Com relação à dívida de empresas estatais de produção de energia, foram relevantes as variações cambiais incidentes sobre os contratos, simultaneamente a quitações semestrais de operação relacionada à construção do Gasoduto Brasil-Bolívia.

O volume total das operações de crédito com recursos livres alcançou R$192,7 bilhões em dezembro de 2001, apresentando variação de 25,2% no ano. Tendo em vista que a partir de junho de 2000 alterações nas normas modificaram critérios e ampliaram a base de informações, convém comparar a evolução do crédito no segundo semestre de cada ano, registrando-se aumento de 4,7% em 2001, ante 23,1% no ano anterior. Cabe ressalvar que os últimos seis meses de 2000 foram caracterizados pela estabilidade macroeconômica, enquanto que no mesmo período de 2001 verificou-se ambiente de instabilidade nos cenários externo e interno, que provocou aumento das taxas de juros, depreciação cambial, e, conseqüentemente, desestímulo à demanda por crédito para investimento e consumo.

O estoque de crédito contratado por pessoas jurídicas atingiu R$122,8 bilhões ao final de 2001, revelando aumento de 19,7% no ano e de 3,6% no segundo semestre, ante 20,2% no período de junho a dezembro de 2000. Esse resultado foi determinado

Gráfico 2.11
Operações de crédito com recursos livres
Saldos



pelo desempenho das modalidades vinculadas a recursos internos, evidenciando os efeitos do desaquecimento da atividade econômica em 2001. Nas linhas de crédito com recursos externos, o saldo das carteiras expandiu 17,4% em 2001, ante 7,4% entre junho e dezembro de 2000, refletindo o aumento das concessões e o impacto da taxa de câmbio sobre o estoque dessas modalidades.

No tocante às novas concessões destinadas ao segmento de pessoas jurídicas, observou-se aumento das renovações, com reduzido impacto na evolução do saldo. Os desembolsos acumulados pelas modalidades com recursos domésticos apresentaram acréscimo de 22,6%, comparando-se o segundo semestre de 2001 com o mesmo período de 2000. No que se refere às operações ao amparo de recursos externos, a variação totalizou 27,4% na mesma base de comparação.

O volume das operações de crédito concedidos a pessoas físicas atingiu R$69,9 bilhões em dezembro de 2001, revelando expansões de 36,2%, no ano, e de 6,6%, no segundo semestre, ante 29,4% no período de junho a dezembro de 2000. No tocante às novas contratações desse segmento, o total acumulado entre junho e dezembro de 2001 mostrou-se 20,2% superior ao de igual período de 2000. Deve-se salientar, entretanto, que as operações de crédito rotativo apresentaram o desempenho mais expressivo entre as modalidades desse segmento, crescimento de 25%, indicando maior utilização de recursos oriundos de cheque especial como complemento da renda das famílias.

As taxas de juros praticadas nas operações de crédito com recursos livres apresentaram elevação significativa em 2001, apesar da redução verificada no último bimestre, revertendo a tendência de queda observada desde março de 1999. O acréscimo de 3,75 p.p. na meta para a taxa Selic, ocorrido de março a julho, e a alta volatilidade das taxas de juros no mercado futuro, verificada a partir do segundo trimestre, responderam, basicamente, pela reversão da tendência das taxas. Concorreram ainda para esse desempenho o acréscimo de 0,3% para 0,38% na alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) e a elevação, de 0% para 10%, na alíquota do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.

A taxa de juros média atingiu 60,2% a.a. em dezembro de 2001, mostrando aumento de 7,6 p.p. no ano. Nas operações com pessoas jurídicas, a taxa cresceu 6,2 p.p., alcançando 43,8% a.a., e nas relativas a pessoas físicas, 5,3 p.p., totalizando 71,8% a.a.

Ao mesmo tempo, o custo médio de captação, tomando-se como base os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), situou-se em 18,6% a.a. Em conseqüência, o diferencial médio entre taxas ativas e passivas (*spread* bancário), apesar de também ter decrescido no último bimestre, atingiu 41,6 p.p., acréscimo de 4,3 p.p. em relação ao ano anterior.

Quadro 2.4 - Taxas de operações de crédito prefixadas - 2001

% a.a.

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxas de juros - geral	50,6	53,2	51,5	54,8	54,7	55,6	58,2	62,0	62,9	65,8	61,9	60,2
Pessoa jurídica	35,6	37,4	36,4	39,2	38,9	39,4	41,9	44,3	44,5	47,3	44,0	43,8
Desc. duplicatas	42,0	44,2	42,1	45,5	45,4	45,9	49,1	51,4	51,0	53,3	50,3	50,1
Capital de giro	31,2	32,8	30,9	33,6	34,0	34,0	35,8	39,2	39,4	41,2	38,5	37,7
Conta garantida	51,4	54,0	54,0	57,2	55,4	55,6	56,3	60,1	60,2	66,6	62,3	63,7
Aquisição de bens	29,1	28,7	28,3	30,8	30,9	30,4	36,2	35,9	34,1	36,5	33,9	34,4
Pessoa física	63,6	66,3	63,5	66,7	66,1	67,2	69,7	74,4	75,6	78,6	74,1	71,8
Cheque especial	152,6	150,4	148,8	145,1	145,7	147,1	150,0	158,8	159,9	160,3	160,5	160,2
Crédito pessoal	67,3	70,9	68,4	73,1	72,1	74,4	78,6	83,1	86,2	89,2	87,5	84,2
Aq. bens veículos	34,9	34,5	33,6	36,2	37,4	38,6	42,0	44,3	44,3	45,7	40,4	38,2
Aq. bens outros	61,5	60,8	60,9	63,1	66,7	64,5	65,5	68,0	66,8	67,6	69,6	69,6
Taxa de captação CDB	15,0	14,8	15,2	16,0	16,4	17,2	18,9	19,0	18,9	18,9	18,5	18,6
Spread geral	35,6	38,4	36,3	38,8	38,2	38,4	39,4	43,1	44,0	46,9	43,5	41,6
Pessoa jurídica	20,6	22,6	21,3	23,2	22,4	22,2	23,1	25,3	25,7	28,4	25,6	25,2
Desc. duplicatas	27,0	29,4	27,0	29,5	29,0	28,7	30,2	32,4	32,1	34,4	31,9	31,6
Capital de giro	16,2	18,0	15,8	17,6	17,5	16,8	16,9	20,3	20,6	22,3	20,0	19,1
Conta garantida	36,4	39,2	38,9	41,2	39,0	38,4	37,4	41,2	41,4	47,7	43,9	45,2
Aquisição de bens	14,1	13,8	13,1	14,8	14,5	13,2	17,3	17,0	15,3	17,5	15,5	15,9
Pessoa física	48,6	51,4	48,3	50,7	49,7	50,0	50,9	55,4	56,7	59,6	55,6	53,3
Cheque especial	137,6	135,6	133,6	129,1	129,3	129,9	131,2	139,8	141,0	141,4	142,0	141,6
Crédito pessoal	52,3	56,1	53,3	57,1	55,6	57,2	59,7	64,1	67,4	70,2	69,0	65,7
Aq. bens veículos	19,9	19,6	18,5	20,2	21,0	21,4	23,1	25,4	25,5	26,8	21,9	19,7
Aq. bens outros	46,5	46,0	45,8	47,1	50,3	47,4	46,6	49,1	48,0	48,7	51,1	51,0

Fonte: Sisbacen, transação PEFI300

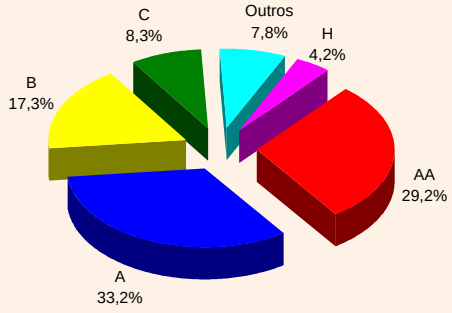
Diante do cenário macroeconômico restritivo, as instituições financeiras adotaram maior seletividade na concessão do crédito, além de oferecer crédito com prazos mais longos aos clientes pertencentes à parcela da carteira de melhor qualidade. Conseqüentemente, o prazo médio passou de 93 para 103 dias no segmento de pessoas jurídicas, e de 279 para 303 no segmento de pessoas físicas.

No que se refere à implementação de medidas voltadas para o objetivo de ampliar a oferta de crédito e reduzir o diferencial entre as taxas de juros ativas e passivas das instituições financeiras, foi aprimorado o instrumento denominado Cédula de Crédito Bancário, por meio de dispositivo que ampliou o instituto da alienação fiduciária em garantia para coisa fungível ou de direito. Anteriormente, a alienação fiduciária abrangia apenas bens móveis infungíveis, tais como veículos, e, mais recentemente, por meio da Lei 9.514, de 20.11.1997, imóveis.

Relativamente à distribuição dos empréstimos por níveis de risco, verificou-se que R$207,3 bilhões do total concedido foram registrados nos níveis AA e A, revelando

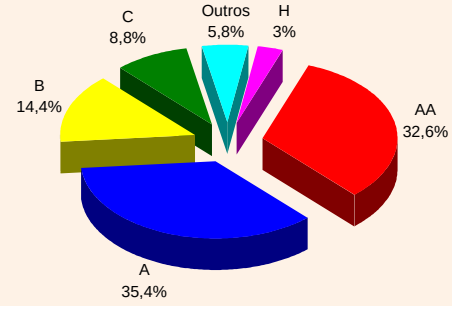
estabilidade em relação a dezembro do ano passado, enquanto a parcela classificada no nível H, que exige provisionamento de 100%, declinou de 5,4% para 4,2%. Os créditos para o setor industrial nos níveis de risco AA e A totalizaram R$64,7 bilhões, seguido das carteiras pessoas físicas (R$50 bilhões), outros serviços (R$39,4 bilhões) e comércio (R$22,8 bilhões).

Gráfico 2.12
Operações de crédito do sistema financeiro por níveis de risco - dezembro 2001



As operações do sistema financeiro privado, representando 65,1% do total, atingiram R$216,4 bilhões em dezembro, com expansão de 21,2% no ano, destacando-se os créditos destinados às pessoas físicas e à indústria. Decompondo-se a carteira de crédito por níveis de risco, constatou-se que R$147,1 bilhões foram classificados nos níveis AA e A, representando 68%, enquanto a participação relativa do nível H situou-se em 3%.

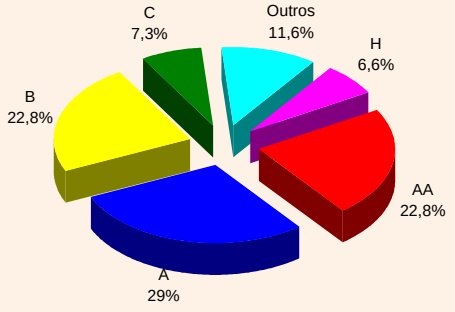
Gráfico 2.13
Operações de crédito do sistema financeiro privado por níveis de risco - dezembro 2001



A carteira de crédito do sistema financeiro público totalizou R$116,1 bilhões, revelando declínio de 17,3% no ano, como reflexo da implementação do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Esse programa de ajuste visa adequar a situação patrimonial dos quatro bancos públicos federais – Banco do Brasil (BB), CEF, Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa) – às normas que definem as exigências de capital mínimo das instituições financeiras e às novas

regras de provisionamento de crédito requerido pela Resolução 2.682, de 21.12.1999. Na classificação da carteira de crédito do sistema financeiro público por níveis de risco, observou-se que R$60,2 bilhões, correspondentes a 51,8% do total foram registrados nos níveis AA e A, cabendo ao nível H a parcela de R$7,6 bilhões, 6,6%.

Gráfico 2.14
Operações de crédito do sistema financeiro público por níveis de risco - dezembro 2001



Quanto ao perfil da carteira de crédito do sistema financeiro, as operações classificadas em risco normal (de AA a C) constituíram, em dezembro, 88% do total, com o saldo atingindo R$292,5 bilhões. Os empréstimos registrados no nível de risco 1 (de D a G) alcançaram R$26 bilhões, correspondendo a 7,8% do total, enquanto R$14 bilhões foram classificados em risco 2 (nível H).

As provisões, importantes indicadores prudenciais, permaneceram em níveis adequados ao longo de 2001, com o montante constituído pelo sistema financeiro alcançando R$24,6 bilhões em dezembro, com crescimento anual de R$4,4 bilhões, o que correspondeu a 7,4% das operações de crédito. Especificamente em relação às operações com recursos livres, observou-se aumento da inadimplência, com o percentual de atrasos acima de quinze dias evoluindo de 5,7% para 6% nas operações com pessoas jurídicas, e de 9,5% para 13,8% com pessoas físicas. É importante registrar que esse comportamento decorreu, em sua maior parte, da trajetória de risco da carteira pessoa física. Com efeito, o saldo dos créditos para esse segmento, consignados no nível H passou de R$3 bilhões para R$4,6 bilhões.

A participação relativa das provisões sobre o total de créditos situou-se em 7,4%, ante 6,3% em dezembro de 2000, cabendo salientar a elevação do volume de empréstimos para as pessoas físicas, outros serviços e indústria, classificados no risco 1. A participação do valor provisionado pelos bancos privados em relação ao total de ativos de crédito recuou de 6,1%, em dezembro do ano passado, para 5,9% em 2001. Relativamente ao sistema financeiro público, cuja participação percentual passou de 6,7% para 10,2%, destaca-se o reflexo da redução do valor de suas carteiras de crédito, a partir de junho, com vistas ao enquadramento do nível de

capital próprio das instituições oficiais ao previsto nas normas de regulação prudencial, com impacto positivo sobre a solidez do sistema financeiro.

Com o objetivo de ampliar utilização da cessão de crédito para melhorar o gerenciamento dos ativos, a Resolução 2.836, de 30.5.2001, facultou às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil a cessão de créditos para pessoas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sem coobrigação, eliminando a necessidade de autorização caso a caso pelo Banco Central. Cabe registrar que, anteriormente, a cessão de créditos só era permitida para instituições da mesma natureza ou para companhias securitizadoras cujo objeto exclusivo fosse a aquisição de créditos. Permanece dependendo de prévia autorização a cessão para pessoas físicas ou jurídicas controladoras, coligadas ou controladas, incluindo aquelas com dependências no exterior ou participação societária no País e exterior.

Quadro 2.5 - Crédito concedido pelo sistema financeiro

Participação percentual (Saldos)

Discriminação	1999	2000	2001
Total	100,0	100,0	100,0
Sistema bancário criador de moeda	87,6	70,9	73,4
Bancos comerciais e múltiplos	66,6	52,4	54,7
Banco do Brasil	11,7	9,1	12,6
Outros bancos públicos	27,6	3,8	5,7
Bancos privados	27,3	39,5	41,4
Nacionais	16,0	23,7	24,8
Estrangeiros	11,3	15,8	16,6
Caixas econômicas	21,0	18,5	18,7
Bancos de desenvolvimento e investimento	8,4	21,1	17,6
BNDES	7,3	19,8	16,4
Outros	1,1	1,3	1,2
Instituições financeiras não-bancárias	4,0	8,0	9,0

Sistema Financeiro Nacional

No ano de 2001, prosseguiu-se a adaptação do SFN a regras padronizadas internacionalmente, condição necessária para que se proporcione evolução institucional, bem como de instrumentos financeiros adequados às oportunidades que se apresentam às instituições nacionais, num mercado financeiro cada vez mais globalizado.

No que se refere à regulamentação prudencial, um dos limites operacionais a que estão submetidas as instituições financeiras é o limite de diversificação de risco por

cliente, estabelecido em 25% do patrimônio de referência (PR), considerando-se cliente qualquer pessoa física ou jurídica, bem como grupo representando interesse econômico comum. Esse limite é aplicado sobre determinadas operações ativas, como créditos, prestação de garantias e operações com derivativos. A base de cálculo utilizada (PR) refere-se ao total do patrimônio líquido ajustado pelo resultado do período, com o acréscimo de captação de terceiros de baixo grau de exigibilidade.

Em junho de 2001, com a edição da Resolução 2.844, foram definidas regras para o controle das exposições dos maiores clientes, que, mesmo estando limitadas a 25% do PR, poderiam apresentar concentração no direcionamento das aplicações. Nesse sentido, foi estabelecida a Exposição Concentrada, definida como a exposição de cliente representativa de 10% ou mais do PR, sendo que a soma dessas exposições não poderá ultrapassar 600% do PR.

No âmbito da evolução institucional, a Resolução 2.828, de 30.3.2001, alterou as regras sobre a constituição e o funcionamento das agências de fomento, uma das alternativas apresentadas às instituições que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). As principais mudanças referem-se à adaptação das agências de fomento às regras sobre limites operacionais estabelecidos para o funcionamento das instituições financeiras. Quanto ao limite de Basiléia, definido como necessidade de capital para cobertura do risco das operações ativas, foi estabelecido um valor inicial de 0,20 para o fator aplicável ao ativo ponderado pelo risco.

A idéia de se ter um fator mais elevado que o das instituições financeiras em geral (0,11) deve-se ao fato de que a alavancagem máxima das agências de fomento deve ser menor, visto que realizam operações com repasses de recursos não captados junto ao público. Dentre as fontes que podem utilizar, além de recursos próprios, incluem-se fundos constitucionais, orçamentos, recursos de organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Até o final do ano, dezesseis instituições estaduais foram autorizadas a se transformarem em agências de fomento, de um total de 43 instituições que aderiram ao Proes. De dezembro de 2000 a novembro de 2001, o total de ativos das agências de fomento evoluiu de R$1,1 bilhão para R$1,8 bilhão; no mesmo período, o total de créditos passou de R$409 milhões para R$1,1 bilhão, e o patrimônio líquido, de R$730 milhões para R$979 milhões.

Quanto à privatização de bancos estaduais, duas instituições foram alienadas no ano: Banco do Estado de Goiás (BEG) e Banco do Estado da Paraíba (Paraiban). O primeiro foi vendido por R$665 milhões, ao Banco Itaú, valor 121% acima do preço mínimo do leilão. O segundo, vendido por R$76,5 milhões para o ABN AMRO Banco Real, teve valorização de 52% em relação ao preço mínimo.

Desde a edição do Proes, em fevereiro de 1997, e até o final de 2001, foram privatizados nove bancos estaduais, sendo sete processos conduzidos pelos estados e dois pela União, após a federalização, restando cinco instituições a serem privatizadas, todas em processo de federalização. Das instituições já privatizadas, duas foram vendidas fora do âmbito do Proes (Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa e Paraiban).

Adicionalmente, foram alteradas regras que disciplinam a constituição e o funcionamento das sociedades de crédito ao microempreendedor. Essas sociedades foram criadas no âmbito das medidas de estímulo ao crédito, lançadas a partir do segundo semestre de 1999. Sua atividade operacional é a concessão de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas classificadas como microempresas, com o objetivo de viabilizar empreendimentos de pequeno porte, sendo vedada a liberação de crédito para consumo.

A nova base regulatória dessas instituições (Resolução 2.874) permite a ampliação de suas atividades, na medida em que inclui a prestação de garantias a pessoas físicas, bem como permite a sua atuação mediante contrato de prestação de serviços em nome de instituição autorizada a conceder empréstimos. No final do ano, estavam em funcionamento quatorze sociedades de crédito ao microempreendedor, enquanto no final de 2000, havia seis instituições dessa natureza.

Com relação ao número de instituições da área bancária em funcionamento, ocorreu redução no ano, passando de 217 para 207 instituições. Nesse contexto, ocorreu o aumento da participação do capital estrangeiro, que em dezembro de 2000 correspondia a 31,8% do número de instituições, passando em dezembro de 2001 para 34,3%. De dezembro de 2000 a novembro de 2001, a participação das instituições estrangeiras no total de ativos da área bancária evoluiu de 24,6% para 28,1% e no patrimônio líquido, de 24,4% para 27,1%.

A Resolução 2.815, de 24.1.2001, revogou a vedação que existia à abertura de agências por instituições sob controle direto ou indireto de capital estrangeiro. De fato, tal vedação já poderia deixar de existir diante das autorizações decorrentes de acordos internacionais, de reciprocidade ou de interesse do governo brasileiro. A medida corrobora a maior presença do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, verificada nos últimos anos, sobretudo pela participação nas privatizações e por meio da aquisição de instituições privadas.

Ainda no que concerne à evolução institucional, está em fase de conclusão o projeto de reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro, aprovado em junho de 1999. O projeto visa à adaptação do sistema a padrões definidos internacionalmente, dentre eles, os preconizados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS),

instituição responsável pela definição de paradigmas relativos às atividades de supervisão e controle de riscos sistêmicos dos bancos centrais dos diversos países.

Dentre os objetivos do novo sistema de pagamentos brasileiro, tem-se a implantação do sistema de transferência de grandes valores em tempo real e a mudança no funcionamento da conta Reservas Bancárias, possibilitando ao Banco Central o seu monitoramento em tempo real.

Já está em vigor o novo arcabouço regulatório do sistema, que define claramente as responsabilidades da Autoridade Monetária, instituições financeiras e demais participantes, como as câmaras de compensação e liquidação. Nesse sentido, o Banco Central passa a dividir com o mercado a administração dos riscos inerentes às transferências de fundos na economia, que incluem o risco de crédito e o risco sistêmico.

Com relação às novas regras de funcionamento da conta Reservas Bancárias, a Circular 3.060 definiu o cronograma das atividades, devendo o Sistema de Transferência de Reservas (STR), único a ser operacionalizado pelo Banco Central, estar disponível a partir de 22 de abril de 2002. A partir dessa data, o Banco Central executará, em tempo real, o monitoramento do saldo e da liquidação financeira de obrigações nessa conta, com data final de transição prevista para 24 de junho de 2002, a partir da qual não serão mais permitidos saldos negativos em nenhum momento do dia.

Essas alterações implicam que as instituições bancárias terão que administrar seus fluxos de caixa em tempo real, no decorrer do dia. O Banco Central oferecerá uma linha de crédito por meio de operações compromissadas com títulos federais, sem custos financeiros se a mesma for encerrada intradia. Desse modo, a implantação do novo sistema de pagamentos vai proporcionar evolução dos mecanismos utilizados pelo Banco Central na assistência financeira às instituições.

Com relação às atividades de supervisão bancária do Banco Central, em 2001 foram decretados regimes especiais em dezenove instituições, todos na modalidade de liquidação extrajudicial, incluindo quatro bancos. Considerando-se a posição desde o início do Plano Real até o final de 2001, foram decretados 224 regimes especiais, incluindo as três modalidades: intervenção, administração especial temporária e liquidação extrajudicial. A maioria refere-se a consórcios (25,4%), bancos (25%) e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (20,5%). Desses, remanescem 93 instituições com regimes a encerrar, todas em liquidação extrajudicial, significando que já se encerrou a fase de recuperação de instituições para retorno ao SFN, devendo ser decretada a falência das remanescentes ou a sua transformação em instituição não-financeira.

Com o intuito de obter adaptação a padrões utilizados internacionalmente, a Circular 3.068, de 8.11.2001, alterou as normas para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, produzindo efeitos a partir de 31 de março de 2002. As novas regras aplicam-se às instituições financeiras, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor.

Anteriormente, os títulos e valores mobiliários eram registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo que, mensalmente, apurava-se seu valor de mercado, constituindo-se provisão dedutora da carteira se o valor de mercado fosse inferior. Portanto, prevalecia o critério conservador de "custo ou mercado, dos dois o menor", com reflexos no resultado, não sendo permitido o registro de eventual valorização. As exceções referiam-se aos títulos da carteira dos fundos de investimento (avaliados a valor de mercado) e aos títulos federais com variação cambial adquiridos com recursos externos (mantidos em carteira até o vencimento, sendo avaliados pelo custo de aquisição).

Com as novas regras, os instrumentos passam a ser classificados em três categorias: títulos para negociação, adquiridos com o propósito de serem freqüentemente negociados; títulos disponíveis para venda; e títulos mantidos até o vencimento, exceto ações não resgatáveis, em relação aos quais haja intenção e capacidade financeira para a sua manutenção em carteira. As duas primeiras categorias passam a ser avaliadas a valor de mercado, enquanto para os títulos mantidos até o vencimento faz-se a avaliação conforme o custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

O objetivo é refletir a situação real para fins de realização dos ativos. Nesse aspecto, os títulos com maior liquidez passam a ser registrados a preços de mercado, acima ou abaixo do preço de custo. O ajuste a valor de mercado representa efetivamente a valorização (ganho) ou desvalorização (perda) do ativo durante a sua permanência em carteira. Para os títulos mantidos em carteira até o vencimento, é plausível a realização do rendimento previsto contratualmente, não sendo necessário que os mesmos sejam avaliados a valor de mercado.

Quanto à evolução dos instrumentos financeiros, registra-se também a regulamentação da emissão de certificados lastreados em cédulas de crédito bancário. As cédulas de crédito bancário foram criadas no contexto das medidas de criação desse título de crédito é a maior uniformidade dos instrumentos financeiros com vistas a facilitar o trâmite na cobrança judicial dos créditos.

Com base nas cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores de créditos, fica facultada a emissão e negociação de certificados pelas instituições financeiras, conforme regulamentado pela Resolução 2.843, de 28.6.2001. Esse instrumento pode

representar cédulas de diferentes valores, prazos e condições de remuneração, de propriedade da própria instituição ou de terceiros, ficando vinculado às cédulas depositadas. Com a cobrança dos créditos, o principal e os encargos devem ser entregues aos titulares dos certificados.

Ao permitir a securitização dos recebíveis, a emissão dos certificados estimula a concessão de créditos. Tais títulos poderão ser objeto inclusive de operações compromissadas, com o desenvolvimento de seu mercado secundário conferindo maior liquidez às operações envolvidas.

Com relação aos indicadores econômico-financeiros para os segmentos do SFN, o quadro 2.6 e o gráfico 2.15 evidenciam sobretudo as alterações nos segmentos público e estrangeiro nos últimos anos. Enquanto o segmento estrangeiro aumentou sua participação, observa-se não-somente a menor presença das instituições públicas, mas também a realização de ajustes com o intuito de fortalecer a estrutura patrimonial e aumentar a eficiência das instituições que permanecem sob o controle do capital público.

Quadro 2.6 - Indicadores do sistema financeiro

Discriminação	1998	1999	2000	2001*
Alavancagem das operações de crédito[1/]				
Sistema público	5,68	4,38	4,54	3,65
Sistema privado				
Nacional	1,94	1,92	2,24	2,23
Estrangeiro	2,10	2,09	2,63	2,51
Despesas administrativas por unidade do ativo				
Sistema público	2,61	3,08	2,53	2,07
Sistema privado				
Nacional	3,03	2,93	2,85	2,18
Estrangeiro	2,83	2,69	3,21	1,88
Rentabilidade dos recursos próprios				
Sistema público	- 2,60	2,05	4,65	2,60
Sistema privado				
Nacional	6,30	3,89	4,86	5,79
Estrangeiro	1,77	3,66	- 8,45	8,44
Margem bruta da intermediação financeira[2/]				
Sistema público	1,18	1,37	1,33	1,26
Sistema privado				
Nacional	1,28	1,32	1,34	1,28
Estrangeiro	1,27	1,38	1,42	1,32

1/ Número de vezes em que as operações de crédito são superiores ao patrimônio líquido.

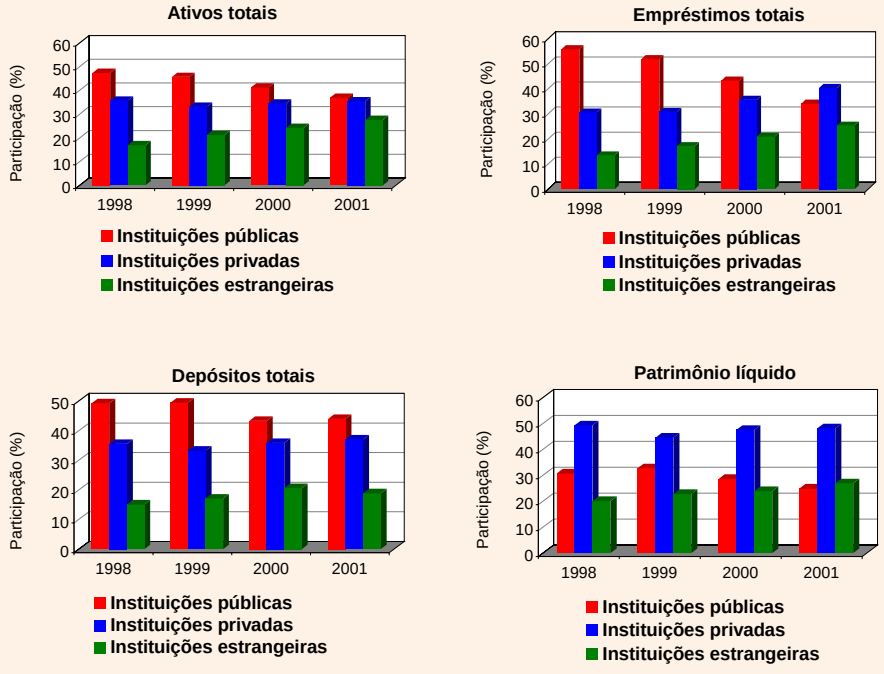
2/ Receitas da intermediação financeira em relação às despesas da intermediação financeira. As principais receitas da intermediação referem-se às operações de crédito, câmbio e com títulos e valores mobiliários; quanto às despesas de intermediação, destacam-se as de captação, câmbio, de empréstimos e repasses e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

***** Referente a novembro de 2001.

Quanto à rentabilidade dos recursos próprios, destaca-se a recuperação ocorrida no último ano para o segmento estrangeiro, devido ao aumento mais que proporcional do lucro líquido em relação ao capital próprio. A rentabilidade negativa ocorrida para esse segmento em 2000 deveu-se à aquisição do Banespa pelo grupo espanhol Santander, ocorrida em novembro de 2000. O Banespa apresentou resultado negativo no final de 2000 em decorrência dos provisionamentos efetuados no âmbito do processo de privatização.

Gráfico 2.15

Sistema Financeiro Nacional - participação por segmentos



O segmento estrangeiro está se adaptando à aquisição do Banespa, que representava, em novembro de 2001, 8,5% do total de ativos desse grupo. No mesmo mês, o Banespa apresentou resultado líquido positivo, refletindo os ajustes pelo qual vem passando esse importante banco de varejo com a sua adequação aos paradigmas operacionais das instituições financeiras privadas.

O gráfico 2.15 revela o incremento, nos últimos anos, da participação das instituições estrangeiras no SFN, sobretudo em relação ao total de ativos. Por outro lado, a redução freqüente na participação do segmento público é reflexo não somente das privatizações resultantes do Proes, mas também dos ajustes que estão ocorrendo

nas principais instituições federais. Em junho de 2001, ocorreu o lançamento de um programa de reestruturação de bancos públicos federais, destacando-se, dentre as medidas adotadas, a transferência de parte da carteira de créditos da CEF para a então criada Emgea.

Para as despesas administrativas por unidade do ativo, ressalta-se a queda verificada no segmento público em 2001, refletindo a redução de 15,7% nas despesas administrativas e pessoal, enquanto o total de ativos das instituições públicas evoluiu somente 2,8% de dezembro de 2000 a novembro de 2001. Para as instituições estrangeiras, a queda nesse indicador deveu-se à combinação entre aumento de ativos de 30,8% e redução nas despesas administrativas em 23,6%. No segmento privado nacional, ocorreu também redução dessas despesas (-9,7%) e aumento no total das operações ativas (17,9%), observando-se que o referido indicador vem sendo reduzido a cada ano nesse grupo de instituições.

Gráfico 2.16
Estrutura do ativo do sistema financeiro nacional

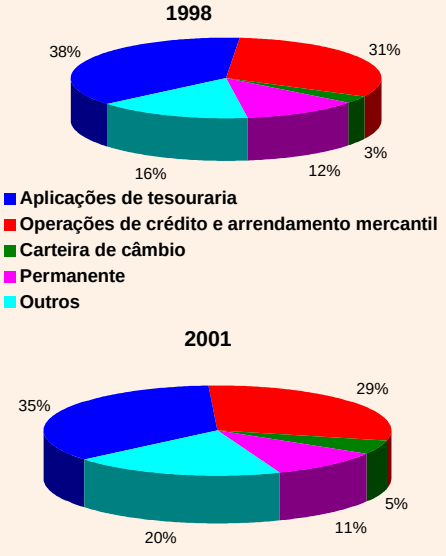
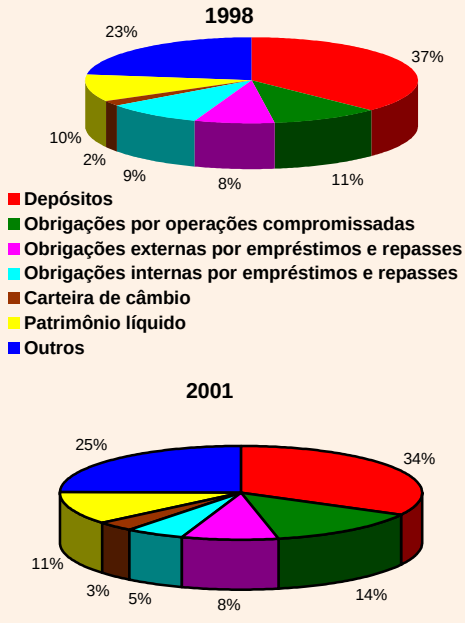


Gráfico 2.17
Estrutura do passivo do sistema financeiro nacional



III

MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

O desempenho dos mercados financeiro e de capitais refletiu o cenário de incertezas que prevaleceu no transcorrer de 2001, resultante dos choques a que esteve submetida a economia brasileira no período. Como resultado da conjunção de fatores, observou-se elevação no nível da taxa básica de juros, até então no patamar mais baixo desde a implantação do Plano Real, diminuição no valor de mercado das empresas listadas em bolsas, depreciação da taxa de câmbio e acirramento das expectativas quanto à diminuição da atividade econômica. Note-se que, apesar das adversidades internas e externas, o regime de metas inflacionárias manteve sua credibilidade, respaldada pela evolução favorável dos fundamentos da economia brasileira.

Taxa básica de juros e expectativas de mercado

A trajetória da taxa básica de juros ao longo de 2001 resultou em valores acumulados próximos aos observados no ano anterior. A taxa Selic atingiu 17,3% a.a., ante 17,4% em 2000, não obstante apresentarem comportamentos inversos ao longo do ano. Ao contrário do ano anterior, em 2001 houve forte reversão da tendência de queda a partir do segundo trimestre. A taxa Selic real acumulada em 12 meses, deflacionada pelo IPCA, situou-se no intervalo entre 8% e 10%, finalizando o ano em 9%, ante 10,8% em 2000.

Quadro 3.1 - Taxas de juros

% a.a.

Taxa	Dez 2000	Dez 2001	2000 a	2001 b	Diferença (b-a)
Selic	16,19	19,05	17,43	17,32	- 0,11
DI	16,13	19,05	17,32	17,29	- 0,03
TR	1,20	2,41	2,10	2,29	0,19
TBF	14,85	16,39	16,76	16,78	0,02
TJLP	9,75	10,00	10,75	9,50	- 1,25

Gráfico 3.1
Taxas de juros

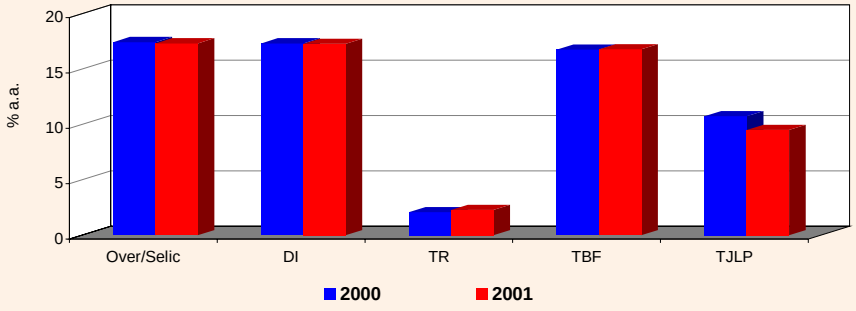


Gráfico 3.2
Taxa *over* /Selic

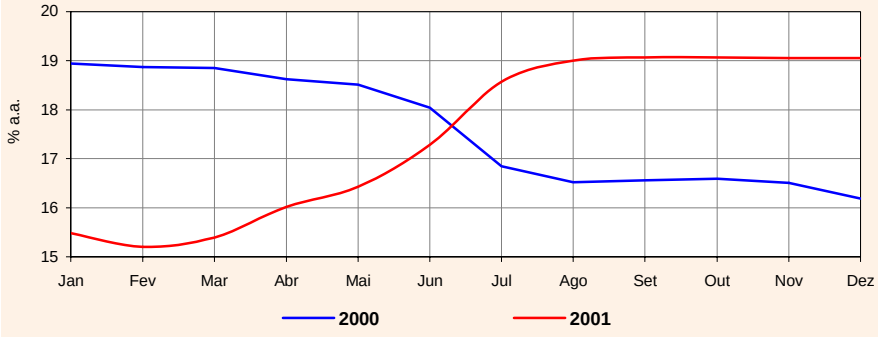
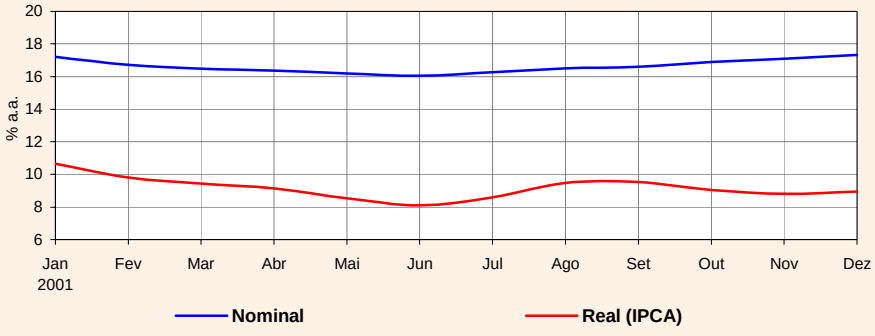
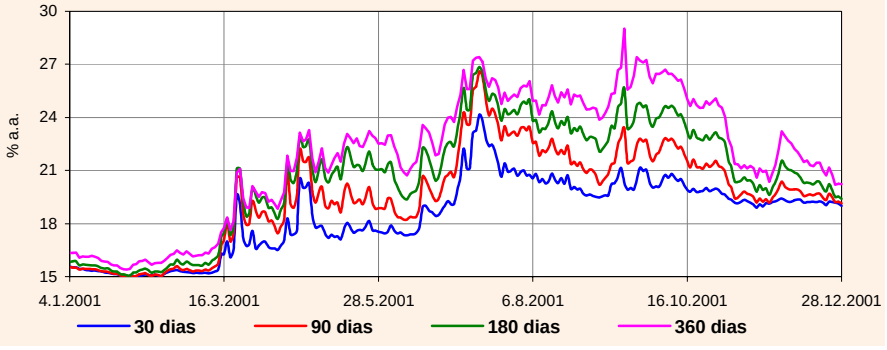


Gráfico 3.3
Taxa *over* /Selic acumulada em 12 meses



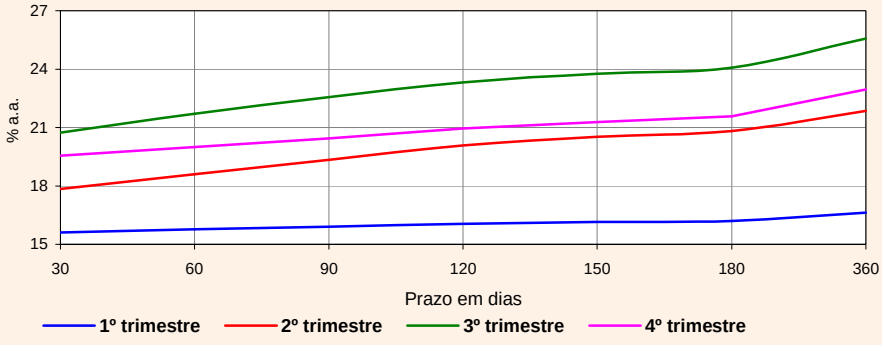
A manutenção de condições macroeconômicas favoráveis determinou a trajetória de queda nas taxas de juros até meados de março de 2001. A partir desse mês, a alta volatilidade nos mercados futuros de juros e de câmbio reverteram essa tendência. Entre março e julho de 2001 a meta para a taxa Selic sofreu incremento de 3,75 p.p. O volume médio diário negociado em contratos futuros de DI de 1 dia elevou-se, atingindo R$22 bilhões em março, revelando o alto grau de incertezas no período. O diferencial de taxas entre o mercado futuro de DI de 1 dia e as operações de *swap* DI x pré de 360 dias alcançou valores superiores a 500 pontos-base.

Gráfico 3.4
***Swap* DI x Pré**



A partir de setembro, as medidas adotadas pelo Banco Central, no sentido de restringir a liquidez do sistema financeiro, apresentam-se como alternativa à continuidade da política de elevação na taxa básica de juros, possibilitando a manutenção da taxa Selic em 19% a.a. Aprovada pelo CMN, as medidas implicaram no aumento do fator de 0,33 para 0,50 usado no cálculo do PLE dos bancos que atuam com exposição líquida de câmbio acima do percentual de isenção. Além disso, o percentual de isenção foi reduzido de 20% para 5%. Para o cálculo da capitalização exigida o Banco Central passou a usar como base todo o percentual que exceder o limite de isenção. Ou seja, se a instituição tem um limite de exposição líquida de câmbio de 10% do seu PR, o fator de 0,50 será aplicado sobre os 10%. Pela regra anterior, a base de cálculo era apenas sobre a parte que excedia o limite de isenção. O limite total de exposição ao câmbio, porém, continuou inalterado em 60% do PR. As medidas surtiram efeito em outubro, revertendo o movimento alavancado pelos efeitos dos atentados terroristas de 11 de setembro. Contribuíram ainda para esse movimento o descolamento do risco Brasil em relação ao risco Argentina, os resultados positivos da balança comercial e a diminuição da necessidade de financiamento do balanço de pagamentos.

Gráfico 3.5
Curva de juros



Com isso, a curva de juros à vista deslocou-se para baixo com a taxa média de 360 dias situando-se próxima a 23% a.a., ante 26% a.a. observada ao longo do terceiro trimestre. O diferencial de taxas entre o mercado futuro de DI de 1 dia e as operações de *swap* DI x pré de 360 dias reduziu-se a valores próximos a 200 pontos-base. O movimento de queda nas taxas de juros futuras alavancou novamente o volume médio diário dos contratos futuros de DI de 1 dia para patamar equivalente aos observados em março.

Gráfico 3.6
Taxas de *swap* DI x pré de 1 ano *versus* DI futuro em t
Média mensal

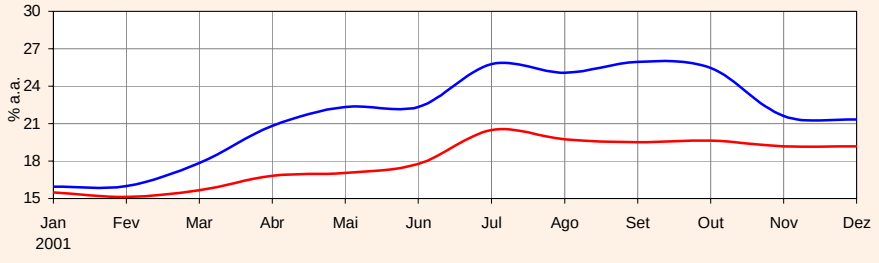


Gráfico 3.7
Volume negociado em contratos futuros
Média diária

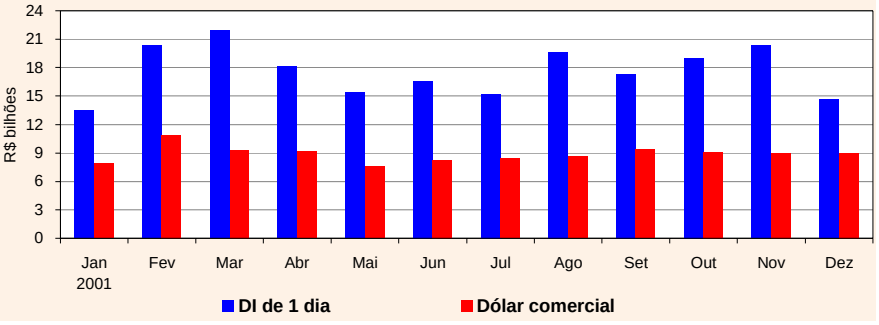
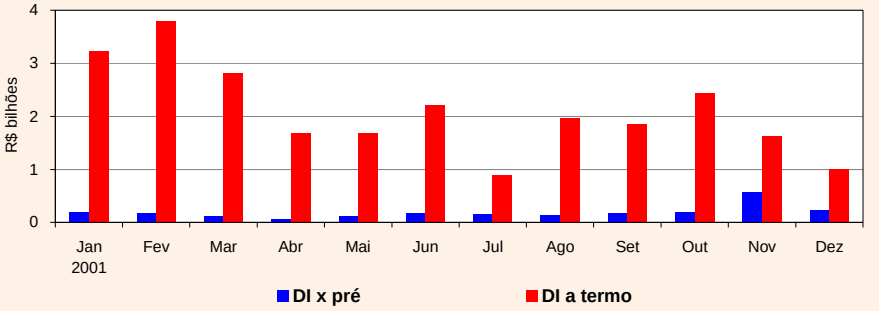


Gráfico 3.8
Volume negociado de *swap* DI x pré e DI a termo
Média diária



Mercado de capitais

O cenário positivo para o mercado de ações no Brasil entre o final de 2000 e o início de 2001, traduzido pelas expectativas positivas quanto à evolução da economia brasileira, foi revertido a partir de meados de fevereiro, em razão dos indicadores adversos da economia americana. No primeiro trimestre do ano a variação do Índice Bovespa (Ibovespa) acumulou queda de 5,4%. Após a elevação nas taxas de juros no Brasil, o Ibovespa seguiu oscilando em torno de 14.500 pontos, sem definir tendência.

O racionamento de energia iniciado em junho, fator de incerteza adicional tendo em vista seus efeitos negativos sobre os lucros futuros das empresas, e os atentados terroristas nos Estados Unidos acentuaram o movimento de queda do Ibovespa, atingindo 10.034 pontos no dia 14 de setembro, o menor nível desde agosto de 1999. O valor de mercado das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) atingiu US$142,8 bilhões em setembro, queda de 36,7% no ano, resultado da combinação entre a queda no preço das ações e a depreciação cambial.

O baixo valor das empresas em dólares ofereceu oportunidades de investimento, ressaltando-se a melhora nas expectativas de mercado. O interesse pelos papéis brasileiros confirmou-se pelo aumento no volume médio negociado nos dois últimos meses do ano, em torno de R$700 milhões. Não obstante a recuperação verificada

Gráfico 3.9
Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq

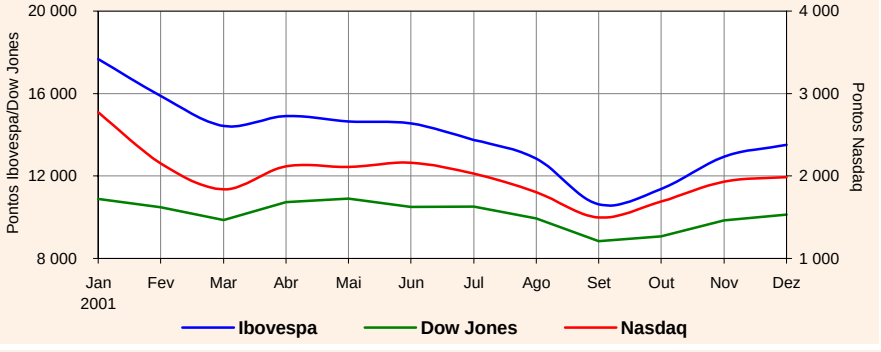
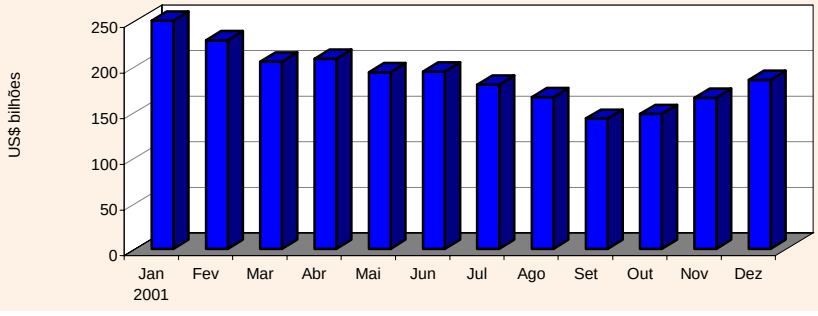
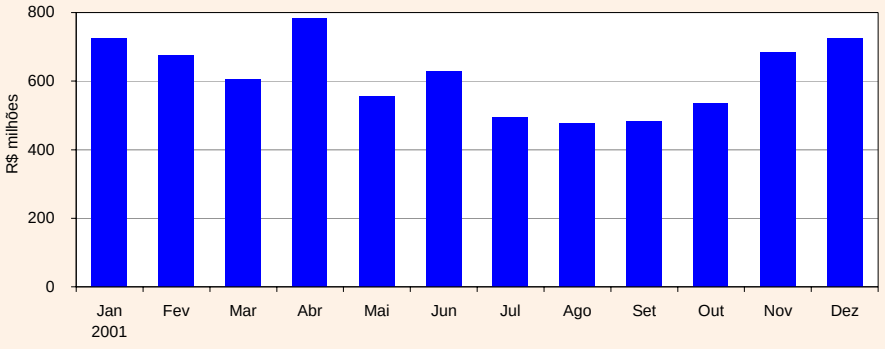


Gráfico 3.10
Valor de mercado
Companhias abertas - Bovespa



no final do ano, o Ibovespa encerrou 2001 com variação negativa de 11,5%, no patamar de 13.509 pontos.

Gráfico 3.11
Volume médio diário negociado na Bovespa



O volume médio diário negociado na Bovespa alcançou valores inferiores a R$500 milhões no terceiro trimestre. A influência, em geral, da cobrança de CPMF sobre volumes negociados em bolsas de valores pode ser destacada, sendo necessária a revisão na legislação em vigor no sentido de equiparação aos custos impostos em outros mercados, tendo em vista a tendência de incorporação e associação entre bolsas internacionais.

Recentemente, algumas medidas foram anunciadas com o intuito de fomentar as aplicações em valores mobiliários. A integração das bolsas de valores do Brasil, a partir de maio de 2000, proporcionou a otimização dos recursos, mediante a unificação dos sistemas de negociação e das câmaras de compensação, liquidação e custódia em nível nacional, permitindo ganho de escala para as bolsas e viabilizando a redução de custos operacionais.

O aprimoramento dos mecanismos de proteção para investidores minoritários foi inserido na nova lei das sociedades anônimas, incentivando a participação de pequenos investidores. Assim, a nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.) estabelece que a quantidade máxima de ações preferenciais emitidas passe a ser de 50% do capital. A Lei 6.404 admitia a emissão de até 2/3 do capital sob a forma de ações preferenciais, tornando possível obter o controle acionário de companhias mediante a propriedade de apenas 16,67% do capital. Essa nova relação, contudo, somente será válida obrigatoriamente para as novas companhias que abrirem seu capital a partir da vigência da nova Lei das S.A.

Além disso, para o cancelamento de registro de companhia aberta que possua valores mobiliários em mercado e negociados em bolsa ou no mercado de balcão, bem como para os movimentos do acionista controlador no sentido de aumentar sua

participação acionária, efetiva ou potencialmente, em 10%, ou que a participação venha representar 80% do capital social, exige-se do controlador oferta pública de aquisição da totalidade das ações em circulação, por preço de, no mínimo, o valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado.

Assegura, ainda, aos titulares de ações preferenciais que detenham pelo menos 10% do capital social o direito de eleger um membro do Conselho de Administração, e o direito de reembolso (recesso) do valor das ações no caso de decisão acerca de criação ou aumento do número de ações preferenciais, alteração nas preferências ou vantagens e redução do dividendo obrigatório, quando aprovadas no âmbito de processos de fusão, cisão ou incorporação.

Fixa, para as ações preferenciais, dividendo prioritário de, no mínimo, 3% do valor patrimonial da ação, ou uma prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio, garantindo-se, neste caso, dividendo mínimo 10% superior ao das ações ordinárias e assegurando ao titular dessas ações preferenciais que seja atribuído o direito de alienar a sua participação acionária nas mesmas condições previstas para as ações com direito a voto quando da transferência do controle da companhia.

Ampliando consideravelmente e antecipando essas mudanças legais, a Bovespa lançou o Novo Mercado, que corresponde a um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa e transparência adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Essas regras ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada do que a possível, atualmente, no âmbito do Poder Judiciário.

Em uma concepção mais ampla, o Novo Mercado é divido em três estágios. No primeiro estágio, conhecido como Nível 1, é exigido das empresas compromisso com regras rígidas de transparência. No segundo estágio, Nível 2, além da transparência, exige-se também a adesão a políticas de governança corporativa. No Novo Mercado em si, que corresponde ao último estágio, além do exigido para o Nível 2, requer que as empresas que dele queiram participar emitam somente ações ordinárias com direito a voto, sendo por isso, o segmento propício para serem negociadas ações de novas empresas ou mesmo de empresas que decidam abrir o capital.

Os principais títulos negociados no mercado de capitais podem ser resumidos em dois grupos. Os provenientes de empréstimos de terceiros, aqui representados pelas debêntures e notas promissórias, e os provenientes da venda de parte do capital da empresa, no caso as ações. Ao contrário do segundo grupo, as debêntures e notas promissórias são títulos exigíveis e por isso de emissão limitada. O financiamento

das empresas no mercado de capitais em 2001, mediante a emissão de ações, debêntures ou notas promissórias, registrou acréscimo de 22,7% em relação ao ano anterior, totalizando R$21,8 bilhões. Esse movimento deve-se exclusivamente às emissões de debêntures, visto que os demais instrumentos registraram contração nesse ano. Esse crescimento decorreu, principalmente, da necessidade de financiamento de longo prazo no mercado interno, devido ao aumento dos custos e dos riscos de financiamentos externos. Foram registradas R$15,2 bilhões em emissões de debêntures na CVM, das quais 61,8% referenciadas em DI, 28% em IGP-M, 8,6% em TJLP e 1,6% em outras.

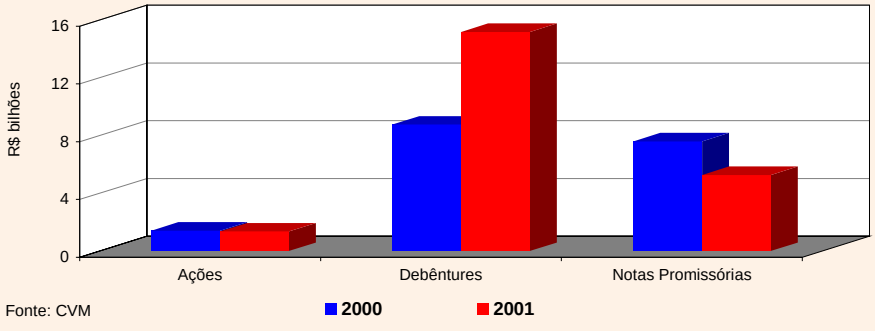
Quadro 3.2 - Emissões das empresas no mercado primário

Registros de emissões na CVM (R$ milhões)

Período	Ações		Debêntures		Notas promissórias		Total	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Jan	0	0	35	254	529	633	564	887
Fev	468	500	1 007	450	165	267	1 640	1 217
Mar	0	401	200	3 736	586	475	786	4 611
Abr	0	0	280	320	100	742	380	1 062
Mai	0	0	1 525	69	1 393	1 365	2 918	1 434
Jun	33	9	10	941	599	97	642	1 047
Jul	440	0	2 465	2 800	1 921	552	4 825	3 352
Ago	0	315	162	0	590	44	752	359
Set	0	0	202	324	60	260	262	584
Out	191	0	1 033	370	5	295	1 228	665
Nov	0	0	100	642	560	460	660	1 102
Dez	278	129	1 729	5 256	1 083	77	3 091	5 462
Total	1 410	1 354	8 748	15 162	7 591	5 267	17 749	21 782

Gráfico 3.12

Mercado primário - emissões



Fonte: CVM

Aplicações financeiras

O saldo global das aplicações financeiras, que compreende os fundos de investimento financeiro (FIF), cadernetas de poupança, CDB, excluídos aqueles na carteira dos

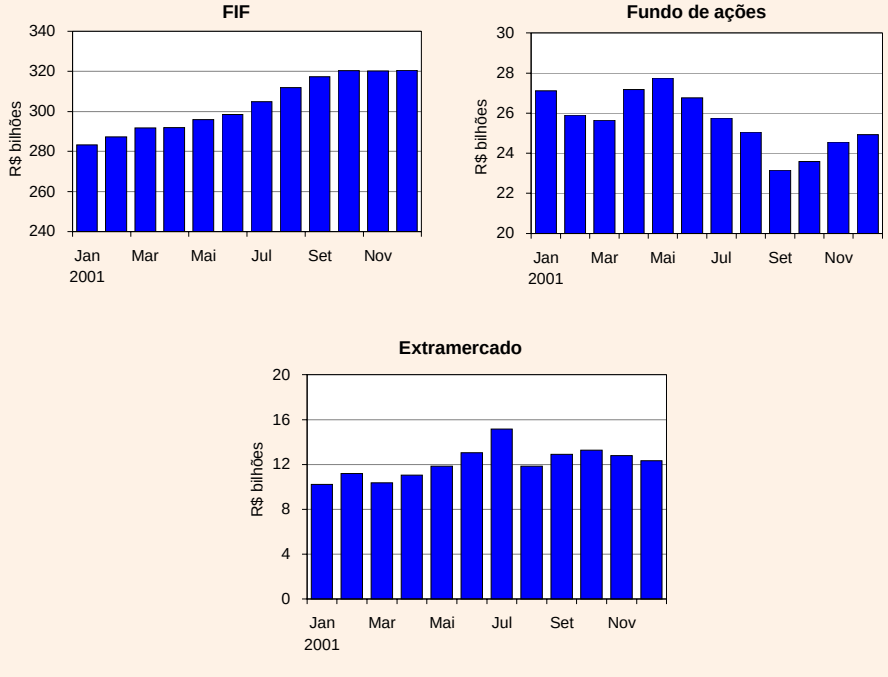
FIF, fundo de ações e fundo extramercado, totalizou R$557,5 bilhões ao final de 2001, crescimento de 13,1% no ano. Os FIF atingiram patrimônio líquido de R$320,6 bilhões, com expansão de 18,1% em relação a 2000. Esse desempenho, inferior aos verificados nos anos anteriores, deveu-se à migração de recursos para CDB e para aplicação direta em títulos públicos federais com cláusula de variação cambial. Os FIF acumularam rentabilidade nominal de 17,1% em 2001, registrando o segundo melhor desempenho entre as aplicações financeiras.

As aplicações financeiras encerraram 2001 com saldo total de R$556,1 bilhões, crescimento de 13,1% no ano. O saldo global das aplicações financeiras que compreende os FIF, cadernetas de poupança, certificados de depósito bancário (excluindo os CDB na carteira dos FIF), fundos de ações e fundos extramercado, totalizou R$557,5 bilhões, crescimento de 13,4% no ano.

Os fundos de ações mantiveram o patamar de recursos, tendo patrimônio líquido evoluído 2,2%, atingindo R$24,9 bilhões ao final de dezembro. A rentabilidade no ano, de 4,3%, foi influenciada pelo desempenho negativo nos meses de março e setembro, -5,9% e -7%, respectivamente, em linha com a forte volatilidade observada no mercado acionário. Entre as modalidades de fundos de ações, os Fundos Mútuos de Privatização com recursos do FGTS (FMP-FGTS), encerraram o ano com patrimônio de R$2,4 bilhões, crescimento de 0,5%. A partir de agosto de 2001, os

Gráfico 3.13

Fundos de investimento - Patrimônio líquido



investidores desses fundos puderam optar por aplicar nos Fundos Mútuos de Privatização Carteira Livre (FMP-FGTS-CL) ou retornar ao FGTS, sem com isso perder o desconto de 20% obtido sobre o preço do lançamento na oferta global de ações. Os FMP-FGTS-CL totalizaram patrimônio líquido de R$8,3 milhões em dezembro de 2001.

Os fundos extramercado, que aplicam disponibilidades das entidades da administração indireta e das fundações supervisionadas pela União, atingiram patrimônio líquido de R$12,3 bilhões em 2001, registrando crescimento de 18,6% no ano. Destaque-se que a partir de agosto, o CMN liberou o BNDES da obrigatoriedade da aplicação das disponibilidades de caixa nesse fundo, fato que gerou, nesse mês, captação líquida negativa R$3,5 bilhões, tendo parte desses recursos migrado para os FIF.

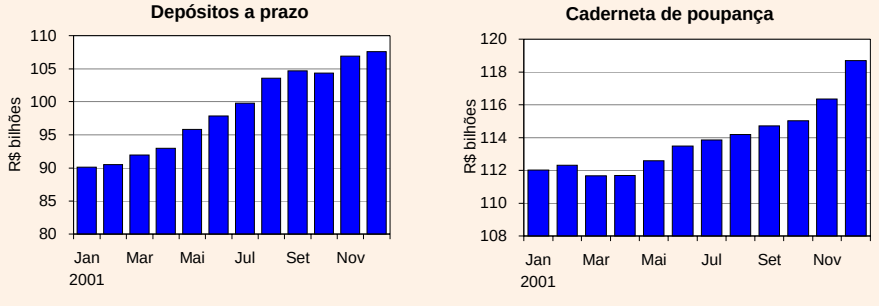
A partir de abril, os Fundos de Renda Fixa Capital Estrangeiro foram extintos, sob efeito da Resolução 2.689, de 26.1.2000. Esse normativo teve como objetivo permitir aos não-residentes no país o acesso de forma direta e simplificada aos mercados financeiros e de capitais brasileiros.

Em março foi instituída nova alíquota da CPMF. Essa contribuição incide sobre a aplicação inicial de todas as modalidades, exceto caderneta de poupança para aplicações superiores a três meses. De forma particular, afeta aplicações em CDB, devido ao prazo determinado dessa modalidade, e de forma indireta, os fundos de ações, ao tributar as aquisições de ações, inibindo o volume negociado na bolsa.

O saldo das cadernetas de poupança alcançou R$118,7 bilhões em dezembro de 2001, com expansão de 6,2% no ano. A rentabilidade menos atrativa dessa modalidade, 8,6% no ano, explica a modesta captação de recursos. A perda de recursos foi suavizada no mês de dezembro quando registrou-se captação líquida de R$1,6 bilhão, devido à característica sazonal de ingresso de recursos provenientes do 13º salário.

Gráfico 3.14

Depósitos a prazo e caderneta de poupança - saldos



Em janeiro de 2001, sob efeito da Resolução 2.809, de 22.12.2000, foi introduzido o mecanismo de alteração automática do fator "b", componente de cálculo do redutor da Taxa Referencial (TR). Esse mecanismo tem como objetivo proporcionar a gradual convergência das rentabilidades das aplicações financeiras à medida que a meta Selic seja reduzida, minimizando a transferência de recursos entre as modalidades de aplicação financeira decorrente tão somente de arbitragens. Ademais, a taxa de juros fixa de 6% ao ano para a poupança, estabelecida em lei, por si só, já estabelece um piso de rentabilidade para as demais aplicações financeiras.

Contemplou-se, então, faixas de taxas Selic com seus respectivos parâmetros, conforme o quadro 3.3. A gradual convergência pôde ser observada ao longo do primeiro trimestre do ano, quando a meta Selic atingiu valores abaixo de 16% a.a., tendo o parâmetro "b" sido alterado automaticamente para 0,44.

Quadro 3.3 - Fator "b" do redutor da Taxa Referencial (TR)

Meta para a taxa Selic (% a.a)	Fator "b"	Fórmula do redutor da TR
Maior que 16	0,48	1,005 + 0,48TBF
Igual ou menor que 16	0,44	1,005 + 0,44TBF
Igual ou menor que 15	0,40	1,005 + 0,4TBF
Igual ou menor que 14	0,36	1,005 + 0,36TBF
Igual ou menor que 13	0,32	1,005 + 0,32TBF
Igual ou menor que 12	0,28	1,005 + 0,28TBF
Igual ou menor que 11	0,24	1,005 + 0,24TBF
Igual ou menor que 10	0,20	1,005 + 0,2TBF

O saldo dos depósitos a prazo cresceu 19,7% no ano, totalizando R$107,6 bilhões em dezembro de 2001. Os rendimentos acumulados alcançaram 17,7% no ano. A flexibilidade para ajustes a novos patamares de taxas de juros e a liberação de prazos mínimos das operações com CDB referenciados em taxas flutuantes, a partir de agosto de 1999, justificaram a atratividade dessa aplicação em 2001. Devido a esses fatores, as modalidades de CDB referenciados em DI e pós-fixados foram as modalidades mais atrativas, em detrimento dos CDB prefixados, passando a representar, juntas, 70% do saldo total desses ativos.

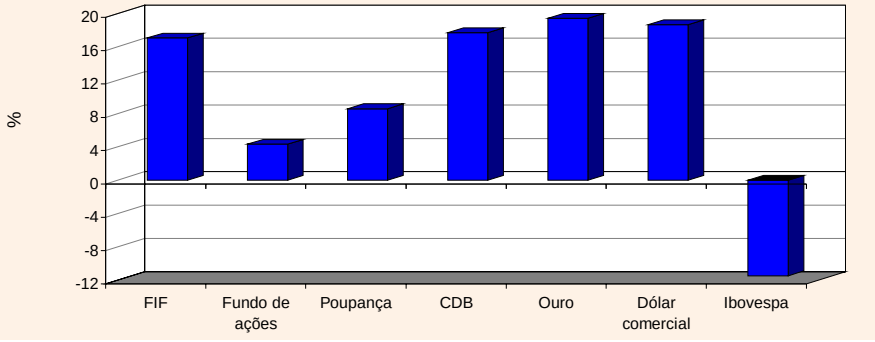
Quadro 3.4 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 2001

% a.m. % a.a.

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2000	2001
FIF	1,43	1,04	1,20	1,27	1,69	1,01	1,82	1,85	1,63	1,35	0,84	0,74	17,26	17,07
Extramercado	1,40	1,39	1,39	1,24	1,43	1,34	1,26	1,35	1,17	1,24	1,17	1,15	16,69	16,51
Fundo de ações	10,62	- 3,46	- 5,86	5,39	0,85	- 1,67	- 2,14	- 2,12	- 6,99	2,59	4,88	3,56	3,36	4,31
Poupança	0,72	0,73	0,73	0,63	0,75	0,72	0,66	0,70	0,60	0,63	0,62	0,60	8,39	8,59
CDB	1,22	0,99	1,28	1,28	1,38	1,30	1,67	1,65	1,34	1,57	1,37	1,38	17,05	17,72

Gráfico 3.15

Rendimento dos principais ativos financeiros em 2001



IV

FINANÇAS PÚBLICAS

O Orçamento da União para o exercício de 2001 (Lei 10.171, de 5.1.2001), elaborado em consonância com os ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), previu superávit primário do Governo Central de R$28,1 bilhões, equivalentes a 2,24% do PIB, para o período. Esse resultado considerou receitas com privatização e concessão

Quadro 4.1 - Resultado primário do governo central

R$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	210 906	236 533	272 230	12,2	15,1
Receitas do Tesouro	161 838	180 816	209 739	11,7	16,0
Receita administrada	144 734	168 636	190 083	16,5	12,7
Restituições	- 4 709	- 6 704	- 6 091	42,4	- 9,1
Diretamente arrecadadas	0	0	0	-	-
Demais receitas	22 562	19 879	25 977	- 11,9	30,7
Incentivos fiscais	- 749	- 995	- 230	32,8	- 76,9
Receitas da previdência	49 068	55 717	62 491	13,6	12,2
Despesa total	189 906	214 904	249 161	13,2	15,9
Despesa do Tesouro	131 365	149 118	173 832	13,5	16,6
Transferências a estados e municípios	34 904	40 283	46 024	15,4	14,3
Despesas da administração federal	93 875	105 181	123 341	12,0	17,3
Subsídios e subvenções	2 586	3 654	4 467	41,3	22,2
Benefícios previdenciários	58 541	65 786	75 329	12,4	14,5
Resultado do governo federal	21 000	21 629	23 069	3,0	6,7
Tesouro Nacional	30 473	31 698	35 907	4,0	13,3
Previdência Social	- 9 473	- 10 069	- 12 838	6,3	27,5
Resultado do Banco Central	- 742	- 477	- 690	- 35,7	44,7
Resultado primário (acima da linha)[1/]	20 258	21 152	22 379	4,4	5,8
Resultado primário/PIB (%)	2,1	2,0	1,9	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ (+) = superávit (-) = déficit.

de serviços públicos de R$15,2 bilhões, superávit na conta petróleo de R$6,5 bilhões e arrecadação com a contribuição dos inativos e pensionistas da ordem de R$1,4 bilhão.

Encerrado o exercício, as receitas com privatização e concessão situaram-se em R$6,4 bilhões, a conta petróleo apresentou superávit de R$1,9 bilhão e a cobrança da contribuição para os inativos e pensionistas não chegou a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Adicionalmente, restrições determinadas pelos cenários interno e externo refletiram-se na condução da política monetária, registrando-se elevação da meta da taxa de juros básica da economia, e no desempenho do PIB.

Nesse contexto, o superávit primário do Governo Central, em 2001, situou-se em R$22,4 bilhões, equivalentes a 1,9% do PIB estimado para o exercício. Esse resultado revelou superávit das contas do Tesouro, R$35,9 bilhões, e déficits nas contas da Previdência Social, R$12,8 bilhões, e do Banco Central, R$690 milhões.

A receita líquida do Governo Central passou de 18,1% do PIB, em 2000, para 19% em 2001. Usando a mesma base de comparação para as despesas, constatou-se elevação de 16,1% para 17,1% do PIB. Os superávits dos dois exercícios, em relação ao PIB, permaneceram no mesmo patamar.

Quadro 4.2 - Despesa com pessoal da União

R$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Por situação funcional - liquidada	49 181	57 969	66 679	17,9	15,0
Ativos	26 131	33 104	37 344	26,7	12,8
Inativos	15 526	16 626	19 993	7,1	20,3
Pensionistas	7 524	8 239	9 342	9,5	13,4
Por poderes - liberada	50 071	57 322	129 342	14,5	125,6
Executivo	42 046	47 371	104 912	12,7	121,5
Judiciário	6 141	7 850	19 264	27,8	145,4
Legislativo	1 884	2 101	5 166	11,5	145,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Políticas fiscal e tributária

Em 2001, foram editados diversos dispositivos legais com vistas a promover ajustes na legislação tributária. Na esfera do imposto de renda, foi editada a MP 2.222, de 4.9.2001, que disciplinou o seu recolhimento pelos planos de benefícios de caráter previdenciário. Os procedimentos adotados tiveram a finalidade de harmonizar o

tratamento tributário dispensado aos produtos financeiros de caráter previdenciário, de forma a corrigir distorções provocadas nesse segmento do mercado. Para tanto, ficou estabelecido que, a partir de janeiro de 2002, os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de entidades abertas de previdência complementar e de sociedades seguradoras que operam planos de benefícios de caráter previdenciário ficariam sujeitos à incidência do imposto de renda, de acordo com as normas de tributação aplicáveis às pessoas físicas e às pessoas jurídicas não-financeiras.

Com a edição da MP 2.202, de 28.6.2001 (posteriormente convertida na Lei 10.276, de 10.9.2001) foram adotados procedimentos com vistas ao ressarcimento das contribuições para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. A medida introduziu forma de cálculo do crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de forma a possibilitar maior precisão do montante a ser ressarcido ao produtor exportador, relativamente à incidência das mencionadas contribuições nas fases de produção e comercialização anteriores. Ao se aprovar a Lei 10.312, de 27.11.2001, foram reduzidas para zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins que incidiam sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade, e de carvão mineral destinado à geração de energia elétrica.

Na área fiscal, cabe também assinalar a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), pela Emenda Constitucional 33, de 11.12.2001, regulamentada pela Lei 10.336, de 19.12.2001, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados, gás natural e derivados e de álcool etílico combustível. O produto da arrecadação da Cide será destinado, na forma da lei orçamentária: ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo; ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

Em observância ao art. 30 da LRF, em 20.12.2001, o Senado Federal aprovou duas resoluções com vistas a imprimir maior eficiência no controle das finanças públicas. Estabelece a Resolução 40 que a dívida consolidada líquida dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de sua publicação (ou seja, ao final de 2016), não poderá exceder, respectivamente, a:

I - no caso dos estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida;

II - no caso dos municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vez a receita corrente líquida.

Eventuais excedentes, em relação aos limites estabelecidos, deverão ser reduzidos, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro.

Por sua vez, a Resolução 43 dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

Entre as providências adotadas por essa Resolução, encontra-se o impedimento para a realização das seguintes operações por esses dois níveis de governo:

I - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

II - assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

III - assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços;

IV - realização de operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamentos firmados com a União;

V - concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido, incentivos, anistias, remissão, reduções de alíquotas e quaisquer outros benefícios tributários, fiscais ou financeiros, que estejam em desacordo com dispositivos da Constituição Federal;

VI - cessão de direitos relativos a período posterior ao do mandato do chefe do Poder Executivo, em relação a créditos decorrentes de participação governamental obrigatória nas modalidades de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais.

Outras medidas de política econômica

Em 29 de maio, o Congresso Nacional promulgou duas leis complementares que regulamentaram tópicos da reforma previdenciária iniciada com a Emenda Constitucional 20, de 15.12.1998. A Lei Complementar 108 disciplinou a relação entre a União, estados, municípios e Distrito Federal, e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, enquanto a Lei Complementar 109 dispôs sobre o regime de previdência privada de caráter complementar.

As principais providências adotadas pela Lei Complementar 108 foram as seguintes:

a) os planos de benefícios de prestação programada (exceto benefícios de risco e pensão por morte) terão carência mínima de sessenta contribuições mensais;

b) o vínculo com o patrocinador será cessado;
c) os reajustes dos benefícios serão efetuados segundo critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos;
d) contribuição do patrocinador não excederá à do participante;
e) a revisão dos planos, com vistas ao ajuste atuarial, ocorrerá a cada dois anos;
f) as empresas não poderão repassar aos benefícios ganhos de produtividade, abonos e vantagens de qualquer natureza.

Quanto à Lei Complementar 109, foram adotadas inovações que devem contribuir para o crescimento do regime de previdência complementar. As principais providências são as seguintes:

a) criação da figura do instituidor, permitindo que entidades de classe, sindicatos e conselhos profissionais possam formar fundos de pensão para seus associados;
b) portabilidade, ou seja, a soma das contribuições poderá transitar entre os diversos fundos, a cada mudança de vínculo empregatício;
c) capitalização dos valores recolhidos para o fundo, mesmo após a perda do vínculo empregatício;
d) regulamentação da contribuição e do benefício definido.

Em relação à área social, cabe destacar a adoção dos seguintes programas:

a) Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola", o qual constituiu o instrumento de participação financeira da União em programas municipais de garantia de renda mínima vinculados a ações sócio-educativas. A participação da União compreende o pagamento, diretamente à família beneficiária, do valor mensal de R$15,00 por criança, até o limite de três crianças por família (Lei 10.219, de 11.4.2001);
b) Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde - "Bolsa Alimentação", destinado à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação. São beneficiados com o Programa as pessoas mencionadas, em risco nutricional, pertencentes a famílias com renda *per capita* inferior ao salário fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo, para cada exercício financeiro. Crianças filhas de mães soropositivas para o vírus da imunodeficiência humana *Human Imunnedeficiency Virus*/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) poderão receber o benefício desde o seu nascimento (MP 2.206, de 10.8.2001);
c) Programa Bolsa-Renda, cujo objetivo foi o de atender a população atingida pelos efeitos da estiagem nos municípios localizados na região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais (MP 2.213, de 8.8.2001);
d) PSH, de modo a tornar acessível a moradia para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de interesse social, operados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (MP 2.212, de 30.8.2001).

Finalmente, cabe assinalar a aprovação da Lei Complementar 110, de 29.6.2001, que estabeleceu providências para a complementação da correção monetária do FGTS (16,6% referentes ao Plano Verão, de janeiro de 1989, e 44,8% referentes ao Plano Collor I, de março de 1990). A lei contempla as seguintes providências:

a) instituição de contribuições sociais devidas pelos empregadores à alíquota de 10% sobre o montante dos depósitos devidos durante a vigência do contrato de trabalho, em caso de demissão de empregado sem justa causa, e à alíquota de 0,5% sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada trabalhador;
b) estabelecimento de percentuais de redução de 10% e 15% sobre o total do complemento de atualização monetária devido aos trabalhadores, mediante expressa concordância do titular da conta vinculada;
c) definição da forma e dos prazos para a efetivação dos créditos de atualização monetária nas contas vinculadas;
d) determinação da participação solidária da União no pagamento do passivo das contas do FGTS;
e) estabelecimento de prioridade no pagamento da atualização monetária para aposentados, acidentados e portadores de AIDS e câncer.

A regulamentação da contribuição social devida por despedida de empregado sem justa causa e da contribuição social incidente sobre a remuneração mensal do trabalhador se deu com a edição do Decreto 3.914, de 11.9.2001, da Presidência da República.

Por último, cabe assinalar as alterações na Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15.12.1976), com o objetivo de fortalecer o mercado de ações e de proteger os acionistas minoritários. Assim, a Lei 10.303, de 31.10.2001, complementada pela MP 8, de 31.10.2001, dotou a CVM de melhores condições para regular e fiscalizar o mercado de capitais. Ao ser enquadrada como entidade autárquica em regime especial, a CVM passou a ser dotada de autonomia administrativa independente, a ter autonomia financeira orçamentária e a ter dirigentes com mandatos fixos.

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit de R$12,8 bilhões em 2001, o equivalente a 1,1 % do PIB, representando acréscimo de 27,5% em relação ao registrado no ano anterior. O aumento do déficit foi influenciado, entre outros fatores, pelo reajuste de 19,2% no salário mínimo, representando impacto da ordem de R$2 bilhões no caixa da Previdência, que concede benefícios no valor de um salário mínimo a 13,4 milhões de pessoas.

Outro fator que influenciou significativamente o déficit da Previdência no último ano constituiu-se nos subsídios concedidos a setores que não contribuem pela regra

geral, como as micro e pequenas empresas associadas ao Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), as entidades filantrópicas, os empregadores rurais (pessoas físicas e jurídicas), os empregadores domésticos, os clubes de futebol e outros, que constituem as chamadas renúncias previdenciárias. Essas foram estimadas em R$8,4 bilhões em 2001, ante R$7,3 bilhões no ano anterior. Registre-se que, se as renúncias fossem excluídas do déficit da Previdência, esse reduzir-se-ia a 0,4% do PIB.

A análise do déficit da Previdência em termos de área urbana e rural evidencia equilíbrio no que se refere aos resultados da área urbana. Quanto à área rural, apresentou resultado negativo de R$12,8 bilhões, com arrecadação de R$1,8 bilhão e despesa com benefícios de R$14,6 bilhões.

Quadro 4.3 - Previdência Social - fluxo de caixa

R$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	68 414	77 181	88 171	12,8	14,2
Arrecadação	52 423	59 605	66 996	13,7	12,4
Outras receitas	323	533	635	65,0	19,1
Antecipação de receitas - TN	123	1 760	- 3	-	- 100,2
Transferências da União	15 545	15 283	20 543	- 1,7	34,4
Despesas	68 226	76 467	88 034	12,1	15,1
Benefícios[1/]	60 835	68 506	78 698	12,6	14,9
Outras despesas	4 093	4 072	4 830	- 0,5	18,6
Transferências a terceiros	3 298	3 889	4 506	17,9	15,9
Saldo operacional	188	714	137	...	...
Saldo previdenciário	- 9 412	- 10 069	- 12 840	...	...
Relação benefícios/arrecadação bancária[2/]	1,2	1,1	1,2	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

1/ Inclui benefícios previdenciários e não-previdenciários.

2/ Corresponde à relação entre os benefícios pagos e a arrecadação bancária líquida de transferências a terceiros.

O crescimento do déficit previdenciário foi parcialmente atenuado pelo resultado da arrecadação, que, em 2001, alcançou R$67 bilhões, o equivalente a 5,7% do PIB. Em termos nominais, houve acréscimo de 12,4% em relação a 2000. As receitas totais, incluindo as transferências da União, que totalizaram R$20,5 bilhões, crescimento nominal de 34,4%, registraram crescimento nominal de 14,2%, atingindo R$88,2 bilhões (7,4% do PIB).

O bom desempenho da arrecadação resultou da combinação de dois fatores: a criação de empregos formais, com o conseqüente aumento da base arrecadatória,

e a implementação de medidas legais de aprimoramento da arrecadação e de recuperação de créditos junto a empresas.

As medidas de recuperação de crédito adotadas pela Previdência desde 1999 possibilitaram arrecadação de cerca de R$8 bilhões em 2001, crescimento real de 12,5% em relação a 2000, se considerado como deflator o INPC. Entre as medidas, a regularização das dívidas previdenciárias dos municípios, definida na MP 2.187/1999, proporcionou uma arrecadação de R$1,6 bilhão, 60% superior à obtida em 2000.

Outra medida que contribuiu para o melhor desempenho da arrecadação foi a retenção (sub-rogação), instituída pela MP 1.663-15/1998, convertida na Lei 9.711/1998, por meio da qual as empresas que contratam serviços de outras ficam responsáveis pela retenção de 11% do valor bruto registrado na nota fiscal, para compor a previdência dos empregados. Esse mecanismo passou a ser adotado para os serviços prestados a partir de fevereiro de 1999 e rendeu, em 2001, R$3,7 bilhões, com acréscimo de 11,9% em relação ao ano anterior.

O Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que tem por objetivo promover a regularização de débitos de empresas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), também se constituiu em importante medida de recuperação de créditos para a Previdência, resultando em arrecadação de R$464 milhões, com incremento de 57,1% em relação a 2000.

A mudança na sistemática financeira referente à concessão do salário-maternidade vem gerando, igualmente, impactos positivos na arrecadação. Após a Lei 9.876/1999, todos os benefícios de salário-maternidade passaram a ser concedidos e pagos pelo INSS, o que eliminou a possibilidade de as empresas pagarem o benefício e descontarem o valor pago de sua contribuição patronal. Assim, em 2001, houve uma elevação da contribuição das empresas de R$662,6 milhões, representando acréscimo de 12,8% em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar, no entanto, que o efeito financeiro total da medida é nulo, uma vez que ocorre também o aumento dos gastos com o benefício por parte da Previdência.

A Justiça do Trabalho, ao dispor de competência para executar, de ofício, as contribuições sociais decorrentes de sentenças que proferir ou acordos que homologar, concedida por meio da Emenda Constitucional 20/1998, possibilitou à Previdência arrecadar R$736,5 milhões em 2001, 11,4% acima do valor obtido em 2000.

Os recolhimentos provenientes de depósitos judiciais e o resgate de Certificados da Dívida Pública (CDP) também têm se constituído em importantes medidas de recuperação de créditos previdenciários. Em 2001, embora tenham registrado

decréscimos respectivos de 29,9% e 59,3%, contribuíram para aumentar a arrecadação em R$701,9 milhões (depósitos judiciais) e R$90,6 milhões (CDP).

No que se refere às despesas, o impacto do reajuste do salário mínimo foi o principal responsável pelo crescimento de 14,9% nos gastos com benefícios, que alcançaram R$78,7 bilhões em 2001, o equivalente a 6,6% do PIB. A despesa total atingiu R$88 bilhões, ou 7,4% do PIB, com acréscimo de 15,1% em relação a 2000.

O valor médio mensal dos benefícios pagos teve acréscimo real de 3,7% em 2001, alcançando R$335,34, como resultado da política de reajustes adotada pelo governo, o que contribuiu para o crescimento das despesas.

O pagamento de benefícios por meio de precatórios, ou seja, pagamentos aos segurados que entraram na justiça e ganharam ações referentes à revisão de benefícios, também gerou impacto negativo nas despesas, em 2001, com desembolso da ordem de R$514,7 milhões, embora em menor intensidade comparativamente a 2000, quando foram gastos R$676,3 milhões.

Em 2001, a Previdência concedeu 2,86 milhões de novos benefícios, 3,1% menos do que em 2000. Com exceção do auxílio-doença e salário-maternidade, que cresceram 3,5% e 8,1%, respectivamente, em relação a 2000, os demais benefícios apresentaram decréscimo.

Privatizações

O cronograma de venda das empresas estatais para 2001 foi afetado negativamente pelo clima de incerteza que atingiu a economia mundial, com desdobramentos sobre a postura dos investidores estrangeiros. Internamente, a depreciação cambial e a crise energética contribuíram para frustrar vendas programadas.

Assim, a receita total das privatizações realizadas em 2001 alcançou US$2,9 bilhões (R$6,4 bilhões), o que representa decréscimo de 72,5% em relação a 2000. Desse total, US$29 milhões correspondem à privatização do Paraiban, única venda efetuada no âmbito dos programas estaduais. Em 2000, as privatizações estaduais renderam US$3 bilhões, com a venda de três empresas do setor elétrico (Cia. Energética de Pernambuco - Celpe, Cia. Energética do Maranhão - Cemar e S.A. de Eletrificação da Paraíba - Saelpa), a distribuidora paulista de gás Gás Sul, o Banco do Estado do Paraná (Banestado) e a empresa de saneamento do Amazonas, a Manaus Saneamento.

Do total arrecadado com a venda de empresas federais, US$1,8 bilhão correspondeu à concessão dos serviços de telefonia móvel das Bandas “D” (áreas I, II e III) e “E” (área I). As demais vendas incluem o BEG, US$269,5 milhões, ações da Petrobras

excedentes ao controle acionário, US$808,3 milhões, e participações minoritárias, segundo o Decreto 1.068/1994, US$11,2 milhões.

Quadro 4.4 - Programa Nacional de Desestatização

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Empresas privatizadas	11	4	7	2	1	1
Setor siderúrgico	0	0	0	0	0	0
Sistema Petroquisa	5	0	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0	0
Setor elétrico	1	0	1	0	0	0
Setor ferroviário	5	1	1	0	0	0
Outros	0	3	5	2	1	1
Receitas (US$ milhões)	4 231	3 995	1 656	554	7 671	2 904
Setor siderúrgico	0	0	0	0	0	0
Sistema Petroquisa	212	0	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0	0
Setor elétrico	2 509	0	880	0	0	0
Setor ferroviário	1 477	15	206	0	0	0
Participações minoritárias (Dec. 1.068)	33	190	421	62	34	11
Outros[1/]	0	3 790	149	492	7 637	2 893
Passivos transferidos aos compradores (US$ milhões)	670	3 559	1 082	0	0	0
Setor siderúrgico	0	0	0	0	0	0
Sistema Petroquisa	84	0	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0	0
Setor elétrico	586	0	1 082	0	0	0
Setor ferroviário	0	0	0	0	0	0
Outros	0	3 559	0	0	0	0

Fonte: BNDES

1/ Inclui, em 1999, concessões de empresas-espelho de telecomunicações e ofertas aos empregados de ações do Sistema Telebrás. Inclui, em 2000, ações excedentes ao controle da Petrobras e privatização Banespa. Inclui, em 2001, ações excedentes ao controle da Petrobras, privatização do BEG e concessão das Bandas Móveis D e E.

O Programa Nacional de Desestatização (PND), desde sua criação, em 1991, até 2001, rendeu US$68,6 bilhões, dos quais US$57,3 bilhões correspondem à venda de empresas federais, incluído o setor de telecomunicações, com receita de US$30,9 bilhões. Os restantes US$11,3 bilhões referem-se à transferência de dívidas aos compradores.

As privatizações estaduais tiveram início em 1996, acumulando, até 2001, receita de US$34,7 bilhões, sendo US$27,9 bilhões da venda de empresas e US$6,8 bilhões de dívidas transferidas.

Quadro 4.5 - Programas estaduais de desestatização

Empresas privatizadas 1996-2001

US$ milhões

Empresa	Setor	Estado	Data do leilão	Preço de venda	Dívida transferida
Cerj	Elétrico	RJ	20-nov-1996	587	364
Ferroeste	Ferroviário	PR	10-dez-1996	25	-
Participações minoritárias				794	
Banerj	Financeiro	RJ	26-jun-1997	289	-
Riogás	Gás	RJ	14-jul-1997	146	-
Ceg	Gás	RJ	14-jul-1997	430	-
Coelba	Elétrico	BA	31-jul-1997	1 598	213
Credireal	Financeiro	MG	7-ago-1997	112	-
Cachoeira Dourada	Elétrico	GO	5-set-1997	714	140
CEEE - N/NE	Elétrico	RS	21-out-1997	1 486	149
CEEE - CO	Elétrico	RS	21-out-1997	1 372	64
CPFL	Elétrico	SP	5-nov-1997	2 731	102
Enersul	Elétrico	MS	19-nov-1997	565	218
Cia. União de Seguros Gerais	Seguros	RS	20-nov-1997	45	-
Cemat	Elétrico	MT	27-nov-1997	353	461
Energipe	Elétrico	SE	3-dez-1997	520	40
Cosern	Elétrico	RN	12-dez-1997	606	112
Metrô do Rio de Janeiro	Transporte	RJ	19-dez-1997	262	-
Participações minoritárias				2 388	
Conerj	Transporte	RJ	5-fev-1998	29	-
Coelce	Elétrico	CE	2-abr-1998	868	378
Eletropaulo Metropolitana	Elétrico	SP	15-abr-1998	1 777	1 241
CRT	Telecomunic.	RS	19-jun-1998	1 018	822
Celpa	Elétrico	PA	9-jul-1998	388	116
Flumitrens	Transporte	RJ	15-jul-1998	240	-
Elektro	Elétrico	SP	16-jul-1998	1 273	428
Bemge	Financeiro	MG	14-set-1998	494	-
EBE - Empr. Bandeirante de Energia	Elétrico	SP	17-set-1998	860	375
Terminal Garagem M. Côrtes	Transporte	RJ	28-out-1998	67	-
Bandepe	Financeiro	PE	17-nov-1998	153	-
Participações minoritárias				330	
Comgás	Gás	SP	14-abr-1999	988	88
Baneb	Financeiro	BA	22-jun-1999	147	-
Cesp - Paranapanema	Elétrico	SP	28-jul-1999	682	482
Cesp - Tietê	Elétrico	SP	27-out-1999	472	668
Gás Noroeste	Gás	SP	9-nov-1999	143	-
Participações minoritárias				216	
Celpe	Elétrico	PE	17-fev-2000	1 004	131
Gás Sul	Gás	SP	26-abr-2000	298	-
Cemar	Elétrico	MA	15-jun-2000	289	158
Manaus Saneamento	Saneamento	AM	29-jun-2000	106	-
Banestado	Financeiro	PR	17-out-2000	869	-
Saelpa	Elétrico	PB	30-nov-2000	185	-
Banco do Estado da Paraíba	Financeiro	PB	8-nov-2001	29	-
Total				27 948	6 750

Fonte: BNDES

Quadro 4.6 - Programa Nacional de Desestatização

Empresas privatizadas 1991-2001

Setor/Empresas	Preço mínimo US$ milhões	Preço de venda US$ milhões	Ágio (%)	Data do leilão principal
Sistema Petroquisa				
Petroflex	179	216	20,7	10-abr-1992
Copesul	617	797	29,2	15-mai-1992
Álcalis	79	79	0,0	15-jul-1992
Nitriflex	26	26	0,0	6-ago-1992
Polisul	57	57	0,0	11-set-1992
PPH	44	59	34,1	29-set-1992
CBE	11	11	0,0	3-dez-1992
Poliolefinas	87	87	0,0	19-mar-1993
Oxiteno	54	54	0,0	15-set-1993
PQU	270	270	0,0	24-jan-1994
Politeno	45	45	0,0	18-ago-1994
Coperbo	26	26	0,0	16-ago-1994
Ciquine	24	24	0,0	17-ago-1994
Polialden	17	17	0,0	17-ago-1994
Acrinor	12	12	0,0	12-ago-1994
Copene	254	254	0,0	15-ago-1995
CPC	90	100	11,1	29-set-1995
Salgema	87	139	59,8	5-out-1995
CQR	0	2	...	5-out-1995
Pronor	63	64	1,6	5-dez-1995
Nitrocarbono	30	30	0,0	5-dez-1995
CBP	0	0	0,0	5-dez-1995
Polipropileno	81	81	0,0	1-fev-1996
Koppol	3	3	0,0	1-fev-1996
Deten	12	12	0,0	22-mai-1996
Polibrasil	99	99	0,0	27-ago-1996
EDN	17	17	0,0	26-set-1996
Elétrico				
Escelsa	444	505	13,7	11-jul-1995
Light	2 271	2 271	0,0	21-mai-1996
Gerasul	880	880	0,0	15-set-1998
Siderúrgico				
Usiminas	1 238	1 377	11,2	24-out-1991
Cosinor	12	14	16,7	14-nov-1991
Aços Finos Piratini	42	105	150,0	14-fev-1992
CST	339	339	0,0	16-jul-1992
Acesita	348	450	29,3	22-out-1992
CSN	1 267	1 267	0,0	2-abr-1993
Cosipa	174	340	95,4	20-ago-1993
Açominas	285	554	94,4	10-set-1993

(continua)

Quadro 4.6 - Programa Nacional de Desestatização (continuação)

Empresas privatizadas 1991-2001

Setor/Empresas	Preço mínimo US$ milhões	Preço de venda US$ milhões	Ágio (%)	Data do leilão principal
Fertilizantes				
Indag	7	7	0,0	23-jan-1992
Fosfértil	139	177	27,3	12-ago-1992
Goiasfértil	13	13	0,0	8-out-1992
Ultrafértil	199	199	0,0	24-jun-1993
Arafértil	11	11	0,0	15-abr-1994
Ferroviário				
Malha Oeste	61	63	3,3	5-mar-1996
Malha Centro-Leste	316	316	0,0	14-jun-1996
Malha Sul	152	209	37,5	20-set-1996
Malha Sudeste	871	871	0,0	22-nov-1996
Malha Tereza Cristina	16	18	12,5	13-dez-1996
Malha Nordeste	11	15	36,4	18-jul-1997
Malha Paulista	196	206	5,1	10-nov-1998
Outros				
Celma	73	91	24,7	1-nov-1991
Mafersa	19	48	152,6	11-nov-1991
SNBP	8	12	50,0	14-jan-1992
Caraíba	5	5	0,0	28-jul-1994
Embraer	182	183	0,5	7-dez-1994
CVRD	2 610	3 132	20,0	6-mai-1997
Tecon 1 (Porto de Santos)	93	251	169,9	17-set-1997
Meridional	155	240	54,8	4-dez-1997
Codesa - Cais de Capuaba	26	26	0,0	6-mai-1998
Codesa - Cais de Paul	9	9	0,0	13-mai-1998
Tecon 1 - Porto de Sepetiba	79	79	0,0	3-set-1998
CDRJ - Term. *Roll-on Roll-off*	16	27	68,8	3-nov-1998
Porto de Angra dos Reis	8	8	0,0	5-nov-1998
Datamec	50	50	0,0	23-jun-1999
Porto de Salvador	21	21	0,0	21-dez-1999
Banespa	945	3 604	281,0	20-nov-2000
Oferta pública - ações Petrobras		4 032		2000
Oferta pública - ações Petrobras		808		2001
Banco do Estado de Goiás	122	269	121,1	4-dez-2001
Participações minoritárias		1 145		

Fonte: BNDES

Arrecadação de impostos e contribuições federais

O total de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e das demais receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos, exclusive as contribuições previdenciárias) atingiu R$196,8 bilhões. Esse montante representou crescimento nominal de 11,3% e real, considerado o IGP-DI como deflator, de 0,9%, em relação ao arrecadado em 2000. Assinale-se que o crescimento foi restringido pelo desempenho desfavorável das "demais receitas", em virtude do menor fluxo de receitas com concessão e privatizações.

As receitas administradas, constituídas por impostos e contribuições federais, totalizaram R$188,8 bilhões, crescimento real de 2,4% e nominal de 13%, no ano. A expansão poderia ter sido mais intensa não fossem as arrecadações atípicas ocorridas em 2000, no valor de R$4,8 bilhões, resultantes de ações judiciais, pagamento de débitos em atraso, dívida ativa e depósitos judiciais. Em 2001, a arrecadação correspondente somou R$881 milhões.

A arrecadação recorde de tributos assinalada em 2001 pode ser atribuída à solidez dos fundamentos da economia brasileira e à eficiência da administração tributária, apesar da crise de oferta de energia, da desaceleração da atividade e dos choques externos.

Quadro 4.7 - Arrecadação bruta de receitas federais

R$ milhões

Discriminação	1999	2000	2001	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	51 520	56 397	64 909	9,5	15,1
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	16 503	18 841	19 457	14,2	3,3
Imposto de Importação (II)	7 919	8 509	9 090	7,5	6,8
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	4 879	3 126	3 584	- 35,9	14,7
Cofins	32 187	39 905	46 364	24,0	16,2
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	7 304	9 279	9 367	27,0	0,9
PIS/Pasep	9 836	10 043	11 396	2,1	13,5
CPMF	7 948	14 545	17 197	83,0	18,2
Outros tributos	13 420	16 169	15 394	20,5	- 4,8
Total	151 516	176 814	196 758	16,7	11,3

Fonte: Secretaria da Receita Federal

As contribuições federais repetiram, em 2001, o comportamento favorável de anos anteriores. Registre-se a arrecadação vinculada à CPMF, que apresentou crescimento de 18,2%, reflexo, em parte, da elevação da alíquota, de 0,30% para 0,38%, em março do ano passado. A mudança na sistemática de cobrança da Cofins e da contribuição

para o PIS/Pasep incidentes nos setores de combustíveis e automotivo foi responsável pelos crescimentos de 16,2% e 13,5% em suas respectivas arrecadações. As duas contribuições são agora cobradas unicamente nas refinarias e nas montadoras em substituição à antiga cobrança em todas as fases dessas cadeias produtivas. A arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), porém, registrou crescimento de apenas de 0,9%, resultante da entrada de administrativos/judiciais e débitos em atraso no ano de 2000, sem correspondência em 2001. No total, as cinco contribuições sociais (CPMF, Cofins, PIS/Pasep, CSLL e Contribuição para Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos) arrecadaram R$88,1 bilhões, o equivalente a 46,7% do total apurado com tributos.

Em 2001, a arrecadação do Imposto de Renda (IR) atingiu R$64,9 bilhões, o que representou participação de 33% em toda a arrecadação tributária federal. Desse montante, R$43,9 bilhões foram provenientes do imposto retido na fonte, correspondente a 67,6% de todo o Imposto de Renda. O recolhimento na fonte sobre rendimentos de capital elevou-se 28,3%, atingindo R$15,2 bilhões, evidenciando o nervosismo no mercado financeiro, que levou as empresas a procurarem proteção cambial em operações de *swap* e em aplicações financeiras de renda fixa. O IR sobre as remessas ao exterior apresentou crescimento real de 24,9%, em função, principalmente, da elevação do dólar.

Em sintonia com o menor ritmo de crescimento da economia, alguns tributos apresentaram crescimento menos representativo. Assim, a arrecadação vinculada ao Imposto de Importação expandiu 6,8%, em função da redução para zero da alíquota relativa à importação de petróleo, a partir de janeiro de 2001, e a associada ao IPI, 3,3%, reflexo da contração na rubrica IPI – vinculado à importação, decorrente da redução do valor, em dólar, das importações tributadas.

Resultado primário do setor público

O setor público consolidado apresentou superávit primário de R$43,7 bilhões, 3,8% do PIB, comparativamente a R$38,2 bilhões, 3,6% do PIB, registrados em 2000. O governo federal e o Banco Central foram responsáveis por superávit de R$22 bilhões, 1,9% do PIB, os governos estaduais, por R$7,2 bilhões, 0,6% do PIB, os governos municipais, por R$3,3 bilhões, 0,3% do PIB, e as empresas estatais, por R$11,2 bilhões, 0,9% do PIB.

Esses resultados demonstram a continuidade do esforço fiscal de anos anteriores. O governo central foi responsável por 50,3% do resultado primário global do setor público, as empresas estatais, por 25,7%, e os governos regionais, por 24%. Cabe destacar o aumento da participação dos governos regionais no resultado primário global, que, em 2000, totalizara 15,8%, explicado, basicamente, pela observância da LRF.

Juros nominais

A apropriação de juros nominais, em 2001, alcançou R$86,4 bilhões, 7,3% do PIB, comparativamente a R$78 bilhões, 7,2% do PIB, no ano anterior. Do resultado de 2001, o Governo Central foi responsável por 54,7% dos juros apropriados, ante 58,3% em 2000, os governos estaduais, por 35%, ante 31,5%, e os governos municipais e as empresas estatais das três esferas do governo responderam por, respectivamente, 5,1% e 5,2%, representando contrações de 0,5 p.p. e 0,6 p.p.

Ao ser incorporado o impacto da desvalorização cambial incidente sobre a dívida mobiliária interna indexada ao câmbio no cálculo das necessidades de financiamento do setor público, a apropriação de juros nominais, em 2001, totalizou R$105,6 bilhões, 9% do PIB, ante R$87,4 bilhões, 8% do PIB, no ano anterior.

Resultado nominal

As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) em 2001, no conceito nominal, totalizaram R$42,8 bilhões, 3,5% do PIB, comparativamente a R$39,8 bilhões, 3,6% do PIB, em 2000. O governo federal e o Banco Central foram responsáveis por R$25,3 bilhões, 2,1% do PIB; os governos estaduais, por R$23,1 bilhões, 1,9% do PIB; os governos municipais, por R$1,2 bilhão, 0,1% do PIB, e as empresas estatais, por -R$6,7 bilhões, -0,6% do PIB.

Quando se incorpora o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida mobiliária interna indexada ao câmbio, as necessidades de financiamento do setor público atingem R$62 bilhões, 5,3% do PIB, em 2001, comparativamente a R$49,3 bilhões, 4,5% do PIB, em 2000.

Dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público atingiu R$660,9 bilhões em dezembro de 2001, 53,4% do PIB, comparativamente a R$563,2 bilhões, 49,4% do PIB, em 2000. Dentre os fatores que contribuíram para essa variação, destacam-se o impacto da desvalorização cambial registrada no período, que respondeu por crescimento de R$37,4 bilhões na dívida, comparativamente a R$18,3 bilhões no ano anterior; aumento do reconhecimento líquido de dívidas, que, em 2000, totalizou R$9,7 bilhões, ante R$18,5 bilhões em 2001; aumento no volume de juros nominais apropriados, de R$78 bilhões em 2000 para R$86,4 bilhões em 2001; e diminuição do volume de privatizações, que, em 2000, totalizaram R$20,2 bilhões e, em 2001, R$0,9 bilhão.

Quadro 4.8 - Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	1998		1999	
	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]
Nominal	68 229	7,5	56 284	5,8
Governo federal e Banco Central do Brasil	45 100	4,9	26 336	2,7
Governos estaduais	16 402	1,8	26 098	2,7
Governos municipais	2 014	0,2	4 490	0,5
Empresas estatais	4 713	0,5	- 640	- 0,1
Primário	- 106	0,0	- 31 087	- 3,3
Governo federal e Banco Central do Brasil	- 5 042	- 0,6	- 22 672	- 2,4
Governos estaduais	3 726	0,4	- 1 574	- 0,2
Governos municipais	- 1 995	- 0,2	- 531	- 0,1
Empresas estatais	3 204	0,3	- 6 310	- 0,6
Juros nominais	68 335	7,5	87 372	9,1
Governo federal e Banco Central do Brasil	50 141	5,5	49 008	5,1
Governos estaduais	12 676	1,4	27 673	2,9
Governos municipais	4 009	0,4	5 021	0,5
Empresas estatais	1 508	0,2	5 670	0,6

(continua)

Quadro 4.8 - Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2000		2001	
	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]
Nominal	39 806	3,6	42 788	3,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	25 016	2,3	25 273	2,1
Governos estaduais	19 955	1,8	23 079	1,9
Governos municipais	2 966	0,3	1 178	0,1
Empresas estatais	- 8 132	- 0,7	- 6 742	- 0,6
Primário	- 38 157	- 3,6	- 43 655	- 3,8
Governo federal e Banco Central do Brasil	- 20 431	- 1,9	- 21 980	- 1,9
Governos estaduais	- 4 579	- 0,4	- 7 211	- 0,6
Governos municipais	- 1 447	- 0,1	- 3 260	- 0,3
Empresas estatais	- 11 700	- 1,1	- 11 205	- 0,9
Juros nominais	77 963	7,2	86 444	7,3
Governo federal e Banco Central do Brasil	45 447	4,2	47 253	4,0
Governos estaduais	24 534	2,3	30 291	2,6
Governos municipais	4 413	0,4	4 437	0,4
Empresas estatais	3 569	0,3	4 463	0,4

1/ Valorizados a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI, com base na série publicada pelo IBGE.

Quadro 4.9 - Dívida líquida do setor público

Discriminação	1998		1999	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (F=D-E)	375 661	40,6	431 950	41,1
Ajuste metodológico s/dívida interna (E)	4 256	0,5	44 124	4,2
Dívida fiscal líquida com câmbio (D=A-B-C)	379 917	41,1	476 075	45,3
Ajuste patrimonial (C)	36 603	4,0	80 127	7,6
Ajuste de privatização (B)	- 30 650	- 3,3	- 39 623	- 3,8
Dívida líquida total (A)	385 870	41,7	516 579	49,2
Governo federal e Banco Central do Brasil	231 268	25,0	316 222	30,1
Governos estaduais	113 160	12,2	147 935	14,1
Governos municipais	17 745	1,9	22 851	2,2
Empresas estatais	23 697	2,6	29 571	2,8
Dívida interna	328 693	35,5	407 810	38,8
Governo federal e Banco Central do Brasil	192 455	20,8	233 058	22,2
Governos estaduais	107 673	11,6	139 400	13,3
Governos municipais	17 084	1,8	21 984	2,1
Empresas estatais	11 481	1,2	13 369	1,3
Dívida externa	57 177	6,2	108 769	10,4
Governo federal e Banco Central do Brasil	38 812	4,2	83 164	7,9
Governos estaduais	5 487	0,6	8 535	0,8
Governos municipais	661	0,1	867	0,1
Empresas estatais	12 216	1,3	16 203	1,5
Memorando:				
PIB em R$ milhões[1/]	925 086		1 050 353	

(continua)

A dívida bruta do governo geral, que engloba o governo federal e os governos regionais, situou-se em R$885,3 bilhões, 71,5% do PIB, em dezembro de 2001, comparativamente a R$744,6 bilhões, 65,4% do PIB, em dezembro de 2000. Os principais fatores que provocaram o crescimento da dívida bruta do governo geral foram a desvalorização cambial e as emissões, pelo Tesouro Nacional, de títulos indexados ao dólar (NTN-D), em substituição aos títulos vencidos, de emissão do Banco Central (NBCE).

Dívida mobiliária federal

Em dezembro de 2001, o saldo da dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de custódia, apesar de resgates líquidos totais de R$42 bilhões

Quadro 4.9 - Dívida líquida do setor público (continuação)

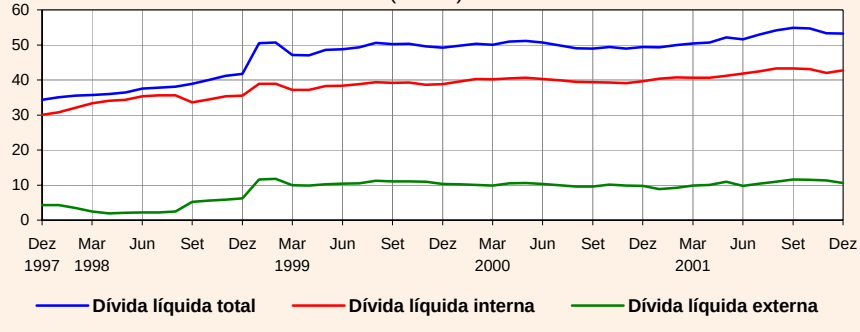
Discriminação	2000		2001	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (F=D-E)	471 746	41,4	514 534	41,5
Ajuste metodológico s/dívida interna (E)	53 614	4,7	72 796	5,9
Dívida fiscal líquida com câmbio (D=A-B-C)	525 360	46,1	587 330	47,4
Ajuste patrimonial (C)	97 664	8,6	134 379	10,8
Ajuste de privatização (B)	- 59 862	- 5,3	- 60 843	- 4,9
Dívida líquida total (A)	563 163	49,4	660 867	53,4
Governo federal e Banco Central do Brasil	352 967	31,0	411 772	33,2
Governos estaduais	161 184	14,1	203 409	16,4
Governos municipais	24 139	2,1	26 156	2,1
Empresas estatais	24 873	2,2	19 530	1,6
Dívida interna	451 841	39,7	530 022	42,8
Governo federal e Banco Central do Brasil	267 573	23,5	308 520	24,9
Governos estaduais	151 557	13,3	192 154	15,5
Governos municipais	22 706	2,0	24 374	2,0
Empresas estatais	10 004	0,9	4 974	0,4
Dívida externa	111 322	9,8	130 845	10,6
Governo federal e Banco Central do Brasil	85 395	7,5	103 252	8,3
Governos estaduais	9 626	0,8	11 255	0,9
Governos municipais	1 433	0,1	1 781	0,1
Empresas estatais	14 869	1,3	14 556	1,2
Memorando:				
PIB em R$ milhões[1/]	1 139 274		1 238 610	

1/ PIB anual a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI (c), tendo como base a série publicada pelo IBGE.

Gráfico 4.1

Dívida líquida do setor público

(% PIB)



Quadro 4.10 - Evolução da dívida líquida do setor público

R$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001
Saldo ano anterior	308 426	385 870	516 579	563 164
NFSP				
Primário	- 106	- 31 087	- 38 157	- 43 655
Juros nominais	68 335	87 372	77 963	86 444
Juros reais	64 606	41 962	51 044	56 010
Atualização monetária	3 729	45 410	26 918	30 434
Ajuste cambial	6 853	69 384	18 344	37 431
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	4 261	39 873	9 479	19 182
Dívida externa	2 592	29 511	8 864	18 249
Reconhecimento de dívidas	15 215	14 014	8 673	18 466
Privatizações	- 12 854	- 8 973	- 20 238	- 981
Saldo final	385 870	516 579	563 163	660 867

Quadro 4.11 - Dívida líquida e bruta do governo geral[1/]

Discriminação	2000		2001	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	563 164	49,4	660 867	53,4
Dívida líquida do governo geral	529 582	46,5	648 685	52,4
Dívida bruta do governo geral	744 579	65,4	885 253	71,5
Dívida interna	587 664	51,6	703 814	56,8
Dívida externa	156 915	13,8	181 439	14,6
Governo federal	145 856	12,8	168 403	13,6
Governos estaduais	9 626	0,8	11 255	0,9
Governos municipais	1 433	0,1	1 781	0,1
Créditos do governo geral	- 214 997	- 18,9	- 236 568	- 19,1
Créditos internos	- 212 712	- 18,7	- 232 787	- 18,8
Créditos externos	- 2 285	- 0,2	- 3 781	- 0,3
Governo federal	- 2 285	- 0,2	- 3 781	- 0,3
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Dívida líquida do Banco Central	8 709	0,8	- 7 349	- 0,6
Dívida líquida das empresas estatais	24 873	2,2	19 530	1,6
Memorando:				
PIB em R$ milhões[2/]	1 139 274		1 238 610	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos inclusive com o Bacen.

2/ PIB dos últimos 12 meses, a preços do mês assinalado. Deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

no ano, atingiu R$615 bilhões, 49,7% do PIB, comparativamente a R$516,1 bilhões, 45,3% do PIB, no final do ano anterior. Foram destaques, em 2001, as seguintes operações: emissões líquidas de R$12,6 bilhões em NTN-C, de R$17,4 bilhões em NTN-D e de R$9,3 bilhões em NBCE, e resgates líquidos de R$45 bilhões em LTN, de R$12,8 bilhões em LFT, de R$9,3 bilhões em LFT-A e de R$11,4 bilhões em LFT-B.

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional atingiram, em dezembro de 2001, R$687,3 bilhões. Desses, R$194,4 bilhões estavam em poder do Banco Central, enquanto os demais R$492,9 bilhões, representando 71,7% do total, encontravam-se fora da autoridade monetária. Os títulos emitidos pelo Banco Central somaram R$122 bilhões, comparativamente a R$83,9 bilhões no ano anterior, representando 19,9% do total da dívida mobiliária em poder do mercado. Contribuíram para essa elevação as emissões líquidas de R$9,3 bilhões de NBCE e a depreciação cambial.

Quanto à distribuição dos títulos por indexador, destaca-se a redução na participação dos títulos prefixados, de 15,3% do total, em dezembro de 2000, para 7,2% em dezembro de 2001, devido, principalmente, aos resgates líquidos de LTN. Em contrapartida, a participação dos títulos indexados ao *over*/Selic elevou-se de 52,4% para 53,8%, apesar de resgates líquidos de LFT, LFT-A e LFT-B. Os títulos vinculados ao câmbio elevaram sua participação de 21,7% para 28,1%, como reflexo das emissões líquidas de NBCE e da depreciação cambial. Os títulos indexados à TR reduziram sua participação de 4,7% para 3,8%, em razão de resgates de dívida agrícola. Os títulos atrelados ao IGP-M elevaram sua participação de 1,6% para 4%, devido a emissões líquidas de NTN-C. A participação dos títulos indexados ao IGP-DI reduziu-se de 4,3% para 3%, em função de resgates de créditos securitizados.

Quadro 4.12 - Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador

Índice de correção	1998	1999	2000	2001
Total - R$ milhões	323 860	414 901	516 114	614 983
Câmbio	21,0	24,2	21,7	28,1
TR	5,4	3,0	4,7	3,8
IGP-M	0,3	0,3	1,6	4,0
Over /Selic	69,1	61,1	52,4	53,8
Prefixado	3,5	9,2	15,3	7,2
TJLP	0,2	0,1	0,0	0,0
IGP-DI	0,1	2,1	4,3	3,0
Outros	0,5	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 4.13 - Títulos públicos federais

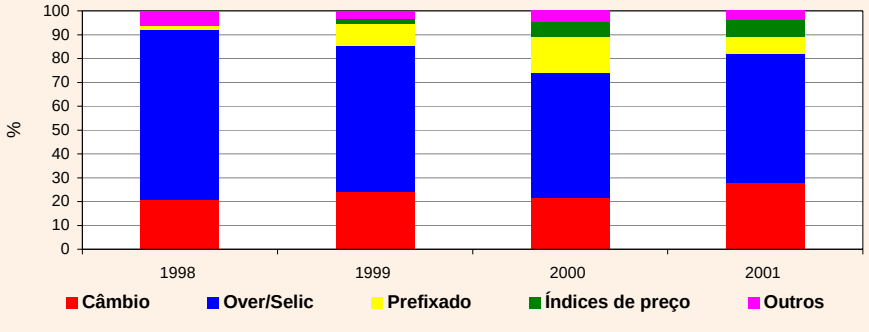
Saldos em R$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001
Responsabilidade do TN	343 820	464 507	555 913	687 329
Carteira do Bacen	124 670	60 871	123 713	194 390
LTN	15 311	11 135	33 453	32 418
LFT	107 763	35 919	87 197	113 839
NTN	1 596	13 818	1 817	46 591
Créditos securitizados	-	-	1 246	1 543
Tesouraria MP 1.789	-	51 754	-	-
Fora do Bacen	219 151	351 881	432 200	492 938
LTN	5 438	38 118	79 190	44 343
LFT	157 171	204 223	265 699	323 301
BTN	64	67	64	67
NTN	52 241	98 182	46 233	85 841
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	4 237	11 292	14 280	19 366
Créditos securitizados	-	-	21 119	16 044
Dívida agrícola	-	-	3 108	1 689
TDA	-	-	2 495	2 276
CDP	-	-	14	11
Responsabilidade do Banco Central	104 709	63 020	83 914	122 044
LBC	22 537	1 122	-	-
BBC/BBCA	48 372	-	-	-
NBCE	31 025	60 291	81 972	120 554
NBCF	2 478	1 606	1 942	1 490
NBCA	297	-	-	-
Total fora do Banco Central	323 860	414 901	516 114	614 983
Em % do PIB	35,0	39,5	45,3	49,7

Gráfico 4.2

Títulos públicos federais

Participação por indexador



V

RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

Política de comércio exterior

A política de comércio exterior brasileira não apresentou alterações significativas em 2001, tendo sido mantida a estratégia da diplomacia comercial brasileira de ampliar e diversificar os mercados de exportação. Por esse prisma, devem ser vistas as negociações comerciais empreendidas com o México, a África do Sul, os países da Comunidade Andina, bem como o acolhimento, pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), do pedido da Venezuela de iniciar negociações para ingressar no bloco como país associado.

A agenda negociadora externa do país incluiu o aprofundamento das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Conforme decisão da Reunião Ministerial de Buenos Aires, confirmada posteriormente na Cúpula de Quebec, a data-limite para entrar em vigor a área de livre comércio foi fixada em 1º de janeiro de 2006. Em dezembro, ocorreu a aprovação, pela Câmara de Representantes dos Estados Unidos, do Projeto de Lei da *Trade Promotion Authority* (TPA), que concede ao Executivo mandato para negociar, pelo período de três anos, novos acordos comerciais, afastando o risco de o Congresso norte-americano emendar o resultado da negociação com outros países. Uma emenda colocada na véspera da votação criou mecanismo consultivo para examinar as conseqüências de movimentos cambiais que objetivem ganhos artificiais de competitividade. O texto aprovado estabeleceu também mecanismos adicionais de proteção a produtos agrícolas norte-americanos, em especial cítricos e açúcar, nas negociações da Alca, o que indica uma posição bastante conservadora e protecionista dos Estados Unidos da América (EUA), marcando seu afastamento da posição do Grupo de Cairns – países exportadores de produtos agrícolas –, do qual o Brasil faz parte. A aprovação da TPA é considerada essencial, pelos parceiros comerciais dos EUA, para a realização da nova rodada global de liberalização das leis de comércio e para a criação da Alca.

Outros fatores aumentaram a complexidade da agenda negociadora comercial brasileira, como a proposta, apesar de modesta, de liberalização tarifária na área de bens apresentada pela União Européia (UE) ao Mercosul, fato que determinou novo padrão às negociações entre os dois blocos econômicos. Convém lembrar,

ainda, que essa oferta apresentada pela UE ocorreu no momento da maior crise do Mercosul nos seus dez anos de existência.

De fato, o Mercosul manteve trajetória conturbada em 2001, em função da profunda crise econômica da Argentina e dos efeitos intra-bloco provocados pela depreciação da moeda brasileira. Em atendimento à solicitação argentina, os sócios do bloco aprovaram, pela Decisão CMC 1, de 7.4.2001, a revisão da política tarifária do país vizinho em caráter excepcional e temporário até 31.12.2002. As principais mudanças tarifárias, válidas exclusivamente para a Argentina, em relação à alíquota *ad valorem* do imposto de importação, foram: redução a zero de 1.400 itens de bens de capital e aumento para 35% de 2.000 itens de bens de consumo. A Argentina cedeu ao pleito brasileiro, retirando os itens de telefonia e informática, que teriam tarifa zero da lista de bens de capital. Na visão do governo argentino, a Tarifa Externa Comum (TEC) reduzida é fundamental para a modernização do seu país. Ao aprovarem a revisão da política tarifária da Argentina, os sócios do Mercosul garantiram a manutenção da TEC e da própria condição de união aduaneira do bloco.

Desde julho, entretanto, quando a Argentina adotou unilateralmente medidas que reduziram a preferência para produtos brasileiros dos setores de informática e telecomunicações, de bens de capital e automotivo, o Brasil suspendeu o diálogo com o país vizinho sobre temas comerciais, posição que foi alterada com a emergência de um novo cenário econômico-político a partir da renúncia do Presidente De La Rua e da ascensão de Eduardo Duhalde. O novo governo argentino vê no Mercosul um instrumento político e comercial que pode ajudar o país a sair mais rapidamente da crise. A depreciação do peso, aproximando o regime cambial argentino do brasileiro, e o novo posicionamento da Argentina nas negociações comerciais com o Brasil criaram as condições para a retomada do diálogo, que compreenderá o desbloqueio das negociações de vários temas, como o regime automotivo.

Ainda com relação ao regime automotivo do Mercosul, pela Decisão CMC 4, de 22.6.2001, o Paraguai foi incorporado, estendendo o acordo a todos os sócios do bloco. Com o agravamento da crise econômica na Argentina, seu mercado deixou de consumir a produção das montadoras locais, o que obrigou os fabricantes a vender seus excedentes às associadas brasileiras, ultrapassando o limite de exportações de 10,5% sobre o que foi importado do país vizinho. Ao final de 2001, o excedente sobre os limites de venda da Argentina havia gerado multa de US$115 milhões contra as montadoras argentinas. Esses são problemas que exigirão grande empenho negociador para serem dirimidos ao longo do próximo ano.

Convém lembrar que o Brasil firmou, isoladamente, com os países-membros da Comunidade Andina de Nações (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) acordo de

preferência tarifária, incorporando novos produtos à lista anteriormente vigente. A data de 30.6.2001 foi o último prazo, conforme estipulou a Decisão CMC 8, de 22.6.2001, para que os sócios do Mercosul firmassem acordos comerciais de preferência tarifária individualmente. A partir de 1.7.2001, somente serão celebradas negociações no formato "4+1", pelas quais os países-membros do Mercosul negociam em conjunto com outro país ou bloco.

Com o México, porém, não foi possível concluir acordo bilateral até 30.6.2001, envolvendo cerca de oitocentos produtos, principalmente em razão de divergências quanto à oferta brasileira de redução tarifária. O governo brasileiro recusou o pedido mexicano de desconto de 80% na tarifa de exportação de dezoito produtos químicos. O Itamaraty defendeu o argumento da indústria química brasileira que teme a concorrência mexicana, por causa da proximidade do país com os Estados Unidos, o que reduz significativamente o preço dessas matérias-primas. No entanto, as negociações não foram totalmente bloqueadas, existindo possibilidade que novo acordo venha ser firmado. Em 2000, o Brasil já havia firmado acordo de preferência comercial com o México, em que se previa a concessão recíproca de cotas de importação de veículos automotores.

O lançamento de nova rodada multilateral de negociações ao final da Reunião Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) de Doha, no Catar, constituiu outro elemento de complexidade da agenda comercial brasileira. A Rodada de Doha representou tentativa de romper o bloqueio do sistema multilateral de negociações presente desde a Reunião de Seattle. O programa de trabalho estabelecido pela Declaração Ministerial de Doha englobou os temas já negociados nas rodadas anteriores. O único novo tema incluído foram as relações entre comércio e meio ambiente. As negociações foram estruturadas em módulos, o que contribuiu para que os países reduzissem as divergências e alcançassem consenso. As matérias foram divididas em três categorias:

a) temas cujas negociações terão início imediato, como as questões relacionadas à implementação dos acordos da Rodada Uruguai, agricultura, serviços, acesso a mercados para produtos não agrícolas, Propriedade Intelectual relacionada ao Comércio (*Trade Related Intellectual Property* - Trips), *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias, mecanismos de solução de controvérsias, comércio e meio ambiente;
b) temas cujas negociações deverão ocorrer após a V Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em 2003, condicionadas à decisão consensual a ser adotada nessa ocasião, como relações entre comércio e investimento, relações entre comércio e política de competição, transparência em compras governamentais e facilitação de comércio;
c) temas para os quais serão definidos programas de trabalho, sem compromisso de negociação futura, como comércio eletrônico – os países se comprometeram a manter a prática atual de não impor direitos de alfândega a transmissões

eletrônicas até a V Conferência Ministerial da OMC –, dívida e finanças, comércio e transferência de tecnologia, tratamento diferenciado e mais favorável para países em desenvolvimento.

A Rodada de Doha formalizou também o ingresso da China e de Taiwan como membros da OMC. A China é uma das economias mais dinâmicas do mundo e abriga um quarto da população mundial, o que mostra sua importância geopolítica e comercial. Para os países em desenvolvimento, como o Brasil, que possui interesses comerciais bem diversificados, o impasse do sistema multilateral de negociações traria altos custos, o que justifica a relevância do lançamento da nova Rodada.

Na OMC, o contencioso Brasil-Canadá, envolvendo suas empresas fabricantes de aeronaves, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) e Bombardier, apresentou alguns desdobramentos no ano, embora esteja longe de ser equacionado pelas partes. Foi decidido que a nova edição do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) não viola o Acordo de Subsídios. Com efeito, as operações comerciais de financiamento das exportações de aeronaves fabricadas no Brasil passaram a ser julgadas caso a caso. A disputa com o Canadá reforça a posição brasileira de lutar por novas regras para financiamentos de exportações de produtos industrializados pelos países em desenvolvimento. O Brasil deseja disciplinar a concessão de crédito às exportações aos países em desenvolvimento a taxas de juros que levem em consideração suas condições, que não são as mesmas das nações industrializadas, como, por exemplo, a capacidade de captar recursos no mercado externo.

Ainda na esfera da OMC, Brasil e EUA acordaram quanto à disputa comercial sobre patentes, abandonando suas queixas recíprocas junto à Organização. Os EUA retiraram queixa contra o artigo 68 da Lei de Propriedade Industrial brasileira, que permite quebrar a patente, ou seja, emitir licenças compulsórias, em situações de abuso de direito e falta de exploração local da patente após três anos. Esse é o caso do licenciamento compulsório de medicamentos a fabricantes nacionais, para atender a objetivos da política de saúde de combate à AIDS. O Brasil se comprometeu, por sua vez, a consultar antecipadamente os EUA quando julgar necessário quebrar a patente e a não denunciar o Código de Patentes norte-americano na OMC. O reconhecimento, por esta Organização, de que o acordo de Trips não deve sobrepor-se às políticas de saúde pública foi a maior vitória para os países em desenvolvimento.

A reestruturação da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com vistas a melhorar a coordenação e a tempestividade das ações do governo na área, foi uma das mais importantes medidas adotadas em 2001, principalmente num momento em que se adensa a agenda de negociações comerciais do país. Foram ampliadas as atribuições

da Camex, que deixou de ser órgão meramente coordenador e consultivo, passando a ter poder normativo em áreas específicas, sendo responsável pelo estabelecimento das diretrizes e dos procedimentos da política de comércio exterior, bem como pela coordenação e orientação das ações dos órgãos que possuem competências na área.

A MP 2.113-27, de 26.1.2001, definiu essas novas competências da Camex, conferindo-lhe maior independência para deliberar sobre tributos na área de comércio de bens e serviços, fixar as alíquotas dos Impostos de Importação e de Exportação, atividades anteriormente realizadas exclusivamente por órgãos do Ministério da Fazenda (Minifaz). A questão das regras de aplicação das medidas de defesa comercial, como os direitos *antidumping* e compensatórios, também passou para a esfera da Camex. Anteriormente, esse poder era do Minifaz e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). À Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC competirá, mediante processo administrativo, apurar a margem de *dumping* ou o montante do subsídio, a existência de dano e a relação entre esses. À Camex caberá fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios. O Minifaz não participará mais dessas atribuições.

Ainda no âmbito da Camex, a necessidade de atribuir tratamento prioritário às exportações levou à criação do Comitê de Gestão de Comércio Exterior, que teria, a exemplo da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, poderes especiais na implementação da política de exportação. O Decreto 3.981, de 24.10.2001, contemplou essa nova reestruturação do órgão. Em suma, ao ministro do MDIC foi conferido maior poder na execução da política de comércio exterior.

No que se refere à adoção de medidas de desoneração fiscal implementadas na área de exportações, estiveram associadas ao objetivo de obtenção de saldos comerciais mais favoráveis. Na área tributária, uma das principais medidas foi implementada pela MP 2.202, de 28.6.2001, permitindo que, a partir de 1.1.2002, os exportadores tenham a opção de escolha entre dois métodos para o ressarcimento das contribuições do PIS e da Cofins pagas na produção voltada para a exportação. O primeiro, atualmente utilizado pelos exportadores, está amparado pela Lei 9.363/1996. O outro, amparado pela MP, convertida na Lei 10.276, de 10.9.2001, regulamentado pela Instrução Normativa 69, de 6.8.2001, da SRF. A diferença básica entre os dois sistemas de compensação reside na fórmula de cálculo do crédito presumido do Imposto sobre IPI, instituído para permitir às empresas exportadoras desonerar seu processo produtivo das contribuições referidas.

Pela MP 2.158-35, de 27.8.2001, foi implementada outra medida de desoneração tributária, com o objetivo de evitar a dupla tributação do PIS e da Cofins: uma na operação da *trading* e outra na venda por quem encomendou. Nas importações caracterizadas como encomenda, as empresas poderão optar pelo regime

anteriormente vigente, em que ocorre a bitributação; ou evitar a dupla cobrança dos impostos, desde que a operação seja caracterizada como encomenda nos termos da legislação. Ao optar pela redução dos tributos, a empresa encomendante será equiparada à industrial e deverá recolher IPI sobre a margem de lucro. A Instrução Normativa SRF 75, de 23.9.2001, regulamentou a matéria.

A simplificação das remessas financeiras associadas à exportação foi outra medida relevante voltada para a desburocratização das operações comerciais. Com efeito, as remessas financeiras ao exterior, autorizadas pelo Banco Central, inerentes a vendas nas modalidades *Delivery Duty Unpaid* (DDU) e *Delivery Duty Paid* (DDP) ficaram dispensadas de manifestação da Secex, desde que seu valor seja igual ou inferior a US$10 mil por Registro de Exportação ou conjunto de Registros de Exportação, e não ultrapasse a 10% do valor da exportação, ou a 20% do valor da operação, quando compreender pagamentos de despesas relativas a encargos, tributos e taxas exigíveis para o desembaraço da mercadoria no exterior. Essa modalidade de venda externa tem apresentado crescimento para os países desenvolvidos, que possuem mercados mais competitivos.

Dentro do objetivo oficial de desregulamentar e aperfeiçoar o processo de exportações, ressalte-se a implementação, pelo Decreto 3.904, de 31.8.2001, do *drawback* eletrônico na modalidade suspensão, que responde pela maior parte das operações do mecanismo. Inicialmente, entrou em operação piloto para os setores eletroeletrônico e de autopeças, sendo estendido aos demais ramos de atividade em novembro. Com o *drawback* eletrônico, foi eliminada uma série de trâmites e documentos, tornando mais rápido o processamento das operações e reduzindo o custo para as empresas que operam o regime.

Ainda no tocante às exportações, foi estendido, pela Resolução Camex 15, de 10.5.2001, o Imposto de Exportação de 5% sobre as vendas externas de couro *wet blue*, denominação recebida pela matéria-prima em sua fase inicial de elaboração, aos países do Mercosul. Inicialmente, a taxação valia para as exportações destinadas a todos os mercados, com exceção do Mercosul. Essa medida foi implementada em razão da queda do preço médio do produto exportado pelo Brasil e do expressivo aumento das exportações de couro para o Uruguai e Paraguai. Este país isenta a exportação do produto, enquanto o outro a tributa em 5%.

Outra medida de impacto nas exportações foi definida pela Portaria 63, de 18.4.2001, da ANP, que regulamentou a exportação de gasolina, ficando sujeita à prévia e expressa autorização da ANP e ao cadastramento da empresa ou consórcio junto à Agência. Com essa norma, as empresas petroquímicas, além da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), também poderão exportar gasolina, produto que vem aumentando sua participação na pauta brasileira.

A exemplo do registrado no ano anterior, o Proex enfrentou restrições orçamentárias em 2001, tendo sido necessário suplementar seus recursos em R$248,5 milhões, sendo R$100 milhões para a modalidade eqüalização e R$148,5 milhões para a modalidade financiamento. A escassez de recursos cambiais esteve associada à depreciação cambial, na medida em que o orçamento do Proex é fixado em reais, embora financie operações em dólares, e também ao crescimento nas exportações das empresas beneficiárias do Programa.

Num breve balanço, as operações do Proex, nas modalidades financiamento e eqüalização, totalizaram R$2,1 bilhões, sendo R$961,9 milhões destinados à modalidade financiamento e R$1,1 bilhão, à equalização das taxas de juros. Pela primeira vez, o Banco do Brasil, agente financeiro do Tesouro Nacional para o Proex, utilizou a dotação total de recursos destinados ao Programa. No ano, o Proex financiou 15% das exportações brasileiras.

Na modalidade financiamento, as operações totalizaram US$464 milhões, correspondendo a aumento de 15% em relação a 2000. Os desembolsos realizados também cresceram em 15%, totalizando US$411 milhões no ano. Registrou-se, ainda, incremento de 10% no número de operações efetivadas, para 959. Do mesmo modo, o número de empresas beneficiadas elevou-se 17%, atingindo 294, com destaque para as pequenas e médias empresas. Em 2001, 33% das operações do Proex-Financiamento envolveram o setor de serviços; 28%, o de transporte; e 17%, o de máquinas e equipamentos. A África absorveu 30,7% das exportações efetivadas no âmbito do Programa; seguida pelo Mercosul, 19,6%; Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), 13,5%; e União Européia, 12,9%.

Quanto à modalidade eqüalização, as exportações efetivadas totalizaram US$8,2 bilhões correspondendo a incremento de 5% no ano. Ocorreu, também, aumento de 2% no número de operações efetivadas, que atingiram para 4.930. Registrou, porém, decréscimo de 34% no número de empresas beneficiadas, para 145. No ano, 56% das operações envolveram o setor de transporte, com destaque para as vendas de aviões da Embraer; 16%, o de máquinas e equipamentos; e 8%, o de plástico e borracha. O Nafta foi destino de 44,9% das exportações efetivadas; seguido pela União Européia, 15,2%; a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), incluindo o Mercosul, 11,6%; e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), 5%.

Outra medida voltada para a promoção das exportações foi a regulamentação, pelo Decreto 3.937, de 25.9.2001, da Lei 6.704, de 26.10.1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação. Uma das principais mudanças relaciona-se à participação da União nas perdas líquidas definitivas, agora limitadas em, no máximo, 90%, no caso de seguro contra risco comercial; e 95%, para riscos políticos e extraordinários. No ano, o BNDES adquiriu participação acionária na Seguradora Brasileira de Créditos à Exportação (SBCE), dentro da sua estratégia

de integrar as atividades de seguradora às de financiamento, a exemplo do *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KFW) da Alemanha.

Registre-se, também, a conversão da MP 2.111-49, de 2001, na Lei 10.184, de 12.2.2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais; e da MP 2.084-72, de 2001, na Lei 10.206, de 23.3.2001, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e ao Fundo da Marinha Mercante.

Com relação ao Programa de Retenção do Café, foram flexibilizados os critérios da retenção pelas Portarias Interministeriais MAA/MDIC 218, de 4.5.2001, MAPA/MDIC 485, de 19.9.2001 e MAPA/MDIC 623, de 21.12.2001. Na prática, foi transferido dos exportadores para os produtores o encargo da retenção. A retenção passou a ser comprovada pela existência, em poder do MAPA, de Certificados de Retenção ou Termos de Anuência do Produtor, bem como pelo volume de café objeto de garantia do financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Além disso, a Portaria Camex 13, de 26.9.2001, ampliou os prazos de validade para embarque dos Registros de Venda de Café para até o final do quinto mês, em vez de, como anteriormente fixado, até o final do mês subseqüente ao da negociação.

Na área de defesa animal, a política de comércio exterior foi pautada, no início do ano, pelo esforço para levantar a suspensão das importações de carne brasileira, imposta pelo governo canadense, sob a alegação de risco de contaminação pela síndrome da vaca louca, em razão da importação de matrizes européias pelo Brasil. Com efeito, México e Estados Unidos, países-membros do Nafta, também suspenderam a importação do produto brasileiro. Após a avaliação do rebanho brasileiro por equipe de especialistas dos três sócios do Nafta, o embargo foi levantado. Para muitos, o embargo canadense pode ser visto como um capítulo do contencioso Bombardier-Embraer, cuja disputa comercial está sendo realizada na esfera da OMC.

Com o fim do embargo canadense às importações de carne brasileira, o Governo brasileiro atuou junto à União Européia no sentido de provar que o gado brasileiro é livre da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB). Resultado dessa ação, foi a melhoria da classificação do risco do Brasil em relação à síndrome da vaca louca, sendo reduzido para o nível 1 (risco de contágio desprezível), favorecendo as exportações de carne brasileira. O episódio evidenciou a necessidade de ser mantido rigoroso sistema de vigilância fitossanitária.

De fato, várias medidas de defesa animal foram adotadas ao longo do ano para proteger a sanidade do rebanho nacional. Essas normas, muitas atualmente revogadas ou mesmo flexibilizadas, chegaram a proibir, em caráter de emergência e

transitoriamente, o ingresso no país, a comercialização e a exposição ao consumo de carne e derivados, bem como a transferência para outro estabelecimento de criação e o abate de bovinos importados de países nos quais ocorreram registros de EEB ou daqueles considerados de risco da doença.

Os países procuram, tradicionalmente, proteger as denominações de origem de produtos e serviços. Com tradição nessa área, bebidas como o Bordeaux francês e o queijo Parma italiano têm suas denominações de origem protegidas. No caso brasileiro, o Decreto 4.062, de 21.12.2001, definiu as expressões "cachaça", "Brasil" e "cachaça do Brasil" como indicações geográficas brasileiras, cujo uso é restrito aos produtores estabelecidos no país. No caso da cachaça, estavam ocorrendo falsificações e abusos.

No âmbito do Projeto Cultura Exportadora, cujo objetivo é levar as empresas a incluir a exportação nos seus planos estratégicos, foi lançado, em novembro, o Portal do Exportador. Durante seu primeiro mês de operação, registraram-se mais de 24.000 acessos. Pelo Portal, é possível acessar mais de quatrocentos *sites* vinculados ao comércio exterior, nos quais se encontram estudos e trabalhos sobre o assunto, elaborados pelo governo e pelas entidades privadas.

Quanto às medidas voltadas para as importações, a revisão da TEC perdeu relevância ao longo do ano em razão da constatação, pelos sócios do Mercosul, de que alterações substanciais de tarifa devem ocorrer no curso das negociações da Alca e com a União Européia. No Brasil, a Resolução Camex 42, de 26.12.2001, retificada pelo Diário Oficial da União (DOU) de 9.1.2002, implementou e consolidou as mais significativas mudanças tarifárias. A partir de 1.1.2002, o adicional da TEC foi reduzido de 2,5% para 1,5%, com vigência máxima até 31.12.2002. Entrou em vigor, a partir 1.1.2002, a nova versão da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), adaptada à III Emenda do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias. Foi igualmente prorrogada, até 31.8.2002, a redução a zero das tarifas de importação de 558 códigos da NCM correspondentes a fármacos e medicamentos, de interesse do Ministério da Saúde, que constaram do Decreto 3.880, de 1.8.2001. Com a depreciação da moeda brasileira, os custos de produção de medicamentos genéricos, altamente dependentes da importação de fármacos, estavam inviabilizando a produção local. Portanto, a redução tarifária veio minimizar os custos de produção desses produtos.

A Resolução Camex 42 contém, ainda, os seguintes anexos:

Anexo I – a NCM e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a TEC;

Anexo II – lista de códigos excluídos do acréscimo temporário da TEC no Brasil, além de todos os bens de capital (assinalados como BK);

Anexo III – Lista Brasileira de Exceções à TEC, cujas alíquotas estão assinaladas com o sinal "#";

Anexo IV – Lista Brasileira de Exceções de bens de informática e telecomunicações (BIT), cujas alíquotas também estão assinaladas com o sinal "#";

Anexo V – lista de códigos da NCM de fármacos e medicamentos com redução a zero da tarifa, até 31.8.2002, cujas alíquotas estão assinaladas com o símbolo "§".

Ademais, para evitar dúvidas de interpretação, o artigo 4º da Resolução Camex 42, reza que as preferências e consolidações tarifárias decorrentes de compromissos assumidos pelo Brasil nos acordos tarifários internacionais continuam em vigor. Isso significa que as preferências outorgadas pelo Brasil no âmbito da Aladi e as consolidações feitas na OMC, quando resultarem em alíquotas inferiores às registradas na TEC, prevalecem sobre essas últimas.

Uma das principais modificações na legislação tributária com impacto nos custos das importações foi implementada pela Emenda Constitucional (EC) 33, de 12.12.2001. Por esta emenda, foi estabelecido que a base de cálculo do Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) será fixada de modo que o imposto também a integre na importação de bem, mercadoria ou serviço. A EC 33 teve por finalidade dar às importações o mesmo tratamento dispensado às operações de saída interna e interestaduais, em atendimento ao pleito dos Estados que ainda não se recuperaram das perdas acarretadas pela Lei Kandir, que excluiu da tributação as exportações de produtos primários e semi-elaborados, conforme exigia a Constituição de 1988.

As ações oficiais têm procurado incentivar a produção, no próprio país, de produtos que potencializam o déficit na balança comercial de determinados setores, como no caso dos componentes eletroeletrônicos. Foram publicadas mais de cem portarias, autorizando empresas do setor a receberem os benefícios da Lei 10.176, de 11.1.2001 (Lei de Informática), regulamentada pelos Decretos 3.800 e 3.801, ambos de 20.4.2001. Esses incentivos são decrescentes e se extinguirão em 2009. Até lá, espera-se que o país tenha atraído empresas de porte para a fabricação de componentes.

No âmbito da defesa comercial, a nova forma de atuação da Camex já está sendo colocada em prática. Nesse sentido, foram fixados direitos *antidumping* definitivos nas importações de:

a) leite em pó, integral e desnatado, não-fracionado, originárias da Nova Zelândia, da União Européia e do Uruguai, de, respectivamente, 3,9%; 14,8% ou 16,9% – dependendo da empresa exportadora da UE –, e 16,9%, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 1, de 2.2.2001;
b) medicamento contendo insulina, originárias da Dinamarca, de 76,1%, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 2, de 23.2.2001;

c) metacrilato de metila, classificado no item 2916.14.10 da NCM, oriundas da Alemanha, da Espanha, da França e do Reino Unido, de, respectivamente, 8,1%, 11,5%, 4,9% ou 5% – dependendo da empresa exportadora da França –, e 8,8% ou 12,3% – dependendo da empresa exportadora do Reino Unido –, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 3, de 22.3.2001;
d) fios têxteis contínuos de náilon 6, lisos, originárias da República da Coréia, de 5,2%, quando exportados pela empresa Taekwang Seoul Industries Ltd., e de 52,2%, quando exportados pelas demais empresas sul-coreanas, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 19, de 26.6.2001;
e) ventiladores de mesa, acima de quinze centímetros, com motor elétrico incorporado de potência não superior a 125W, classificados no item 8414.51.10 da NCM, originárias da República Popular da China, com alíquotas *ad valorem* de 45,24%, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 25, de 25.7.2001;
f) cadeados, exceto para bicicletas, classificados no item 8301.10.00 da NCM, originárias da República Popular da China, com a fixação da alíquota *ad valorem* de 60,3%, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 38, de 28.11.2001;
g) alhos frescos ou refrigerados, originárias da República Popular da China, com a fixação de direito específico de US$0,48/Kg, com vigência de até cinco anos a partir da publicação da Resolução Camex 41, de 19.12.2001.

Convém lembrar que, pelas Resoluções Camex 10, de 3.4.2001, e 34, de 30.10.2001, foram homologados Compromissos de Preços para as importações de leite oriundas do Uruguai, e de cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipos duplex e triplex, de gramatura igual ou superior a duzentos g/m², originárias do Chile, com a conseqüente suspensão da investigação *antidumping.*

Ainda com relação à defesa comercial, a Camex publicou a Resolução 9, de 22.3.2001, instituindo, no seu âmbito, Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), com o objetivo de examinar propostas sobre a fixação de direitos *antidumping*, de direitos compensatórios, provisórios ou definitivos, a homologação de compromissos em investigação de *dumping* e de subsídios, bem como a aplicação de medidas de salvaguardas provisórias e definitivas.

Com o objetivo de reduzir os custos dos investimentos, permitindo a modernização e o aumento de competitividade do parque industrial brasileiro, foi mantido o regime "ex-tarifário" nas importações de bens de capital e de informática e telecomunicações. Para conferir maior previsibilidade aos investimentos, a Camex disciplinou, pela Resolução 8, de 22.3.2001, os procedimentos a serem observados na concessão dos benefícios tarifários. Ao final de cada semestre, a lista de "ex-tarifários" passou a ser publicada por resolução do órgão, com vigência de dois anos,

diferentemente da sistemática anterior, que geralmente previa a revogação das normas a qualquer tempo. Atualmente, o regime contempla aproximadamente 1.650 produtos e a alíquota média de importação situa-se em 4%. Registre-se que as concessões tarifárias feitas a componentes dos Sistemas Integrados somente se aplicam quando se tratar da importação da totalidade dos componentes especificados em cada sistema, a serem utilizados em conjunto na atividade produtiva do imp ortador.

A crise de energia orientou várias ações da política de comércio exterior do país, sobretudo em matéria tarifária. Pela MP 2.149, de 29.5.2001, convertida na Lei 10.274, de 10.9.2001, foi autorizada a criação de mecanismo de compensação destinado a viabilizar a manutenção de preços constantes para o gás natural. O uso dessa fonte de energia, um dos principais recursos minerais disponíveis no Brasil e nos seus vizinhos, em especial na Bolívia, contribuirá para a readequação da matriz energética brasileira, diminuindo a dependência de energia elétrica de origem hídrica.

Na esteira dessa norma, foi editada a Portaria Interministerial MF/MME 176, de 1.6.2001, que, diante da necessidade de manter uma política de preços regulados no período que antecede a livre competição no fornecimento de gás natural às empresas distribuidoras, fixou o preço-base máximo para suprimento de gás natural destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), desde que entrem em efetiva operação até 30.6.2003. O risco cambial na importação de gás natural foi responsável pelo adiamento da implantação de muitos projetos de termoelétricas. Foram criados instrumentos para viabilizar a manutenção de preços constantes dos contratos por períodos de doze meses consecutivos.

Outras medidas relacionadas com o tema de energia foram:

a) Decreto 3.787, de 11.4.2001: prorrogou, de 31.12.2005 para 31.12.2007, o regime de admissão temporária com suspensão total dos pagamentos dos impostos incidentes na importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), instituído pelo Decreto 3.161, de 2.9.1999;
b) Decreto 3.827, de 31.5.2001: reduziu a zero, até 31.12.2002, a alíquota do IPI incidente sobre equipamentos de energia, como geradores, co-geradores e transmissores;
c) Resolução Camex 20, de 26.6.2001: autorizou a importação, em regime de admissão temporária sem cobertura cambial, de termoelétricas montadas em embarcação, na condição de usadas, com capacidade de geração superior a 20MW.

Por fim, ressalte-se a edição, pelo Ministério da Defesa, da Portaria 219/GC-5, de 27.3.2001, que aprovou novos critérios e fixou valores para a aplicação e a

cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia, sobre cargas importadas e a serem exportadas ou em situações especiais, revogando a Portaria 657/GC-5, de 30.10.2000. Houve pequenas alterações nos critérios de aplicação das tarifas. A medida atinge principalmente o comércio de produtos de maior peso ou volume, como computador, pescado, frutas e outros.

Política cambial

O ano de 2001 foi caracterizado pelo surgimento de fontes de pressão sobre o nível de taxas de câmbio. Quanto ao cenário externo, as pressões foram provenientes da crescente deterioração da situação política e econômica da Argentina e também das incertezas quanto à recuperação da economia norte-americana. O agravamento da crise argentina e os desdobramentos do atentado terrorista em setembro, nos Estados Unidos, refletiram em aguda depreciação da moeda nacional no segundo semestre do ano.

No âmbito interno, as pressões foram sentidas já no primeiro semestre, em função da instabilidade política gerada pelas investigações da Comissão de Ética do Senado e pela perspectiva de abertura de novas investigações no âmbito do executivo. As pressões se acirraram diante da emergência da gravidade do quadro de restrição à oferta de energia elétrica, que provocaria restrições sobre o nível de produto. Além disso, esperava-se impacto desfavorável na balança comercial e redução no ritmo de ingresso nos investimentos diretos, o que poderia gerar dificuldades para o financiamento do déficit em conta corrente.

Assim, a partir do início do ano, a cotação do dólar norte-americano passou a descrever trajetória ascendente. Em 30 de março de 2001, a taxa de câmbio alcançava R$2,1616 por dólar, ante R$1,9554 ao final de dezembro de 2000, representando depreciação acumulada da moeda nacional, no período, de 10,5%.

Com a permanência do ambiente desfavorável no setor externo e o crescimento das incertezas quanto aos impactos da restrição da oferta de energia elétrica sobre o nível de atividade econômica interna e sobre as contas externas, foi realizado, em junho, saque de *tranche* de crédito junto ao FMI, no valor de US$2 bilhões, bem como o anúncio de que o Banco Central disporia de US$6 bilhões para intervir no mercado de câmbio, visando conter a excessiva volatilidade da cotação do dólar.

A partir de julho, as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio se tornaram mais freqüentes, sem prejuízo para a continuidade do regime de livre flutuação, implementado em janeiro de 1999. Mesmo assim, permaneceram intensas as pressões sobre a taxa de câmbio, com o dólar sendo cotado a R$2,5979 em 16

de julho, acumulando depreciação de 32,9% no ano, a maior até os acontecimentos de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Em agosto, as negociações para um acordo preventivo junto ao FMI começaram a tomar forma. O novo acordo foi oficializado em setembro, cobrindo o período setembro 2001 a dezembro 2002 e envolvendo recursos da ordem de US$16 bilhões.

Em 21 de setembro, a moeda norte-americana apresentou sua maior cotação no ano, ao atingir R$2,8007 por dólar, com o real acumulando depreciação de 43,2%. A partir de novembro as taxas de câmbio passaram a descrever trajetória descendente até o final do ano. Assim, o preço do dólar, que alcançava R$2,7071 ao final de outubro, atingiu R$2,3204 em 31 de dezembro de 2001, equivalente à depreciação de 18,7% da moeda ante o final de 2000.

As medidas editadas pelo Banco Central do Brasil em 2001 estiveram direcionadas à regulamentação dos fluxos de capitais estrangeiros, expressa na edição do regulamento do Registro Declaratório Eletrônico, e à consolidação das normas referentes à imposição de penalidades por irregularidades associadas a capitais estrangeiros. Adicionalmente, foram adotadas providências de ordem operacional, dentre as quais a concessão de autorização para intermediação de operações de câmbio pelas sociedades corretoras e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, autorização para realização de investimentos no exterior sob a forma de conferência de ações, além da equiparação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) à Petrobras, quanto ao acesso à captação de recursos externos.

Pela Circular 3.027, de 22.2.2001, foi instituído o regulamento do Registro Declaratório Eletrônico (RDE), por meio do Módulo Registro de Operações Financeiras (ROF) de empréstimos entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior e de captação de recursos no exterior com vínculo a exportações.

Conforme o normativo, o registro da operação deve ser providenciado antes do ingresso dos recursos no país, pelo tomador ou seu representante legal, nas transações definidas para tal no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), cujo acesso pode ser feito via Internet.

Para efetivar o registro é necessário informar todos os titulares da operação (devedor, credores, agentes, garantidores e demais), as condições financeiras e o prazo de pagamento do principal, dos juros e encargos, a manifestação do credor ou documento em que constem as condições da operação e manifestação do garantidor, caso houver, bem como as demais informações solicitadas nas transações do Sisbacen.

Cumpridos tais requisitos, o registro será emitido automaticamente, exceto nos casos em que os custos da operação forem incompatíveis com as condições e práticas correntes do mercado ou nos casos em que a estrutura da operação proposta não se enquadrar nos padrões do sistema. Nessas hipóteses, o registro será direcionado para análise no Banco Central, que indicará os ajustes necessários à sua conclusão. Não ocorrendo manifestação pelo Banco Central no prazo de até cinco dias úteis contados a partir de seu direcionamento para análise, os registros das operações do setor privado serão considerados concluídos, nas condições informadas.

As operações em que o tomador seja do setor público serão automaticamente direcionadas ao Banco Central para inclusão de informações de credenciamento. Nesse caso, tanto o credenciamento quanto a conclusão do registro ficam subordinados à inclusão de informações específicas no módulo ROF. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a inclusão de evento próprio sobre sua manifestação, que deverá conter informações referentes à manifestação da Comissão de Financiamento Externo (Cofiex), caso se trate o credor de organismo internacional, e à lei – estadual, distrital ou municipal – que aprovou a operação ou a concessão de garantia. O tomador deverá incluir evento sobre resolução do Senado que amparou a operação, se for o caso, e finalmente, o Banco Central deverá inserir evento relacionado ao despacho do Ministro da Fazenda nos casos em que a República seja devedora ou garantidora da operação.

Nas operações em que seja tomador o setor privado e credor ou garantidor os organismos internacionais, o Banco Central se manifestará previamente, inserindo no ROF o evento específico.

A obtenção do registro é indispensável para a contratação de câmbio ou transferências em moeda nacional, decorrentes de remessa para exterior ou ingresso ao país de recursos, bem como ao embarque de mercadorias. O prazo de validade do registro para realização de ingressos é de sessenta dias corridos, após os quais será automaticamente cancelado.

Efetivado o ingresso, o esquema de pagamento deverá ser registrado, sem o qual as remessas ao exterior – principal, juros e encargos – estão impedidas, assim como o embarque de mercadorias. Nas movimentações financeiras com o exterior, o número do registro deverá ser informado no contrato de câmbio ou no registro de transferência em moeda nacional dos domiciliados no exterior, cabendo ao tomador e ao banco interveniente a responsabilidade pela informação.

A cada remessa corresponderá um fechamento de câmbio ou transferência em moeda nacional em natureza específica. O prazo de validade dos registros inseridos no ROF é de 120 dias corridos, contados da data de vencimento da

obrigação. Expirado esse prazo, nenhuma movimentação financeira será amparada por este registro, sendo facultada a revalidação mediante solicitação ao Banco Central.

No caso de empréstimos externos, a contagem do prazo para pagamento de principal e juros terá início na data do ingresso dos recursos no país, sendo admitida a data do desembolso quando ocorrer até cinco dias corridos antes do ingresso.

Em se tratando de captações via lançamento de títulos pelo setor público, deverá ser enviado ao Banco Central, antes da ida ao mercado, comunicado dessa intenção acompanhado de manifestação prévia da STN. Após anuência do Banco Central, o emissor deverá escolher um agente dentre cinco consultados e registrar a operação no ROF, direcionando o registro para a STN, para manifestação definitiva, e para o Banco Central, para credenciamento. Adicionalmente, o emissor deverá fornecer informações no ROF sobre propostas recebidas e manter documentação referente às condições financeiras das ofertas recebidas em arquivo à disposição do Banco Central.

No caso de empréstimos por lançamentos de títulos conversíveis ou permutáveis em ações ou cotas, ocorrendo a conversão ou permuta, o devedor e a empresa emissora são responsáveis pelo cancelamento do registro da operação de crédito e pela efetivação do registro de investimento.

As operações de crédito com vínculo a exportações são qualificadas, para efeito de registro, como empréstimo externo ou financiamento à importação, e o registro deverá ser feito de acordo com o estabelecido para cada modalidade. Os recursos vinculados às exportações, captados no exterior, poderão ser vinculados às exportações de outras empresas que não façam parte do grupo econômico do tomador. Podem ser vinculadas a operações de crédito somente exportações cujas contratações de câmbio ocorram após o desembolso dos recursos, o ingresso das divisas no país ou o embarque de bens no exterior.

Quanto a operações de pagamento antecipado de exportações com prazo superior a 360 dias, poderá ocorrer vinculação às exportações do tomador, de sua controladora, de controladas ou de empresas controladas por sua controladora. A contratação de câmbio de ingresso de recursos deve ser celebrada para liquidação pronta, e as amortizações de principal ocorrerão somente com o embarque de mercadoria, enquanto os juros poderão ser liquidados por remessa financeira ou com exportações.

A obtenção do registro dos capitais de que trata a Circular 3.027 não exime os titulares do cumprimento das demais disposições legais e regulamentares que regem tais captações.

O Banco Central, com a edição da Circular 3.037, de 31.5.2001, autorizou a realização de investimento brasileiro no exterior sob a modalidade de conferência internacional de ações ou outros ativos. Os valores investidos não poderão exceder US$5 milhões, sendo necessária apreciação do Banco Central para quantias maiores. O prazo mínimo para esse tipo de investimento é de doze meses, e as operações devem ser cursadas no segmento flutuante do mercado de câmbio.

O Banco Central e a CVM, por meio da Decisão-conjunta 9, de 20.7.2001, decidiram facultar a intermediação de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários nas operações de câmbio no segmento de taxas livres, realizadas por intermédio de sistemas eletrônicos de negociação de ativos autorizados pelo Banco Central ou pela CVM.

Pela Resolução 2.873, de 26.7.2001, foi permitido aos bancos múltiplos, aos bancos comerciais, à CEF, aos bancos de investimento, às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários a realização, no mercado de balcão, por conta própria ou de terceiros, de operações de *swap* a termo e com operações não padronizadas, referenciados em ouro, taxas de câmbio e índices de moedas, dentre outras.

A Resolução define operações de *swap* como aquelas realizadas para liquidação em data futura que impliquem troca de resultados financeiros decorrentes da aplicação de taxas ou índices referenciais sobre ativos e passivos, e como mercado de balcão toda operação que não seja efetivada por meio de leilão ou apregoamento.

Tais operações devem ser obrigatoriamente registradas em sistemas administrados pelas bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros ou entidades autorizadas pelo Banco Central ou CVM. A prática dessas operações está condicionada à indicação de um administrador tecnicamente qualificado responsável pelas operações perante o Banco Central.

Adicionalmente, a Resolução 2.873 alterou o item I da Resolução 1.190, de 17.9.1986, determinando a submissão de modelos de contratos nos mercados de que trata essa resolução, para aprovação pelo Banco Central ou CVM, nos casos em que o ativo negociado esteja referenciado em valor mobiliário sujeito ao regime da Lei 6.385, de 7.12.1976. Foi determinado também que as bolsas e entidades que administram sistemas de negociação de ativos informem de imediato, o Banco Central ou CVM, a realização de operações que configurem situações anormais de mercado ou se tratem de práticas não eqüitativas, fraude ou manipulação.

As Circulares 3.039, de 8.6.2001, e 3.055, de 9.8.2001, divulgaram e fixaram o período de realização do Censo 2001 de Capitais Estrangeiros no país. Foi

estabelecido o período de 11.6.2001 a 31.8.2001 para entrega das declarações ao Banco Central do Brasil.

A MP 2.224, de 4.9.2001, forneceu a base legal para as exigências e determinações contidas na Resolução 2.883, de 30.8.2001, na Resolução 2.901, de 31.10.2001, e na Resolução 2.911, de 29.11.2001. Sob seu amparo, bem como o da Lei 4.131, de 3.9.1962, e da Lei 9.069, de 29.6.1995, foram estabelecidos os critérios para aplicação de multa em virtude de irregularidades relacionadas à prestação de informações e registro de capitais estrangeiros (Resolução 2.883) e de descumprimento de procedimentos relativos a operações de câmbio e transferências em moeda nacional (Resolução 2.901), bem como foram definidas as condições de declaração de capitais brasileiros no exterior (Resolução 2.911).

A MP considera capitais brasileiros no exterior os valores de qualquer natureza, ativos em moeda e bens e direitos detidos fora do país por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país, conforme conceituado na legislação tributária. A multa deve ser recolhida ao Banco Central, e é aplicável às pessoas listadas que detenham capital no exterior a partir de 5 de setembro de 2001, mesmo que não o detenham na data da requisição ou exigência da informação.

A Resolução 2.883, de 30.8.2001, definiu critérios para imposição de penalidades por infringência à Lei 4.131, relacionadas ao fluxo de capitais estrangeiros. As penalidades correspondem a percentuais aplicados sobre o valor máximo da multa definido pelo artigo 58 da Lei 4.131, conforme redação dada pela Lei 9.069, de 30.6.1995 e alteração pela MP 2.224, de 4.9.2001. As infringências abrangidas e respectivas punições são as seguintes:

a) prestação incorreta ou incompleta de informações no prazo previsto em regulamento, R$25 mil ou 1% do valor a que se relaciona a incorreção, o que for menor. Caso a correção ou complementação não sejam realizadas no prazo determinado pelo Banco Central, a multa será cobrada em dobro;
b) ausência de destaque no balanço de empresas da parcela do capital e dos créditos registrados no Banco Central e não apresentação ou atraso nas informações solicitadas no censo de capitais estrangeiros, R$50 mil ou 2% do valor dos destaques não realizados ou das informações não declaradas, o que for menor;
c) descumprimento do prazo para registro de capitais no Banco Central, R$125 mil ou 5% do valor sujeito à registro, o que for menor;
d) prestação de informação falsa, R$250 mil ou 10% do valor a que se refere a informação, o que for menor. Em qualquer dos casos, poderá haver parcelamento no montante da multa, a critério do Banco Central.

Detectada a irregularidade, o titular da obrigação de registro ou o responsável pela prestação de informações sobre o capital estrangeiro será notificado, sendo garantido

o prazo de trinta dias para pagamento da multa ou apresentação da defesa. Caso ocorra atraso no pagamento, haverá incidência de juros de mora, bem como multa de mora, sobre os valores recolhidos. Em caso de acolhimento do recurso, o valor recolhido será devolvido, atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados na Selic para títulos públicos federais. Não ocorrendo pagamento no prazo e na forma prevista, o devedor será inscrito na Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.

Deve-se ressaltar que o pagamento da multa por infringência da lei não dispensa o titular da obrigação de registro ou o responsável pela prestação de informações das responsabilidades supervenientes de outras ocorrências que, a qualquer tempo, venham a ser apuradas pelo Banco Central ou outros órgãos e entidades da administração pública. Com a edição da Resolução 2.883, foi revogada a Resolução 2.275, de 30.4.1996, abordando também a imposição de penalidades quanto às irregularidades detectadas nos fluxos de capitais estrangeiros.

Outro normativo resguardado pela MP 2.224 foi a Resolução 2.901, de 31.10.2001, que consolidou e definiu critérios para aplicação de penalidades às instituições financeiras e às demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central, bem como às entidades credenciadas a operar em câmbio. As penalidades consistem em advertência e multa, aplicáveis, dentre outras ocorrências, ao descumprimento de prazos e procedimentos relativos a operações de câmbio e de transferências internacionais em reais. A pena de advertência é aplicável na primeira ocorrência de qualquer uma das irregularidades, e a de multa, nos casos de reincidência.

No que se refere às operações de câmbio e transferências internacionais em reais, a multa imposta é de R$150 por ocorrência identificada, abrangendo o registro de informação incorreta ou incompleta, ausência de documento específico no dossiê da operação quando a norma o exigir, a não liquidação de operação de câmbio ou a não vinculação de contratos de câmbio a documentos ou registros informatizados relativos a operações de natureza comercial. O valor da multa será acrescido em 20% caso a retificação das incorreções seja determinada pelo Banco Central ou caso não seja atendido, no prazo determinado, pedido de esclarecimento acerca das informações ou procedimentos relacionados. A multa é devida a partir do 5º dia útil imediatamente após o recebimento da notificação e sujeita a juros de mora e multa de mora por atraso no recolhimento, garantido o prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa pela instituição notificada. Em caso de acolhimento do recurso, o valor da multa será devolvido com atualização pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados na Selic para títulos públicos federais, mesmo critério da Resolução 2.883.

Independente da incidência das penalidades descritas, a liquidação de operação de câmbio por valores indevidos ou sem suporte da documentação prevista no

regulamento implicará na repatriação do valor em moeda estrangeira indevidamente remetido ao exterior, conforme critério do Banco Central.

A aplicação das penalidades as quais se refere a Resolução 2.901 não extingue a responsabilidade dos agentes por outras ocorrências que venham a se configurar em infrações à legislação vigente.

Os procedimentos para análise de defesa e pedido de reconsideração e de revisão das penalidades aplicadas conforme a Resolução 2.901 foram estabelecidos pela Circular 3.067, de 1.11.2001.

Conforme o normativo, a defesa deve ser apresentada à Unidade, do Banco Central, responsável pela aplicação da multa. Caso não seja acolhida, cabe recurso ao Chefe Adjunto da Unidade componente. Se o recurso for rejeitado, cabe ainda revisão pelo Chefe de Unidade. Após transitada em julgado a decisão de punição, o apenado dispõe de 48 horas a contar da data da ciência do resultado, para providenciar o pagamento, acrescido de encargos previstos na Resolução 2.901. Se o pagamento não for realizado, o devedor será inserido na Dívida Ativa do Banco Central e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Por outro lado, em caso de acolhimento do recurso, em qualquer fase do processo, o Banco Central cancelará a penalidade, providenciando a devolução total ou parcial da multa, se recolhida, atualizada conforme a norma.

A Resolução 2.911, de 29.11.2001, autorizou o Banco Central a fixar a forma, os limites e as condições de declaração de bens e valores detidos fora do país pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país, conforme conceituação da legislação tributária, e definiu critérios para aplicação de penalidades pelo não fornecimento de informações.

As hipóteses de aplicação e multa correspondente segue esquema semelhante ao da Resolução 2.883, para fluxos de capitais estrangeiros. Assim, as ocorrências e as respectivas penalidades são as seguintes:

a) prestação incorreta ou incompleta de informações no prazo regulamentar, multa de R$25 mil ou 1% do valor a que se relaciona a incorreção, o que for menor, por ocorrência ou evento individualmente verificado, sendo prevista a cobrança em dobro caso a correção ou complementação da informação não ocorra no prazo indicado pelo Banco Central;
b) fornecimento de informação fora do prazo e das condições previstas no regulamento, R$50 mil ou 2% do valor da informação, o que for menor;
c) não fornecimento da informação, R$125 mil ou 5% do valor da informação que deveria ter sido prestada, o que for menor;
d) prestação de informação falsa, R$250 mil ou 10% do valor da informação que deveria ter sido prestada, o que for menor.

As pessoas responsáveis pela prestação da informação têm prazo de trinta dias, contados a partir da data da notificação, para pagamento da multa ou apresentação da defesa. Os valores recolhidos após o prazo regulamentar serão acrescidos de juros de mora e multa de mora, e em caso de acolhimento de recurso, serão devolvidos atualizados monetariamente pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados na Selic para títulos públicos federais. O não pagamento da multa na forma e no prazo previsto implicará na inscrição do devedor na Dívida Ativa do Banco Central. O pagamento da multa não acarretará dispensa das responsabilidades dos envolvidos em outras ocorrências apuradas a qualquer tempo.

A forma, limites e condições da declaração de bens e valores detidos no exterior foram estabelecidos pela Circular 3.071, de 7.12.2001. A periodicidade da prestação de informações é anual, e as informações relacionam-se às seguintes modalidades: depósitos no exterior, empréstimo em moeda, financiamento, *leasing* e arrendamento financeiro, investimento direto, investimento em portfólio, aplicação em derivativos e outros investimentos, dentre os quais se incluem imóveis e outros bens.

As informações referentes ao ano de 2001, data base 31 de dezembro, devem ser prestadas no período 2 de janeiro a 31 de março de 2002, por detentores de ativos externos de valor superior a R$10 mil, inclusive. As informações de aplicações em *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) devem ser fornecidas pelas instituições depositárias e as relativas a fundos de investimentos no exterior (Fiex), por seus administradores. A documentação comprobatória das informações deve ser mantida à disposição do Banco Central, pelos responsáveis pela prestação, por um período de cinco anos contados a partir da data-base da declaração.

O Banco Central editou, adicionalmente, a Resolução 2.890, de 26.9.2001, que removeu a restrição de captação de crédito externo pela Eletrobrás. De acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.515, de 29.6.1998, os recursos tomados por entidades do setor público somente poderiam ser direcionados ao refinanciamento de operações próprias já contratadas, e deveriam permanecer em conta vinculada até a liquidação dos compromissos. Dessa forma, a Eletrobrás passou a ter o mesmo tratamento que a Petrobras, cuja restrição de acesso ao crédito externo foi eliminada pela Resolução 2.790, de 30.11.2000. Quanto às demais entidades do setor público, permanecem aplicáveis os critérios previstos na Resolução 2.515.

Movimento de câmbio

Em 2001, observou-se decréscimo no volume de recursos no mercado de câmbio, consideradas as operações com clientes no país e as operações com instituições no exterior. O giro global do mercado reduziu-se de US$302 bilhões, em 2000, para

US$294 bilhões em 2001, registrando-se aumento de 7,7% no comércio e retrações de 6,9% no movimento financeiro e de 19,9% nas operações com instituições no exterior.

Quadro 5.1 - Movimento de câmbio contratado

US$ milhões

Período	Operações com clientes no País						Saldo	Operações com instituições no exterior[1/]			Saldo global
	Comercial			Financeiro							
	Exportações	Importações	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)	(C) = (A)+(B)	Compras	Vendas	Saldo (D)	(E) = (C)+(D)
1998	47 735	43 903	3 833	126 563	120 094	6 469	10 302	2 336	27 153	- 24 817	- 14 515
1999	41 641	32 905	8 736	92 401	107 118	- 14 717	- 5 981	3 612	13 813	- 10 201	- 16 182
2000											
Jan	3 318	3 224	94	7 974	6 570	1 404	1 498	112	553	- 441	1 056
Fev	3 226	3 070	156	7 118	6 285	833	988	116	960	- 844	145
Mar	4 045	3 833	213	7 386	7 613	- 227	- 15	146	746	- 600	- 615
Abr	4 864	2 947	1 917	5 032	7 068	- 2 037	- 119	151	373	- 222	- 342
Mai	4 667	3 558	1 109	6 862	6 862	1	1 109	105	643	- 538	572
Jun	4 397	3 771	625	9 818	8 768	1 050	1 675	375	719	- 344	1 331
Jul	3 994	4 613	- 619	11 600	9 804	1 796	1 177	538	1 084	- 546	631
Ago	4 827	4 587	240	11 036	9 482	1 554	1 794	153	548	- 395	1 399
Set	4 464	4 046	418	6 826	6 669	156	575	240	950	- 710	- 136
Out	4 962	4 407	555	6 605	7 519	- 914	- 359	76	866	- 790	- 1 149
Nov	4 644	3 985	659	10 281	6 636	3 645	4 304	140	1 011	- 871	3 433
Dez	4 290	4 028	262	8 753	9 694	- 941	- 679	173	1 139	- 966	- 1 646
Ano	51 699	46 069	5 629	99 290	92 971	6 319	11 948	2 325	9 594	- 7 269	4 680
2001											
Jan	4 499	4 381	118	6 688	6 039	650	767	131	629	- 498	269
Fev	4 195	3 534	661	5 327	5 681	- 354	307	263	533	- 270	37
Mar	5 763	4 321	1 442	8 526	9 083	- 557	885	132	330	- 198	687
Abr	5 080	3 611	1 469	6 841	6 871	- 30	1 439	71	481	- 410	1 028
Mai	5 226	3 772	1 454	6 271	8 200	- 1 928	- 474	81	622	- 541	- 1 015
Jun	4 697	4 067	630	10 392	11 320	- 928	- 299	186	874	- 688	- 987
Jul	5 713	3 965	1 748	8 175	7 621	554	2 302	154	513	- 359	1 943
Ago	4 774	4 320	455	5 983	6 395	- 412	42	107	361	- 254	- 212
Set	3 978	4 012	- 33	5 166	6 464	- 1 299	- 1 332	44	937	- 893	- 2 224
Out	3 872	4 264	- 393	5 819	7 449	- 1 630	- 2 023	200	388	- 188	- 2 210
Nov	4 544	3 510	1 034	6 063	6 807	- 744	290	115	568	- 453	- 163
Dez	5 696	3 491	2 205	10 458	11 419	- 961	1 244	237	1 594	- 1 357	- 113
Ano	58 036	47 248	10 789	85 710	93 350	- 7 640	3 149	1 719	7 830	- 6 111	- 2 962

1/ Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais.

As contratações de câmbio de exportação expandiram 12,3%, sob o estímulo de taxas de câmbio mais favoráveis , não obstante o ambiente desfavorável da conjuntura externa. Paralelamente, foi registrado aumento de 2,6% nas contratações de importação. Como conseqüência, o saldo comercial cambial atingiu US$10,8 bilhões em 2001, comparativamente a US$5,6 bilhões em 2000.

O desempenho do segmento financeiro foi afetado diretamente pelas condições desfavoráveis das conjunturas interna e externa, expressas no déficit de US$7,6 bilhões, perante superávit de US$6,3 bilhões no ano precedente. Os ingressos financeiros reduziram-se 13,7%, concomitantemente ao aumento de 0,4% nas remessas financeiras.

Quanto às operações com instituições no exterior, registrou-se acréscimo no volume de compras e de vendas, respectivamente 26,4% e 18,5%, que resultaram em remessa líquida de US$6,1 bilhões ao exterior, comparativamente a US$7,3 bilhões, em 2000.

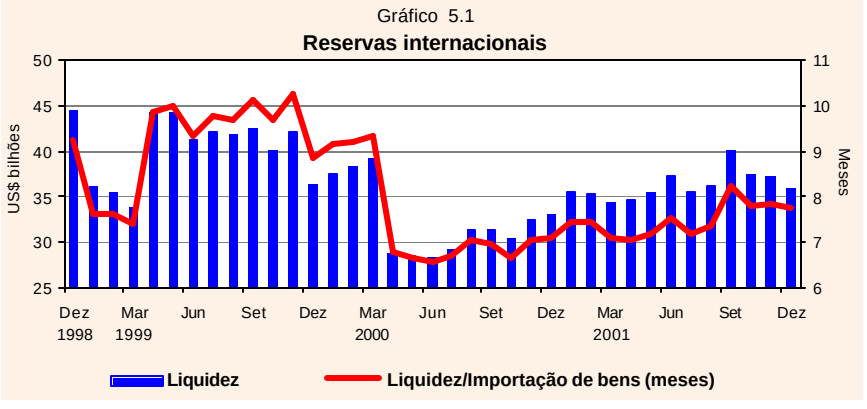
Dessa forma, o resultado global do mercado de câmbio em 2001 foi deficitário em US$3 bilhões, ante superávit de US$4,7 bilhões em 2000.

Reservas internacionais

Ao final de 2001, as reservas internacionais somaram US$35,9 bilhões, crescimento de US$2,9 bilhões relativamente ao ano precedente.

As intervenções do Banco Central no mercado doméstico de câmbio resultaram em vendas líquidas de US$7,2 bilhões. As vendas foram esporádicas no primeiro semestre do ano, totalizando US$885 milhões. A partir de julho, as intervenções se tornaram mais freqüentes, tendo em vista a excessiva volatilidade das taxas de câmbio no período, com as vendas totalizando US$6,3 bilhões na segunda metade de 2001.

Gráfico 5.1



As operações com o setor externo foram responsáveis por superávit de US$10,1 bilhões. Considerando as receitas, os desembolsos de organismos totalizaram US$7,9 bilhões, sendo US$6,8 bilhões do FMI e US$1,2 bilhão do Bird, e as colocações de bônus perfizeram US$6,7 bilhões.

Quanto às despesas, foram remetidos, liquidamente, juros no valor de US$3,2 bilhões, com destaque para os pagamentos relacionados a bônus, US$4,4 bilhões, a Clube de Paris, US$467 milhões, a organismos, US$146 milhões e a *Multiyear Deposit Facility Agreement* (MYDFA), US$60 milhões. Por outro lado, a remuneração das reservas internacionais totalizou US$1,9 bilhão.

As demais operações da Autoridade Monetária com o setor externo foram responsáveis por receita líquida de US$2,6 bilhões, valendo destacar a liquidação de empréstimo pela Polônia, US$2,5 bilhões, e a liberação de garantias colaterais, US$765 milhões. Foram remetidos US$368 milhões ao exterior referente a operações diversas.

Quadro 5.2 - Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US$ milhões

Discriminação	2000	2001
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	36 342	33 011
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	2 293	- 7 225
2. Operações externas do Banco Central	- 5 624	10 080
Desembolsos	8 343	14 582
Bônus	6 217	6 680
Organismos	2 126	7 902
Amortizações	- 13 217	- 3 891
Bônus e MYDFA	- 2 425	- 2 844
Organismos	- 10 323	- 115
Clube de Paris	- 469	- 932
Juros	- 3 426	- 3 169
Bônus e MYDFA	- 3 702	- 4 494
Organismos	- 544	- 146
Clube de Paris	- 283	- 467
Remuneração das reservas	1 103	1 938
Demais[1/]	2 676	2 558
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	- 3 331	2 855
III - Posição das reservas (final de período)	33 011	35 866
Memo:		
Mercado de câmbio liquidado:		
Operações com clientes no País (líquido)	8 742	3 430
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	- 7 232	- 6 227
Variação da posição dos bancos (líquido)	783	- 4 428

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais. Em 2000, ingresso de US$ 2,6 bilhões referente a ADR's da Petrobras e em 2001, liquidação de empréstimo pela Polônia no montante de US$2,5 bilhões.

Programa de assistência financeira internacional – metas de reservas internacionais

No Programa de Assistência Financeira (PAF), coordenado pelo FMI, foram estabelecidos pisos para as reservas internacionais líquidas ajustadas, que compreendem as reservas oficiais brutas menos o passivo oficial bruto de curto prazo, que engloba também os empréstimos tomados sob o programa, calculadas a valores constantes de taxas de câmbio cruzadas das moedas componentes das reservas e dos preços do ouro, especificados no acordo.

O piso definido para o período janeiro-agosto totalizou US$25 bilhões, e para o período setembro-dezembro, US$20 bilhões, conforme os Memorandos Técnicos de Entendimentos do acordo.

As metas foram cumpridas, assinalando-se que, em dezembro de 2001, o valor ocorrido de reservas líquidas ajustadas superou em US$7,8 bilhões a meta estabelecida para o mês.

Quadro 5.3 - Metas de reservas internacionais - 2001 (acordo com FMI)

US$ milhões

Período	Reservas líquidas ajustadas [1/]	
	Piso	Ocorrido [2/]
Jan	25000	33855
Fev	25000	33784
Mar	25000	33099
Abr	25000	33305
Mai	25000	34307
Jun	25000	34116
Jul	25000	32128
Ago	25000	32628
Set	20000	31651
Out	20000	29113
Nov	20000	28996
Dez	20000	27837

1/ Até agosto de 2001, acordo de 1998; a partir de setembro, acordo de 2001.
2/ Ajustes por paridades definidas no âmbito dos acordos.

Balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos de 2001 caracterizou-se pelo comportamento distinto das contas externas no decorrer do ano, registrando-se, no segundo semestre, condições menos favoráveis ao ingresso de capitais estrangeiros e retração no ingresso de

recursos externos autônomos. A piora das condições de financiamento externo, contudo foi limitada. Assim, embora inferiores aos registrados em 2001, os

Quadro 5.4 - Balanço de pagamentos

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	785	-1 534	- 749	- 77	2 719	2 642
Exportações	26 153	28 933	55 086	28 927	29 295	58 223
Importações	25 368	30 467	55 835	29 005	26 576	55 581
Serviços	-3 381	-4 193	-7 574	-4 037	-3 712	-7 749
Receitas	4 215	5 169	9 384	4 769	4 553	9 322
Despesas	7 596	9 362	16 958	8 806	8 265	17 071
Rendas	-9 308	-8 578	-17 886	-10 009	-9 738	-19 747
Receitas	1 876	1 745	3 621	1 839	1 437	3 276
Despesas	11 183	10 323	21 507	11 848	11 175	23 023
Transferências unilat. correntes	735	786	1 521	779	859	1 638
Receitas	882	946	1 828	935	999	1 934
Despesas	147	160	307	156	140	296
Transações correntes	-11 169	-13 519	-24 688	-13 344	-9 872	-23 217
Conta capital e financeira	3 281	16 077	19 358	16 176	10 715	26 890
Conta capital[1/]	144	128	273	144	- 180	- 36
Conta financeira	3 137	15 949	19 086	16 032	10 895	26 926
Investimento direto (líquido)	12 678	17 820	30 498	12 064	12 830	24 894
No exterior	- 727	-1 554	-2 282	2 183	75	2 258
Participação no capital	- 537	-1 217	-1 755	2 330	- 578	1 752
Empréstimos intercias.	- 190	- 337	- 527	- 147	653	505
No país	13 405	19 374	32 779	9 881	12 755	22 636
Participação no capital	12 538	17 478	30 016	7 728	11 215	18 944
Empréstimos intercias.	867	1 896	2 763	2 153	1 540	3 692
Investimentos em carteira	4 345	2 611	6 955	1 768	-1 691	77
Ativos	- 258	-1 438	-1 696	- 320	- 475	- 795
Ações	- 304	-1 649	-1 953	- 610	- 511	-1 121
Títulos de renda fixa	46	211	258	290	36	326
Passivos	4 602	4 048	8 651	2 088	-1 216	872
Ações	1 583	1 493	3 076	1 892	589	2 481
Títulos de renda fixa	3 019	2 555	5 575	195	-1 804	-1 609
Derivativos	- 33	- 164	- 197	- 300	- 171	- 471
Ativos	93	293	386	273	293	567
Passivos	- 126	- 457	- 583	- 574	- 464	-1 038
Outros investimentos[2/]	-13 853	-4 317	-18 169	2 501	- 74	2 427
Ativos	- 560	-2 430	-2 989	-2 116	-4 076	-6 192
Passivos	-13 293	-1 887	-15 180	4 617	4 002	8 619
Erros e omissões	118	2 950	3 068	2 095	-2 462	- 367
Resultado do balanço	-7 770	5 508	-2 262	4 926	-1 620	3 307
Memo:						
Transações correntes/PIB	-3,86	-4,43	-4,15	-5,35	-3,88	-4,58
Amort. médio e longo prazos[3/]	13 326	18 651	31 977	19 107	16 044	35 151

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

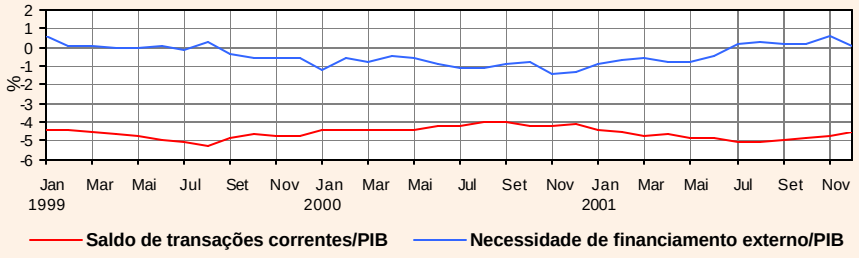
3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.
Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

investimentos estrangeiros diretos totalizaram US$22,6 bilhões, situando-se apenas US$581 milhões abaixo do montante necessário para financiamento das transações correntes. Deve-se destacar ainda a constituição de ativos externos brasileiros no exterior na forma de depósitos, fluxo que representou a busca por proteção, na forma de moeda estrangeira, de flutuações na taxa de câmbio.

Gráfico 5.2

Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo

Acumulados em 12 meses



Necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiro direto líq.

Balança comercial

O superávit da balança comercial atingiu US$2,6 bilhões em 2001, ante déficit de US$749 milhões em 2000, em razão de crescimento de 5,7% nas exportações, que somaram US$58,2 bilhões, e redução de 0,5% nas importações, que se situaram em US$55,6 bilhões. Esse resultado representou crescimento de 2,6% na corrente de comércio do país.

Quadro 5.5 - Balança comercial - FOB

US$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2000	55 086	55 835	- 749
2001	58 223	55 581	2 642
Variação %	5,7	-0,5	

Fonte: MDIC/Secex

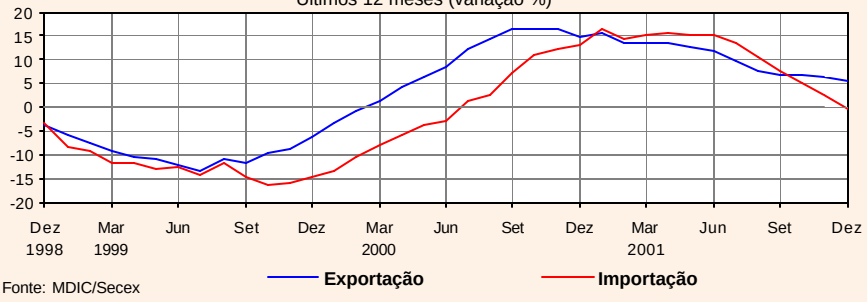
O desempenho das exportações refletiu o crescimento de 9,6% da quantidade exportada, sobretudo de produtos básicos, segmento em que atingiu 33,3%. Entre os principais fatores favoráveis ao crescimento do embarque de produtos de exportação, além das medidas de promoção do comércio implementadas pelo governo, devem ser citadas a depreciação cambial, a doença que dizimou os

rebanhos europeus e o incremento das vendas ao leste europeu e ao oriente médio. A expansão nos embarques foi restringida, por outro lado, pelo menor crescimento do produto e do comércio mundiais, responsável também, em parte, pela redução de 3,5% nos preços. Nesse sentido, o FMI estimava, em dezembro de 2001, crescimento de 2,4% para o produto mundial e de 1% para o volume do comércio mundial de bens e serviços, em 2001, ante expansões ocorridas de 4,7% e de 12,4%, respectivamente, no ano anterior. Outro fator de redução nos preços constituiu-se na depreciação cambial, que, ao proporcionar remuneração mais elevada em moeda nacional ao exportador, permite-lhe reduzir seus preços aos importadores e obter maior competitividade.

Gráfico 5.3

Exportação e importação - FOB

Últimos 12 meses (variação %)[1/]



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

A queda nas importações resultou de diminuição de 3,2% nos preços e elevação de 3% no *quantum*. O menor crescimento da quantidade importada em relação a 2000 deveu-se, em parte, à retração do crescimento industrial como conseqüência do racionamento de energia elétrica, principalmente no segundo semestre. Essa retração, associada à substituição de importações, afetou principalmente as importações de matérias-primas e produtos intermediários, que apresentaram queda de 0,3% no *quantum*, ante crescimento de 24,5% em 2000. A depreciação do câmbio efetivo real também contribuiu para a contração nas importações, sobretudo de bens de consumo não-duráveis, que apresentaram queda de 1,9% na quantidade. A redução nos preços esteve associada principalmente à retração econômica mundial, o que afetou principalmente os preços de combustíveis e lubrificantes, que se reduziram 10,9%. Conforme avaliação do FMI, em dezembro de 2001, a cotação média em dólares dos Estados Unidos do barril de petróleo tipo *Brent*, que atingira US$28,50 em 2000, reduziu-se cerca de 14% em 2001, para US$24,20.

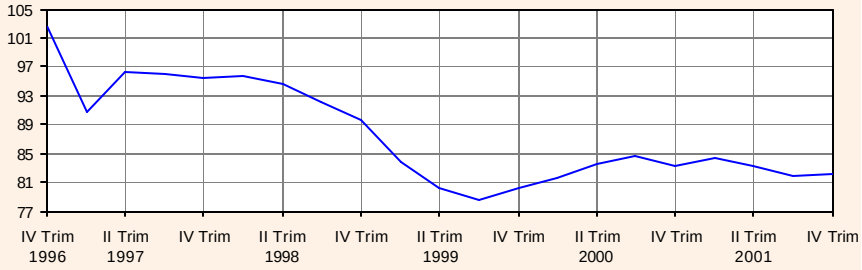
Os preços das exportações e das importações apresentaram queda em 2001, sobretudo pelo desaquecimento da economia mundial, ocorrendo com maior intensidade nos relativos às exportações, que passaram de crescimento de 3,3%, em 2000, para retração de 3,5% em 2001. Dessa forma, os termos de troca, que haviam

crescido em 2000, declinaram em 2001 até o terceiro trimestre, estabilizando-se no quarto trimestre, quando os preços dos produtos importados principalmente do petróleo e derivados, reduziram-se mais fortemente que os das exportações.

Gráfico 5.4

Índice de termos de troca[1/]

Média 1996 = 100



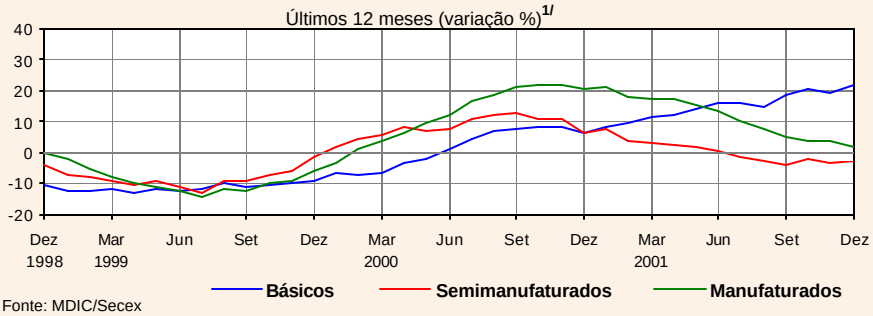
Fonte: Funcex

1/ Dessazonalizado pelo Bacen.

Gráfico 5.5

Exportação por fator agregado - FOB

Últimos 12 meses (variação %)[1/]



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

Quadro 5.6 - Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	2000		2001	
	Preço	*Quantum*	Preço	*Quantum*
Total	3,3	11,0	-3,5	9,6
Básicos	-2,1	8,5	-8,4	33,3
Semimanufaturados	14,4	-6,9	-10,5	8,4
Manufaturados	1,7	17,1	0,3	0,8

Fonte: Funcex

As vendas externas de produtos básicos foram responsáveis pelo bom desempenho das exportações em 2001, totalizando cifra recorde de US$15,3 bilhões, com crescimento de 22,1% sobre 2000. Esse resultado foi alcançado com elevação de 33,3% na quantidade embarcada e queda de 8,4% nos preços.

Quadro 5.7 - Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre mesmo período do ano anterior

Discriminação	2000		2001	
	Preço	*Quantum*	Preço	*Quantum*
Total	0,3	13,1	-3,2	3,0
Bens de capital	-7,0	3,1	-3,2	16,1
Bens intermediários	-6,4	24,5	-1,4	-0,3
Bens de consumo duráveis	-5,3	5,5	4,1	1,9
Bens de consumo não-duráveis	-10,6	1,0	-6,8	-1,9
Combustíveis	73,4	-8,4	-10,9	3,2

Fonte: Funcex

Quadro 5.8 - Exportação por fator agregado - FOB

US$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001
Total	52 994	51 140	48 011	55 086	58 223
Produtos básicos	14 475	12 977	11 828	12 562	15 342
Produtos industrializados	37 676	37 507	35 312	41 027	41 144
Semimanufaturados	8 480	8 120	7 982	8 499	8 243
Manufaturados	29 196	29 387	27 330	32 528	32 901
Operações especiais	844	656	872	1 497	1 737

Fonte: MDIC/Secex

As vendas de produtos básicos representaram 26,4% do total exportado, das quais 47,7% destinaram-se à União Européia e 22,5% aos países asiáticos.

As exportações de carnes e de soja e farelo de soja foram beneficiadas pela redução da produção européia de carne e de ração de origem animal, o que contribuiu em grande medida para o crescimento das exportações de produtos básicos. A sustentação das exportações desses produtos ao longo de todo ano foi responsável pela quebra do padrão de sazonalidade das exportações no ano, refletida, por exemplo, no crescimento contínuo da variação das exportações de básicos em doze meses.

Quadro 5.9 - Exportação por fator agregado e região - FOB

US$ milhões

Produto	2000	2001			
	Valor	Valor	Variação % sobre 2000	Participação % No total	Participação % No bloco
Total	55 086	58 223	5,7	100,0	-
Básicos	12 562	15 342	22,1	26,4	-
Semimanufaturados	8 499	8 243	-3,0	14,2	-
Manufaturados	32 528	32 901	1,1	56,5	-
Operações especiais	1 497	1 737	16,0	3,0	-
Aladi	12 902	12 225	-5,2	21,0	100,0
Básicos	775	892	15,2	1,5	7,3
Semimanufaturados	367	379	3,3	0,7	3,1
Manufaturados	11 726	10 921	-6,9	18,8	89,3
Operações especiais	34	33	-4,2	0,1	0,3
Mercosul	7 733	6 364	-17,7	10,9	100,0
Básicos	453	438	-3,1	0,8	6,9
Semimanufaturados	193	209	8,3	0,4	3,3
Manufaturados	7 066	5 697	-19,4	9,8	89,5
Operações especiais	22	20	-10,6	0,0	0,3
EUA	13 366	14 378	7,6	24,7	100,0
Básicos	937	830	-11,4	1,4	5,8
Semimanufaturados	2 447	2 043	-16,5	3,5	14,2
Manufaturados	9 714	11 158	14,9	19,2	77,6
Operações especiais	268	347	29,3	0,6	2,4
União Européia	14 784	14 865	0,5	25,5	100,0
Básicos	6 277	7 322	16,6	12,6	49,3
Semimanufaturados	2 552	2 170	-15,0	3,7	14,6
Manufaturados	5 897	5 085	-13,8	8,7	34,2
Operações especiais	58	288	396,5	0,5	1,9
Ásia	6 324	6 949	9,9	11,9	100,0
Básicos	2 681	3 459	29,0	5,9	49,8
Semimanufaturados	1 892	1 925	1,7	3,3	27,7
Manufaturados	1 581	1 548	-2,1	2,7	22,3
Operações especiais	170	17	-90,0	0,0	0,2
Demais	7 710	9 805	27,2	16,8	100,0
Básicos	1 892	2 838	50,0	4,9	28,9
Semimanufaturados	1 242	1 726	39,1	3,0	17,6
Manufaturados	3 610	4 188	16,0	7,2	42,7
Operações especiais	967	1 052	8,8	1,8	10,7

Fonte: MDIC/Secex

A receita vinculada às exportações de soja foi ampliada em 24,6%, com a quantidade embarcada elevando-se 36,1%, e a associada a farelo de soja, 25,1%, registrando-se expansão de 20,2% na quantidade. Esses dois produtos representaram 31,3% das exportações de produtos básicos no ano e destinaram-se, principalmente, a países da União Européia e Ásia.

As exportações de carne de frango elevaram-se 60,3%, registrando-se expansão de 37,8% na quantidade e de 16,4% no preço. Destinaram-se principalmente à Arábia Saudita, 18,3%, Japão, 18,8%, e países da União Européia, 31,9%. As exportações de carne de bovino elevaram-se 46,8%, com crescimento de 95,2% na quantidade e redução de 24,8% no preço, direcionadas, principalmente, para o Chile, 12,9%, e países da União Européia, 44,7%. As exportações de carne de suíno elevaram-se 113%, como resultado do acréscimo de 113% na quantidade e declínio de 0,2% nos preços. Os principais mercados foram a Rússia, 59% do total, Hong Kong, 15,3%, e a Argentina, 15%. As vendas externas de carne de peru aumentaram 41%, refletindo a expansão de 59,9% na quantidade embarcada, destinadas, principalmente, aos países da União Européia, 84,6%. As exportações desses quatro tipos de carnes representaram 16,2% das exportações de produtos básicos. O Brasil se constitui, atualmente, em um dos maiores produtores e exportadores mundiais desses produtos.

Quadro 5.10 - Exportação - FOB - principais produtos básicos

Variação % de 2001 sobre 2000

Produto	Valor	Preço 1/	Quantidade 2/	Participação % 3/
Minérios de ferro e seus concentrados	- 3,8	- 3,1	- 0,7	19,1
Soja mesmo triturada	24,6	- 8,5	36,1	17,8
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	25,1	4,1	20,2	13,5
Carne e miúdos de frango	60,3	16,4	37,8	8,4
Café cru em grãos	- 22,5	- 40,2	29,5	7,9
Fumo em folhas e desperdícios	13,3	- 11,1	27,5	6,0
Carne de bovino	46,8	- 24,8	95,2	4,8
Óleos brutos de petróleo	354,6	- 23,3	493,0	4,7
Milho em grãos	5 209,8	- 93,7	83 924,3	3,2
Carne de suíno	112,8	- 0,2	113,2	2,3
Caulim e outras argilas caulínicas	3,8	0,4	3,4	1,0
Algodão em bruto	381,5	- 6,6	415,8	1,0
Camarão congelado	23,0	- 30,5	77,0	0,8
Castanha de caju	- 32,0	- 22,2	- 12,6	0,7
Carne e miúdos de peru	41,0	- 11,9	59,9	0,7
Minérios de alumínio e seus concentrados	- 12,9	5,9	- 17,8	0,6
Peixes	18,5	7,0	10,7	0,5
Materiais e resíduos vegetais p/alimento animal	61,6	- 11,7	83,0	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US$/kg.
2/ Em kg.
3/ Participação percentual na categoria de produtos básicos.

As exportações de milho em grãos, cujas vendas em 2000 foram bastante reduzidas, representaram 3,2% das exportações de produtos básicos em 2001. Esse resultado reflete a expansão de cerca de 30% da produção brasileira na safra 2000/2001, como reflexo do clima favorável e da elevação dos preços no ano anterior, causada pelas quebras da safra daquele ano, e o aumento da demanda externa, determinado pela maior procura por insumos para ração animal de origem vegetal e por produtos não-transgênicos, e pela redução na produção mundial. O crescimento das exportações de milho, cuja quantidade expandiu de 6,7 mil toneladas para 5,6 milhões de toneladas, atingiu US$488 milhões. As exportações destinaram-se, principalmente, para a Ásia, 42,9%, das quais 22,1% para a Coréia do Sul e 10,2% para o Japão, e para a União Européia, 19,7%, das quais 15,9% para a Espanha. Também os materiais, desperdícios e resíduos vegetais para alimento animal apresentaram crescimento de 83% nos embarques, proporcionando incremento de vendas de 61,6%. Do total, 97,8% destinaram-se à União Européia.

O menor crescimento da economia mundial contribuiu para as contrações de 3,8% nas exportações de minérios de ferro, sendo 3,1% nos preços e 0,7% na quantidade e de 12,9% nas relativas a minérios de alumínio, com queda de 17,8% na quantidade e elevação de 5,9% nos preços. A redução nas exportações de minério de ferro ocorreu, sobretudo, nas destinadas à União Européia, 14,8%, EUA, 34%, e Argentina, 19,3%. Quanto às exportações de minério de alumínio, 40,1% destinaram-se aos EUA e 16,8% à União Européia.

Apesar da queda de 22,5% no valor exportado, o café em grão manteve-se entre os cinco principais produtos básicos exportados, com participação de 7,9% no total dos produtos básicos. Registrou-se elevação de 29,5% nos embarques e redução de 40,2% nos preços, apesar dos esforços dos países produtores para a sustentação das cotações. A redução do valor foi generalizada nos principais mercados, atingindo 19,4% na União Européia, responsável por 58,6% das aquisições do produto.

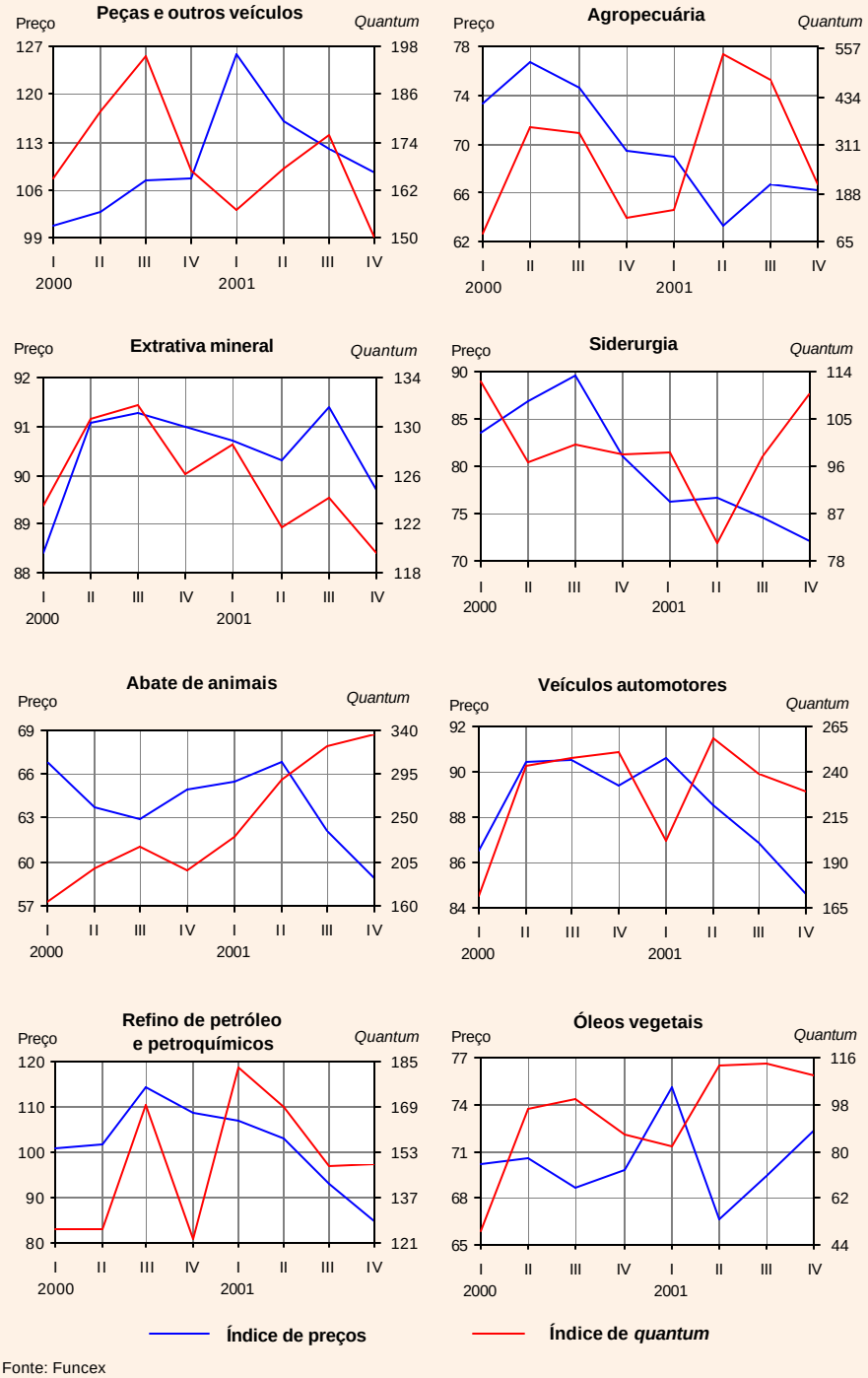
As exportações de produtos semimanufaturados somaram US$8,2 bilhões, retração de 3% no ano, representando 14,2% do total exportado pelo país. A queda no valor deveu-se à diminuição de 10,5% nos preços e expansão de 8,4% na quantidade exportada. Esse resultado pode ser considerado favorável, na medida em que os semimanufaturados constituem-se, basicamente de matérias-primas e produtos intermediários para a indústria, cuja demanda é mais suscetível à queda em períodos de retração na atividade econômica, como ocorreu em 2001.

A União Européia foi o destino de 26,3% dos semimanufaturados, contração de 15% ante o total registrado em 2000, os EUA, de 24,8%, queda de 16,5%, e os países asiáticos, de 23,3%, crescimento de 1,7%.

Gráfico 5.6

Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras

Média de 1996 = 100



Fonte: Funcex

A evolução das exportações de semimanufaturados esteve vinculada, principalmente, ao crescimento das exportações de açúcar em bruto, couros e peles, e óleo de soja em bruto, que, em 2000, enfrentaram redução associada aos níveis de produção doméstica. As vendas de açúcar em bruto cresceram 84%, com elevação de 12,7% nos preços e de 63,2% na quantidade, representando 17% do total dos semimanufaturados. Seu destino concentrou-se nos países da Europa Oriental, 57% do total, incremento de 124% no ano.

Quadro 5.11 - Exportação - FOB - principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2001 sobre 2000

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação %[3/]
Açúcar de cana, em bruto	84,0	12,7	63,2	17,0
Pastas químicas de madeira (celulose)	-22,2	-29,7	10,7	15,1
Produtos semimanufaturados, de ferro ou aços	-20,6	-21,4	1,1	13,1
Couros e peles	15,3	7,4	7,4	10,6
Alumínio em bruto	-28,6	-5,8	-24,2	8,2
Madeira serrada ou fendida	2,4	0,4	2,0	6,5
Ferro fundido bruto e ferro *spiegel*	-3,9	-11,5	8,6	5,2
Óleo de soja em bruto	38,5	-9,3	52,8	5,0
Ferro-ligas	-14,4	27,3	-32,8	4,7
Ouro em formas semimanufaturadas	-10,6	-86,2	545,7	4,1
Ligas de alumínio, em bruto	-19,3	-3,8	-16,1	2,3
Borracha sintética e borracha artificial	-5,3	7,5	-11,9	1,3
Catodos de níquel	-44,3	-30,9	-19,4	0,7
Mates de níquel	-15,3	-31,0	22,7	0,6
Madeira em estilhas ou em partículas	-7,4	-4,4	-3,0	0,6
Manteiga, gordura e óleo de cacau	-27,6	-8,5	-20,9	0,6
Madeira laminada	-24,9	0,8	-25,5	0,4
Ceras vegetais	-2,6	-18,3	19,2	0,4
Estanho em bruto	-25,2	-18,5	-8,2	0,3
Pasta de cacau	15,1	12,8	2,1	0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US$/kg.

2/ Em kg.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

As exportações de couro e peles expandiram 15,3%, com aumento de 7,4% no preço e na quantidade. Representando 10,6% do total das vendas de semimanufaturados, as exportações do setor destinaram-se, principalmente, aos países da União Européia, 49,9%, em especial à Itália, que absorveu 33% do total da exportação do produto.

As vendas de óleo de soja em bruto elevaram-se 38,5%, representando 5% do total do segmento, resultado de elevação de 52,8% na quantidade e de redução de 9,3% nos preços. Destinaram-se, principalmente, ao Irã, 29,1%, e à Índia, 28,2%.

As exportações de produtos semimanufaturados de origem mineral apresentaram, em geral, contração, principalmente em função de queda no preço, que, em alguns casos, esteve associada à queda na quantidade. Entre tais produtos, assinale-se semimanufaturados de ferro ou aços, com queda de 20,6% no valor, o que representou redução absoluta de US$280 milhões, em função da queda de 21,4% no preço e elevação de 1,1% na quantidade, e alumínio em bruto, cujas vendas retraíram-se em 28,6%, queda absoluta de US$270 milhões, com redução de 5,8% nos preços e de 24,2% na quantidade.

Os produtos semimanufaturados de ferro e aços representaram 13,1% do total de produtos semimanufaturados e foram destinados principalmente para os EUA, 38,5%, Ásia, 32,3%, e União Européia, 18,5%.

As exportações de alumínio em bruto representaram 8,2% das vendas de semimanufaturados, sendo absorvidas sobretudo pelo Japão, 36,4%, Países Baixos, 25,8%, e Bélgica-Luxemburgo, 23,2%.

Cabe destacar ainda, entre os semimanufaturados, as exportações de celulose, segundo principal produto de exportação na categoria, não obstante a retração de 22,2% registrada no ano, em razão de declínio de 29,7% nos preços e de elevação de 10,7% na quantidade exportada. Os principais mercados da celulose brasileira constituíram-se na União Européia, com 39,2% do total, e países asiáticos, 28,6%.

As exportações de produtos manufaturados não apresentaram variação significativa relativamente a 2000, seja no que se refere à evolução de valor, preços e quantidade. Assim, com crescimento de 0,3% nos preços e de 0,8% na quantidade, as vendas da categoria totalizaram US$32,9 bilhões, expansão de 1,1%, acarretando queda na participação no total das exportações brasileiras de 59,1%, em 2000, para 56,5% em 2001. Cabe mencionar que esse desempenho foi obtido em meio à conjuntura internacional desfavorável de 2001, sobretudo da Argentina, um dos principais mercados dos produtos manufaturados brasileiros.

Entre os produtos manufaturados com aumento absoluto nas exportações, destacaram-se óleos combustíveis, com crescimento de 205% no valor e de 249% na quantidade, enquanto os preços caíram 12,5%.

As exportações de açúcar refinado expandiram 101%, reflexo de elevação de 6,1% nos preços e de 89,2% na quantidade. Os principais destinos foram os países da África, 55,6%, e do Oriente Médio, 26,6%.

Dentre os produtos ligados à indústria automobilística, apresentaram aumento nas exportações os automóveis de passageiros, os motores e os chassis com motor e carroçaria para veículos automóveis. O aumento absoluto das exportações de

Quadro 5.12 - Exportação - FOB - principais produtos manufaturados

Variação % de 2001 sobre 2000

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação %[3/]
Aviões	-7,0	44,3	-35,6	8,6
Automóveis de passageiros	10,4	-1,0	11,5	5,9
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	7,7	13,3	-4,9	5,4
Calçados, suas partes e componentes	4,2	1,3	2,8	5,1
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	-2,8	1,1	-3,8	3,6
Motores para veículos automóveis e suas partes	4,5	18,4	-11,7	3,4
Açúcar refinado	100,7	6,1	89,2	2,7
Suco de laranja congelado	-20,3	-20,0	-0,4	2,5
Óleos combustíveis	205,2	-12,5	248,8	2,4
Bombas, compressores, ventiladores e suas partes	-10,6	-11,6	1,2	2,0
Produtos laminados planos de ferro ou aços	-29,9	-2,5	-28,1	1,8
Papel e cartão, para escrita, impressão ou fins gráficos	0,7	-7,0	8,3	1,6
Gasolina	23,3	-15,7	46,2	1,5
Veículos de carga	-30,5	-1,5	-29,4	1,5
Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos	-0,9	-3,6	2,8	1,5
Pneumáticos	-10,9	-5,3	-5,8	1,4
Motores, geradores, transformadores elétricos e partes	21,2	1,5	19,5	1,4
Chassis com motor e carroçarias p/veículos automóveis	12,6	-8,5	23,0	1,2
Madeira compensada, contraplacada e semelhantes	-3,7	-12,7	10,3	1,1
Máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração	14,2	4,1	9,7	1,0
Polímeros de etileno, polipropileno e estireno	-23,3	-6,3	-18,1	1,0
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios	52,2	4,4	45,8	0,9
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	-10,7	13,8	-21,5	0,8
Preparações e conservas de carne bovina	0,1	-0,6	0,7	0,8
Máq. para processamento de dados e suas unidades	-26,6	-6,8	-21,2	0,7
Roupas de cama, de mesa, de toucador ou de cozinha	1,3	-8,0	10,1	0,7
Fio-máquina e barras de ferro ou aços	-7,0	-6,8	-0,2	0,7
Barra, perfis, fios, chapas, folhas e tiras de alumínio	-8,5	-1,9	-6,7	0,7
Tecidos de algodão	19,4	2,5	16,4	0,7
Preparações para elaboração de bebidas	-27,2	-22,5	-6,1	0,6
Óxidos e hidróxidos de alumínio	-9,9	-4,5	-5,6	0,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US$/kg.

2/ Em kg.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

automóveis de passageiros atingiu US$183 milhões, aumento relativo de 10,4%, como resultado da elevação de 11,5% na quantidade e queda de 1% nos preços. Os principais mercados de destino dos automóveis de passageiros foram os EUA, com 29,5% do total e aumento de 94,3%, o México, com o qual o Brasil mantém acordo automotivo e que recebeu 26,7% do total, aumento de 3,2%, a Venezuela, com 1,2% do total e incremento de 132%, e a Argentina, que também mantém acordo

automotivo com o Brasil e recebeu 11,9% do total, o que significou redução de 44,9% relativamente a 2000.

As exportações de motores para veículos automóveis elevou-se em 4,5%, registrando-se incremento de 18,4% nos preços e contração de 11,7% na quantidade. O aumento de US$48 milhões de exportações originou-se principalmente das vendas para a União Européia, que significaram 40,2% do total, e para o México, 11,3%. As exportações para os EUA e para a Argentina apresentaram retração de 14,8% e 10,8%, respectivamente.

As exportações de chassis com motor e carroçaria para automóveis experimentou acréscimo de US$46 milhões, o que significou aumento relativo de 12,6%, devido ao aumento de 23% na quantidade e queda de 8,5% nos preços. Os países da Aladi foram o destino de 67,5% dessas exportações, com destaque para México, que recebeu 28,5% do total, Chile, 13,9%, e Argentina, 8,2%.

Ainda com relação aos principais produtos do setor automotivo, apresentaram redução as exportações de autopeças, veículos de carga e pneumáticos. As vendas de autopeças representaram 3,6% do total dos manufaturados, redução de 2,8%, determinada por queda de 3,8% na quantidade e elevação de 1,1% nos preços. Entre os principais mercados de destino estão os países da Aladi, que receberam 45,4% do total das exportações do setor.

As exportações de veículos de carga sofreram redução de 30,5%, US$212 milhões, registrando-se contração de 29,4% na quantidade e de 1,5% nos preços. Esse resultado foi determinado, em grande parte, pela retração econômica da Argentina, país que recebeu 32,4% dos veículos de carga exportados, o que representou queda de 41,6% relativamente a 2000. A redução nas exportações de pneumáticos atingiu US$57 milhões, ou 10,9%, devido às quedas de 5,3% nos preços e de 5,8% na quantidade. As quedas foram mais significativas na Aladi, EUA e União Européia.

As exportações de aparelhos transmissores ou receptores e componentes, com participação de 5,4% no total dos produtos manufaturados, expandiram 7,7%. Esse crescimento deveu-se a aumento de 13,3% no preço médio e queda de 4,9% na quantidade exportada. As vendas destinadas aos EUA totalizaram 66,4% do total, e as direcionadas à Argentina, 12,2%, das quais 53,5% e 34,4%, respectivamente, relativas a terminais portáteis de telefonia celular.

As exportações de calçados representaram 5,1% do total das vendas de manufaturados, com incremento de 4,2% no valor, 2,8% na quantidade e 1,3% no preço. Os EUA receberam 66,2% do total das vendas do setor, a União Européia, 11,1%, e a Argentina, 8%.

Entre os produtos manufaturados cujas vendas externas apresentaram crescimento em 2001, assinale-se, ainda, tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios, expansão de 52,2%, resultado de crescimento de 4,4% nos preços e de 45,8% na quantidade. Essa evolução traduziu acréscimos de 119% nas exportações para os EUA e de 145% nas destinadas à Argentina.

Em sentido inverso, laminados planos de ferro ou aços apresentaram a maior queda em termos absolutos dentre os manufaturados, US$257 milhões, equivalente a 29,9%, como resultado da redução de 28,1% na quantidade embarcada e de 2,5% nos preços. Essa diminuição reflete a desaceleração da atividade econômica mundial e foi generalizada entre os principais países e blocos, em especial nas vendas à Aladi, 13,7%, EUA, 8%, União Européia, 34,3%, e países da Ásia, 12,2%.

Principal item da pauta em 2000 e segundo em 2001, equivalente a 8,6% do total de produtos manufaturados, aviões constituiu-se em outro item a apresentar redução expressiva nas exportações, que contraíram US$215 milhões, ou 7%, em razão de redução de 35,6% na quantidade, e de aumento de 44,3% nos preços médios. As exportações absorvidas pelos EUA elevaram-se 17%, enquanto as destinadas aos países da União Européia retraíram 19,1%.

As exportações de suco de laranja congelado representaram 2,5% do total das exportações de manufaturados e reduziram-se 20,3% como resultado de quedas de 20% nos preços e de 0,4% na quantidade. A redução em termos absolutos atingiu US$207 milhões, ocorrendo com maior ênfase nas vendas aos Países Baixos, Bélgica-Luxemburgo, EUA e Japão.

Entre os produtos manufaturados com maior retração absoluta, cabe destacar ainda os polímeros de etileno, propileno e estireno, cujas exportações representam 1% das exportações de manufaturados e decresceram US$104 milhões. Em termos relativos, a queda alcançou 23,3%, em razão de diminuições de 6,3% nos preços e de 18,1% na quantidade. Os polímeros são exportados principalmente para os países da Aladi, 68,8%, em maior intensidade para Argentina e Chile, e para os países da União Européia, que receberam 13,9% do total vendido pelo setor.

As operações especiais atingiram US$1,7 bilhão, crescimento de 16% em relação a 2000. Desse total, o consumo de bordo representou 65,1%, sendo 60,9% relativo a combustíveis, cujas vendas elevaram-se 8,3%. As reexportações atingiram US$550 milhões, 31,7% das operações especiais, das quais US$482 milhões relativos a reexportação de aviões.

Quanto às importações, verificou-se contração de 0,5% no valor importado em 2001, registrando-se queda de 3,2% nos preços e aumento de 3% na quantidade. A categoria bens de consumo duráveis foi a única a apresentar elevação nos preços

em 2001, 4,1%, em parte devido à elevação, de 35,7%, em 2000, para 39,9% em 2001, da participação da importação de automóveis de passageiros, item de maior valor entre os bens de consumo duráveis importados. Já as importações de bens de capital obedeceram, em geral, a decisões de investimento tomadas com maior antecedência e visando período de planejamento mais longo, o que explicou parte do crescimento de 16,1% na quantidade em 2001, bastante superior à relativa às

Quadro 5.13 - Importação - FOB

US$ milhões

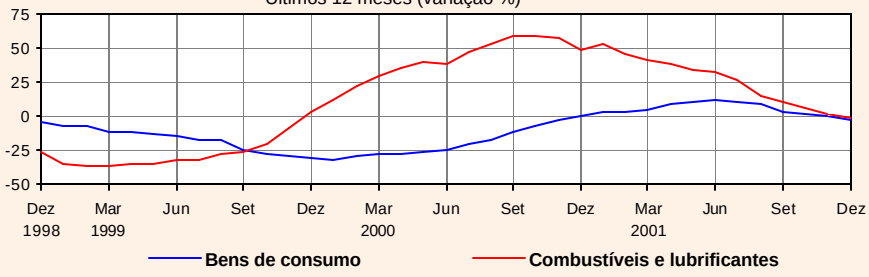
Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001
Total	59 744	57 742	49 297	55 835	55 581
Bens de capital	16 108	16 102	13 576	13 602	14 802
Matérias-primas	26 904	26 817	24 113	28 548	27 396
Bens de consumo	11 135	10 723	7 350	7 328	7 105
Duráveis	5 651	5 253	3 176	3 394	3 516
Não-duráveis	5 485	5 470	4 174	3 934	3 589
Combustíveis e lubrificantes	5 597	4 100	4 258	6 357	6 276

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.7

Importação por categoria de uso - FOB

Últimos 12 meses (variação %)[1/]



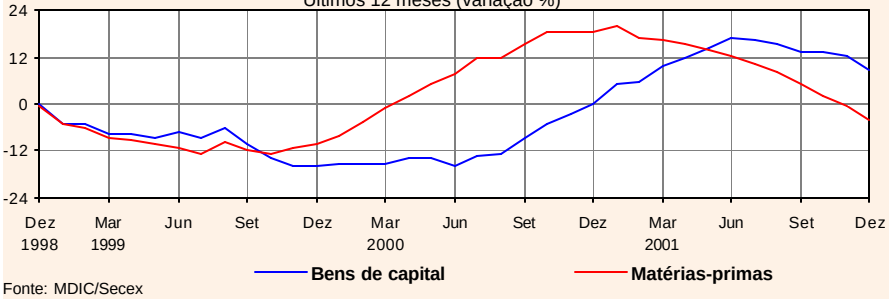
Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

Gráfico 5.8

Importação por categoria de uso - FOB

Últimos 12 meses (variação %)[1/]



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

demais categorias de produtos, mesmo diante da desaceleração na produção industrial ocorrida no ano.

O aumento do valor importado relativo a bens de consumo duráveis e a bens de capital foi contrabalançado pelo desempenho das demais categorias, principalmente de matérias-primas e produtos intermediários, cujo valor importado reduziu-se 4%. Após crescer 24,5% em 2000, a quantidade importada de insumos industriais declinou 0,3% em 2001, principalmente em razão da desaceleração da atividade industrial. As importações de combustíveis e lubrificantes apresentaram redução de 1,3% no valor, em razão da queda de 10,9% nos preços. A quantidade importada cresceu 3,2%, principalmente para recompor estoques, que, em 2000, haviam contraído 8,4%. No que se refere à categoria de bens de consumo não-duráveis, registrou redução no valor exportado, 8,8%, reflexo de contrações de 6,8% no preço e de 1,9% na quantidade.

Entre bens de capital, assinale-se o crescimento da importação de maquinaria industrial, 23,8%, decorrente de expansão de 32,4% na quantidade e queda de 6,5% no preço. Esse item respondeu por 32,8% do total das importações de bens de capital, dos quais 28,5% relativos à importação de motores, geradores e transformadores elétricos, cujo valor dobrou em relação a 2000, evidenciando o processo de substituição de fontes energéticas associado à crise de abastecimento nesse setor. Outros importantes itens dessa categoria também apresentaram crescimento, como outros equipamentos fixos, que respondeu por 21,1% das importações de bens de capital e cresceu 8,5%, e máquinas e aparelhos de escritório e de serviço científico, com 18,4% do total e crescimento de 6,9%. Por outro lado, as importações de equipamento móvel de transporte, com participação de 5,8% no total de bens de capital, reduziram-se 32,2%, em razão de quedas nas importações de veículos de carga e de aviões.

Os bens de capital foram importados principalmente da União Européia, 36,8%, com aumento de 11,6%, dos quais 13,2% provenientes da Alemanha, 30,8% dos EUA e 18,7% dos países asiáticos.

Dentre as matérias-primas e produtos intermediários, destacaram-se as importações de produtos químicos e farmacêuticos, que representaram 29% do total da categoria, com aumento de 1,2% no valor, decorrente de expansão de 4,4% na quantidade importada e de queda de 3,1% nos preços. As importações relativas ao item partes e peças representaram 17% do total da categoria, as de produtos agropecuários não-alimentícios, 7,1%, e as de produtos minerais, 16,2%.

Do total das importações de matérias-primas e produtos intermediários, 27,1% originaram-se da União Européia, 25,8% dos EUA, 15,1% dos países asiáticos e 11% da Argentina.

Quadro 5.14 - Importações - FOB - principais produtos

Variação % de 2001 sobre 2000

Produto	Valor	Preço[1/]	Quantidade[2/]	Participação[3/]
Bens de capital				100,0
Maquinaria industrial	23,8	-6,5	32,4	32,8
Outros equipamentos fixos	8,5	-0,4	8,9	21,1
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	6,9	13,3	-5,7	18,4
Partes e peças para bens de capital para indústria	8,9	-10,2	21,3	12,0
Acessórios de maquinaria industrial	7,3	-18,9	32,4	6,9
Equipamento móvel de transporte	-32,2	-62,4	80,1	5,8
Demais bens de capital	8,5	-32,6	60,9	3,1
Matérias-primas e produtos intermediários				100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	1,2	-3,1	4,4	29,0
Produtos intermediários - partes e peças	-4,7	-21,4	21,2	17,0
Produtos minerais	-9,9	-3,9	-6,3	16,2
Acessórios de equipamento de transporte	4,3	6,6	-2,2	15,4
Produtos agropecuários não-alimentícios	-21,6	5,1	-25,5	7,1
Outras matérias-primas para agricultura	-0,8	2,5	-3,2	5,9
Produtos alimentícios	-2,3	1,9	-4,1	5,8
Demais matérias-primas e produtos intermediários	-11,1	56,5	-43,2	3,5
Bens de consumo não-duráveis				100,0
Produtos farmacêuticos	5,1	-24,6	39,5	33,0
Produtos alimentícios	-22,4	-41,9	33,4	32,6
Outros bens de consumo não-duráveis	-10,6	-2,9	-7,9	18,3
Produtos de toucador	-5,5	-6,6	1,1	6,3
Bebidas e tabacos	12,3	2,5	9,5	5,0
Vestuário e outras confecções têxteis	4,2	15,7	-10,0	4,8
Bens de consumo duráveis				100,0
Automóveis de passageiros	16,0	0,8	15,0	39,9
Objetos de adorno ou de uso pessoal	2,3	-4,2	6,8	20,3
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	-15,5	-4,8	-11,2	13,2
Peças para bens de consumo duráveis	-15,6	-10,4	-5,8	12,1
Móveis e outros equipamentos para casa	33,7	19,0	12,3	6,9
Utensílios domésticos	7,8	12,2	-3,9	2,4
Demais bens de consumo não-duráveis	5,0	-6,7	12,5	5,1
Combustíveis e lubrificantes				100,0
Combustíveis	-1,5	-8,0	7,1	98,3
Lubrificantes	17,8	-12,6	34,7	1,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Em US$/kg.

2/ Em kg.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

Quadro 5.15 - Importação por categoria de uso e região - FOB

US$ milhões

Produto	2000	2001			
	Valor	Valor	Variação % sobre 2000	Participação % No total	Participação % No bloco
Total	55 835	55 581	-0,5	100,0	-
Bens de capital	13 602	14 802	8,8	26,6	-
Matérias-primas e prod.intermediários	28 548	27 396	-4,0	49,3	-
Bens de consumo não-duráveis	3 934	3 589	-8,8	6,5	-
Bens de consumo duráveis	3 394	3 516	3,6	6,3	-
Combustíveis e lubrificantes	6 357	6 276	-1,3	11,3	-
Aladi	11 659	10 019	-14,1	18,0	100,0
Bens de capital	962	966	0,5	6,5	9,6
Matérias-primas e prod.intermediários	5 734	5 172	-9,8	18,9	51,6
Bens de consumo não-duráveis	1 360	1 081	-20,5	30,1	10,8
Bens de consumo duráveis	787	1 049	33,3	29,8	10,5
Combustíveis e lubrificantes	2 817	1 750	-37,9	27,9	17,5
Mercosul	7 795	7 010	-10,1	12,6	100,0
Bens de capital	819	811	-1,0	5,5	11,6
Matérias-primas e prod.intermediários	3 987	3 621	-9,2	13,2	51,7
Bens de consumo não-duráveis	1 042	776	-25,5	21,6	11,1
Bens de consumo duráveis	716	911	27,2	25,9	13,0
Combustíveis e lubrificantes	1 231	891	-27,6	14,2	12,7
EUA[1/]	13 032	13 037	0,0	23,5	100,0
Bens de capital	4 310	4 565	5,9	30,8	35,0
Matérias-primas e prod.intermediários	7 247	7 073	-2,4	25,8	54,3
Bens de consumo não-duráveis	669	586	-12,4	16,3	4,5
Bens de consumo duráveis	503	476	-5,4	13,5	3,6
Combustíveis e lubrificantes	304	338	11,1	5,4	2,6
União Européia	14 065	14 822	5,4	26,7	100,0
Bens de capital	4 876	5 443	11,6	36,8	36,7
Matérias-primas e prod.intermediários	7 114	7 418	4,3	27,1	50,1
Bens de consumo não-duráveis	1 068	1 074	0,6	29,9	7,2
Bens de consumo duráveis	797	723	-9,2	20,6	4,9
Combustíveis e lubrificantes	209	163	-22,2	2,6	1,1
Ásia	8 600	8 925	3,8	16,1	100,0
Bens de capital	2 604	2 761	6,0	18,7	30,9
Matérias-primas e prod.intermediários	4 220	4 125	-2,3	15,1	46,2
Bens de consumo não-duráveis	393	409	4,0	11,4	4,6
Bens de consumo duráveis	1 086	1 087	0,1	30,9	12,2
Combustíveis e lubrificantes	296	543	83,3	8,7	6,1
Demais	8 480	8 778	3,5	15,8	100,0
Bens de capital	851	1 067	25,5	7,2	12,2
Matérias-primas e prod.intermediários	4 232	3 608	-14,7	13,2	41,1
Bens de consumo não-duráveis	444	439	-1,1	12,2	5,0
Bens de consumo duráveis	222	180	-18,5	5,1	2,1
Combustíveis e lubrificantes	2 731	3 483	27,5	55,5	39,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

No que se refere a bens de consumo não-duráveis, as compras relativas aos itens produtos farmacêuticos e produtos alimentícios representaram, individualmente, cerca de um terço do total das importações qualificadas na categoria, não obstante o declínio de 22,4% registrado no último item, no ano. Cerca de 30% das importações da categoria originaram-se da União Européia, sobressaindo-se as oriundas da Alemanha, Itália, França e Reino Unido, 18% da Argentina, 16,3% dos EUA e 11,4% da Ásia.

As importações de automóveis expandiram 16%, representando 39,9% das importações de bens de consumo duráveis. Desse total, 57,1% provieram da Argentina, representando US$204 milhões, 13,6% da União Européia, em especial da Alemanha e França, 12,8% da Ásia e 5,9% do México. Assinale-se que as compras a esse país apresentaram a maior variação relativa, 382%.

As importações de objetos de adorno e de uso pessoal elevaram-se 2,3%, representando 20,3% do total das importações de bens duráveis, e as de máquinas e aparelhos de uso doméstico e de peças para bens de consumo duráveis, que representaram 13,2% e 12,1% do total da categoria, respectivamente, apresentaram retração de 15,5%. Adicionalmente, as compras de móveis e outros equipamentos para casa, que totalizaram 6,9% das importações dessa categoria, expandiram 33,7%.

As compras de bens duráveis, excetuando-se automóveis, procederam principalmente da Ásia, 25,8%, dos EUA, 12,4%, e União Européia, 15,2%.

As importações de combustíveis e lubrificantes reduziram-se em 1,3%, como resultado de queda de 1,5% em combustíveis, que representam 98,3% do total das importações da categoria, e acréscimo de 17,8% em lubrificantes. A redução na cotação do petróleo acarretou queda de 8% nos preços de combustíveis e de 12,6% nos preços dos lubrificantes. No que se refere às quantidades importadas, elevaram-se 7,1% e 34,7%, respectivamente, evidenciando recomposição de estoques, na medida em que a produção doméstica de petróleo elevou-se 5,2% e o consumo de derivados de petróleo reduziu-se 0,5%, mesmo com o crescimento registrado no consumo de óleo diesel, 4,4%, associado, em parte, à necessidade de geração alternativa de energia. As importações de petróleo bruto representaram 50,9% do total da categoria, tendo apresentado redução de 11,3% nos preços e elevação de 12,9% na quantidade. As importações da categoria originaram-se, principalmente, da Nigéria, 20,8% do total, Argentina, 14,2%, Arábia Saudita, 12,7%, e Venezuela, 8,9%.

Intercâmbio comercial

O saldo do comércio bilateral brasileiro com a Aladi, os EUA, os países asiáticos, exceto o Japão, os países da Europa Central e do Leste, os países africanos de modo geral e, principalmente, os países exportadores de petróleo membros da Organização

Gráfico 5.9

Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras

Média de 1996 = 100

Fonte: Funcex

Quadro 5.16 - Balança comercial por países e blocos - FOB

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	55 086	55 835	- 749	58 223	55 581	2 642
Aelc[1/]	756	1 040	- 284	629	1 233	- 604
Aladi	12 902	11 659	1 243	12 225	10 019	2 206
Mercosul	7 733	7 795	- 62	6 364	7 010	- 646
Argentina	6 233	6 842	- 609	5 002	6 207	-1 204
Paraguai	832	351	480	720	300	420
Uruguai	669	602	67	641	503	138
Chile	1 246	975	272	1 352	862	490
México	1 711	754	957	1 868	695	1 173
Demais	2 211	2 135	76	2 641	1 452	1 189
Canadá	566	1 087	- 521	555	927	- 371
União Européia	14 784	14 065	720	14 865	14 822	44
Alemanha	2 526	4 427	-1 901	2 502	4 812	-2 310
Bélgica/Luxemburgo	1 867	571	1 296	1 812	585	1 228
Espanha	1 008	1 119	- 111	1 042	1 226	- 184
França	1 732	1 887	- 155	1 648	2 083	- 435
Itália	2 146	2 172	- 26	1 809	2 185	- 376
Países Baixos	2 796	698	2 098	2 863	533	2 330
Reino Unido	1 498	1 234	264	1 705	1 235	470
Demais	1 211	1 956	- 745	1 484	2 163	- 679
Europa Central e do Leste[2/]	972	1 161	- 189	1 699	1 112	587
Ásia[3/]	6 324	8 600	-2 275	6 949	8 925	-1 975
Japão	2 472	2 961	- 489	1 986	3 064	-1 078
China	1 085	1 222	- 137	1 902	1 328	574
Coréia, República da	581	1 430	- 849	736	1 574	- 838
Demais	2 186	2 986	- 800	2 325	2 959	- 634
EUA[4/]	13 366	13 032	334	14 378	13 037	1 341
Outros	5 416	5 192	224	6 922	5 506	1 415
Memo:						
Nafta	15 643	14 874	769	16 802	14 659	2 143
Opep	2 324	4 982	-2 658	3 354	4 459	-1 104

Fonte: MDIC/Secex

1/ Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

2/ Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e países da ex-União Soviética.

3/ Exclui o Oriente Médio.

4/ Inclui Porto Rico.

dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), apresentou-se mais favorável em 2001. Assinale-se, com relação à Opep, que o déficit reduziu-se US$1,6 bilhão, para US$1,1 bilhão, em 2001, em função da redução de preços do petróleo.

O superávit com os países da Aladi cresceu US$963 milhões, apesar do aumento do déficit com a Argentina, que passou de US$609 milhões, em 2000, para US$1,2 bilhão em 2001. O resultado está associado, em parte, ao intercâmbio com a Venezuela, que proporcionou superávit de US$344 milhões, ante déficit de US$577 milhões em 2000, como resultado de crescimento de 45,4% nas exportações, principalmente automóveis, e retração de 43,7% nas importações, liderada pela queda no preço do petróleo.

O resultado com a União Européia passou de superávit de US$720 milhões para US$44 milhões, principalmente em razão da piora do saldo com a Alemanha, Itália e França. Destacou-se o crescimento do superávit com o Reino Unido e com os Países Baixos, que, assim como em 2000, foi o país com o qual o Brasil obteve o melhor resultado comercial, US$2,3 bilhões de superávit. A redução no superávit com a União Européia ocorreu, principalmente, pelo aumento das importações.

No que se refere aos países da Europa Central e do Leste, o saldo comercial passou de déficit de US$189 milhões para superávit de US$587 milhões, com aumento de 74,8% nas exportações, influenciadas pelo crescimento das exportações de carne e açúcar, e queda de 4,2% nas importações. A corrente de comércio com os países da região elevou-se em 31,8%, indicando o crescimento de sua importância no comércio externo brasileiro.

Em relação aos países da Ásia, registrou-se redução do déficit de US$2,3 bilhões para US$2 bilhões, devido ao crescimento de 9,9% nas exportações, principalmente para a China, país com o qual a corrente de comércio apresentou crescimento de 40% em relação a 2000. Na região, o pior resultado foi alcançado com o Japão, déficit de US$1,1 bilhão, ante US$489 milhões em 2000, em razão de redução de 19,7% nas exportações e aumento de 3,5% nas importações, como reflexo da estagnação na atividade econômica desse parceiro comercial.

Adicionalmente, o superávit com os EUA expandiu-se em US$1 bilhão relativamente a 2000, com crescimento de 7,6% nas exportação para aquele país e estabilidade nas importações.

Serviços

Os gastos líquidos com serviços totalizaram US$7,7 bilhões, acréscimo de 2,3% em relação ao patamar de 2000.

Os gastos líquidos com viagens internacionais diminuíram 29,6%, tendo somado US$1,5 bilhão. O aumento de custos provocado pela depreciação cambial, associado aos atentados terroristas nos Estados Unidos, provocou redução de 58% nas despesas líquidas com turismo internacional no segundo semestre de 2001, comparativamente ao registrado no mesmo período de 2000. No ano, a queda atingiu 32,9%, com reduções de 25,2% em gastos líquidos com cartões de crédito, de 29,6% em serviços turísticos, referentes aos custos de pacotes de turismo e pagamentos de agentes, e de 36,2% em outros serviços ligados a turismo, que incluem os demais gastos no destino. Os dispêndios líquidos de estudantes, que compreendem gastos de manutenção e remessas para custeio de cursos, somaram US$68 milhões, os gastos de viajantes a negócios no exterior, US$181 milhões, com retração, no segundo semestre, decorrente

Quadro 5.17 - Serviços

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-3 381	-4 193	-7 574	-4 037	-3 712	-7 749
Receitas	4 215	5 169	9 384	4 769	4 553	9 322
Despesas	7 596	9 362	16 958	8 806	8 265	17 071
Transportes	-1 526	-1 782	-3 308	-1 517	-1 440	-2 956
Receitas	617	678	1 295	753	669	1 422
Despesas	2 142	2 460	4 602	2 269	2 109	4 378
Viagens	- 835	-1 249	-2 084	- 879	- 589	-1 468
Receitas	935	875	1 810	942	789	1 731
Despesas	1 770	2 124	3 894	1 821	1 378	3 199
Seguros	- 13	9	- 4	- 91	- 184	- 275
Receitas	133	179	312	139	41	180
Despesas	146	170	317	230	225	455
Financeiros	- 148	- 145	- 294	- 159	- 148	- 307
Receitas	188	188	376	166	151	317
Despesas	337	333	670	325	300	624
Computação e informações	- 551	- 560	-1 111	- 494	- 613	-1 106
Receitas	16	18	34	12	15	27
Despesas	567	578	1 145	506	627	1 133
Royalties e licenças	- 599	- 691	-1 289	- 557	- 575	-1 132
Receitas	54	71	125	58	54	112
Despesas	653	762	1 415	615	630	1 244
Aluguel de equipamentos	- 392	- 919	-1 311	-1 031	- 837	-1 867
Receitas	53	37	91	45	233	278
Despesas	445	957	1 401	1 076	1 070	2 146
Serviços governamentais	- 174	- 375	- 549	- 238	- 414	- 652
Receitas	217	320	537	324	280	604
Despesas	391	696	1 087	562	694	1 256
Outros serviços	856	1 520	2 377	929	1 086	2 016
Receitas	2 002	2 802	4 804	2 332	2 320	4 652
Despesas	1 145	1 282	2 427	1 402	1 234	2 636

da desaceleração da atividade econômica doméstica, enquanto os gastos de viajantes estrangeiros a negócios no país totalizaram US$23 milhões. Ocorreram despesas líquidas de US$11 milhões de funcionários de governo e receitas líquidas de US$1 milhão com tratamento de saúde.

A conta de transportes registrou saída líquida de US$3 bilhões, com redução de 10,6% em relação a 2000. As despesas líquidas com serviços de fretes atingiram US$1,3 bilhão, com queda nas despesas de fretes marítimos, ocasionada pela redução nas importações de bens e mercadorias, e aumento nas despesas de *cross-*

Quadro 5.18 - Viagens internacionais

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Turismo	- 719	-1 115	-1 834	- 763	- 469	-1 231
Receita	913	855	1 768	924	771	1 696
Despesa	1 632	1 970	3 602	1 687	1 240	2 927
Free shop	97	112	210	98	79	177
Cartões de crédito	- 280	- 504	- 784	- 353	- 234	- 587
Receita	608	543	1 151	585	480	1 064
Despesa	888	1 047	1 935	937	714	1 651
Serviços turísticos	- 86	- 180	- 266	- 127	- 61	- 187
Receita	40	26	66	40	32	72
Despesa	126	206	332	167	93	259
Outros	- 449	- 544	- 993	- 381	- 252	- 634
Receita	168	173	341	201	181	382
Despesa	618	717	1 334	583	433	1 016
Negócios	- 82	- 85	- 167	- 87	- 71	- 158
Receita	16	14	30	12	11	23
Despesa	98	99	197	99	82	181
Estudantes	- 29	- 44	- 73	- 25	- 43	- 68
Receita	2	2	4	2	2	3
Despesa	31	46	77	27	45	72
Funcionários do Governo	- 4	- 5	- 9	- 5	- 7	- 11
Receita	0	0	1	0	1	2
Despesa	4	5	9	5	8	13
Saúde	- 1	- 2	- 3	0	1	1
Receita	2	3	5	4	3	7
Despesa	4	4	8	4	2	6
Total	- 835	-1 249	-2 084	- 879	- 589	-1 468
Receita	935	875	1 810	942	789	1 731
Despesa	1 770	2 124	3 894	1 821	1 378	3 199

trade (transporte entre dois portos em países distintos daquele do pagador do serviço). As receitas de fretes, principalmente as de transporte aéreo, cresceram, impulsionadas pelo aumento das exportações. A retração no fluxo internacional de viajantes resultou na diminuição de receitas e de despesas de passagens, determinando redução de 8,6% nos gastos líquidos, para US$452 milhões. Os gastos líquidos com outros serviços de transporte, somaram saídas líquidas de US$1,2 bilhão, queda de 18,2%, resultado de contração de 7,1%, para US$1 bilhão, nas despesas totais com afretamento, influenciada pela retração de 41,3% em afretamentos de aeronaves.

Os serviços de seguros registraram despesas líquidas de US$275 milhões, ante US$4 milhões em 2000. Os prêmios pagos ao exterior alcançaram US$334 milhões, excluídos os prêmios de exportação de mercadorias, aumento de US$130 milhões, dos quais US$31 milhões na forma de resseguros. Os prêmios recebidos, por sua vez, declinaram 43,7%, para US$172 milhões.

Os gastos líquidos com serviços financeiros somaram US$307 milhões, incremento de 4,7%, resultado de contrações de 15,7% nas receitas e de 6,8% nas despesas.

As remessas líquidas associadas a serviços ligados à transferência de tecnologia apresentaram queda de 6,8%. Quanto às despesas com serviços de computação e informação, alcançaram US$1,1 bilhão, mesmo patamar de 2000, enquanto os gastos com *royalties* e licenças decresceram 12,2%, para US$1,1 bilhão.

As despesas líquidas com aluguel de equipamentos somaram US$1,9 bilhão, crescimento de 42,5%, com destaque para aluguel de equipamentos destinados à produção de petróleo. As despesas somaram US$2,1 bilhões, aumento de US$744 milhões, compensado, em parte, pelo crescimento de US$188 milhões nas receitas.

Os serviços governamentais registraram saídas líquidas de US$652 milhões, com crescimento de 12,4% nas receitas e de 15,6% nas despesas.

Os demais serviços somaram receitas líquidas de US$2 bilhões, queda de 15,2% no ano. Essa evolução deveu-se à retração de US$210 milhões em receitas líquidas com construção e à reversão no fluxo de serviços comerciais e de corretagem, de receitas líquidas de US$194 milhões para despesas líquidas de US$23 milhões. Os serviços de negócios, profissionais e técnicos, maior componente de outros serviços, mantiveram-se no mesmo patamar, com destaque para o aumento de 16,7% em receitas líquidas de serviços administrativos e para a redução de 15,7% em receitas líquidas de serviços técnicos especializados.

Quadro 5.19 - Outros serviços

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	856	1 520	2 377	929	1 086	2 016
Receita	2 002	2 802	4 804	2 332	2 320	4 652
Despesa	1 145	1 282	2 427	1 402	1 234	2 636
Comunicações	- 5	9	4	42	- 13	29
Receita	15	21	36	240	2	242
Despesa	20	12	32	198	15	213
Construção	85	143	227	8	9	17
Receita	85	143	228	8	9	18
Despesa	0	0	0	0	0	0
Comerciais e corretagem	106	89	194	- 40	17	- 23
Receita	291	298	589	182	232	413
Despesa	185	210	395	221	215	436
Pessoais, cult. e de recreação	- 135	- 165	- 300	- 156	- 152	- 307
Receita	30	33	63	31	27	58
Despesa	165	198	363	186	179	365
Negócios, prof. e técnicos	806	1 445	2 251	1 075	1 224	2 298
Receita	1 581	2 307	3 888	1 872	2 049	3 921
Serv. administrativos	766	742	1 508	823	852	1 675
Serv. téc. especializados	631	1 326	1 957	840	1 014	1 854
Demais	184	240	423	209	183	392
Despesa	775	863	1 637	797	825	1 622
Serv. administrativos	182	181	363	168	171	339
Serv. téc. especializados	495	551	1 046	536	549	1 086
Demais	98	130	228	93	105	197

Rendas

O fluxo de renda com o exterior resultou em remessas líquidas de US$19,7 bilhões em 2001, aumento de 10,4% em comparação com o assinalado no ano anterior, decorrente de maiores remessas de renda de investimento direto e principalmente de renda de investimentos em carteira.

Os pagamentos de salários e ordenados somaram receitas líquidas de US$95 milhões, com recebimentos de US$270 milhões por trabalhadores domiciliados no Brasil e pagamentos de US$175 milhões a trabalhadores residentes no exterior.

A renda de investimentos totalizou remessas líquidas de US$19,8 bilhões, aumento de 10,4%. Esse resultado reflete o recuo de 11,2% nas rendas recebidas, que atingiram US$3 bilhões, e a expansão de 7% nas remessas de renda ao exterior, que

Quadro 5.20 - Rendas

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-9 308	-8 578	-17 886	-10 009	-9 738	-19 747
Receitas	1 876	1 745	3 621	1 839	1 437	3 276
Despesas	11 183	10 323	21 507	11 848	11 175	23 023
Salários e ordenados	45	34	79	62	33	95
Receitas	114	123	237	141	130	270
Despesas	69	89	158	79	96	175
Renda de investimentos	-9 353	-8 612	-17 965	-10 070	-9 771	-19 842
Receitas	1 761	1 622	3 383	1 698	1 307	3 006
Despesas	11 114	10 234	21 348	11 768	11 079	22 847
Renda de investimento direto	-1 594	-1 645	-3 239	-2 280	-2 359	-4 638
Receitas	539	460	999	157	210	367
Despesas	2 133	2 105	4 238	2 437	2 569	5 005
Lucros e dividendos	-1 092	-1 081	-2 173	-1 731	-1 707	-3 438
Receitas	517	415	932	118	147	264
Despesas	1 608	1 496	3 105	1 849	1 854	3 702
Juros de empréstimos intercompanhias	- 502	- 564	-1 066	- 549	- 652	-1 201
Receitas	23	44	67	40	63	103
Despesas	525	608	1 133	588	715	1 303
Renda de investimento em carteira	-4 460	-4 068	-8 528	-5 098	-4 523	-9 620
Receitas	408	451	859	798	666	1 464
Despesas	4 867	4 519	9 387	5 896	5 188	11 084
Lucros e dividendos	- 785	- 359	-1 143	- 874	- 649	-1 523
Receitas	3	2	5	1	0	1
Despesas	787	361	1 148	875	649	1 524
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-3 675	-3 710	-7 385	-4 223	-3 874	-8 097
Receitas	405	449	854	797	665	1 463
Despesas	4 080	4 159	8 239	5 020	4 539	9 560
Renda de outros investimentos[1/]	-3 299	-2 899	-6 198	-2 693	-2 890	-5 584
Receitas	814	711	1 525	743	432	1 175
Despesas	4 113	3 610	7 724	3 436	3 322	6 758
Memo:						
Juros	-7 476	-7 173	-14 649	-7 465	-7 416	-14 881
Receitas	1 242	1 205	2 447	1 580	1 161	2 740
Despesas	8 718	8 377	17 096	9 045	8 576	17 621
Lucros e dividendos	-1 877	-1 440	-3 316	-2 605	-2 356	-4 961
Receitas	519	417	937	118	147	265
Despesas	2 396	1 857	4 253	2 724	2 503	5 226

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

se situaram em US$22,8 bilhões. A renda líquida de investimento direto somou US$4,6 bilhões, com a receita totalizando US$367 milhões, ante US$1 bilhão em 2000, retração associada à diminuição em transferência de lucros e dividendos por filiais de empresas brasileiras para suas matrizes no país. As remessas para o exterior

somaram US$5 bilhões, acréscimo de 18,1%, registrando-se maiores remessas de lucros e dividendos, aumento de 19,2%, e também de pagamentos de juros intercompanhias, que totalizaram US$1,3 bilhão.

A renda de investimentos em carteira, tanto lucros e dividendos derivados de títulos de renda variável quanto juros de títulos de dívida, apresentou elevação nas remessas líquidas em 2001. As rendas recebidas, vinculadas em sua totalidade a títulos de renda fixa, aumentaram 70,4%, somando US$1,5 bilhão. As remessas, no entanto, somaram US$11,1 bilhões, aumento de 17,9%. As remessas de ganhos com investimentos em ações de companhias brasileiras registraram aumento de 32,7%, para US$1,5 bilhão, e os pagamentos de renda de títulos de renda fixa cresceram 16%, para US$9,6 bilhões, dos quais aproximadamente metade relativa a bônus e metade a *notes* e *commercial papers.*

A renda de outros investimentos somou saídas líquidas de US$5,6 bilhões, queda de 9,9%. As receitas alcançaram US$1,2 bilhão, e as despesas, US$6,8 bilhões. Assinalem-se os pagamentos de juros de financiamento à importação, US$2,4 bilhões, retração de 4,7% em relação a 2000, e de juros sobre pagamento antecipado de exportação, US$928 milhões, retração de 4,4%.

Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais correntes registraram ingresso líquido de US$1,6 bilhão em 2001, aumento de US$116 milhões em relação ao assinalado no ano anterior. As transferências governamentais apresentaram ingressos líquidos de US$9 milhões, ante saídas líquidas de US$31 milhões em 2000. As transferências privadas, US$1,6 bilhão, cresceram US$76 milhões, registrando-se retração de US$109 milhões em ingressos de rendas remetidas ao país por residentes nos Estados Unidos, compensada pelo aumento de US$150 milhões em remessas provenientes do Japão e de US$25 milhões em remessas originadas no resto do mundo.

Conta financeira

A conta capital e financeira registrou alteração no perfil de financiamento das contas externas do país em 2001 comparativamente a 2000. Os investimentos estrangeiros diretos, embora tenham se situado em patamar inferior ao necessário para o completo financiamento das transações correntes, aproximaram-se desse montante no fim do ano. Os investimentos em carteira registraram a amortização de passivo externo na forma de *notes* e *commercial papers.* Observou-se, ao mesmo tempo, a continuidade no processo de captação de recursos externos por meio de colocações de bônus da República, com resultado tanto no ingresso de novos

Quadro 5.21 - Transferências unilaterais correntes

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	735	786	1 521	779	859	1 638
Receitas	882	946	1 828	935	999	1 934
Despesas	147	160	307	156	140	296
Transferências correntes governamentais	1	- 33	- 31	- 12	21	9
Receitas	23	19	42	24	50	73
Despesas	22	52	74	35	29	64
Transferências correntes privadas	734	818	1 552	791	838	1 629
Receitas	859	926	1 785	911	949	1 860
Despesas	125	108	233	121	111	232
Manutenção de residentes	438	494	932	493	516	1 009
Receitas	533	579	1 112	578	600	1 178
Estados Unidos	314	350	664	268	287	555
Japão	142	152	294	225	218	444
Demais países	77	77	154	85	95	180
Despesas	95	85	180	85	85	169
Outras transferências	296	324	620	297	322	620
Receitas	326	348	673	333	349	682
Despesas	30	23	53	36	26	62

recursos quanto na renovação da dívida externa brasileira, por meio de trocas por *Bradies*. Nos outros investimentos, o comportamento do passivo foi caracterizado pela reversão do fluxo líquido de recursos com o exterior, de pagamentos líquidos de US$15,2 bilhões para desembolsos líquidos de US$8,6 bilhões, resultado da retomada de concessões de créditos comerciais de curto prazo e dos desembolsos líquidos de recursos pelo FMI.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior registraram reversão no seu fluxo, de saídas líquidas de US$2,3 bilhões em 2000 para ingressos líquidos de US$2,3 bilhões em 2001. Essa reversão foi ocasionada pelo retorno de ativos no valor de US$5,1 bilhões, enquanto as saídas situaram-se em US$2,8 bilhões. As receitas foram incrementadas por uma operação de nacionalização da dívida externa de US$3,1 bilhões em junho e julho, que consistiu na transferência de ativos na forma de títulos da dívida externa (*Bradies*) de filial no exterior de empresa brasileira para sua matriz no país, e que teve como contrapartida a amortização de dívida externa, conforme registrado em investimentos estrangeiros em carteira. Os empréstimos intercompanhias assinalaram ingressos líquidos de US$505 milhões, resultado da concessão de US$268 milhões de empréstimos a filiais no exterior de empresas brasileiras e do ingresso líquido de US$773 milhões na forma de investimento cruzado, ou seja, de empréstimos

Quadro 5.22 - Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo[1/]

US$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
1996		-4 297	-23 502	-3,03	2 020	10 792	1,39	2 276	12 710	1,64
1997		-3 797	-30 448	-3,77	1 925	18 993	2,35	1 871	11 455	1,42
1998		-3 666	-33 450	-4,25	2 773	28 856	3,66	894	4 595	0,58
1999		-3 024	-25 420	-4,79	2 353	28 578	5,38	671	-3 158	-0,59
2000	Jan	- 940	-23 920	-4,47	3 029	30 304	5,66	-2 089	-6 385	-1,19
	Fev	-1 196	-24 088	-4,45	1 689	27 372	5,05	- 493	-3 284	-0,61
	Mar	-1 939	-23 985	-4,39	2 248	27 921	5,11	- 309	-3 937	-0,72
	Abr	-3 013	-24 371	-4,42	1 369	26 960	4,89	1 644	-2 589	-0,47
	Mai	-1 632	-24 426	-4,39	1 666	27 316	4,91	- 34	-2 889	-0,52
	Jun	-2 448	-23 947	-4,26	3 405	28 693	5,10	- 957	-4 746	-0,84
	Jul	-1 339	-23 712	-4,17	5 153	30 085	5,29	-3 814	-6 372	-1,12
	Ago	-1 505	-23 211	-4,04	2 488	29 870	5,20	- 983	-6 659	-1,16
	Set	-1 643	-23 495	-4,06	1 584	28 939	5,00	59	-5 444	-0,94
	Out	-3 510	-24 515	-4,20	2 121	28 907	4,95	1 388	-4 393	-0,75
	Nov	-2 551	-24 741	-4,20	5 722	32 827	5,57	-3 171	-8 086	-1,37
	Dez	-2 971	-24 688	-4,15	2 305	32 779	5,52	666	-8 091	-1,36
2001	Jan	-2 307	-26 055	-4,42	1 644	31 394	5,33	663	-5 339	-0,91
	Fev	-1 757	-26 617	-4,57	995	30 700	5,27	763	-4 083	-0,70
	Mar	-2 608	-27 286	-4,74	2 086	30 539	5,30	523	-3 252	-0,56
	Abr	-2 377	-26 650	-4,68	2 026	31 196	5,48	351	-4 546	-0,80
	Mai	-2 179	-27 197	-4,84	2 037	31 566	5,62	142	-4 369	-0,78
	Jun	-2 115	-26 864	-4,86	1 093	29 255	5,29	1 021	-2 391	-0,43
	Jul	-2 037	-27 562	-5,06	2 490	26 592	4,88	- 453	970	0,18
	Ago	-1 149	-27 205	-5,07	1 403	25 506	4,76	- 254	1 699	0,32
	Set	- 913	-26 475	-5,02	1 488	25 410	4,82	- 574	1 065	0,20
	Out	-2 438	-25 404	-4,89	1 335	24 624	4,74	1 103	780	0,15
	Nov	-1 552	-24 405	-4,77	2 176	21 078	4,12	- 624	3 326	0,65
	Dez	-1 783	-23 217	-4,61	3 863	22 636	4,50	-2 079	581	0,11

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

de filial de empresa brasileira no exterior à matriz no país.

Os investimentos estrangeiros diretos líquidos no país somaram US$22,6 bilhões, comparados a US$32,8 bilhões em 2000, com a participação no capital de empresas no país atingindo US$18,9 bilhões. Do total de ingressos US$20,1 bilhões corresponderam a investimentos autônomos e US$1 bilhão foram

direcionados a privatizações, dos quais US$622 milhões ao setor de telecomunicações e US$457 milhões ao setor de seguros. Destacou-se a elevação na conversão de dívida em investimentos diretos, de US$1,7 bilhão para US$4,2 bilhões. Os empréstimos intercompanhias somaram desembolsos líquidos de US$3,7 bilhões, aumento de 33,6%.

A parcela mais representativa dos investimentos estrangeiros diretos originou-se dos Estados Unidos, totalizando US$4,5 bilhões, retração de US$868 milhões em relação a 2000. Os investimentos oriundos da Espanha, maior investidor em 2000, somaram US$2,8 bilhões, comparados a US$9,6 bilhões no ano anterior. Registre-se, ainda, a retração de US$812 milhões em investimentos de Portugal e o aumento de US$375 milhões para US$1 bilhão de investimentos da Alemanha.

Os investimentos estrangeiros diretos por setor revelaram retração de 47,5% em serviços, alcançando US$12,7 bilhões em 2001. O declínio concentrou-se nos setores de correios e telecomunicações, cujas inversões externas diminuíram US$6,7 bilhões, para US$4,2 bilhões, fruto da redução de ingressos de recursos destinados a privatizações, e intermediação financeira, para os quais ingressaram US$2,2 bilhões, queda de US$4,2 bilhões.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior somaram US$795 milhões, retração de 53,1% em relação a 2000. Os investimentos em ações de empresas estrangeiras resultaram em saída líquida de US$1,1 bilhão, embora tenha havido retorno líquido de US$150 milhões de recursos aplicados em BDR. As aplicações em títulos de renda fixa registraram retorno líquido de US$326 milhões, valor equivalente à liberação de garantias colaterais que decorreu da troca de Bônus Global 2024 por bônus *Brady*, ocorrida em março. As demais modalidades de títulos de renda fixa geraram saídas líquidas nulas.

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US$872 milhões, comparados a US$8,7 bilhões em 2000. Os investimentos em ações somaram US$2,5 bilhões, com captações líquidas de US$3 bilhões em *American Depositary Receipts* (ADR), dos quais US$769 milhões da Embraer, US$651 milhões da Petrobras e US$300 milhões do BNDESPar, e saídas líquidas de US$545 milhões de recursos aplicados em ações negociadas no país. Os investimentos em títulos de renda fixa, por outro lado, apresentaram saídas líquidas de US$1,6 bilhão, com destaque para a amortização líquida de US$3,1 bilhões de *notes* e *commercial papers*, dos quais US$1 bilhão convertido em investimento estrangeiro direto, sem efeito líquido no balanço de pagamentos. As operações com bônus compensaram parcialmente esse resultado, com captações líquidas de US$1,2 bilhão, com destaque para as colocações de bônus da República em janeiro (Global 2006, US$1,5 bilhão, e Euro 2011, US$938 milhões), abril (Samurai 2007, US$638 milhões), maio (Global 2005, US$1 bilhão) e agosto (Samurai 2003,

Quadro 5.23 - Investimentos diretos

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Investimentos diretos	12 678	17 820	30 498	12 064	12 830	24 894
Ingressos	16 668	24 575	41 243	16 773	18 529	35 302
Saídas	3 990	6 755	10 745	4 709	5 699	10 408
Brasileiros no exterior	- 727	-1 554	-2 282	2 183	75	2 258
Retornos	515	437	953	3 293	1 814	5 106
Saídas	1 243	1 991	3 234	1 110	1 739	2 849
Participação no capital	- 537	-1 217	-1 755	2 330	- 578	1 752
Retornos	452	388	840	3 251	985	4 236
Saídas	989	1 605	2 595	921	1 562	2 483
Empréstimos intercompanhias	- 190	- 337	- 527	- 147	653	505
Ingressos	63	49	112	42	829	871
Saídas	253	386	639	189	176	365
Emp. da matriz no País a filial no ext.	- 216	- 331	- 547	- 152	- 116	- 268
Amortizações	37	28	64	33	60	93
Desembolsos	252	359	611	185	175	360
Emp. de filial no ext. a mat. no País	26	- 6	20	4	768	773
Desembolsos	27	21	48	8	769	778
Amortizações	1	27	28	4	1	5
Estrangeiros no país	13 405	19 374	32 779	9 881	12 755	22 636
Ingressos	16 153	24 137	40 290	13 480	16 715	30 195
Saídas	2 748	4 764	7 511	3 599	3 960	7 559
Participação no capital	12 538	17 478	30 016	7 728	11 215	18 944
Ingressos	13 773	19 630	33 403	9 397	11 875	21 272
Moeda	13 174	18 436	31 610	8 533	8 463	16 996
Autônomos	11 830	13 103	24 934	7 911	8 006	15 917
Privatizações	1 344	5 333	6 677	622	457	1 079
Conversões	580	1 130	1 710	846	3 368	4 215
Autônomos	462	874	1 336	846	3 368	4 215
Privatizações	118	256	374	-	-	-
Mercadoria	18	64	83	18	43	61
Saídas	1 234	2 152	3 387	1 669	659	2 328
Empréstimos intercompanhias	867	1 896	2 763	2 153	1 540	3 692
Ingressos	2 381	4 507	6 888	4 083	4 841	8 924
Saídas	1 514	2 611	4 125	1 930	3 301	5 232
Emp. de mat. no ext. a filial no País	857	2 102	2 959	2 146	1 542	3 688
Desembolsos	2 358	4 420	6 777	4 073	4 838	8 911
Amortizações	1 501	2 318	3 819	1 926	3 296	5 223
Emp. da filial no País a mat. no ext.	10	- 206	- 196	7	- 2	4
Amortizações	23	87	110	11	2	13
Desembolsos	13	293	306	4	5	9

Quadro 5.24 - Investimentos estrangeiros diretos

Ingressos relativos a privatizações

US$ milhões

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	2 345	5 249	6 121	8 785	7 051	1 079
Setor elétrico	1 760	3 079	1 927	1 020	693	-
Light	1 177	-	-	-	-	-
CERJ	583	-	-	-	-	-
Coelba	-	448	-	-	-	-
Cachoeira Dourada - Goiás	-	715	-	-	-	-
Cia. Norte e NE de Distribuição de Energia Elétrica	-	363	-	-	-	-
Cia. Estadual de Energia Elétrica - RS	-	1 373	-	-	-	-
Cia. de Distribuição de Energia Elétrica - SE	-	180	-	-	-	-
Cia. de Energia Elétrica do Ceará (Coelce) - CE	-	-	551	-	-	-
Elektro	-	-	909	-	-	-
Gerasul	-	-	409	-	-	-
Empresa Bandeirantes de Energia S/A	-	-	58	-	-	-
CESP-Paranapanema	-	-	-	710	-	-
CESP-Tiete	-	-	-	310	-	-
Companhia Energética de Pernambuco (CELP)	-	-	-	-	398	-
Companhia Energética do Maranhão (Cemar)	-	-	-	-	295	-
Ferrovias	41	-	-	-	-	-
Ferrovia Novoeste	20	-	-	-	-	-
Malha Centro-Leste	17	-	-	-	-	-
Malha Sul	5	-	-	-	-	-
Telecomunicações	544	433	4 168	6 659	2 289	622
CRT	544	-	1 019	-	-	-
Banda B	-	433	427	250	866	-
Sistema Telebras	-	-	2 721	6 308	1 424	-
Eletronet	-	-	-	101	-	-
Banda D	-	-	-	-	-	390
Banda E	-	-	-	-	-	232
Gás	-	574	-	1 106	295	-
Rio Gás S/A	-	336	-	-	-	-
Cia Estadual de Gás (CEG) - RJ	-	238	-	-	-	-
Cia de Gás de São Paulo (Comgás)	-	-	-	963	-	-
Concessão gás São Paulo - segunda área	-	-	-	143	-	-
Concessão Gás Natural São Paulo Sul	-	-	-	-	295	-
Bancos	-	-	-	-	3 716	-
Meridional	-	-	-	-	15	-
Banespa	-	-	-	-	3 700	-
Outros	-	1 163	27	-	58	457
Porto de Sepetiba	-	-	27	-	-	-
Cia. Vale do Rio Doce (CVRD)	-	1 163	-	-	-	-
Cia de Saneamento do Amazonas (Cosama)	-	-	-	-	58	-
Sasse Seguros	-	-	-	-	-	457

Quadro 5.25 - Investimentos estrangeiros diretos no país[1/]
Distribuição por país de origem

US$ milhões

País	Ingressos	
	2000	2001
Total	29 876	21 095
Estados Unidos	5 399	4 531
Espanha	9 593	2 763
França	1 910	1 908
Países Baixos	2 228	1 897
Cayman, Ilhas	2 035	1 752
Portugal	2 515	1 703
Alemanha	375	1 047
Ilhas Virgens Britânicas	231	909
Japão	385	825
Bermudas	315	613
Canadá	193	448
Reino Unido	394	407
Luxemburgo	1 027	280
Itália	488	278
Bahamas	181	263
Uruguai	200	180
Suíça	307	179
Panamá	21	135
Bélgica	384	112
Noruega	99	83
México	224	61
Suécia	629	54
Argentina	113	51
Dinamarca	262	33
Demais	370	583

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional. Até 2000, distribuição relativa a operações de valor superior a US$10 milhões. Para 2001, refere-se ao total das operações.

US$1,7 bilhão), além da troca, em março, de US$2,2 bilhões de Global 2024 por bônus *Brady* (US$1,2 bilhão de *Discount Bonds*, US$682 de *Par Bonds*, US$261 de *C-Bonds* e US$47 milhões de *Debt Conversion Bond*). Observou-se, ainda, amortização de US$3,3 bilhões referente à nacionalização de dívida externa, dos quais US$3,1 bilhões vinculados a operação de transferência de ativos, na forma de bônus *Brady*, de filial no exterior para matriz no país. Esse registro teve como contrapartida o retorno de investimentos brasileiros diretos no exterior. Os títulos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US$623 milhões.

Outros investimentos brasileiros no exterior resultaram em saídas líquidas de US$6,2 bilhões. As incertezas geradas pelo cenário internacional adverso implicou a demanda, por parte dos bancos, de ativos em moeda estrangeira para proteção contra as oscilações da taxa de câmbio, principalmente no segundo semestre, o

Quadro 5.26 - Investimentos estrangeiros diretos no país[1/]

Distribuição por setor

US$ milhões

Setor	Ingressos	
	2000	2001
Total	29 876	21 095
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	649	1 500
Extração de petróleo e serviços relacionados	481	1 360
Demais	169	140
Indústria	5 087	6 924
Fabr. e mont. de veículos automotores[2/]	961	1 556
Produtos químicos	1 118	1 528
Mat. eletrônico e equips.de comunicação	655	1 174
Produtos alimentícios e bebidas	975	560
Metalurgia básica[3/]	246	428
Máquinas e equipamentos	579	323
Máquinas, aparelhos e mat.elétricos	66	310
Artigos de borracha e plástico	58	175
Celulose, papel e produtos do papel	10	148
Edição, impressão e reprodução de gravações	23	140
Produtos minerais não-metálicos	67	127
Produtos de metal	26	93
Outras indústrias	304	362
Serviços	24 139	12 671
Correio e telecomunicações	10 897	4 171
Intermediação financeira	6 384	2 221
Comércio	1 635	1 704
Eletricidade, gás e água quente	2 972	1 443
Serviços prestados a empresas	795	789
Atividades de informática e conexas[4/]	1 121	711
Seguros e previdência privada	14	630
Alojamento e alimentação	0	275
Construção[5/]	12	254
Atividades imobiliárias	41	188
Transporte	44	146
Ativ. recreativas, culturais e desportivas	54	64
Limpeza urbana, esgoto e atividades conexas	34	38
Outros serviços	135	38

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional. Até 2000, distribuição relativa a operações de valor superior a US$10 milhões. Para 2001, refere-se ao total das operações.

2/ Inclui indústria de peças automotivas.

3/ Inclui siderurgia.

4/ Inclui internet.

5/ Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

que resultou no aumento de depósitos mantidos no exterior, de US$7,6 bilhões. Os empréstimos ao exterior somaram saídas líquidas de US$1,1 bilhão, com concessão líquida de US$1,4 bilhão de empréstimos de longo prazo e recebimento de US$295 milhões de amortização de empréstimos de curto prazo. Os outros

Quadro 5.27 - Investimentos brasileiros em carteira

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 258	-1 438	-1 696	- 320	- 475	- 795
Receitas	324	2 564	2 888	886	741	1 626
Despesas	581	4 002	4 584	1 205	1 216	2 421
Investimentos em ações	- 304	-1 649	-1 953	- 610	- 511	-1 121
Receitas	53	1 917	1 970	124	46	170
Despesas	357	3 566	3 923	734	557	1 291
Brazilian Depositary Receipts (BDR)	-	- 945	- 945	115	35	150
Receitas	-	1 669	1 669	116	37	153
Despesas	-	2 614	2 614	1	1	3
Demais	- 304	- 704	-1 008	- 724	- 547	-1 271
Receitas	53	248	301	8	9	17
Despesas	357	952	1 309	732	556	1 288
Títulos de renda fixa	46	211	258	290	36	326
Receitas	271	647	918	761	695	1 457
Colaterais	83	162	245	326	-	326
Demais	187	485	673	435	695	1 130
Despesas	224	436	660	472	659	1 130

ativos registraram ingressos líquidos de US$2,5 bilhões, devido à receita de US$2,5 bilhões referentes à amortização de empréstimos brasileiros de longo prazo à Polônia.

Outros investimentos estrangeiros no país totalizaram ingressos líquidos de US$8,6 bilhões, comparados a amortizações líquidas de US$15,2 bilhões em 2000, com reversões nos fluxos líquidos tanto de crédito comercial quanto de empréstimos. O crédito comercial de fornecedores para importação registrou desembolsos líquidos de US$3,7 bilhões, com concessões líquidas de US$3,8 milhões de recursos de curto prazo e amortizações líquidas de US$176 milhões de créditos de longo prazo. A proporção desses recursos de longo prazo relativamente às importações manteve-se em torno de 10% ao longo de todo o ano, o que proporcionou um giro constante dessa modalidade de crédito, uma vez que as importações ficaram estagnadas no período.

Os empréstimos estrangeiros registraram desembolsos líquidos de US$5,5 bilhões, incluídas três parcelas desembolsadas pelo FMI a título do PAF, a primeira em junho (US$2 bilhões) e as subseqüentes em setembro (US$4,8 bilhões). Os empréstimos de demais setores registraram amortizações líquidas de US$1,2 bilhão. Os organismos internacionais desembolsaram US$1,4 bilhão líquido, do qual US$809 milhões do Banco Mundial e US$786 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e amortizações líquidas de US$188

Quadro 5.28 - Investimentos estrangeiros em carteira

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	4 602	4 048	8 651	2 088	-1 216	872
Receitas	17 597	21 219	38 816	18 352	11 145	29 497
Despesas	12 995	17 170	30 165	16 264	12 361	28 625
Investimentos em ações	1 583	1 493	3 076	1 892	589	2 481
Receitas	9 921	8 425	18 346	6 097	4 397	10 494
Despesas	8 338	6 932	15 270	4 204	3 808	8 013
Negociadas no país	- 827	-2 436	-3 262	165	- 710	- 545
Receitas	6 448	3 977	10 425	4 077	2 938	7 015
Despesas	7 275	6 413	13 687	3 912	3 648	7 560
Negociadas no ext. (ADR)	2 409	3 929	6 338	1 728	1 299	3 026
Receitas	3 473	4 448	7 921	2 020	1 459	3 478
Despesas	1 063	519	1 583	292	160	452
Títulos de renda fixa	3 019	2 555	5 575	195	-1 804	-1 609
Receitas	7 676	12 794	20 470	12 255	6 748	19 003
Despesas	4 657	10 238	14 895	12 060	8 552	20 612
Negociados no país	- 130	- 69	- 199	- 168	- 106	- 274
Médio e longo prazos	- 287	29	- 258	- 176	- 70	- 246
Receitas	363	616	980	309	223	532
Despesas	650	587	1 238	485	293	778
Curto prazo	156	- 97	59	8	- 35	- 28
Receitas	242	227	469	207	149	356
Despesas	85	324	410	199	184	384
Negociados no exterior	3 150	2 624	5 774	364	-1 699	-1 335
Bônus	1 863	1 844	3 707	967	192	1 160
Desembolsos	4 162	8 061	12 222	7 349	2 349	9 699
Novos ingressos	3 562	2 524	6 086	5 199	2 349	7 549
Refinanciamentos	600	5 536	6 136	2 150	-	2 150
Amortizações	2 299	6 216	8 515	6 382	2 157	8 539
Pagas	1 724	646	2 370	4 232	2 157	6 389
Das quais dív. nac. (*Bradies*)	-	-	-	2 753	510	3 263
Refinanciadas	575	5 571	6 145	2 150	-	2 150
Valor de face	705	5 816	6 521	2 150	-	2 150
Descontos obtidos	130	246	376	-	-	-
Notes e *commercial papers*	1 269	617	1 886	- 947	-2 171	-3 118
Desembolsos	2 799	3 697	6 496	3 827	3 523	7 350
Amortizações	1 530	3 080	4 610	4 774	5 694	10 468
Títulos de curto prazo	18	163	181	343	281	623
Desembolsos	111	193	304	562	504	1 066
Amortizações	93	30	123	219	223	442

Quadro 5.29 - Outros investimentos brasileiros

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 560	-2 430	-2 989	-2 116	-4 076	-6 192
Empréstimos	197	- 479	- 282	- 376	- 688	-1 063
Longo prazo	- 123	- 252	- 375	- 659	- 699	-1 358
Receitas	265	329	594	723	693	1 417
Despesas	387	581	969	1 383	1 393	2 775
Curto prazo (líq.)	319	- 226	93	283	12	295
Moeda e depósitos	- 222	-1 553	-1 774	-1 790	-5 804	-7 594
Bancos	911	410	1 321	- 136	-3 314	-3 450
Demais setores	-1 132	-1 963	-3 095	-1 653	-2 490	-4 134
Colaterais	118	48	166	-	-	-
Demais	-1 250	-2 011	-3 261	-1 653	-2 490	-4 144
Outros ativos	- 535	- 399	- 933	49	2 416	2 465
Longo prazo	- 8	- 97	- 105	51	2 374	2 424
Receitas	1	2	3	106	2 458	2 564
Despesas	9	99	108	55	85	140
Curto prazo	- 527	- 301	- 828	- 1	43	41

milhões do *International Finance Corporation* (IFC). Às agências governamentais registraram-se pagamentos líquidos de US$140 milhões, com destaque para desembolsos de US$577 milhões e amortizações de US$316 milhões com o *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), antigo *Eximbank-Japan*, e desembolsos de US$261 milhões e amortizações de US$232 milhões com a KFW, da Alemanha. As outras duas modalidades de empréstimos registraram fluxos menos favoráveis no segundo semestre do ano, comparativamente ao primeiro, por força das incertezas na economia. O crédito comercial a compradores, concedidos por bancos no exterior a residentes no país, registrou amortizações líquidas de US$1,1 bilhão no ano, do qual US$729 milhões no segundo semestre. Os empréstimos diretos a residentes somaram desembolsos líquidos de US$1,4 bilhão, do qual US$1,2 bilhão no primeiro semestre. Os empréstimos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US$2,7 bilhões. Observou-se, ainda, a saída de US$579 milhões de recursos de não-residentes mantidos no país na forma de depósitos.

O fluxo financeiro por credor externo revelou o aumento do serviço líquido da dívida externa na forma de títulos de renda fixa. As operações com *notes* e *commercial papers*, que, em 2000, haviam registrado rolagem (ingressos em relação a pagamentos) de 141%, tiveram rolagem de 70,2% em 2001. Somados os pagamentos de juros, observa-se aumento de US$5,5 bilhões nos serviços desse passivo. O pagamento líquido da dívida em bônus, inclusive juros, somou US$3,7 bilhões em 2001, em comparação a US$478 milhões no ano anterior, com destaque para a elevação de

Quadro 5.30 - Outros investimentos estrangeiros

US$ milhões

Discriminação	2000			2001		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-13 293	-1 887	-15 180	4 617	4 002	8 619
Crédito comercial (de fornecedores)	-3 674	-2 703	-6 376	877	2 795	3 672
Longo prazo	-1 559	-1 428	-2 987	- 246	70	- 176
Desembolsos	1 438	1 237	2 675	1 384	1 253	2 638
Amortizações	2 997	2 666	5 663	1 630	1 183	2 813
Curto prazo (líquido)	-2 115	-1 274	-3 389	1 123	2 725	3 848
Empréstimos	-10 052	1 278	-8 774	3 845	1 679	5 524
Autoridade monetária	-10 378	- 55	-10 434	1 977	4 696	6 674
Operações de regularização	-10 323	-	-10 323	2 005	4 752	6 757
FMI	-6 876	-	-6 876	2 005	4 752	6 757
Desembolsos	-	-	-	2 005	4 752	6 757
Amortizações	6 876	-	6 876	-	-	-
Outras op. de regularização[1/]	-3 446	-	-3 446	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	3 446	-	3 446	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	- 55	- 55	- 111	- 27	- 56	- 83
Desembolsos	-	-	-	31	3	35
Amortizações	55	55	111	59	59	118
Demais setores	326	1 334	1 660	1 868	-3 018	-1 150
Longo prazo	1 088	1 648	2 736	2 042	- 468	1 574
Desembolsos	7 588	8 338	15 926	8 364	6 541	14 905
Organismos	2 767	1 906	4 674	1 922	1 128	3 050
Agências	536	498	1 034	776	963	1 739
Compradores	1 906	1 346	3 252	2 623	2 476	5 099
Empréstimos diretos	2 380	4 587	6 967	3 043	1 973	5 017
Amortizações	6 500	6 689	13 190	6 322	7 009	13 331
Organismos	755	723	1 477	747	896	1 643
Agências	705	283	988	747	1 131	1 879
Compradores	3 162	3 159	6 321	2 959	3 205	6 164
Empréstimos diretos	1 879	2 524	4 403	1 868	1 777	3 645
Curto prazo	- 762	- 314	-1 077	- 174	-2 549	-2 724
Moeda e depósitos	434	- 467	- 33	- 107	- 472	- 579
Outros passivos	- 1	5	4	2	0	2
Longo prazo	- 1	5	4	2	1	3
Curto prazo	0	0	0	0	- 1	- 1

1/ Inclui empréstimos concedidos pelo BIS e *Bank of Japan* (BoJ).

US$4 bilhões em amortizações pagas. Os fluxos intercompanhias, por outro lado, somaram ingressos líquidos de US$2,4 bilhões, aumento de 46,6%. Os fluxos com empréstimos de bancos reverteram-se em 2001, relativamente a 2000, e totalizaram saídas líquidas de US$275 milhões. Os pagamentos líquidos da dívida com agências somou US$693 milhões, aumento de US$335 milhões, resultado associado à elevação de US$609 milhões em pagamentos ao Clube de Paris. Os fluxos com as demais agências somaram ingressos líquidos de US$670 milhões, incremento de US$274

Quadro 5.31 - Fluxos financeiros por credor externo - itens selecionados[1/]

US$ milhões

Discriminação	1998	1999	2000	2001
Bird[2/]	742	81	304	174
Desembolsos	2 121	1 686	1 837	1 756
Amortizações	1 075	1 256	1 156	1 135
Juros	304	349	376	447
BID	1 443	2 173	1 886	144
Desembolsos	2 050	2 898	2 837	1 294
Amortizações	347	343	321	508
Juros	260	382	630	642
FMI				
Juros	16	515	383	158
Agências governamentais				
Agências	-1 607	-1 196	- 358	- 693
Desembolsos	1 144	1 119	1 034	1 739
Amortizações	1 907	1 692	988	1 879
Juros	844	623	404	553
Memo:				
Clube de Paris	-2 186	-1 705	- 754	-1 363
Amortizações	1 497	1 206	469	914
Juros	689	499	285	449
Bônus	-3 551	78	- 478	-3 666
Desembolsos	2 698	7 708	12 222	9 699
Novos ingressos	2 698	4 708	6 086	7 549
Refinanciamentos	-	3 000	6 136	2 150
Amortizações	2 867	4 408	8 515	8 539
Pagas	2 867	1 410	2 370	6 389
Refinanciadas	-	2 997	6 145	2 150
Juros	3 382	3 222	4 185	4 826
Notes e *commercial papers*	17 616	-5 428	-2 238	-7 696
Desembolsos	24 940	11 976	6 496	7 350
Amortizações	4 311	13 364	4 610	10 468
Juros	3 013	4 040	4 124	4 578
Intercompanhias - IED	2 565	-2 334	1 630	2 389
Desembolsos	6 502	4 882	6 888	8 924
Amortizações	3 125	6 287	4 125	5 232
Juros	812	929	1 133	1 303
Bancos	176	-5 061	691	- 275
Desembolsos	8 509	4 203	6 967	5 017
Amortizações	6 056	7 126	4 403	3 645
Juros	2 277	2 138	1 873	1 647

1/ Não inclui desembolsos de compradores e fornecedores.

2/ Inclui CFI.

milhões. Os fluxos com organismos resultaram em ingressos líquidos de US$318 milhões, com destaque para a redução de desembolsos do BID, que, em 2000, contemplaram US$1,1 bilhão de desembolsos no âmbito do PAF.

Dívida externa

Em setembro de 2001, a dívida externa total manteve-se praticamente inalterada, atingindo US$216,5 bilhões, o que representou redução de US$380 milhões em

relação ao estoque de dezembro de 2000. Em março de 2001, houve reavaliação metodológica do estoque da dívida externa, além de abatimento de parcelas de compromissos externos vencidos há mais de 120 dias, mas não contabilizadas nas estatísticas de dívida externa como pagos[1].

Nesse último caso, enquadram-se compromissos externos vencidos em que possa ter havido conversão em investimento, perdão da dívida sem formalização, falência ou liquidação do devedor, ou pagamentos feitos em moeda estrangeira ou em moeda nacional no país por meio da utilização de contas de não-residentes. Em

Quadro 5.32 - Endividamento externo bruto

US$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001-Set[1/]
A. Dívida total (B+C)	191 621	223 792	225 609	216 921	216 541
B. Dívida de médio e longo prazos[2/]	154 906	197 494	199 000	189 501	189 460
Programa de assistência financeira	-	9 324	12 281	1 771	8 512
FMI	-	4 784	8 834	1 771	8 512
BIS	-	4 150	3 150	-	-
BoJ	-	390	297	-	-
Demais empréstimos do FMI	32	11	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (*Bradies*)	41 930	40 419	35 330	25 250	19 587
Demais bônus	7 457	9 321	16 509	29 504	37 332
Financiamentos de importações	50 785	64 567	61 608	58 769	50 021
Organismos internacionais	12 353	15 442	18 544	21 504	22 616
Agências governamentais	14 348	17 143	14 812	14 237	13 150
Outros financiadores	24 084	31 982	28 252	23 027	14 255
Empréstimos em moeda	54 521	73 695	73 142	74 197	74 001
Empréstimos diversos	181	157	130	10	8
C. Dívida de curto prazo	36 715	26 298	26 609	27 420	27 081
Linhas de crédito de importação de petróleo	5 695	3 355	3 318	2 572	531
Bancos comerciais	26 501	17 911	18 954	18 164	17 425
Financiamento rural (Resolução 2.483)	4 003	1 399	542	319	0
Outras operações[3/]	516	3 633	3 795	6 364	9 035
Financiamentos	...	...	2 616	3 850	5 051
Empréstimos	...	...	1 179	2 514	3 984
D. Empréstimos intercompanhias	8 377	17 852	15 859	19 236	15 901
E. Dívida total mais emp. intercompanhias (A+D)	199 998	241 644	241 468	236 157	232 352

1/ 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta os atrasados e exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *Bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. Em 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper, notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

1/ Para maior detalhamento sugere-se consulta à Nota Técnica do Bacen 16 - Aprimoramento das estatísticas sobre dívida externa brasileira, que pode ser acessada no website www.bcb.gov.br.

momentos de crise internacional, por exemplo, devedores tendem a realizar operações de recompra de seus títulos emitidos no exterior, com descontos significativos, antecipando pagamentos. O estoque de créditos apartados nessa condição somou US$16,3 bilhões em março. Como houve retorno de operações apartadas à dívida, o estoque de créditos apartados contraiu para US$16,2 bilhões em junho e permaneceu no mesmo patamar em setembro de 2001.

Quanto à reavaliação metodológica, compreende os empréstimos intercompanhia, contraídos por subsidiárias brasileiras junto às suas matrizes no exterior, que, de acordo com a metodologia descrita na 5ª edição de 1993 do Manual de Balanço de

Quadro 5.33 - Dívida externa registrada

US$ milhões

Devedor	Credor				
	Bônus	Clube de Paris	Organismos [1/]	Bancos	*Notes* [2/]
A. Total	57 095	6 523	31 128	25 716	58 520
B. Médio e longo prazos	56 919	6 523	31 128	20 869	58 106
Setor público	56 429	6 523	28 625	2 359	6 766
Setor público não-financeiro	56 019	6 523	25 725	1 777	2 763
Tesouro Nacional	55 779	6 523	9 739	121	-
Banco Central do Brasil	-	-	8 512	782	-
Estatais	240	-	2 234	824	2 763
Estados e municípios	-	-	5 240	50	-
Setor financeiro	410	-	2 900	582	4 003
Setor privado	490	-	2 503	18 510	51 340
Não-financeiro	122	-	2 238	10 393	39 753
Financeiro	368	-	265	8 117	11 587
C. Curto prazo	176	-	-	4 847	414
Empréstimos	176	-	-	1 333	414
Não-financeiro	-	-	-	967	180
Financeiro	176	-	-	366	234
Financiamento de importações	-	-	-	3 514	-
Não-financeiro	-	-	-	1 061	-
Financeiro	-	-	-	2 453	-
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	-	-	2 120
E. Dívida total mais emp. intercompanhias (A+D)	57 095	6 523	31 128	25 716	60 640

(continua)

Pagamentos do FMI, são considerados como investimentos estrangeiros diretos. Assim, a partir de março de 2001, esses empréstimos não fazem parte do estoque total da dívida externa, sendo apresentados à parte. Em setembro de 2001, o estoque de empréstimos intercompanhias era de US$15,9 bilhões, dos quais US$13,6 bilhões referentes a empréstimos de médio e longo prazos.

Quadro 5.33 - Dívida externa registrada (continuação)

US$ milhões — Posição: 30.9.2001

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	6 627	6 248	6 619	198 478
B. Médio e longo prazos	6 627	5 672	3 614	189 460
Setor público	3 147	518	1 298	105 667
Setor público não-financeiro	2 592	348	1 082	96 830
Tesouro Nacional	1 084	232	998	74 476
Banco Central do Brasil	78	-	-	9 372
Estatais	1 175	114	84	7 434
Estados e municípios	255	2	-	5 548
Setor financeiro	555	170	216	8 837
Setor privado	3 480	5 154	2 316	83 793
Não-financeiro	3 349	5 099	1 249	62 203
Financeiro	131	55	1 067	21 590
C. Curto prazo	-	576	3 005	9 018
Empréstimos	-	-	2 044	3 967
Não-financeiro	-	-	131	1 278
Financeiro	-	-	1 913	2 689
Financiamento de importações	-	576	961	5 051
Não-financeiro	-	576	441	2 078
Financeiro	-	-	520	2 973
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	13 781	15 901
E. Dívida total mais emp. intercompanhias (A+D)	6 627	6 248	20 400	214 379

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

A dívida de médio e longo prazos registrou queda de US$41 milhões no período. A dívida de curto prazo situou-se em US$27,1 bilhões, redução de US$339 milhões.

Os empréstimos do FMI, referentes ao PAF, foram acrescidos em US$6,8 bilhões, dos quais US$4,8 bilhões em setembro, no âmbito do novo acordo *Stand-by* (SBA), sendo US$4,3 bilhões na modalidade Suplementação de Reservas (SRF) e US$462 milhões na modalidade *Credit Tranche*. Em junho, foram desembolsados US$2 bilhões referentes ao SBA anterior, na modalidade *Credit Tranche*. Os recursos sacados na modalidade SRF serão amortizados em setembro de 2002 e março de 2003; os demais serão amortizados a partir de 2004. Os recursos complementares do PAF tomados junto ao Bird totalizaram US$1,2 bilhão.

O estoque de bônus, composto por *Bradies*, bônus da República e, em menor escala, bônus do setor privado, aumentou US$2,2 bilhões, com importante modificação na composição. Enquanto a parcela composta por *Bradies* reduziu-se em US$5,7 bilhões no período, o estoque dos demais bônus, que representava 53,9% do total

Quadro 5.34 - Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001-Set
Governo federal (contratada diretamente)	65 989	66 777	68 959	72 592	74 496
Estados e municípios	3 512	4 886	5 401	5 575	5 547
Direta	364	746	320	97	3
Com aval	3 148	4 140	5 081	5 478	5 544
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	16 173	31 467	30 398	21 439	27 396
Direta	9 297	15 879	19 575	14 242	14 123
Com aval	6 876	15 588	10 823	7 197	13 273
Setor privado (com aval do setor público)	489	919	919	919	462
Total geral	86 163	104 049	105 677	100 525	107 901
Direta	75 650	83 402	88 854	86 931	88 621
Com aval	10 513	20 647	16 823	13 594	19 280
Pelo governo federal	10 111	19 920	16 622	13 246	19 163
Pelos estados e municípios	1	5	3	1	0
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	401	722	198	347	117

em dezembro de 2000, cresceu US$7,8 bilhões, passando a representar 65,6% do total em setembro de 2001. Explicam esse movimento, além de vencimentos programados e captação de novos recursos, o volume negociado em operação de troca de bônus globais por *Bradies*, US$2,2 bilhões em 2001, e a parcela de dívida nacionalizada,

Quadro 5.35 - Dívida externa registrada - por devedor

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2001	2002	2003	2004	2005
A. Dívida total (B+C)	198 478	10 613	31 577	23 250	28 454	20 450
B. Dívida de médio e longo prazos	189 460	7 742	25 430	23 250	28 454	20 450
Setor público não-financeiro	96 830	2 790	8 632	12 748	11 904	8 275
Governo central (Impacto em reserva)	63 090	1 788	3 191	4 555	4 068	5 548
Demais	33 740	1 002	5 441	8 193	7 836	2 727
Setor público financeiro	8 837	271	1 108	1 102	947	1 226
Setor privado	83 793	4 681	15 690	9 401	15 603	10 949
C. Dívida de curto prazo	9 018	2 871	6 147	-	-	-
Setor público não-financeiro	62	8	54	-	-	-
Setor público financeiro	1 710	987	723	-	-	-
Setor privado	7 246	1 876	5 370	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	15 901	2 230	4 925	1 999	1 635	1 101
E. Dívida total mais empréstimos intercompanhias (A+D)	214 379	12 843	36 502	25 249	30 089	21 551

(continua)

Quadro 5.35 - Dívida externa registrada - por devedor (continuação)

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões — Posição: 30.9.2001

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011 e posteriores
A. Dívida total (B+C)	16 355	15 237	8 292	6 934	4 298	33 019
B. Dívida de médio e longo prazos	16 355	15 237	8 292	6 934	4 298	33 019
Setor público não-financeiro	7 723	6 748	4 185	4 317	2 726	26 783
Governo central (Impacto em reserva)	6 050	5 034	2 996	3 256	1 783	24 821
Demais	1 673	1 714	1 189	1 061	943	1 962
Setor público financeiro	1 183	378	1 124	113	393	992
Setor privado	7 449	8 111	2 983	2 504	1 178	5 244
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	741	705	380	361	379	1 445
E. Dívida total mais empréstimos intercompanhias (A+D)	17 096	15 942	8 672	7 294	4 676	34 464

1/ Inclui operações de regularização.

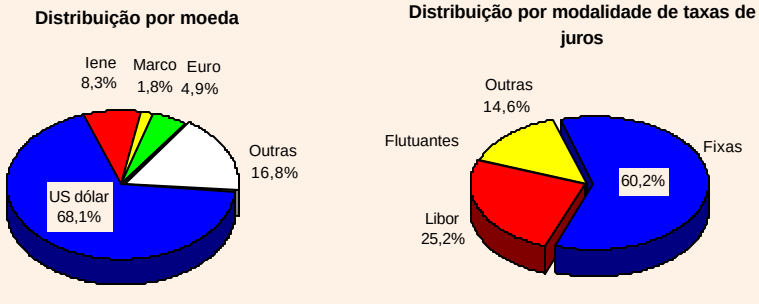
US$3,1 bilhões, referente à troca de *Bradies* por dívida interna. Ressalte-se ainda que, em janeiro de 2001, foram amortizados US$826 milhões referentes à última parcela do bônus *Interest Due and Unpaid* (IDU), primeiro título da dívida renegociada a ser quitado integralmente.

Da dívida externa de médio e longo prazos em setembro de 2001, 39,1% referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 26,4% a financiamentos de comércio e 30% a bônus. A parcela restante, 4,5%, referia-se ao PAF. O estoque de

Gráfico 5.10

Composição da dívida externa registrada

Setembro de 2001



Quadro 5.36 - Dívida externa registrada

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2001	2002	2003	2004	2005
A. Dívida total (B+C)	198 478	10 613	31 577	23 250	28 454	20 450
B. Dívida de médio e longo prazos	189 460	7 742	25 430	23 250	28 454	20 450
Organismos internacionais	31 128	556	5 544	8 222	4 706	1 994
Agências governamentais	13 150	625	1 768	2 024	2 146	2 123
Compradores	8 583	1 380	3 667	1 052	807	302
Fornecedores	5 672	832	2 126	746	567	271
Empréstimos em moeda	74 008	2 697	9 920	7 752	14 788	11 247
Bônus	56 919	1 652	2 406	3 454	5 440	4 513
C. Dívida de curto prazo	9 018	2 871	6 147	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	15 901	2 230	4 925	1 999	1 635	1 101
E. Dívida total mais empréstimos intercompanhias (A+D)	214 379	12 843	36 502	25 249	30 089	21 551

(continua)

Quadro 5.36 - Dívida externa registrada (continuação)

Esquema de amortização[1/]

US$ milhões

Posição: 30.9.2001

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011 e posteriores
A. Dívida total (B+C)	16 355	15 237	8 292	6 934	4 298	33 019
B. Dívida de médio e longo prazos	16 355	15 237	8 292	6 934	4 298	33 019
Organismos internacionais	1 502	1 196	1 112	927	834	4 534
Agências governamentais	2 093	495	393	297	356	830
Compradores	203	174	135	128	94	641
Fornecedores	154	181	55	68	39	633
Empréstimos em moeda	8 129	8 257	3 553	2 222	1 153	4 290
Bônus	4 273	4 934	3 043	3 291	1 822	22 091
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	741	705	380	361	379	1 445
E. Dívida total mais empréstimos intercompanhias (A+D)	17 096	15 942	8 672	7 294	4 676	-53 680

1/ Inclui operações de regularização.

Quadro 5.37 - Prazo médio de endividamento externo registrado[1/]

Em anos

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001		
	Dez	Dez	Dez	Dez	Mar	Jun	Set
Total	6,32	5,95	6,21	6,92	6,75	6,94	6,54

1/ Com base no esquema de amortização.

Quadro 5.38 - Prazo médio de amortização

Dívida externa registrada[1/]

US$ milhões

Discriminação	2001-Set	Prazo médio
A. Total	198 478	6,52
Organismos internacionais	31 128	4,65
Agências governamentais	13 150	4,25
Fornecedores/compradores	14 255	2,38
Empréstimos em moeda + curto prazo	83 026	4,02
Bônus	56 919	12,62
Bradies	19 587	9,97
Global/Euro	35 821	14,41
Outros	1 512	4,43
B. Empréstimos intercompanhias	15 901	4,77
C. Total + intercompanhia	214 379	6,39

1/ Exclui vencidos.

financiamentos de médio e longo prazos apresentou redução de 14,9% no período em análise, em parte devido ao aparte das parcelas de principal vencidas há mais de 120 dias. A redução esteve concentrada em credores do tipo compradores e fornecedores, US$8,8 bilhões. Até setembro de 2001, foram amortizados US$790 milhões referentes a dívidas renegociadas no âmbito do Clube de Paris, contribuindo para a diminuição de US$1,1 bilhão na parcela devida a agências governamentais. Em contrapartida, o estoque devido a organismos internacionais aumentou nesse mesmo montante.

A dívida de curto prazo, em setembro de 2001, declinou 1,2% em relação à posição de dezembro de 2000. Enquanto as linhas de crédito para importação de petróleo diminuíram US$2 bilhões, o estoque de outros créditos nas modalidades financiamentos e empréstimos ampliou-se em US$2,7 bilhões.

Considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representa 91,7% da dívida externa total, o setor público figura como maior devedor, acumulando

US$105,7 bilhões em recursos de médio e longo prazos e US$1,7 bilhão em recursos de curto prazo devidos pelo setor público financeiro. Os 45,9% restantes da dívida externa registrada, devidos pelo setor privado, dividem-se em US$83,8 bilhões de médio e longo prazos e US$7,2 bilhões de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos do setor privado concentra-se na modalidade *notes*, responsável por 61,3% do total. A redução da participação do setor privado pode ser explicada principalmente pelo aparte das parcelas de principal vencidas há mais de 120 dias do estoque de dívida.

O setor público não-financeiro detinha, em setembro de 2001, US$96,8 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Desse total, 76,9% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US$55,8 bilhões na modalidade bônus. Da dívida do Banco Central, US$8,5 bilhões referem-se a créditos fornecidos pelo FMI no âmbito do PAF e US$782 milhões ao MYDFA, empréstimo originário de dívida reestruturada. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 5,7% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, 7,7%, concentra-se na modalidade *notes.*

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US$19,3 bilhões em setembro de 2001, acréscimo de US$5,7 bilhões em relação a dezembro de 2000.

O esquema de amortização para o endividamento de médio e longo prazos, posição de setembro de 2001, revelou concentração de vencimentos de 2002 a 2005, com 51,5% dos vencimentos programados para esse período. Da dívida do setor privado, 18,7% dos vencimentos concentram-se em 2002, enquanto da dívida do setor público, 26,3% só devem ser amortizados após 2011. Enquanto 62,9% dos créditos de compradores e fornecedores vencem entre 2002 e 2004, 38,8% da dívida referenciada em bônus vence após 2011.

O prazo médio da dívida externa registrada praticamente não se alterou, passando de 6,4 anos, na posição de dezembro de 2000, para 6,5 anos na posição de setembro de 2001. A parcela referente a bônus apresentava prazo médio de 12,6 anos, enquanto o associado a financiamentos do tipo fornecedores e compradores, totalizava 2,4 anos. Os vencimentos dos empréstimos do FMI referentes ao PAF concentram-se nos anos de 2002 a 2006, o que contribui na diminuição para 4,7 anos do prazo médio da modalidade créditos de organismos internacionais.

Na composição por moeda da dívida externa registrada, ocorreram mudanças significativas, com diminuição da predominância do dólar americano, moeda de referência para 78,4% do valor do passivo em setembro de 2001, ante 84,2% em dezembro de 2000. O euro e o iene japonês tiveram suas participações aumentadas no período, passando de 3,6% e 6% para 4,9% e 8,3%, respectivamente. No primeiro caso, ocorreu substituição natural de moedas dos países componentes da

Área do Euro pela nova moeda. No segundo, a expansão revelou novas emissões de bônus da República denominadas em ienes, totalizando US$2,3 bilhões em 2001. Destaque-se, ainda, o aumento do passivo em Direito Especial de Saque (DES), alcançando 4,3% em setembro, em decorrência dos desembolsos efetuados em 2001 no âmbito do novo PAF firmado com o FMI em agosto de 2001.

Entre dezembro de 2000 e setembro de 2001, alterações nas paridades cambiais significaram redução do endividamento externo registrado de, aproximadamente, US$1,1 bilhão. A maior parte dessa redução originou-se da valorização do dólar frente ao euro e, conseqüentemente, às moedas componentes de sua área.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a parcela da dívida remunerada por taxas flutuantes contraiu de 42,5%, em dezembro de 2000, para 39,8%, do total, em setembro de 2001. Essa contração reduziu a exposição do endividamento brasileiro ao risco de taxa de juros, tornando o serviço da dívida menos sensível a modificações no cenário econômico internacional. Além da preferência do setor privado por empréstimos e financiamentos sob taxas fixas, a emissão de bônus da República remunerados por taxas fixas contribuiu para a alteração da proporção. No que se refere ao estoque contratado sob taxas flutuantes, a *London Inter-Bank Offered Rate* (Libor) semestral permaneceu como principal referência, com 63,2%.

Indicadores de endividamento

Em setembro de 2001, observou-se melhora nos indicadores de endividamento, devido à redução dos pagamentos do serviço da dívida, concomitantemente à elevação do nível da reservas internacionais e aumento das exportações.

Nesse contexto, o indicador que mensura a participação do serviço da dívida nas exportações diminuiu 12,2 p.p. Adicionalmente, a queda de 11,2% do PIB, entre dezembro de 2000 e setembro de 2001, mostrou-se determinante para que a participação da dívida externa em relação ao PIB aumentasse 4,5 p.p. no período. A relação entre a dívida externa e as exportações contraiu de 394% para 373%, enquanto a dívida total líquida de ativos, que, em 2000, representava 311% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, atingiu 281%.

Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2001 somou US$8,9 bilhões, dos quais US$6,7 bilhões corresponderam a recursos novos e US$2,2 bilhões ao cancelamento de *Bradies.* Dos lançamentos com base

Quadro 5.39 - Indicadores de endividamento

US$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001-Set
Serviço da dívida[1/]	40 431	47 224	70 375	52 085	47 788
Amortizações[2/]	26 021	31 381	52 907	34 989	29 789
Juros brutos	14 410	15 843	17 468	17 096	18 000
Dívida de médio e longo prazos (A)	154 906	197 494	199 000	189 501	189 460
Dívida de curto prazo (B)	36 715	26 298	26 609	27 420	26 991
Dívida total (C)=(A+B)[3/]	191 621	223 792	225 609	216 921	216 451
Reservas internacionais (D)	52 173	44 556	36 342	33 011	40 054
Créditos brasileiros no exterior (E)	7 331	7 441	7 274	6 801	6 397
Haveres de bancos comerciais (F)	9 639	7 380	7 481	6 028	6 920
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	122 479	164 415	174 512	171 081	163 080
Exportações	52 994	51 140	48 011	55 086	58 061
PIB	807 814	787 889	531 057	594 247	527 544
Memorando (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	76	92	147	95	82
Serviço da dívida/PIB	5,0	6,0	13,3	8,8	9,1
Dívida total/exportações	362	438	470	394	373
Dívida total/PIB	24	28	42	37	41
Dívida total líquida/exportações	231	322	363	311	281
Dívida total líquida/PIB	15	21	33	29	31

1/ Para setembro de 2001, acumulado em 12 meses.
2/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.
3/ Exclui empréstimos intercompanhias.

exclusivamente em recursos novos, dois consistiram em reabertura de papéis lançados em 2000: US$500 milhões de Global 07, denominado em dólar, e US$441 milhões de Euro 05, denominado em euros. As emissões concentraram-se no primeiro semestre. Ressalte-se, contudo, que o bônus Samurai 03, no montante de US$1,7 bilhão, lançado em agosto, constituiu-se na maior emissão desse tipo de papel realizada no Japão por um não-residente.

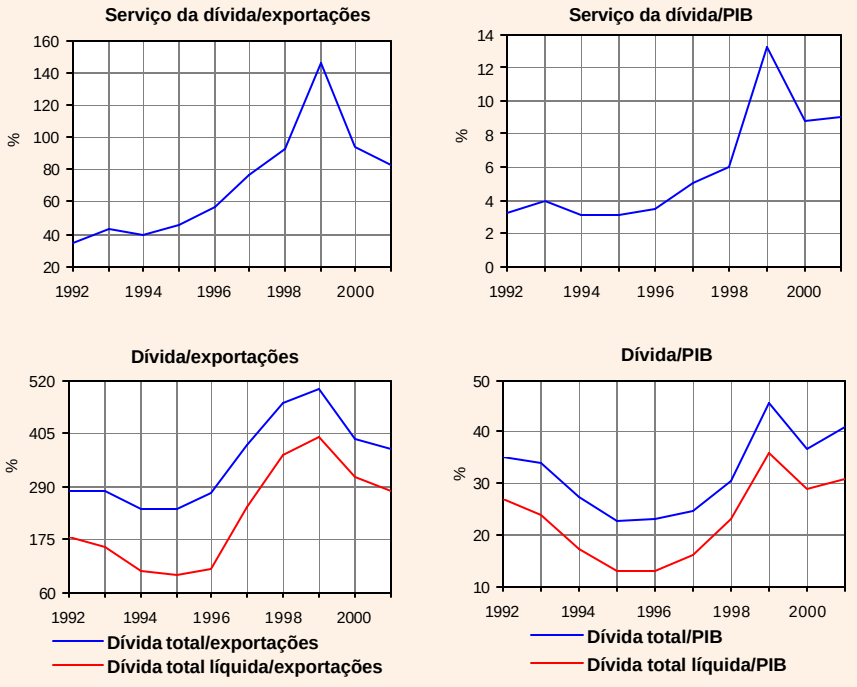
Em relação à diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos do Tesouro Americano e a associada aos títulos brasileiros (*spread*), nos lançamentos de 2001, o menor prêmio de risco pago atingiu 430 pontos básicos (p.b.), referente ao Samurai 03, e o maior, 773 p.b., referente ao Global 24. A amplitude da variação deveu-se à utilização de diferentes moedas e, principalmente, aos distintos prazos de captação.

Captações externas – operações de troca

Com base na Resolução 69 do Senado Federal, de 12.9.1996, que autorizou a União a realizar operações de recompra e de reestruturação de títulos da dívida externa

Gráfico 5.11

Indicadores de endividamento



brasileira, foram recomprados, em 2001, US$2,2 bilhões em valor de face de *Bradies*, e emitidos, em contrapartida, o mesmo montante de bônus Global com vencimento em 2024. Os *Bradies* aceitos na troca foram: US$1,2 bilhão de *Discount Bonds*, US$682 milhões de *Par Bonds*, US$261 milhões de *C-Bonds* e US$47 milhões de *Debt Conversion Bonds*. Apesar de não ter havido redução nominal de dívida, considerando o valor de mercado dos títulos do Tesouro Americano, a liberação de garantias colaterais referente ao montante de títulos cancelados atingiu US$700 milhões, recursos incorporados às reservas internacionais.

O montante de dívida nacionalizada, ou seja, títulos de dívida externa trocados por títulos de dívida interna ou utilizados no pagamento de dívidas com o Tesouro, totalizou US$3,3 bilhões em 2001. Nos meses de junho e julho, ocorreu retorno de capital de US$2,8 bilhões e US$306 milhões, respectivamente, decorrente da transferência patrimonial de subsidiárias no exterior à matriz no Brasil, na forma de títulos de renegociação da dívida externa (*Bradies*). Esses títulos foram trocados por títulos da dívida pública interna, no âmbito do Programa de Saneamento dos Bancos Federais, o que resultou no cancelamento de dívida externa no mesmo valor. Além disso, em dezembro foram amortizados US$261 milhões de *Bradies*,

Quadro 5.40 - Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury*[8/] (bps)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Fung NLG	21.5.1997	21.5.2002	5	210	6,625		190
Fung FRF	21.5.1997	21.5.2002	5	175	6,625		195
Fung ATS	21.5.1997	21.5.2002	5	168	6,625		190
Global 27[1/]	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira[2/]	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Euro 03	3.3.1998	3.3.2003	5	547	8,625	9,67	417
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08[3/]	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10,0 - 7,0	8,97	328
Global 04	22.4.1999	15.4.2004	5	3 000	11,625	11,88	675
Euro 02	29.7.1999	29.7.2002	3	859	9,500	12,24	650
Euro 04	30.9.1999	30.9.2004	5	531	11,125	13,18	742
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30[4/]	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Samurai 03	17.4.2000	17.4.2003	3	573	4,500	11,23	474
Euro 05[5/]	5.7.2000	5.7.2005	5	1 156	9,000	10,40	470
Global 07[6/]	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07[7/]	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 05	17.5.2001	15.7.2005	4	1 000	9,625	11,25	648
Samurai 03	30.8.2001	28.8.2003	2	1 661	3,750	8,10	430

1/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US$3 bilhões em 9.6.1997 e US$500 milhões em 27.3.1998.
2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.
3/ *Step-down* - 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subseqüentes.
4/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps e US$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.
5/ A emissão do Euro 05 ocorreu em duas *tranches*: EUR750 milhões, com *spread* de 488 bps, em 5.7.2000, e EUR500 milhões, com *spread* de 442 bps, em 9.5.2001.
6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.
7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.
8/ Sobre *US Treasury*, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

Quadro 5.41 - Operações de trocas de bônus da República

US$ milhões

Bônus emitido	Data de Ingresso	Data de vencimento	Valor da nova emissão[1/]	Valor de *Bradies* cancelados	Redução nominal de dívida externa	Colateral liberado
Global 27[2/]	9.6.1997	15.4.2027	2 245	2 693	448	610
Global 04[3/]	30.4.1999	15.4.2004	1 000	1 193	193	-
Global 09[4/]	15.10.1999	15.10.2009	2 000	3 003	1 003	587
Global 30[5/]	29.3.2000	6.3.2030	578	705	127	139
Global 07[6/]	26.7.2000	26.7.2007	379	416	37	-
Global 40[7/]	17.8.2000	17.8.2040	5 158	5 400	242	334
Global 24[8/]	22.3.2001	15.4.2024	2 150	2 150	-	700
Total			13 510	15 560	2 050	2 370

1/ Inclui somente parcela emitida a partir do cancelamento de *Bradies.*
2/ *Bradies* aceitos na troca: *Par, Discount* e *C Bond.*
3/ *Bradies* aceitos na troca: EI e IDU.
4/ *Bradies* aceitos na troca: *Par, Discount, C Bond* e DCB.
5/ *Bradies* aceitos na troca: *Par* , *Discount,* DCB, FLIRB, e EI.
6/ *Bradies* aceitos na troca: FLIRB, NMB, EI e BIB.
7/ *Bradies* aceitos na troca: *Par, Discount, C Bond,* DCB, FLIRB, NMB, EI, IDU e BIB.
8/ *Bradies* aceitos na troca: *Par, Discount, C Bond,* DCB.

Quadro 5.42 - Dívida externa reestruturada - *Bradies*, Pré-*Bradies* e MYDFA

Discriminação	Saldo em 31.12.2001 US$ milhões	Data de vencimento
Capitalization Bonds (C Bonds)	6 540	15.4.2014
Debt Conversion Bonds (DCB)	3 794	15.4.2012
Discount Bonds	2 181	15.4.2024
Eligible Interest Bonds (EI)	2 220	15.4.2006
Front Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	607	15.4.2009
New Money Bond 1994 (NMB)	1 562	15.4.2009
Par Bonds	2 053	15.4.2024
Exit Bond (BIB)	372	15.9.2013
Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA)	782	15.9.2007
Total	20 112	-

utilizados como pagamento na quitação de dívidas do setor privado junto ao Tesouro.

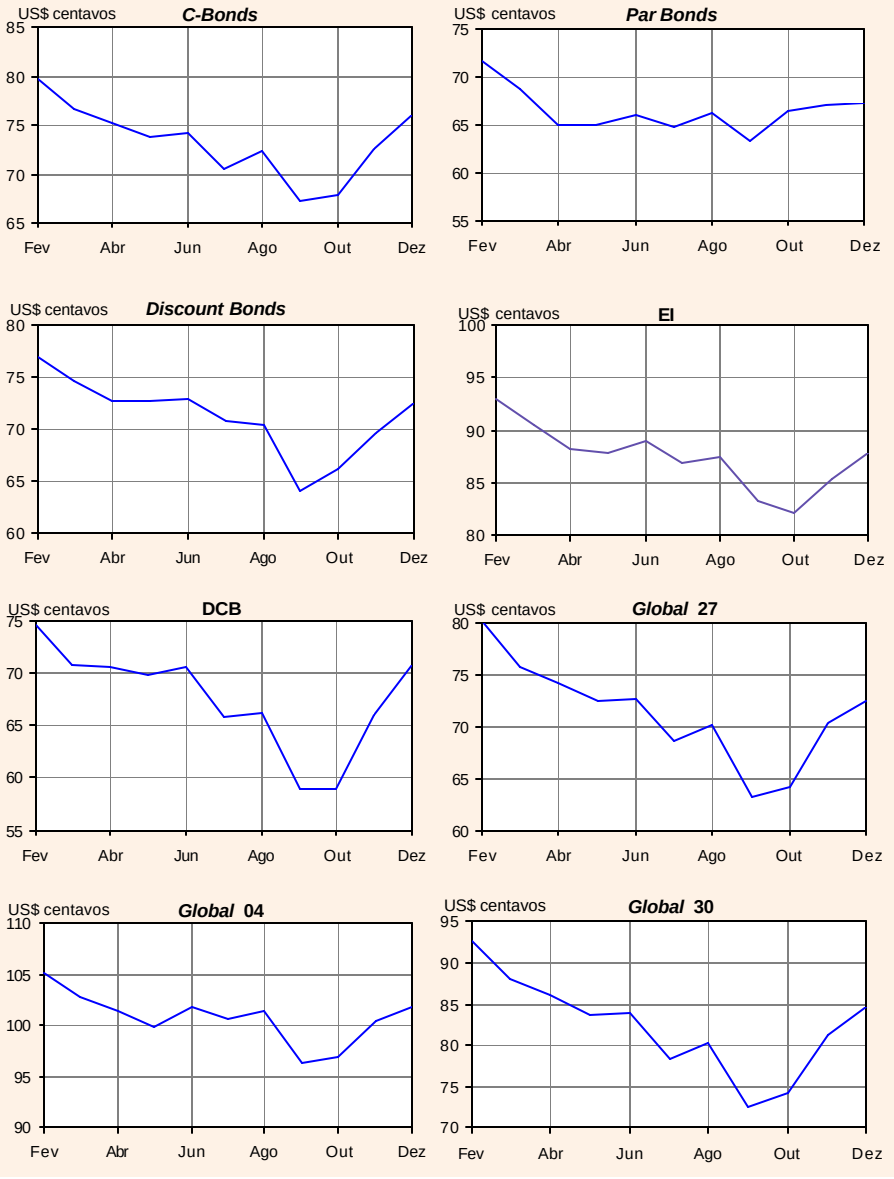
Títulos da dívida externa brasileira

O mercado internacional de títulos refletiu, no segundo semestre de 2001, a deterioração no cenário internacional vinculada aos ataques terroristas aos EUA e

Gráfico 5.12

Cotações de títulos brasileiros no exterior

Mercado secundário - cotação de compra, final de período - 2001



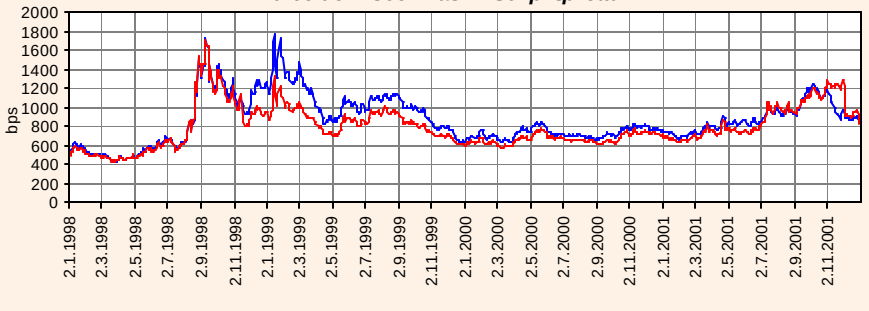
à intensificação da crise argentina. Assim, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira, em 2001, foi marcado por alta volatilidade e tendência de baixa nas cotações, encerrando o ano em patamar inferior ao de 2000, embora já em recuperação. O *C-Bond*, título soberano de maior liquidez e referência para papéis remunerados a taxas flutuantes, desvalorizou-se 1,5% no ano. A partir de setembro, observou-se queda nas cotações, com o *C-Bond* atingindo 67,25% do seu valor de face nesse mês, ante 76,25% em setembro de 2000. No último bimestre do ano, em

face da reversão de expectativas dos investidores, registrou-se recuperação no mercado de títulos e o *C-Bond* encerrou 2001 cotado a 76% do valor de face.

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2001, diferencial de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*) variando entre 668 e 1.251 p.b. A média, calculada com base em observações diárias, atingiu 889 p.b. Em 2001, os títulos externos de países latino-americanos foram considerados de risco ligeiramente inferior aos brasileiros, com *spreads* 6 p.b. mais baixos, em média. A partir de setembro, no entanto, registrou-se depreciação dos títulos latino-americanos e conseqüente aumento dos *spreads*, que ultrapassaram 1.000 p.b. Em novembro, a diferença entre o *spread* pago por outros títulos latino-americanos e pelos títulos brasileiros ampliou-se, atingindo 323 p.b., evidenciando a redução do risco de crédito brasileiro e a retomada de confiança dos investidores.

Gráfico 5.13

Índice de Risco Brasil - *Strip spread*



Fonte: JPMorgan

Programa de assistência financeira internacional – saques e amortizações

A diretoria executiva do FMI aprovou, em setembro de 2001, o SBA, após o Brasil ter completado, com sucesso, as sete revisões do SBA anterior. O novo acordo, no montante aproximado de US$15,6 bilhões, estará em vigor até dezembro de 2002. Em setembro foram sacados US$4,7 bilhões, dos quais US$4,3 bilhões na modalidade SRF a serem amortizados em setembro de 2002 e março de 2003. O restante do crédito estará disponível em 2002, em quatro parcelas, após a confirmação dos critérios de desempenho definidos. O novo SBA substitui o acordo de três anos aprovado em final de 1998. Destaque-se que, em junho de 2001, foram sacados US$2 bilhões na modalidade *Credit Tranche*, referentes ao SBA anterior.

Em 2001, os recursos provenientes de organismos internacionais, Bird e BID, proporcionaram ingressos de US$1,5 bilhão e geraram despesas de juros de US$601

Quadro 5.43 - Empréstimos de regularização

US$ milhões

Discri-	1998[1/]	1999			2000			2001		
minação	Desemb.	Desemb.	Amort.	Juros	Desemb.	Amort.	Juros	Desemb.	Amort.	Juros
Bird[2/]	-	1 000	-	40	1 000	-	104	1 162	-	224
BID[2/]	-	1 999	-	29	1 787	-	273	364	-	377
FMI	4 784	6 025	1 966	463	-	6 876	338	6 721	-	216
BIS	4 150	4 500	5 500	602	-	3 150	179	-	-	-
BoJ	390	424	517	57	-	297	17	-	-	-
Total	9 324	13 947	7 983	1 191	2 787	10 323	911	8 247	0	817

1/ Não houve amortizações ou pagamentos de juros.
2/ Valores incluídos em financiamentos no balanço de pagamentos.

milhões. A linha de crédito destinada pelo BID a programas sociais foi integralmente sacada pelo Tesouro Nacional e o primeiro pagamento será efetuado em dezembro de 2002. Restam recursos de outras linhas passíveis de saque apenas pelo BNDES, cuja utilização depende de aprovação pelo Congresso Nacional. Ao final de 2001, o saldo devedor junto a esses organismos, no que tange ao PAF, registrava US$7,3 bilhões, com vencimentos de 2002 a 2005, exceto uma linha destinada ao BNDES que vence em 2019. Do total inicialmente disponibilizado, US$10,2 bilhões, restam US$2,9 bilhões passíveis de saque.

Quadro 5.44 - Metas de dívida externa - 2001 (acordo com FMI)

US$ milhões

Período	Médio e longo prazos		Curto prazo		Aval	
	Teto	Ocorrido[1/]	Teto	Ocorrido[1/]	Teto	Ocorrido[1/]
Mar	94 500	89 127	3 500	1 695	1 580	919
Jun	95 200	87 501	3 500	962	1 580	919
Set	95 000	88 912	3 500	531	1 600	462
Dez	94 800	84 835	3 500	364	1 600	396

1/ Dados apurados no período.

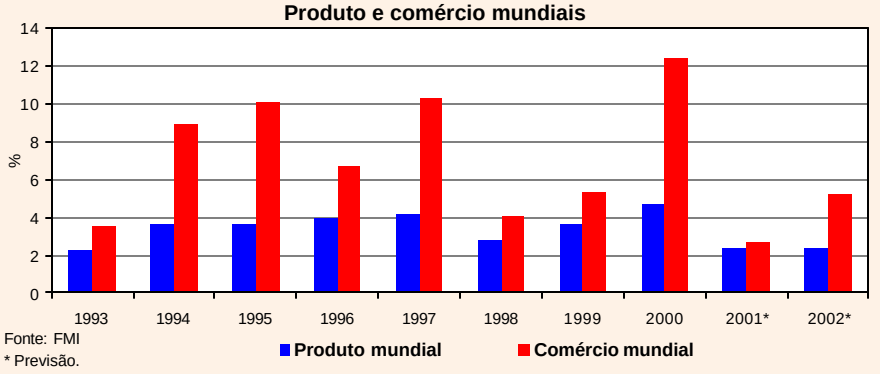
VI

A ECONOMIA INTERNACIONAL

Introdução

A trajetória da economia mundial em 2001 foi marcada pela recessão nos Estados Unidos, que influenciou negativamente o nível de atividade nos demais países. A evolução do produto mundial, dessa maneira, reduziu-se praticamente à metade, de acordo com o *World Economic Outlook*, de dezembro de 2001, publicado pelo FMI. Após crescer 4,7%, em 2000, estima-se variação de apenas 2,4% no produto mundial no ano de 2001. Considerando apenas as economias industrializadas, o FMI estima crescimento de 1,1% do produto em 2001, significativamente abaixo dos 3,9% registrados no ano anterior. O comércio internacional foi ainda mais atingido pelos efeitos da recessão e, a partir do último trimestre, pelos impactos do ataque terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos. Assim, a expansão do comércio, em volume, que se situara expressivamente acima do crescimento do produto, atingindo 12,4% em 2000, teria se reduzido a 1% em 2001.

Gráfico 6.1



Fonte: FMI
* Previsão.

A economia norte-americana interrompeu, em 2001, uma década de crescimento contínuo, entrando em recessão a partir de março. Diante da acentuada desaceleração ou retração observada em seus principais indicadores de oferta e demanda agregados, e na ausência de pressões inflacionárias, o *Federal Reserve* (Fed) reduziu em 475 p.b., ao longo de 2001, a meta para os juros básicos, *fed funds*, que situou-se em 1,75% a.a. em dezembro. A essa política monetária

expansionista somaram-se medidas da mesma natureza na área fiscal, como redução de impostos e aumento nos gastos federais.

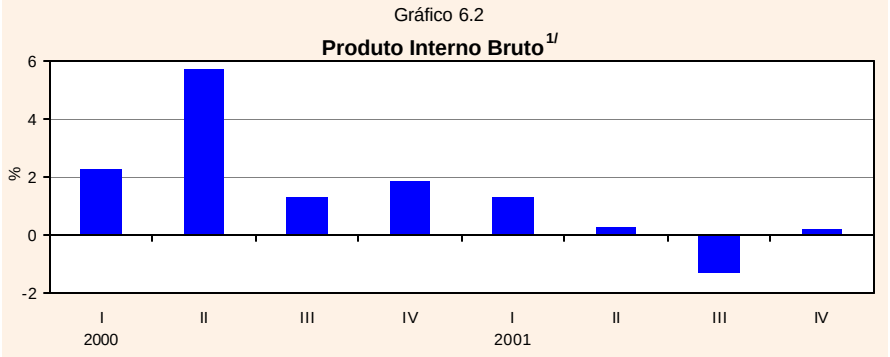
Dentre as demais economias industrializadas, destaque-se a permanência da situação recessiva no Japão, com a perspectiva de contração do produto interno, variações negativas na atividade industrial, nível recorde de desemprego, deflação e a intensificação dos problemas no setor bancário. A Área do Euro, por sua vez, teve seu ritmo de crescimento afetado pelo declínio da demanda mundial. A produção industrial registrou variação anual negativa e a trajetória de redução da taxa de desemprego foi interrompida. Nas principais economias da região os indicadores do final do ano apontavam cenário de estagnação. Diante da convergência da inflação à referência do Banco Central Europeu (BCE), a autoridade monetária reduziu sua taxa mínima de refinanciamento em 150 p.b. em 2001, atingindo 3,25% a.a. em dezembro.

De acordo com dados do *Balance Preliminar* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a região teve sua taxa de crescimento reduzida de 4,1%, em 2000, para 0,5% em 2001. Para tal resultado contribuíram a desaceleração econômica mundial, com significativos impactos regionais, como por exemplo no caso do México, cuja recessão acompanha a dos Estados Unidos, e também a permanência da crise argentina. A deterioração da situação econômica na Argentina, especialmente no final do ano, dada a continuidade do cenário de contração da atividade e do nível de renda e de deflação, provocou as renúncias do Ministro da Economia e do Presidente da República, incluindo crises institucional e social. A partir da situação de virtual inadimplência, mesmo após a troca de títulos da dívida do país, foi declarada moratória, fechando o acesso ao mercado internacional de capitais. A Cepal projeta redução de 3,8% no PIB do país em 2001.

Estados Unidos

Encerrando o mais longo ciclo de expansão do pós-guerra, a economia norte-americana foi considerada tecnicamente em recessão a partir de março de 2001 pelo *Business Cycle Dating Committee*, do *National Bureau of Economic Research*. Assim, o PIB real dos EUA apresentou taxas de crescimento trimestrais decrescentes ao longo do ano, até recuar 0,3% no terceiro trimestre. No último trimestre, a economia norte-americana surpreendeu positivamente, crescendo 1,4%, com base em estimativa preliminar do *Bureau of Economic Analysis* (BEA), do *Department of Commerce*. O crescimento de 1,2%, registrado em 2001, foi o menor dos últimos dez anos, quando teve início o ciclo de expansão recente, em seguida ao biênio recessivo 1990-1991.

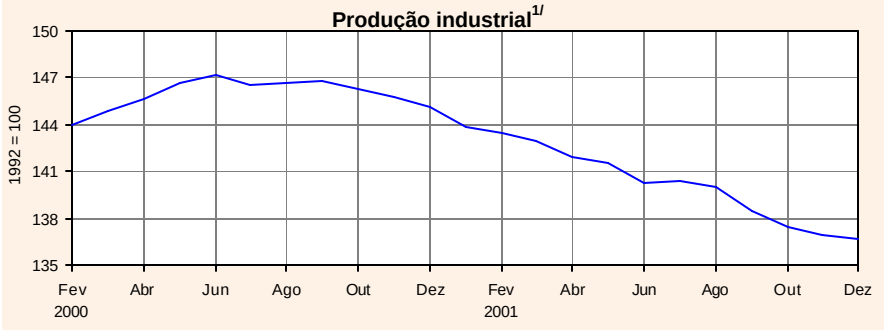
Gráfico 6.2



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*
1/ Variação em relação ao trimestre anterior, anualizado e dessazonalizado.

Refletindo a retração da atividade econômica, o índice da produção industrial situou-se, em dezembro de 2001, em nível 7% abaixo do de junho de 2000. A taxa de utilização da capacidade instalada da indústria, por sua vez, declinou para 74% em dezembro, nível mais baixo desde o final de 1982, movimento que espelhou o comportamento da indústria manufatureira, cuja taxa de utilização retrocedeu para 73%. Por fim, a taxa de desemprego alcançou 5,8% ao final de 2001, ano em que 90 mil postos de trabalho foram extintos por mês no setor não-agrícola.

Gráfico 6.3

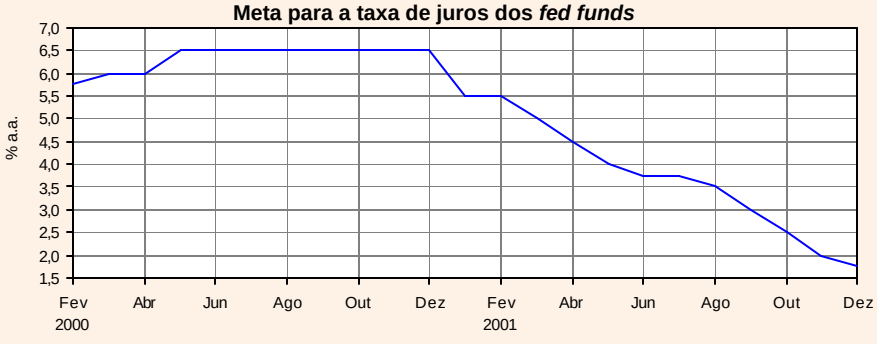


Fonte: *Federal Reserve System*
1/ Série dessazonalizada.

Aos primeiros sinais de que a recessão se instalava, o *Federal Reserve*, na tentativa de evitar a aterrissagem forçada (*hard landing*) da economia – temor que se agravou com os atentados terroristas de 11 de setembro – começou a promover, ainda em janeiro de 2001, cortes sistemáticos na meta para a taxa de juros dos *fed funds*. Foram efetuados, ao todo, onze cortes nos juros básicos ao longo do ano, reduzindo a meta de 6,5% a.a. em dezembro de 2000 para 1,75% a.a. doze meses depois.

Quase ao mesmo tempo em que o Fed invertia com intensidade acentuada o contracionismo que caracterizara a política monetária do ano anterior, último da

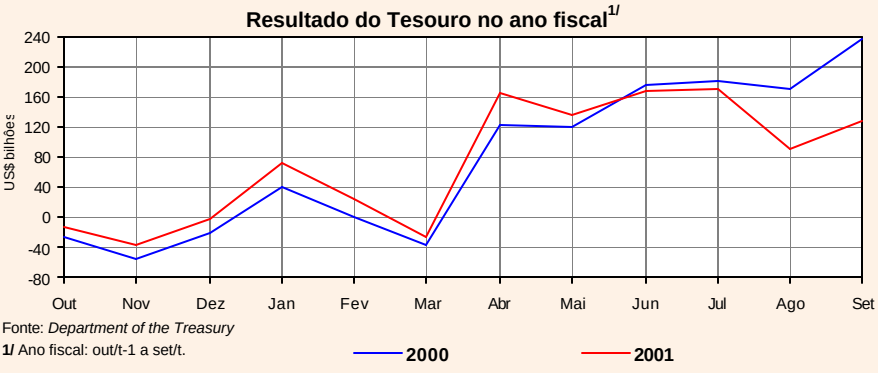
Gráfico 6.4



Fonte: *Federal Reserve System*

assim-chamada "exuberância irracional" dos mercados, o governo Republicano recém-empossado anunciava, em cumprimento à promessa de campanha, programa de cortes de impostos e aumentos de gastos para estimular a economia. Conseqüentemente, a partir de junho, o superávit acumulado do Tesouro passou a se situar abaixo do registrado no ano anterior. Essa diferença acentuou-se mês a mês, perfazendo US$110 bilhões ao final do ano fiscal encerrado em setembro. Na esteira dos acontecimentos de 11 de setembro, nova proposta de aumento de gastos foi encaminhada ao Legislativo, onde, apesar das divergências entre republicanos e democratas, não havia dúvida sobre a necessidade de outro estímulo fiscal. Assim, conforme projeções do *Office of Management and Budget*, o orçamento deve registrar déficits de US$106 bilhões, US$80 bilhões e US$14 bilhões nos próximos anos fiscais.

Gráfico 6.5

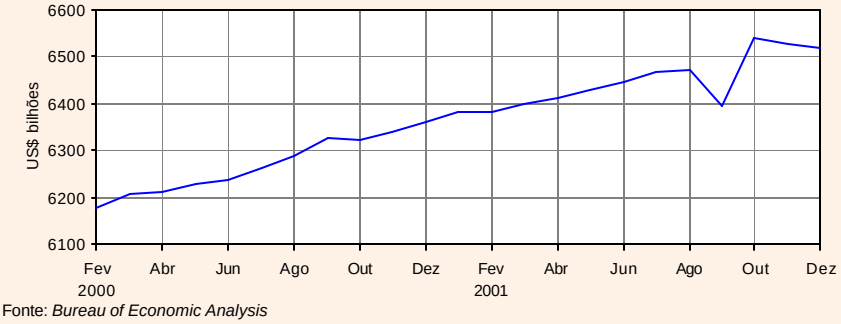


Fonte: *Department of the Treasury*
1/ Ano fiscal: out/t-1 a set/t.

Parte considerável do resultado do PIB no quarto trimestre deveu-se à promoção especial de financiamento sem juros na compra de automóveis. De fato, as vendas no varejo tiveram aumento significativo de 7% em outubro, mas recuaram 3% no mês seguinte, mantendo-se praticamente estáveis em dezembro. No mesmo

sentido, as despesas de consumo, principal elemento de sustentação da demanda agregada (ao lado dos gastos do governo), caíram drasticamente em setembro, após os atentados terroristas, recuperando-se fortemente em outubro para cair novamente em novembro e dezembro, ainda que moderadamente.

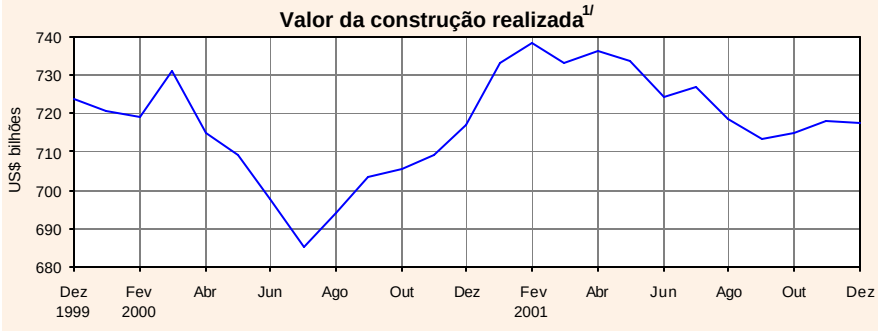
Gráfico 6.6



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*
1/ Série deflacionada, dessazonalizada e anualizada.

No que se refere à formação bruta de capital fixo, o valor da construção realizada aumentou 3% em relação ao ano passado, havendo, no entanto, nítida reversão de tendência a partir de fevereiro, quando as construções atingiram o pico da trajetória de crescimento iniciada em agosto do ano anterior. A produção de bens de capital (*business equipment*), por sua vez, caiu ininterruptamente ao longo do ano.

Gráfico 6.7

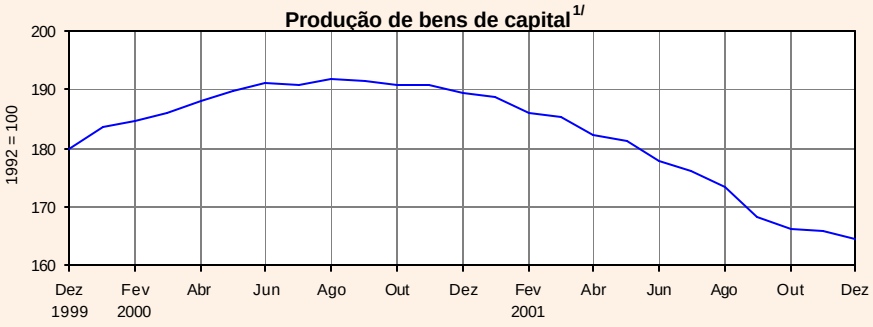


Fonte: *Bureau of the Census*
1/ Quantidade anualizada, dessazonalizada em dólares constantes de 1996.

No tocante ao comércio exterior, o déficit dos Estados Unidos em bens atingiu US$426 bilhões no ano, ante US$452 bilhões em 2000. Embora o déficit tenha diminuído, exportações e importações reduziram-se ao longo do ano, as primeiras influenciadas pela fraca demanda externa; as últimas, pela recessão doméstica.

Gráfico 6.8

Produção de bens de capital [1/]



Fonte: *Federal Reserve System*
1/ Série dessazonalizada.

Ao final do ano, o expansionismo das políticas fiscal e monetária dava mostras de estar produzindo os primeiros efeitos sobre a atividade econômica. Com isso, a balança entre otimistas e pessimistas quanto à retomada norte-americana pendia claramente em favor dos primeiros. A atuação tempestiva do *Federal Reserve*, em particular, era saudada por ter evitado o aprofundamento da recessão. Com efeito, a queda dos juros exerceu forte impacto sobre o consumo das famílias e sobre os estoques empresariais. O consumo em alta e a inflexão do ciclo dos estoques – assim acreditam os otimistas – deverão contribuir para a retomada no primeiro trimestre de 2002. Os pessimistas, por sua vez, argumentavam que o elevado grau de endividamento das famílias e das empresas norte-americanas pode criar sérios obstáculos para que tal processo, uma vez instalado, se sustente. É verdade que os cortes sucessivos de juros ajudaram a aliviar o serviço das dívidas, medida tão mais importante quando se sabe que a inflação baixa e cadente não contribuiu para corroer o valor real dos encargos financeiros. Ademais, com a taxa de juros no nível de 1,75% a.a., o espaço do Fed para novas reduções de juros diminuiu consideravelmente.

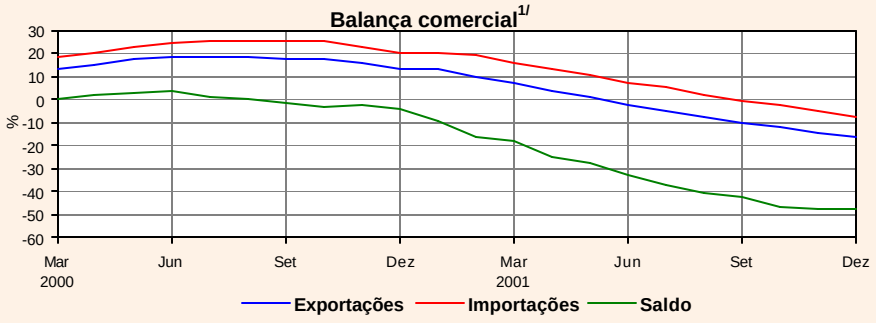
Japão

A economia japonesa, após período de crescimento volátil nos últimos anos, apresentou desempenho desfavorável em 2001, quando registrou retração por dois trimestres consecutivos. As previsões oficiais apontam para redução do produto em torno de 1% para o ano fiscal de 2001 encerrado em março de 2002. O cenário é de recessão em ambiente deflacionário, associado ao declínio da produção industrial e ao racionamento do crédito bancário, e agravado pelos efeitos de aguda redução na receita de exportação resultante do desaquecimento da demanda externa. A deterioração das condições de trabalho elevou a taxa de desemprego a níveis acima do limite crítico de 5% com impactos adversos no consumo. O governo, por sua vez, pressionado pela dívida interna da ordem de 130% do PIB, limitou a emissão de bônus a ¥130 trilhões, visando principalmente manter programas de reformas estruturais e de seguridade social.

Como principal alternativa para superação da crise, a partir de abril de 2001 passou-se a dar prioridade aos programas de reformas estruturais, baseado no sentimento de que sem elas não haverá como o país emergir do processo de recessão. Em outubro de 2001, o governo aprovou suplementação orçamentária de ¥3 trilhões (US$25 bilhões), e em janeiro de 2002 foi aprovada nova complementação no valor de ¥2,6 trilhões (US$20 bilhões) com a expectativa governamental de estimular o PIB no ano fiscal de 2001 em 0,9% em termos reais e elevar a oferta de empregos em 110 mil vagas.

A demanda externa, que tem atuado como um dos principais mecanismos de estímulo à atividade econômica, apresentou fraco desempenho, refletindo a retração nas economias americana e do leste asiático. Durante o ano de 2001, as exportações totalizaram US$402,4 bilhões, 16,1% inferiores às realizadas em 2000, enquanto as importações decresceram 7,6%, situando-se em US$347,7 bilhões. A variação acumulada em doze meses do superávit tem apresentado trajetória acentuadamente declinante a partir de junho de 2000, intensificando-se a partir de dezembro de 2000 em função de redução da demanda por bens intensivos em tecnologia da informação.

Gráfico 6.9

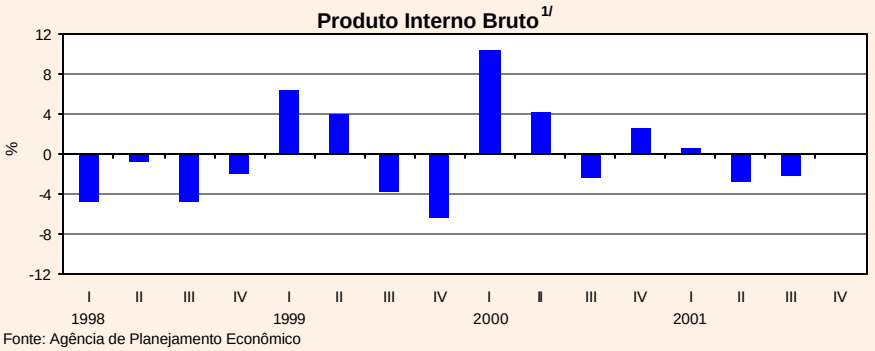


Fonte: Banco do Japão e Bloomberg
1/ Variação do acumulado em 12 meses.

O desempenho da economia durante o ano de 2001 permaneceu aquém das expectativas de mercado. Na série com ajuste sazonal, após 0,5% de crescimento (taxa anualizada) no primeiro trimestre, o produto decresceu 4,8% no segundo trimestre e 2,2% no terceiro trimestre. Expectativas de mercado apontavam para decréscimo de 2% no quarto trimestre e retração de 0,3% no ano civil de 2001. Para os anos de 2002 e 2003, as expectativas são respectivamente de -1,5% e 1,2%. Segundo analistas, é fundamental controlar o processo deflacionário e solucionar o problema dos empréstimos vencidos e não pagos para que a economia atinja seu potencial anual de crescimento da ordem de 2% a 3%.

A produção industrial expandiu-se a taxas crescentes até outubro de 2000, ao atingir variação de 5,6% no saldo acumulado em doze meses. A partir de então,

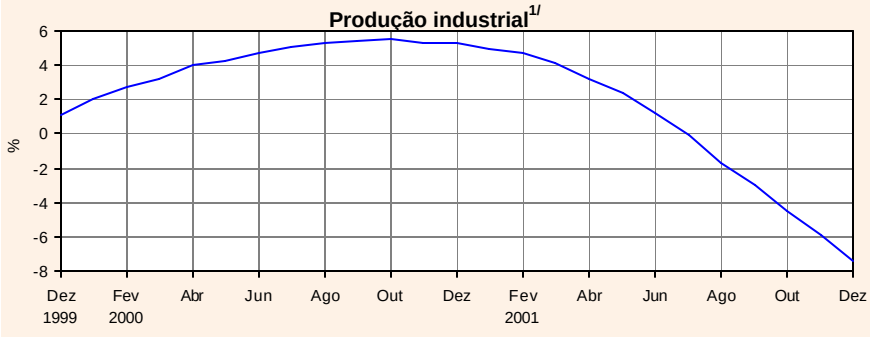
Gráfico 6.10



Fonte: Agência de Planejamento Econômico
1/ Variação em relação ao trimestre anterior, anualizado e dessazonalizado.

essa tendência reverteu-se, tendo alcançado, em dezembro de 2001, -7,4%. Em 2001, a redução alcançou 7,9%. O fraco desempenho na produção industrial é parcialmente explicado pela retração na demanda externa e por efeitos de segunda ordem, como a redução das encomendas de *chips* e produtos eletrônicos cuja demanda em 2001 registrou queda de 17%. Esses produtos ainda enfrentam a competição de outros países asiáticos como a China, onde os custos de produção são relativamente menores.

Gráfico 6.11



Fonte: METI
1/ Variação do acumulado em 12 meses.

O fraco desempenho da economia tem-se refletido no mercado de trabalho. A partir de agosto de 2000, a taxa de desemprego mantida em 4,6%, iniciou movimento ascendente, tendo alcançado 5,6% em dezembro de 2001. A situação no mercado de trabalho levou o primeiro ministro Junishiro Koizumi a criar uma rede de segurança social para fornecer crédito a baixo custo às pequenas e médias empresas e amenizar as conseqüências do desemprego.

A partir de outubro de 2000, a moeda japonesa, que vinha mantendo-se estável na faixa de ¥106/US$, deu início a um movimento de depreciação, tendo alcançado, em dezembro de 2001, a cotação de ¥127,36/US$, o que contribuiu para alimentar

a crença de mercado de que o governo tem interesses em manter a moeda desvalorizada. Essa tendência depreciativa da moeda despertou preocupações de economias como a da China, que teme a perda de vantagens comparativas nos mercados externos.

Gráfico 6.12

Taxa de câmbio média[1/]

Fonte: Banco do Japão

1/ Média mensal - Yen/US$.

A evolução dos preços indica que o país ainda não emergiu do ambiente deflacionário. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) manteve variações anuais sistematicamente abaixo de zero durante o ano de 2001, tendo registrado em dezembro -1,7%. O Índice de Preços no Atacado (IPA) registrou em dezembro variação anual de -0,8%, oscilando ao longo do ano entre valores positivos e negativos em torno de zero. Para provocar uma reação nos preços, o Banco do Japão (BoJ), a partir de 16 de março de 2001, mudou a principal meta de política monetária – antes centrada na *uncollateralized call rate* – para o controle do saldo da conta corrente do Banco Central, injetando maior liquidez no mercado.

Para evitar que a economia entre em recessão pela terceira vez numa década, e retomar o crescimento auto-sustentado conduzido pela demanda privada, as reformas em andamento, além de adotar medidas que acabem com a deflação, terão que solucionar o problema dos empréstimos vencidos e não-pagos que totalizavam ¥35,7 trilhões (7,1% do PIB), em setembro de 2001. Estima-se que a cada 1% de declínio no deflator do PIB, gera-se cerca de ¥5,5 trilhões em créditos de difícil recuperação. Sobre esses empréstimos, a discussão está centrada em definir se o governo deve injetar fundos públicos diretamente nos bancos. Nesse sentido, as medidas de política monetária citadas anteriormente constituíram uma primeira tentativa de recuperação da função de intermediação do sistema bancário, possibilitando aos bancos acesso a dinheiro a custo zero que o BoJ tem disponibilizado na forma de reservas. Isso liberaria o sistema bancário para a alocação de recursos em áreas mais produtivas, aumentando a eficiência da economia.

O ambiente de recessão com queda nos preços refletiu-se no índice de confiança empresarial Tankan, que mede expectativas de curto prazo para a indústria manufatureira. Após movimento ascendente a partirde março de 1999, estabilizou-se no nível 10 no terceiro trimestre de 2000, para em seguida tornar a decrescer, atingindo o valor de -38 ao final de 2001. Esse mesmo índice para as condições de oferta e demanda decresceu de -18 para -48 no mesmo período.

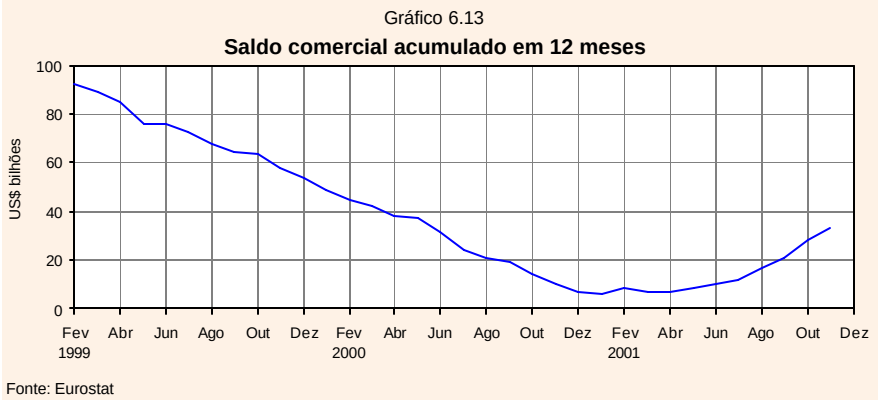
Área do Euro

Em sintonia com o comportamento da economia global, o nível de atividade na Área do Euro apresentou significativa e crescente desaceleração durante todo o ano de 2001. Esse comportamento se expressou na contração da produção industrial no final do período, na rigidez da taxa de desemprego, na ausência de ganhos de produtividade e no baixo nível de expansão das vendas no varejo. A inflação, por sua vez, apresentou trajetória de alinhamento à referência do BCE nos preços ao consumidor e, no caso dos preços ao produtor, registrou deflação no último trimestre do ano. Nesse ambiente, a atuação do BCE na administração da política monetária da região privilegiou a redução dos juros para estimular a recuperação econômica. Completando o cenário, as expectativas empresariais, que declinaram significativamente ao longo de todo o ano, registraram, em dezembro, possíveis sinais iniciais de recuperação.

As vendas no varejo declinaram até novembro relativamente ao pico atingido no primeiro trimestre do ano. Após alcançar variações ante aos mesmos meses do ano anterior de 3,4%, em janeiro, e de 2,3%, em março, o indicador permaneceu estável ao redor da taxa de crescimento anual de 1,5% entre junho e novembro. A exceção constituiu-se no dado de outubro, -0,3%, afetado pelos efeitos desfavoráveis sobre o consumo, em decorrência do atentado terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos.

A balança comercial da Área do Euro evoluiu favoravelmente ao longo do ano. O superávit acumulado em 2001, até novembro, US$33,5 bilhões, superou em 292,5% os US$7,3 bilhões observados em igual período de 2000. Devido ao ambiente mundial de desaceleração econômica, tanto as exportações quanto as importações sofreram reduções na comparação com o ano anterior. As exportações, que entre janeiro e novembro de 2001 acumularam US$865,1 bilhões, declinaram 7,1% comparativamente ao mesmo período do ano precedente, enquanto as importações registraram contração de 9,7%. A recuperação do saldo comercial não foi suficiente, no entanto, para recuperar os patamares observados em 1999, US$50,3 bilhões na mesma base de comparação.

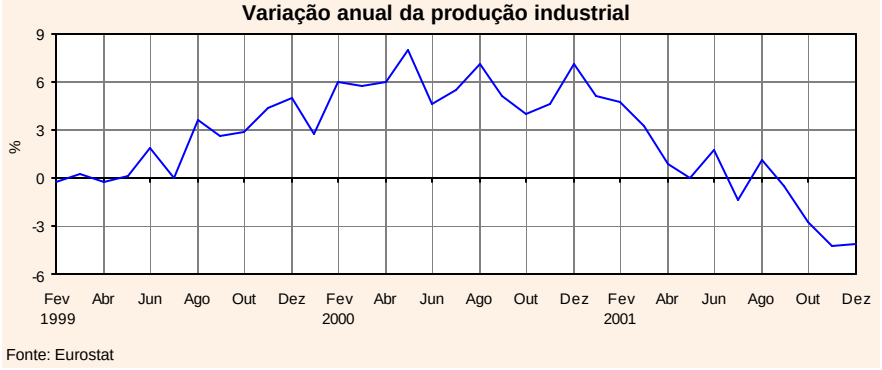
Gráfico 6.13



Fonte: Eurostat

A produção industrial da região não conseguiu sustentar, em 2001, os elevados níveis de crescimento observados no ano 2000, acima de 5% na comparação com iguais períodos do ano anterior. No primeiro semestre, observou-se tendência de desaceleração, com a taxa de variação anual passando de 5,1%, em janeiro, para 0,9%, em abril, e zero, em maio. No segundo semestre do ano, o comportamento do setor industrial revelou-se contracionista, com variações anuais negativas sendo observadas em cinco meses. Em novembro e dezembro, houve reduções anuais de 4,2% e de 4,1%, respectivamente.

Gráfico 6.14

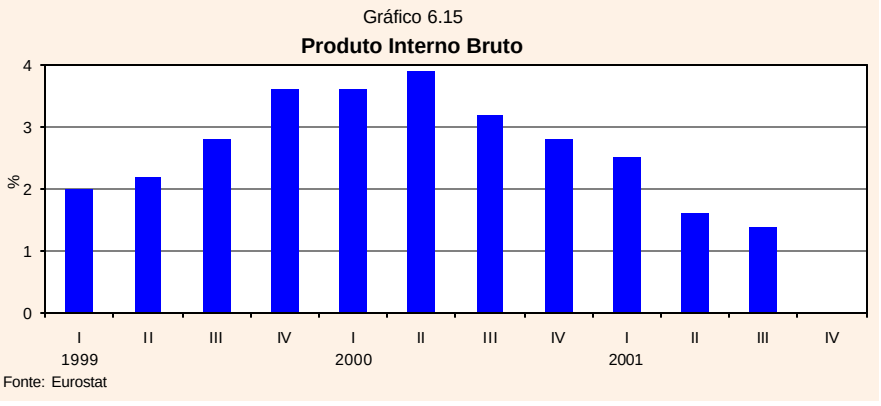


Fonte: Eurostat

Embora de forma não tão acentuada como a produção industrial, o PIB dos doze países que conformam a Área do Euro também registrou desaceleração de sua taxa de expansão. O ponto mais elevado do crescimento recente do PIB da região ocorreu no segundo trimestre de 2000, 3,9%. A partir de então, os indicadores foram decrescendo sucessivamente até alcançarem 1,6% e 1,4% no segundo e terceiro trimestres de 2001, respectivamente.

Interrompendo tendência de queda observada em 2000, a taxa de desemprego permaneceu estável em 8,5% durante todo o ano. A produtividade do trabalho que

Gráfico 6.15

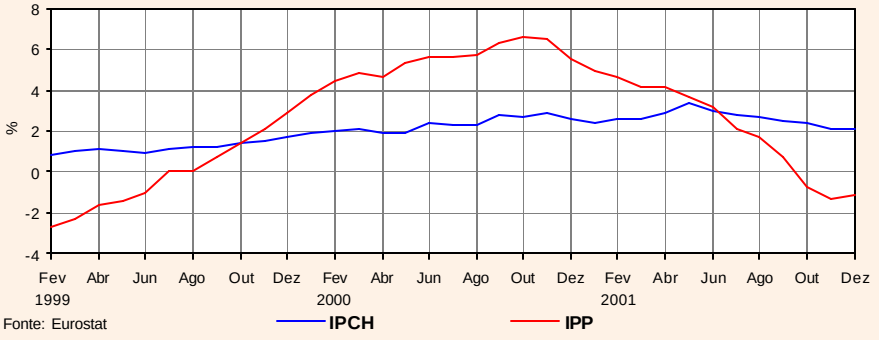


Fonte: Eurostat

vinha em contínua desaceleração desde o início do ano precedente, manteve-se estagnada no segundo e terceiro trimestres de 2001. Nos mesmos trimestres, o custo unitário do trabalho e a compensação por empregado elevaram-se 2,5% em cada período.

No que se refere aos preços, ocorreu a convergência do Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH) em direção à referência de 2% a.a. do BCE, e foi registrada deflação no Índice de Preços ao Produtor (IPP). A redução da inflação medida pelo IPP ao longo do ano foi influenciada tanto pela desaceleração econômica mundial e na Área do Euro quanto pela redução nos preços do petróleo e de seus derivados. Dessa maneira, o IPP, que atingira 4,9% em janeiro, 3,7% em maio e 1,7% em agosto, tornou-se negativo em sua taxa anual a partir de outubro, encerrando o ano com deflação de 1,1%.

Gráfico 6.16



Fonte: Eurostat

Após registrar tendência altista entre janeiro e maio, quando atingiu 3,4%, o IPCH reverteu sua trajetória, influenciado pela redução do ritmo de crescimento da atividade econômica. Nos meses de novembro e dezembro, o IPCH registrou inflação anual de 2,1%, ligeiramente acima da taxa de referência estabelecida pelo BCE. Em movimento aparentemente contraditório ao comportamento dos preços

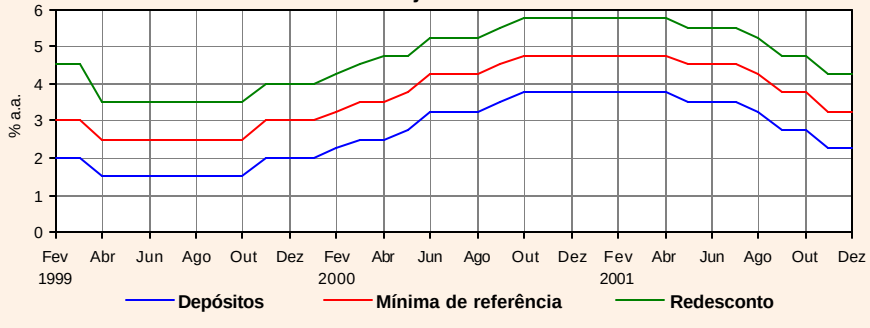
ao consumidor, o agregado monetário M3 cresceu no decorrer de 2001. Cabe ressaltar que o M3 constitui o primeiro pilar da política monetária do BCE, sendo entendido como indicador antecedente do IPCH. A taxa de referência para a expansão anualizada da média móvel trimestral do M3, de 4,5%, foi superada a partir de maio, quando o indicador registrou 4,6%, atingindo 7,8%, em novembro.

A taxa de câmbio entre o dólar e o euro oscilou significativamente durante 2001. Entre janeiro e junho, a taxa média mensal registrou depreciação de aproximadamente 10%, ao passar de US$0,9384/€ para US$0,8537/€. Em seguida, o euro recuperou-se até setembro, quando atingiu cotação de US$0,9125/€. A moeda da Área do Euro não conseguiu, no entanto, sustentar essa cotação, depreciando novamente até o final do ano, alcançando média de US$0,8916/€ em dezembro.

A administração da política monetária pelo BCE acompanhou, ainda que de forma menos agressiva que o *Federal Reserve*, a tendência geral de redução das taxas de juros básicas como reação à desaceleração da atividade econômica mundial. Dessa maneira, a taxa mínima de refinanciamento situava-se em 4,75% a.a. em janeiro, sendo reduzida para 4,5% a.a. em maio. Imediatamente antes do atentado terrorista de 11 de setembro, o BCE voltou a reduzir os juros básicos para 4,25% anuais. Em seguida, em ação conjunta com o *Federal Reserve* e o Banco do Japão no dia 18 de setembro, o BCE cortou a taxa básica em cinqüenta p.b., movimento repetido em novembro, quando a taxa mínima de refinanciamento reduziu-se a 3,25% a.a.

Gráfico 6.17

Taxas de juros básicas



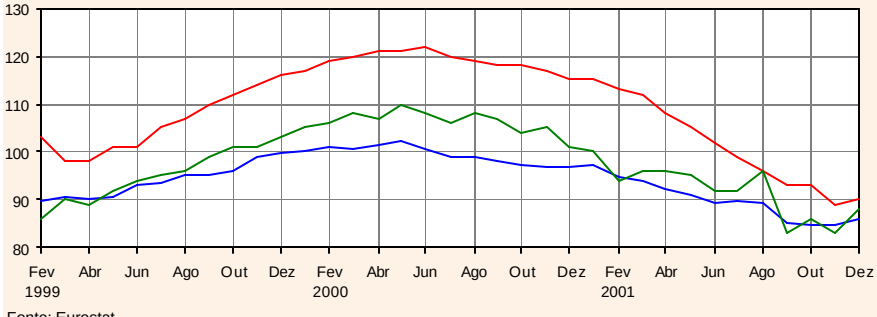
Fonte: BCE

Os indicadores das expectativas dos empresários nos principais países da Área do Euro apresentaram comportamento desfavorável ao longo de 2001, refletindo as fracas condições gerais da economia. Destaque-se a acentuada diminuição dos indicadores no mês de setembro, efeito das incertezas geradas pelos eventos do dia 11 nos Estados Unidos. Ao final do ano, no entanto, todos os indicadores apresentaram ligeira recuperação. Na Alemanha, o *General Business Climate Index*, mensurado pelo *Institute for Economic Research* (IFO), perdeu 11,6 p.p.

entre janeiro e dezembro, situando-se em 85,8 nesse último mês. O indicador francês – *French Industrial Trends Survey*, medido pelo *Institut Nacional de la Statistique et des Études Économiques* (Insee) – acumulou perda de 25 pontos no mesmo período, embora tenha registrado, no mês de dezembro, sua primeira elevação no ano, de 89, em novembro, para 90. Por fim, o *Italian Business Confidence Indicator*, calculado pelo *Istituto di Studi e Analisi Economica* (Isae), conseguiu manter-se razoavelmente estável no último trimestre do ano, média de 85, patamar significativamente inferior, no entanto, aos cem pontos observados no começo do ano.

Gráfico 6.18

Indicadores de confiança empresarial



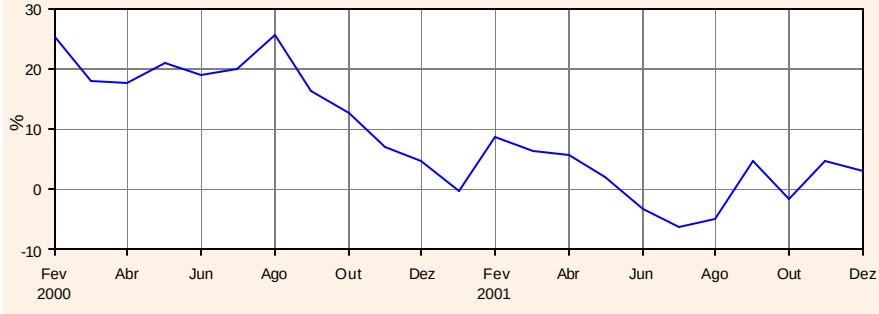
Fonte: Eurostat

Coréia do Sul

A economia coreana foi severamente afetada pelo desaquecimento da economia global e da demanda internacional por produtos ligados à tecnologia da informação, em particular. Ao longo do ano, porém, a demanda interna, reforçada pela ampliação dos gastos públicos, permitiu que as variações do PIB se mantivessem positivas: 3,7%, 2,7% e 1,8% respectivamente, no primeiro, segundo e terceiro trimestres de

Gráfico 6.19

Produção industrial

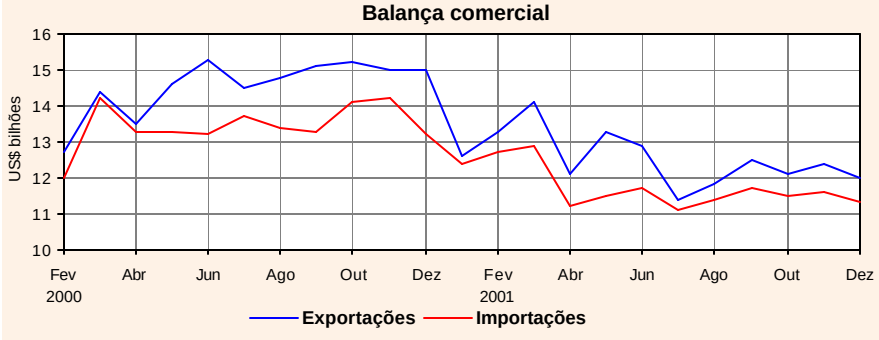


Fonte: Banco da Coréia

2001. A esperada manutenção da retomada do crescimento econômico nos Estados Unidos no início de 2002 tende a possibilitar o reaquecimento da economia coreana, via aumento das encomendas externas.

Os efeitos da desaceleração da demanda externa se manifestaram a partir de março, quando as exportações passaram a apresentar variações anuais negativas. Adicionalmente, no segundo trimestre, a depreciação do iene passou a comprometer a competitividade dos produtos coreanos. Ao final do ano, as exportações haviam declinado 19,6% com relação ao ano anterior, ao passo que as importações reduziram-se 14,1%. O saldo comercial acumulado em 2001 alcançou US$9,5 bilhões, comparativamente a US$11,8 bilhões em 2000.

Gráfico 6.20



Fonte: Banco da Coréia

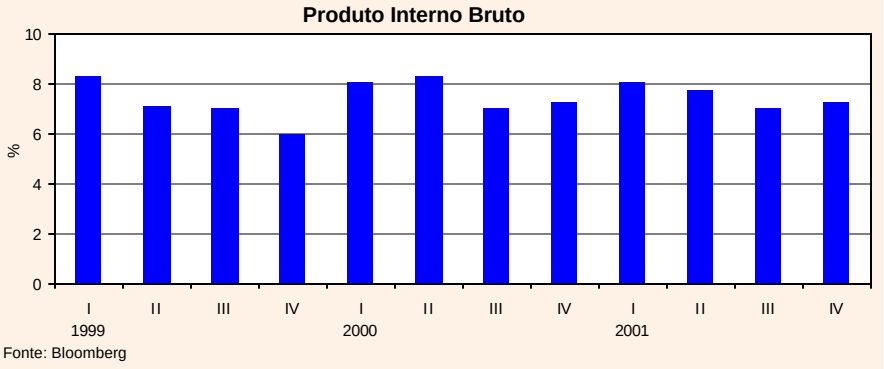
O índice de preços ao consumidor chegou a trazer alguma preocupação, com a variação anual atingindo 5,4% em maio. A partir do segundo semestre, porém, a desaceleração da demanda e o declínio dos preços do petróleo possibilitaram reverter a tendência de alta da inflação. Em dezembro, a variação anual do índice ao consumidor situou-se em 3,2%. A contenção da inflação abriu espaço para que o Banco da Coréia reduzisse a taxa básica de juros em 1,25 p.p. ao longo do ano, situando-a em 4% a.a. em dezembro.

China

A China manteve trajetória de intenso crescimento econômico, com pequena desaceleração motivada primariamente pelos efeitos do cenário internacional desfavorável. Sustentada pelo vigor da demanda interna, a expansão do PIB alcançou 7,3% no ano, comparativamente a 8% em 2000.

As exportações cresceram 6,3% nos onze primeiros meses de 2001, relativamente a igual período do ano anterior, enquanto as importações registraram elevação

Gráfico 6.21



Fonte: Bloomberg

de 8,6%, na mesma base de comparação. Com isso, o saldo comercial declinou 13,5% no período.

A China permanece como a economia emergente que recebe o maior volume de investimento direto estrangeiro, com ingressos de US$46,8 bilhões em 2001, crescimento de 14,9% em relação a 2000.

O ingresso na OMC, efetivado em dezembro, deve implicar aceleração do processo de liberalização econômica, com redução de tarifas e barreiras à importação. A tarifa nominal média deverá ser reduzida de 11,1%, no final de 2001, para 6,9% em cinco anos, enquanto a maior parte das barreiras não-tarifárias deverá ser abolida. Restrições geográficas e societárias ao investimento estrangeiro deverão ser gradualmente eliminadas. O novo contexto exigirá a implementação de reformas em setores que tendem a sofrer maior impacto da concorrência estrangeira, tais como o agrícola, o bancário e o automotivo.

Por outro lado, as exportações chinesas terão acesso ampliado ao mercado internacional. As maiores vantagens caberão aos setores intensivos em mão-de-obra, em particular os setores têxtil e de confecções, cujas cotas de exportação serão elevadas gradualmente até 2004 e eliminadas em 2005. Estima-se que o efeito líquido do acesso à OMC seja positivo, traduzindo-se em maior crescimento da produção nacional em decorrência da expansão das exportações e da produtividade, essa possibilitada pela ampliação das transferências de tecnologia.

Turquia

O ano de 2001 foi marcado por forte instabilidade no mercado financeiro. Em dezembro de 2000, o acordo de US$7,5 bilhões com o FMI permitiu algum alívio após a crise de novembro. Em fevereiro de 2001, uma crise política gerou nova

onda de instabilidade e perda acelerada de reservas internacionais. O governo decidiu pela flexibilização do regime cambial, permitindo a livre flutuação da lira turca, que sofreu depreciação imediata de 28% e alcançou 50% no primeiro semestre. Em maio, o acordo com o FMI foi reforçado em mais US$8 bilhões e um novo acordo passou a ser discutido a partir do segundo semestre. Segundo o Fundo, um reforço ao programa de ajuste macroeconômico se tornou necessário dada a elevação da incerteza em decorrência dos eventos de setembro de 2001.

A instabilidade financeira doméstica combinada à recessão econômica em escala internacional resultaram em contração do PIB e da produção industrial. O PIB decresceu 7,1% no terceiro trimestre, após retrações de 8,5% no segundo trimestre e de 2,1% no primeiro. A produção industrial de 2001, por sua vez, foi 8,9% inferior à do ano anterior.

A taxa de inflação manteve-se elevada durante todo o ano, atingindo 68,5% em dezembro. A meta para 2001, estabelecida no acordo com o FMI era de 52,5%, mas foi revista para 58% em julho. Para 2002, foi definida a meta de 35%.

O déficit comercial acumulado nos onze primeiros meses de 2001 totalizou US$8,5 bilhões, registrando contração de 65,6% relativamente a igual período de 2000, quando o déficit atingiu US$24,8 bilhões. A redução do déficit é decorrente do acentuado declínio de 25,8% nas importações e do crescimento de 13,2% nas exportações.

Rússia

O PIB russo apresentou elevações consistentes de aproximadamente 5% nos três primeiros trimestres de 2001, relativamente aos trimestres correspondentes do ano anterior. O aparente descolamento do desempenho da economia doméstica com relação ao cenário externo desfavorável durante a maior parte do ano, fez dos títulos russos os mais rentáveis em 2001.

No quarto trimestre, porém, de acordo com estimativas oficiais, a variação do PIB foi praticamente nula, em conseqüência dos efeitos do aprofundamento da desaceleração econômica em escala mundial. A transmissão desse impacto sobre a economia russa se deu principalmente por intermédio da redução da demanda internacional por petróleo, gás e metais, itens que respondem por aproximadamente dois terços das exportações do país.

O índice de preços ao consumidor permaneceu acima das metas oficiais, alcançando variações anuais de 24,8% em abril e maio, para decrescer em seguida até atingir 18,6% em dezembro. Ao longo de 2001, o rublo acumulou depreciação de 8,4%, variação muito inferior à da inflação. A resultante apreciação cambial deve, assim,

reduzir a vantagem competitiva das exportações russas e comprometer o crescimento econômico. O desemprego também apresentou trajetória declinante, situando-se em 6,3% em dezembro de 2001, comparativamente a 7% em dezembro de 2000.

O superávit comercial acumulado entre janeiro e novembro de 2001 alcançou US$47,9 bilhões, verificando-se estabilidade nas exportações mensais, em torno de US$8,5 bilhões, e elevação significativa nas importações, que subiram de US$3,2 bilhões, em janeiro, para US$5,1 bilhões, em novembro.

Durante o ano de 2001, diversas reformas foram realizadas ou iniciadas, entre as quais se incluem a reforma previdenciária, as novas leis de propriedade fundiária e de privatizações e a reforma do banco central. Porém, o item mais importante das reformas em 2002 deverá ser a negociação, já em andamento, para o ingresso na OMC.

Argentina

O aprofundamento do quadro recessivo, o insucesso do governo em promover ambiente fiscal equilibrado e o agravamento dos conflitos políticos e sociais desenharam um cenário de forte instabilidade na economia ao longo do ano, que refletiu-se em um processo de esgarçamento das expectativas em relação à sustentabilidade da economia argentina. Em dezembro, o agravamento da situação econômica, a intensificação das pressões populares e a ausência de coesão política interna desembocaram em grave crise institucional que, no limite, tornou inviável a manutenção do regime de livre conversibilidade da moeda.

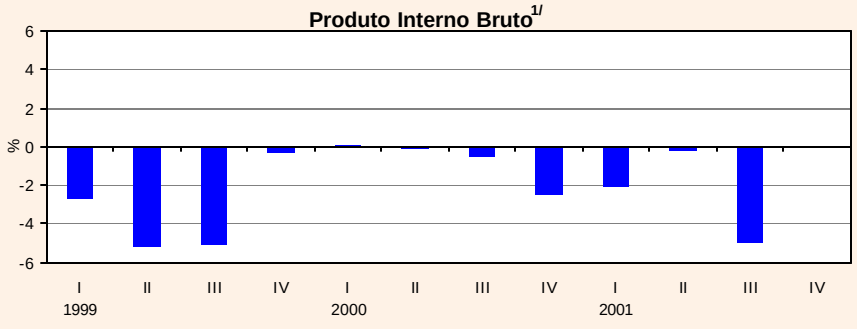
O consumo manteve, durante todo o ano, trajetória descendente. As vendas em supermercados registraram declínio de 5,5% de janeiro a dezembro de 2001, enquanto, no mesmo período, as vendas em *shopping centers* contraíram 16,4%, segundo o *Instituto Nacional de Estadística Y Censos* (Indec). Ainda segundo o Indec, o Índice Sintético de Atividade de Construção (Isac), que reflete as vendas de insumos para construção civil, apresentou, em dezembro, declínio de 10,8%, no resultado acumulado em doze meses. Destaque-se que os indicadores de demanda registraram, em todos os meses do ano, tendência contracionista em relação aos respectivos meses do ano anterior.

No terceiro trimestre, segundo estimativas preliminares da *Dirección Nacional de Cuentas Nacionales* (DNCN), a demanda agregada contraiu-se 6,5%, resultado de retrações de 17,6% na formação bruta de capital fixo, 6,5% no consumo privado, e 2,1% no consumo público, e de expansão de 5% nas exportações. No mesmo período, o PIB registrou retração de 4,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, influenciado por contrações de 5,5% no setor de produção de bens e de 4,6% no setor de serviços, após reduções de 2% e 0,2%, no segundo e terceiro

trimestres, na mesma base de comparação. Em termos dessazonalizados, o PIB reduziu-se 3,7% comparativamente ao trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 6.22

Produto Interno Bruto[1/]



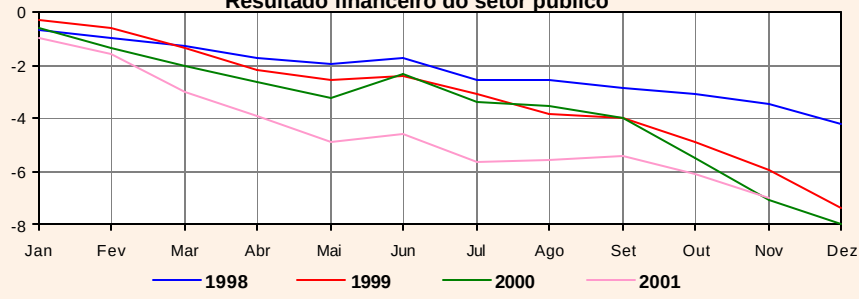
Fonte: *Ministério da Economia*/DNCN
1/ Variação relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os resultados fiscais apresentaram-se desfavoráveis, comprovando as dificuldades enfrentadas pelo governo para promover ambiente fiscal equilibrado. O déficit global consolidado alcançou, no ano, US$9 bilhões, relativamente à meta fiscal de US$6,5 bilhões estabelecida em acordo com o FMI, refletindo declínio na arrecadação fiscal anual, influenciada pelo desaquecimento da atividade econômica, e desajustes nas contas públicas dos governos das províncias. Assinale-se que o desequilíbrio nas contas públicas ocorreu mesmo após os pacotes fiscais implementados pelo governo estabelecendo severos cortes nas despesas correntes, incluindo reduções nos salários e aposentadorias de servidores públicos, e nas transferências para as províncias.

Destaque-se, ainda, que, durante o ano, os cortes nas transferências constitucionais para as províncias provocaram impasse político envolvendo governo federal e governos provinciais o que dificultou o ajuste das contas do setor público nacional e repercutiu negativamente sobre a base de apoio da coalizão governista. Adicionalmente, a redução dos repasses do governo federal impactou sobre a capacidade das províncias em honrar despesas, incluindo os salários dos funcionários públicos, induzindo a um processo de crise de liquidez que agravou a recessão econômica. Como solução, os governos provinciais passaram a emitir títulos, que desempenham funções de quase-moeda, aceitos tanto em transações do setor privado com o setor público como nas próprias transações de compra e venda no setor privado. Conseqüentemente, no final do ano, contabilizava-se mais de doze títulos de províncias circulando no mercado em resposta à escassez de moeda.

Gráfico 6.23

Resultado financeiro do setor público[1/]



Fonte: *Ministerio da Economia/Secretaria de Hacienda*
1/ Resultado acumulado no ano.

No setor externo, o saldo comercial registrou superávit de US$6,3 bilhões, relativamente a superávit de US$1,2 bilhão em 2000, segundo o Indec. As exportações alcançaram US$26,6 bilhões, apresentando expansão de 1% em relação ao ano anterior, resultado de incremento nas exportações de produtos primários e de manufaturas de origem industrial e de contração nas exportações de manufaturas de origem agropecuária e de combustíveis. As importações registraram declínio de 20% em relação a 2000, influenciada por forte retração no segmento de bens de capital e bens intermediários, refletindo o desaquecimento da economia. Em relação ao Mercosul, as exportações declinaram 11% relativamente ao ano precedente e as importações acompanharam a tendência geral, retraindo-se 18% na mesma base de comparação. O balanço de pagamentos registrou, até o 3º trimestre, déficit em conta corrente de US$825 milhões, correspondente a 0,3% do PIB, e superávit de US$857 milhões na conta capital, sendo esse último influenciado pelos empréstimos de organismos multilaterais realizados no âmbito da renegociação do acordo com o FMI, em agosto.

Acompanhando a tendência de redução da atividade econômica, a indústria experimentou forte declínio em 2001. Em dezembro, a produção industrial mensurada pelo Estimador Mensal Industrial (EMI) caiu 18,4%, na comparação com o mesmo mês de 2000. No ano, a contração alcançou 6,2%. As indústrias automotiva, metalmecânica e têxtil lideraram o movimento de retração na atividade industrial.

Os indicadores de preços reafirmaram trajetória descendente que se mantém ao longo dos três últimos anos. O *Índice de Precios ao Consumidor* (IPC), mensurado pelo Indec, acumulou deflação de 1,54% no ano, enquanto o *Índice de Precios Internos al por Mayor* (Ipim), que mede a variação dos preços no atacado, registrou variação negativa de 5,37%.

As expectativas em relação à economia argentina apresentaram deterioração progressiva durante o ano, influenciadas pelos acontecimentos políticos. Em abril, após a renúncia de dois antecessores, Domingo Cavallo assumiu o Ministério da

Economia com poderes extraordinários concedidos pelo Poder Legislativo. A gestão de Cavallo caracterizou-se pela busca do equilíbrio das contas públicas, como refletido na criação do Imposto sobre Créditos e Débitos Bancários, e na renegociação da dívida pública com credores internos e externos, destacando, nesse último caso, a operação de troca de títulos, realizada em junho, na qual foram trocados US$29 bilhões de títulos de curto prazo por títulos de longo prazo.

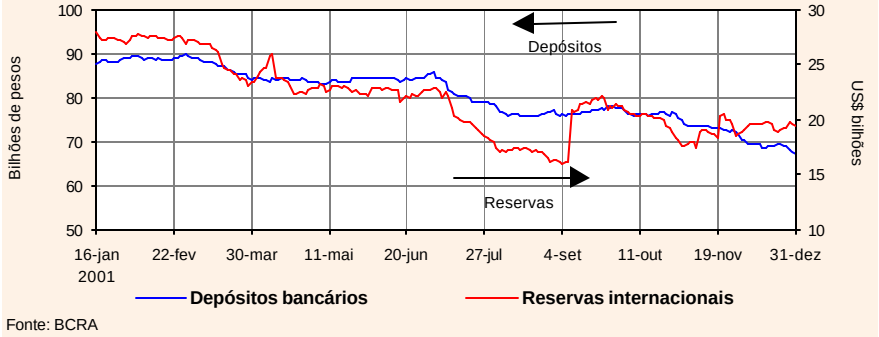
Todavia, a operação de troca de títulos não obteve o impacto desejado sobre as expectativas dos investidores. Em julho, a elevação dos custos de captação, ratificada pela taxa de 14,01% a.a. alcançada em leilão de Letras do Tesouro com vencimento para 91 dias, sinalizou a quebra do padrão de financiamento, evidenciando as restrições de acesso ao crédito externo. Nesse contexto, o governo lançou programa de ajuste fiscal que incluía severos cortes nos salários e aposentadorias dos funcionários públicos ativos e inativos, e que previa alcançar meta de déficit zero nos meses posteriores.

Entretanto, o frágil apoio político do governo junto às províncias, ao Congresso e à população, consubstanciado na vitória da oposição nas eleições legislativas de outubro, implicou em dificuldades para cumprir as metas propostas, mesmo após renovação de acordo com o FMI, em agosto, que incluiu pacote de auxílio financeiro no montante de US$8 bilhões.

Nesse contexto, as incertezas em relação à capacidade do país sustentar o regime cambial e honrar suas obrigações externas traduziram-se internamente em saques de depósitos bancários e queda nas reservas internacionais. De janeiro a novembro, os depósitos bancários contraíram-se US$18 bilhões, o que correspondia a 20% dos depósitos em bancos locais no início do ano, ao passo que as reservas internacionais do Banco Central (*Banco Central de la Republica Argentina* - BCRA) registraram redução de US$8 bilhões. Destaque-se que, em 30 de novembro, as reservas disponíveis situavam-se em US$14,2 bilhões, patamar insuficiente para sustentar a livre conversibilidade da moeda local ao dólar.

Gráfico 6.24

Depósitos bancários e reservas internacionais



Fonte: BCRA

Os indicadores do sistema financeiro, por sua vez, registraram forte volatilidade. As taxas de juros *Baibor*, para operações em pesos de trinta dias, alcançou, em 30 de novembro, 132,5% a.a., e o risco soberano, medido pelo Índice EMBI+, do JP Morgan, atingiu patamar superior a 4.000 p.b., apresentando a Argentina como o país de maior risco entre os países analisados.

A gravidade do quadro motivou nova operação de reestruturação da dívida pública com credores internos que, no entanto, foi insuficiente para restabelecer a confiança na economia. Diante da aceleração do movimento de queda de depósitos bancários e das reservas internacionais, o governo procedeu a novo conjunto de medidas que contemplavam restrições aos saques sobre depósitos bancários e contas de poupança, e sobre envio de divisas ao exterior.

O impacto sobre a população das medidas de restrição aos saques bancários configurou-se adverso. Em meio a intensificação dos protestos populares e o aprofundamento dos conflitos sociais, o ministro Domingo Cavallo e, logo depois, o presidente Fernando de la Rúa renunciaram aos respectivos cargos, mergulhando o país em grave crise institucional. A ausência de coesão política gerou indefinição a respeito da sucessão presidencial, e após a renúncia de Adolfo Rodriguez Saá, escolhido pelo Congresso para substituir De La Rúa, o Congresso Nacional realizou nova assembléia extraordinária, que indicou o senador peronista Eduardo Duhalde para o cargo de presidente com mandato até 2003. Como primeiras medidas, o presidente Duhalde ratificou a suspensão dos pagamentos da dívida externa, decretada pelo seu antecessor, e anunciou o fim do regime de livre conversibilidade da moeda local com o dólar.

Chile

Após a recuperação ocorrida em 2000, quando a taxa de crescimento do PIB atingiu 5,4%, a economia chilena sofreu vários impactos externos adversos que resultaram em desaceleração da economia em 2001. Com efeito, a variação do PIB alcançou 3,6% no primeiro trimestre, 3,5% no segundo e 2,6% no terceiro trimestres, na comparação com iguais períodos de 2000. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, as variações do PIB foram, respectivamente, 3%, 4,5% e -1,8%. Entre os fatores adversos, destaque-se a recessão mundial e o fato do Chile ter sido o país mais atingido pela crise Argentina, fora do âmbito do Mercosul.

Como resultado, o peso chileno apresentou desvalorização nominal de 17,3% – ante inflação anual de 3,6% – enquanto o indicador mensal de atividade econômica (Imacec) mostrou tendência declinante ao longo do ano, saindo de 4,1% em janeiro para 1,5% em novembro, na variação acumulada em doze meses. A produção industrial, por sua vez, registrou variações de -3,8%, 15% e -5,5% nos três

primeiros trimestres do ano, com estimativa de -1,5% para o quarto trimestre. O emprego, contudo, foi pouco afetado, com a taxa média de desocupação recuando para 8,9% no bimestre outubro/novembro, após ter atingido 9,2% no ano anterior.

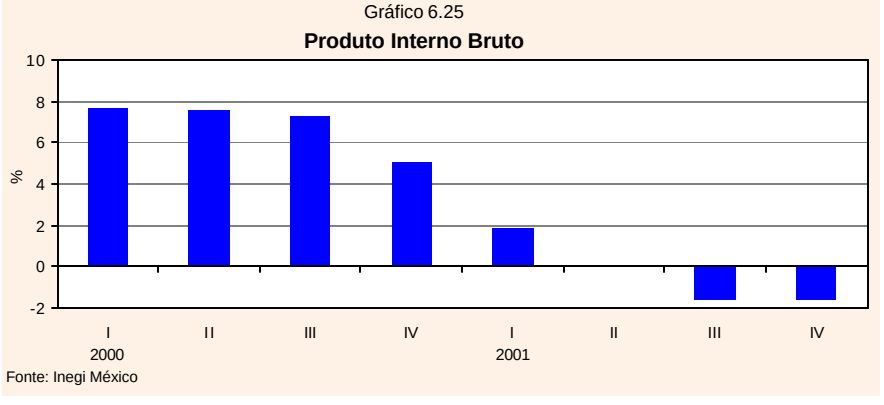
As principais contas externas não sofreram alterações significativas durante o ano, com o superávit comercial, o déficit em conta corrente e as reservas internacionais alcançando US$1,4 bilhão, US$1 bilhão e US$14,2 bilhões, respectivamente. As exportações recuaram de US$18,2 bilhões em 2000 para US$17,7 bilhões em 2001; e as importações, de US$16,7 bilhões para US$16,3 bilhões.

A política monetária assumiu caráter expansionista no primeiro semestre, com sete cortes mensais de juros trazendo a taxa básica de 5% no final de 2000 para 3,5% em julho. Em agosto, entretanto, a taxa básica foi elevada em trezentos p.b., sendo mantida nesse patamar até o final do ano.

México

O ritmo de expansão da economia mexicana sofreu forte desaceleração, acompanhando a recessão da economia norte-americana. Assim, o PIB registrou taxas de variação de 1,9%, 0% e -1,6% no primeiro, segundo e terceiro trimestres, respectivamente. No quarto trimestre, foi confirmada a recessão mexicana, repetindo-se a mesma queda de 1,6% verificada no trimestre anterior.

Gráfico 6.25



Fonte: Inegi México

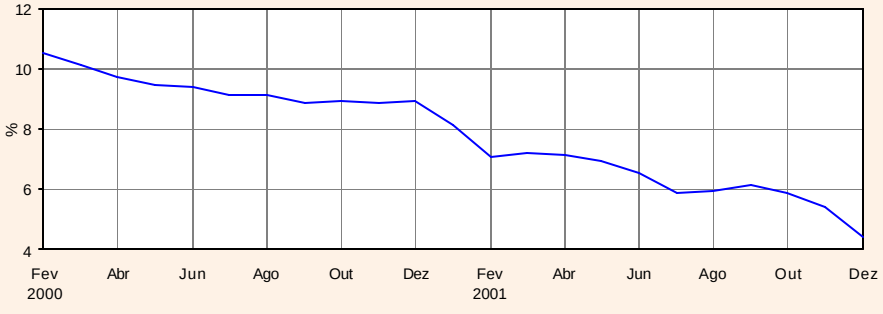
Impactos ainda mais fortes se fizeram sentir na produção industrial, que registrou variações de -1,4%, -3,6% e -4,7% sobre iguais períodos de 2000 no primeiro, segundo e terceiro trimestres, respectivamente. Em novembro, o índice da produção industrial registrou queda de 3,7% em relação ao ano anterior. O setor mais afetado pela recessão americana foi a indústria maquiadora de exportação, com queda de 18,5% em novembro comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Nos onze

primeiros meses de 2001, a queda desse segmento da produção industrial atingiu 15,2%. Nesse cenário, a taxa de desemprego aberto também foi afetada, com a média anual passando de 2,2% em 2000 para 3% em 2001.

O índice de preços ao consumidor apresentou significativa redução, caindo de 9% em 2000 para 4,4% em 2001. Assim, a meta inflacionária de 6,5% a.a. foi cumprida com ampla margem de diferença. Da mesma forma, a variação acumulada do índice de preços ao produtor, excluindo petróleo cru para exportação, que havia atingido 7,4% em 2000, apresentou redução para 2,6% em 2001.

Gráfico 6.26

Inflação anual ao consumidor



Fonte: *Banco de México*

O déficit comercial ampliou-se para US$9,7 bilhões, 21,6% acima do verificado no ano precedente. As importações totalizaram US$168,3 bilhões, valor 3,6% inferior a 2000, e as exportações, US$158,5 bilhões, com redução de 4,8%, conseqüência da recessão da economia norte-americana.

Em linha com o *Federal Reserve*, o banco central mexicano promoveu sucessivos cortes de taxas de juros. Assim, ao cabo do primeiro semestre, as taxas de juros haviam sido reduzidas em seis p.p., recuando para níveis registrados em 1994. Como resultado dessa política, a taxa de juros dos Certificados do Tesouro (Cetes) de 91 dias foi reduzida para 7,42% em 31 de julho, permanecendo nesse nível até o final do ano.

VII

ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

O desempenho da economia mundial em 2001, com crescimento estimado de 2,4%, contrastou fortemente com o otimismo prevalecente no ano 2000. Em outubro desse ano, o FMI previa um crescimento, em 2001, de 4,2% para a economia global e de 3,2% para os Estados Unidos. O desaquecimento simultâneo das três principais regiões econômicas do globo em 2001, agravado pelas repercussões dos atentados terroristas de 11 de setembro, é o traço mais marcante da economia mundial no ano que passou.

Os atentados influenciaram decisivamente os debates da comunidade financeira internacional no restante do ano de 2001. Por um lado, as Assembléias Anuais do FMI e do Bird, marcadas para a última semana de setembro, em Washington, foram canceladas, pela primeira vez nos 56 anos de existência das Instituições de Bretton Woods. Por outro lado, o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo ocupou a agenda do FMI, com prováveis desdobramentos para os debates no ano de 2002.

Deve-se destacar também que, como parte do esforço de prevenção de crises, as situações de Argentina e Turquia, entre os chamados mercados emergentes, receberam especial atenção do FMI ao longo de 2001. Ao final de 2001, a crise que eclodiu na Argentina converteu-se na mais recente fonte de instabilidade para o sistema financeiro internacional.

Fundo Monetário Internacional

Ao final de 2001, o FMI contava com 183 países-membros e capital total de DES 212 bilhões, ou aproximadamente US$266 bilhões. O Brasil detém DES 3.036,1 milhões (cerca de US$3,8 bilhões), equivalentes a uma quota de 1,43% do capital total.

A agenda do Fundo pautou-se pela continuidade do esforço de reestruturação do sistema financeiro internacional, com o desenvolvimento de mecanismos mais eficazes de prevenção e tratamento de crises. Com esse intuito, intensificou-se o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP), lançado em 1999. Nesse contexto, em março de 2001, um seminário do FMI procurou sistematizar a

experiência com a implementação de códigos e padrões internacionais, estabelecendo um conjunto de onze códigos e padrões relevantes para a atividade de supervisão exercida pelo Fundo.

Os referidos códigos foram classificados em três grupos distintos, sendo o primeiro composto por aqueles que dizem respeito diretamente às áreas de foco do Fundo (disseminação de dados; transparência fiscal; transparência de políticas monetárias e financeiras; supervisão bancária) e o segundo por áreas adicionais (mercados de capitais; seguros; sistemas de pagamentos), a serem normalmente examinadas no âmbito do FSAP. O terceiro grupo de códigos e padrões, embora de interesse do FMI, dizem respeito mais diretamente à área de atuação do Banco Mundial (governança corporativa; contabilidade; auditoria; insolvência e direitos do credor).

Em 2001, o FMI publicou oitenta Relatórios de Observância de Códigos e Padrões (ROSC) e nove Avaliações de Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA). Estes últimos são relatórios elaborados no âmbito do FMI e subsidiam as consultas previstas no Artigo IV[2]. No tocante ao Brasil, em 28 de novembro, o FMI concluiu o ROSC de Transparência Fiscal, com conclusões favoráveis quanto ao aprimoramento do desempenho e aos elevados padrões atingidos pelo país. Especificamente, o relatório do Fundo menciona, entre outros aspectos, o suporte legal que a LRF confere ao exercício de prática fiscal transparente, a amplitude de cobertura de metas e estatísticas fiscais, a qualidade dessas estatísticas, os mecanismos de controle interno e externo e o uso de recursos eletrônicos para a divulgação de dados e normas.

Também em 2001, foi tomada a decisão de se realizar um FSAP para o Brasil, iniciado em outubro de 2001, com a realização de um seminário para os diversos órgãos governamentais do setor financeiro envolvidos, a saber, Secretaria de Política Econômica (SPE) e STN, do Minifaz, Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Banco Central do Brasil, CVM e Superintendência de Seguros Privados. Coube ao Banco Central do Brasil e à SPE a tarefa de coordenar a participação dos diversos órgãos do governo no Programa. O FMI deverá apresentar o relatório final do FSAP para o Brasil até junho de 2002.

O combate à lavagem de dinheiro, tema cuja discussão fora recomendada pelo Comitê Monetário e Financeiro em abril de 2001, foi objeto de ações de efeitos inusitados em face dos atentados de 11 de setembro. As quarenta recomendações sobre lavagem de dinheiro do Grupo de Ação Financeira (Gafi), acrescidas de

2/ Sob o Art. IV do Convênio Constitutivo, o FMI desenvolve discussões bilaterais com os países-membros, usualmente a cada ano. Uma missão técnica do Fundo visita o país para coletar informações econômicas e financeiras e discutir com técnicos do governo. A missão elabora um relatório sobre a situação econômica do país que vai ser discutido na Diretoria Executiva do Fundo e encaminhado para as autoridades do país.

outras oito referentes especificamente ao financiamento do terrorismo, são parte constitutiva dos parâmetros sob análise do FSAP.

Com o propósito de ampliar a transparência de sua atividade de supervisão, o FMI decidiu tornar públicos os relatórios das consultas sob o Art. IV, desde que haja a concordância do país envolvido. Em 2001, foram publicados 76 desses relatórios.

Em março de 2001, o FMI criou o Departamento de Mercados Internacionais de Capitais com o objetivo de ampliar sua atuação no âmbito da supervisão, prevenção e administração de crises, além de consolidar atividade anteriormente distribuída entre três departamentos. A expectativa é de que esse Departamento venha a cumprir um papel importante no desenvolvimento de trabalho conceitual relacionado à reestruturação da arquitetura financeira internacional.

Com referência à divulgação de dados econômicos, até o final de 2001, cinqüenta países já haviam aderido ao Padrão Especial de Disseminação de Dados (SDDS), dentre os quais o Brasil, que o subscreveu em 14 de março de 2001.

Ao final de 2001, havia 55 programas de assistência financeira do Fundo em andamento, três a menos que no ano anterior – treze acordos *Stand By*, no valor total de DES 45,6 bilhões (cerca de US$57,3 bilhões); cinco acordos sob a *Extended Fund Facility*, no total de DES 8 bilhões (US$10,1 bilhões) e 37 acordos sob a *Poverty Reduction Growth Facility*, no total de DES 4,3 bilhões (US$5,4 bilhões). O crédito total do Fundo aumentou de DES 49,3 bilhões, em 2000, para DES 59,9 bilhões em 2001.

O PAF firmado pelo Brasil com o FMI em dezembro de 1998, no valor de US$18,12 bilhões, foi encerrado em 2001. Desse total, foram realizados saques no valor de US$12,83 bilhões, dos quais US$2 bilhões em 2001. O total das amortizações alcança a cifra de US$8,8 bilhões, não tendo ocorrido nenhum vencimento em 2001. O total acumulado de juros e taxas pagos é de US$909 milhões, dos quais US$107,4 milhões em 2001. Do valor contratado em 1998, houve cancelamentos da ordem de US$4,76 bilhões, dos quais US$1,19 bilhão foi cancelado em 2001.

Em setembro de 2001, foi firmado novo PAF junto ao FMI no valor total de US$15,7 bilhões, dos quais US$4,7 bilhões foram sacados naquele mesmo mês, com o pagamento, em novembro, de US$37,5 milhões de juros e taxas referentes a esse programa. Até o final de 2001, não houve vencimentos de principal. Os demais saques sob este Programa estão previstos para o ano de 2002, conforme cronograma acertado com o FMI.

Banco de Compensações Internacionais

Desde a sua fundação, em 20 de janeiro de 1930, o BIS fomenta a cooperação financeira e monetária internacional e age como o banco central dos bancos centrais, atuando como o principal correspondente para suas transações financeiras. Atualmente, o BIS atua na promoção de discussões e na facilitação do processo de tomada de decisões entre os bancos centrais membros, bem como da comunidade financeira internacional. Destaca-se também sua função de centro de pesquisas econômicas e monetárias.

Em 2001, o BIS manteve o mesmo número de associados do ano anterior: 49 bancos centrais mais o BCE. Em fins do ano fiscal 2001[3], os ativos do BIS totalizaram 76,05 bilhões de *gold francs* (US$149 bilhões), e seus recursos próprios (capital e reservas) alcançaram 3,5 bilhões de *gold francs* (US$7,1 bilhões). O capital autorizado do BIS corresponde a US$2,9 bilhões, dividido em 600 mil ações, contando atualmente com 529.165 ações emitidas. Desde 25 de março de 1997, o Brasil figura como acionista do BIS, com subscrição de três mil ações, no total de US$35,8 milhões.

O BIS contribui para a cooperação entre bancos centrais organizando reuniões regulares entre os membros do G-10, as principais economias emergentes e seus outros acionistas. Como Secretaria, coordena os trabalhos de vários comitês, conforme especificado a seguir. O Banco Central do Brasil participa regularmente das reuniões de alguns desses comitês.

O Comitê da Basiléia sobre Supervisão Bancária (BCBS) está centrado na discussão de problemas específicos de supervisão bancária, na responsabilidade das autoridades nacionais quanto à supervisão do sistema bancário doméstico e de filiais no exterior, além dos padrões de supervisão diretamente relacionados à questão da solvência dessas instituições. Sua atuação converge para a necessidade de avaliação adequada dos capitais dos bancos e o estabelecimento de padrões mínimos para estes capitais. Atualmente vem desenvolvendo um novo padrão de adequação de capitais, que deverá entrar em vigor em 2004.

O Comitê sobre Sistemas de Pagamentos e de Recebimentos (CPSS) promove a segurança do sistema de pagamentos e recebimentos, fortalecendo a infra-estrutura de mercado e reduzindo o risco sistêmico. Trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (Iosco). Em 2001, o BIS intensificou o aprimoramento do *Core Principles for Sistemically Important Payment Systems*, publicação feita em conjunto com vários bancos centrais, BCE, FMI e Bird.

3/ Ano Fiscal 2001: 1.4.2000 a 31.3.2001.

O Comitê sobre o Sistema Financeiro Global (CGFS) centraliza seu foco na vulnerabilidade do mercado financeiro, tanto nos países industrializados como nas economias emergentes. Os principais tópicos abordados pelo Comitê são: a liquidez do mercado de emissões ou bônus; o comportamento do mercado em épocas de crise; transparência nas informações dadas aos participantes e o aperfeiçoamento das estatísticas feitas pelo BIS. Tem atuado, também, no monitoramento das condições de curto prazo nos sistemas financeiros globais, na análise do funcionamento de médio e longo prazos dos mercados financeiros e na formulação de recomendações que promovam a melhoria do funcionamento desses mercados. Vem trabalhando também em consonância com o SDDS, do FMI.

O Comitê sobre Ouro e Moedas Estrangeiras (CGFX) monitora as atividades dos mercados de câmbio e identifica suas implicações no que se refere às operações e às políticas dos bancos centrais. Ocasionalmente, analisa questões estruturais de longo prazo.

O Instituto de Estabilidade Financeira (FSI), que promove seminários e estudos, especialmente sobre supervisão bancária, vem ampliando seu programa, com a inclusão de questões relacionadas aos mercados de valores e de seguros.

No papel de "banco dos bancos centrais", o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar os bancos centrais no gerenciamento de suas reservas. Em fins do ano 2000, o Banco Central do Brasil firmou com o BIS contrato de gerenciamento de recursos aplicados no exterior para a execução do Programa de Administração de Ativos. O BIS figura como um dos administradores externos de parte das reservas internacionais do Brasil e como fonte de conhecimento e tecnologia na administração de carteiras de ativos.

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla)

O Cemla foi criado em setembro de 1952, com os objetivos de:

1. promover melhor entendimento de assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe, como também dos aspectos pertinentes de políticas fiscais e cambiais;
2. ajudar na melhoria da capacitação do pessoal de bancos centrais e outros órgãos financeiros na América Latina e no Caribe;
3. dirigir investigações e sistematizar os resultados nos campos acima mencionados;
4. passar informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional nos âmbitos de políticas monetária e financeira.

O Centro é composto por 47 instituições, trinta das quais são membros associados com voz e voto na Assembléia, sendo que os demais integram a categoria de

colaboradores. O orçamento da instituição, estabelecido em US$2,4 milhões para o exercício 2001, é custeado por contribuições anuais dos membros associados e colaboradores. O Brasil é membro associado do Cemla e contribui atualmente com uma cota anual de US$282,7 mil.

Para alcançar seus objetivos, o Cemla promove cursos, seminários, palestras e reuniões internacionais e publica estudos, trabalhos e artigos sobre as matérias de interesse dos bancos centrais.

Em maio de 2001, a Assembléia dos Governadores dos bancos centrais associados, reunida no Rio de Janeiro, aprovou modificações no Estatuto do Cemla, atribuindo maior dinâmica à execução de suas funções, redefinindo a estrutura de tomada de decisões e alterando a composição da Junta de Governo.

De acordo com o art. 10 do novo Estatuto, os órgãos deliberativos do Centro são: a Assembléia, composta por todas as instituições participantes; a Junta de Governo, composta por sete bancos centrais associados, o Diretor Geral e o Subdiretor Geral, eleitos pela Assembléia. Dos sete membros da Junta de Governo, o México, país sede do Organismo, tem assento permanente. Os demais assentos são ocupados por membros associados, eleitos para mandatos de dois anos, dentre os países que receberem a maior votação, desde que não inferior a 10% do total de votos. Compõem a atual Junta de Governo, além do México: Argentina, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Trinidade e Tobago e Venezuela.

Integra também a nova estrutura orgânica do Cemla, o Comitê de Suplentes, criado para acompanhar a execução orçamentária da instituição, servindo de elo de ligação entre a Direção Geral e a Junta de Governo.

Na área de difusão de conhecimentos, o Centro edita, periodicamente, diversas publicações, dentre as quais as revistas *Monetária* e *Money Affairs*, que analisam técnica e cientificamente os temas propostos. Como forma de incentivo e reconhecimento, também confere periodicamente o *Prêmio Rodrigo Gómez* ao melhor trabalho publicado sobre assunto de interesse dos bancos centrais, conforme avaliação efetuada pelos próprios associados.

O Cemla também vem desenvolvendo estudos com vistas à elaboração de projetos nas áreas de: Sistemas de Pagamentos, Estatística e Banco de Dados e de Convergência Macroeconômica.

VIII

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

2.814, de 24.1.2001 – Programa Nacional de Desburocratização – Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras no acolhimento de depósitos de consignação em pagamento de que trata a Lei 8.951/1994.

2.815, de 24.1.2001 – Altera o art. 2º da Resolução 2.099/1994, que dispõe sobre a observância dos padrões de capital e/ou patrimônio líquido de que tratam os Anexos II e IV à referida Resolução e revoga o art. 17 do Regulamento do Anexo III, permitindo às instituições financeiras sob controle direto ou indireto de capital estrangeiro a abertura de agências.

2.816, de 22.2.2001 – Dispõe sobre refinanciamento de parcelas vencidas até 2000, reescalonamento de parcelas vincendas em 2001 e fixação de encargos financeiros a partir de 2001, relativamente aos financiamentos contratados ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – 3ª Fase (Prodecer III).

2.817, de 22.2.2001 – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de desenvolvimento urbano.

2.818, de 22.2.2001 – Prorroga o prazo estabelecido no art. 4º, parágrafo único, da Resolução 2.791/2000.

2.819, de 22.2.2001 – Altera dispositivo do Regulamento anexo à Resolução 2.690/2000, que disciplina a constituição, a organização e o funcionamento das bolsas de valores.

2.820, de 22.2.2001 – Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

2.821, de 22.2.2001 – Inclui a região denominada "Metade Sul do Rio Grande do Sul" na área de abrangência do Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura, instituído pela Resolução 2.755/2000.

2.822, de 22.2.2001 – Dispõe sobre prorrogação do vencimento de parcelas de financiamentos de custeio de milho da safra de verão de 2000/2001 e sobre ampliação dos limites de financiamento de custeio pecuário ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.823, de 22.2.2001 – Dispõe sobre prorrogação de prazo para pagamento de financiamentos amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.824, de 29.3.2001 – Dispõe sobre atuação de administrador de carteira de títulos e valores mobiliários como contraparte.

2.825, de 29.3.2001 – Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos da safra Norte/Nordeste 2001.

2.826, de 30.3.2001 – Fixa em 9,25% a.a. a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de abril a 30 de junho de 2001, inclusive, calculada a partir da meta de inflação para os próximos doze meses, baseada no contido nos arts. 2º das Resoluções 2.615, de 30 de junho de 1999, e 2.744, de 28 de junho de 2000, de 3,875, acrescida de prêmio de risco de 5,375%.

2.827, de 30.3.2001 – Consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

2.828, de 30.3.2001 – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

2.829, de 30.3.2001 – Aprova regulamento estabelecendo as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada.

2.830, de 25.4.2001 – Dispõe sobre a atuação das sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários como agentes fiduciários em operações de crédito imobiliário com garantia hipotecária.

2.831, de 25.4.2001 – Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de colheita de café do período agrícola 2000/2001.

2.832, de 25.4.2001 – Dispõe sobre alterações no Programa de Apoio à Fruticultura, instituído pela Resolução 2.753/2000.

2.833, de 25.4.2001 – Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.834, de 25.4.2001 – Dispõe sobre ampliação da abrangência da Resolução 2.782/2000, para atender às safras agrícolas 2001/2002 e do Nordeste 2002.

2.835, de 30.5.2001 – Dispõe sobre o fornecimento de informações cadastrais de clientes e a divulgação de encargos financeiros cobrados sobre cheque especial.

2.836, de 30.5.2001 – Altera e consolida normas sobre cessão de créditos.

2.837, de 30.5.2001 – Define o patrimônio de referência das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.838, de 31.5.2001 – Dispõe sobre a atividade de agente autônomo de investimento.

2.839, de 1.6.2001 – Dispõe sobre o horário de atendimento ao público por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.840, de 8.6.2001 – Dispõe sobre prorrogação do vencimento de parcelas dos financiamentos de custeio de arroz da safra 2000/2001, vencidas e vincendas até 31.7.2001.

2.841, de 28.6.2001 – Define a Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2001.

2.842, de 28.6.2001 – Fixa a meta para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância para o ano de 2003.

2.843, de 28.6.2001 – Dispõe sobre a negociação de Cédulas de Crédito Bancário e sobre a emissão de certificado representativo dessas cédulas por parte de instituições financeiras.

2.844, de 29.6.2001 – Dispõe sobre os limites de exposição por cliente.

2.845, de 29.6.2001 – Autoriza a *International Finance Corporation* (IFC) a emitir, no mercado de valores mobiliários brasileiro, obrigações representativas dos investimentos previstos no Decreto 41.724/1957.

2.846, de 29.6.2001 – Dispõe sobre a concessão de prazos no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

2.847, de 29.6.2001 – Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei 9.138/1995, a Resolução 2.238/1996, e a Resolução 2.471/1998.

2.848, de 29.6.2001 – Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívidas vinculadas ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e na aplicação do saldo de recursos do citado Programa.

2.849, de 29.6.2001 – Dispõe sobre concessão de prazo adicional para pagamento de financiamentos amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.850, de 2.7.2001 – Altera dispositivos da Resolução 2.829/2001, e do Regulamento a ela anexo, relativos as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

2.851, de 2.7.2001 – Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF).

2.852, de 3.7.2001 – Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, sobre financiamentos de custeio e de Empréstimo do Governo Federal (EGF) e estabelece outras condições para o crédito rural.

2.853, de 3.7.2001 – Institui Linha de Crédito de Investimento, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

2.854, de 3.7.2001 – Dispõe sobre condições especiais de financiamento de máquinas e implementos ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) Agrícola Especial.

2.855, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo), instituído pela Resolução 2.534/1998.

2.856, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas, instituído pela Resolução 2.751/2000.

2.857, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite), instituído pela Resolução 2.618/1999.

2.858, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Apicultura, instituído pela Resolução 2.757/2000.

2.859, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Tilápias, Camarões Marinhos e Moluscos, instituído pela Resolução 2.752/2000.

2.860, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Apoio à Fruticultura, instituído pela Resolução 2.753/2000.

2.861, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura, instituído pela Resolução 2.755/2000.

2.862, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Cajucultura, instituído pela Resolução 2.756/2000.

2.863, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), instituído pela Resolução 2.699/2000.

2.864, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Sistematização de Várzeas, instituído pela Resolução 2.750/2000.

2.865, de 3.7.2001 – Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura, instituído pela Resolução 2.754/2000.

2.866, de 3.7.2001 – Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentado da Floricultura, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.867, de 3.7.2001 – Institui o Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais, ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.868, de 3.7.2001 – Institui linha de crédito para financiamento à pré-comercialização de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.869, de 3.7.2001 – Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio das lavouras cafeeiras no período agrícola 2001/2002.

2.870, de 3.7.2001 – Institui linha de crédito, ao amparo de recursos de Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de colheitas de café do período agrícola 2001/2002.

2.871, de 3.7.2001 – Institui linha de crédito, ao amparo de recursos de Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de Cédulas de Produto Rural (CPR).

2.872, de 12.7.2001 – Dispõe sobre o atendimento ao público nas dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.873, de 26.7.2001 – Dispõe sobre a realização de operações de *swap*, a termo e com operações no mercado de balcão, bem como sobre contratos negociados em bolsas de mercadorias e de futuros e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.874, de 26.7.2001 – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor.

2.875, de 26.7.2001 – Dispõe sobre os dias úteis para fins de operações praticadas no mercado financeiro e sobre o atendimento ao público nas dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.876, de 26.7.2001 – Dispõe sobre a exigibilidade de aplicação dos recursos de caderneta de poupança rural (MCR 6-4).

2.877, de 26.7.2001 – Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento da safra de verão 2001/2002.

2.878, de 26.7.2001 – Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral.

2.879, de 8.8.2001 – Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.880, de 8.8.2001 – Dispõe sobre substituição de encargos financeiros de operações de investimento contraídas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.881, de 30.8.2001 – Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

2.882, de 30.8.2001 – Dispõe sobre o sistema de pagamentos e as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação que o integram.

2.883, de 30.8.2001 – Define critérios para aplicação de penalidades relacionadas ao fluxo de capitais estrangeiros.

2.884, de 31.8.2001 – Dispõe sobre desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR) e sobre empréstimo a cooperativas para adiantamentos a cooperados, ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).

2.885, de 31.8.2001 – Dispõe sobre financiamento para retenção de crias e matrizes bovinas, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.886, de 31.8.2001 – Dispõe sobre a remuneração da orientação técnica prestada a empreendimentos financeiros ao amparo de recursos do crédito rural.

2.887, de 31.8.2001 – Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívidas vinculadas ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e na aplicação do saldo de recursos do citado programa.

2.888, de 20.9.2001 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG).

2.889, de 26.9.2001 – Fixa em 10% a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o último trimestre de 2001.

2.890, de 26.9.2001 – Altera o art. 1º da Resolução 2.515, de 29.6.1998, que estabelece critérios para credenciamento e autorização de operações de crédito externo de interesse dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de suas autarquias, fundações e empresas não-financeiras, inclusive suas coligadas, controladas, afiliadas e subsidiárias, e das autarquias, fundações, empresas não-financeiras da União, inclusive suas coligadas, controladas, afiliadas e subsidiárias, sem garantia da União, bem como para captação de recursos externos por bancos estaduais.

2.891, de 26.9.2001 – Altera o critério para apuração do patrimônio líquido exigido (PLE) para cobertura do risco decorrente da exposição de operações praticadas no mercado financeiro.

2.892, de 27.9.2001 – Altera a Resolução 2.878, de 2001, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral.

2.893, de 17.10.2001 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG).

2.894, de 24.10.2001 – Contingenciamento de Crédito ao Setor Público – Programa Emergencial de Aumento da Oferta de Energia Elétrica no período 2001-2003. Financiamento à Eletrobrás – Alteração do art. 9º da Resolução 2.827, de 30 de março de 2001.

2.895, de 24.10.2001 – Dispõe sobre a concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para produtos regionais e sementes, safra 2001/2002.

2.896, de 24.10.2001 – Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) representativas da venda antecipada de leite, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.897, de 31.10.2001 – Dispõe sobre consolidação e alongamento de dívidas, ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), e sobre prorrogação dos prazos de vencimento dos financiamentos de lavouras de café, amparados em recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.898, de 31.10.2001 – Altera e consolida as disposições do Programa para Financiamentos de Ajustes Diários e Prêmios nos Mercados Futuro e de Opções, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

2.899, de 31.10.2001 – Dispõe sobre a parcela da dívida alongada ao amparo das Resoluções 2.238/1996, e 2.666/1999, com vencimento previsto para 31 de outubro de 2001.

2.900, de 31.10.2001 – Dispõe sobre ajustes no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.901, de 31.10.2001 – Define critérios para a aplicação de penalidades na prestação de informações ao Banco Central do Brasil e na inobservância de procedimentos relativos a operações de câmbio e a transferências internacionais em reais.

2.902, de 21.11.2001 – Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis às operações renegociadas ao amparo das Resoluções 2.238/1996, 2.471/1998, 2.666/1999 e 2.681/1999, em função do disposto na Medida Provisória 9, de 31 de outubro de 2001.

2.903, de 21.11.2001 – Dispõe sobre encargos financeiros no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

2.904, de 21.11.2001 – Dispõe sobre o prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que trata a Resolução 2.471/1998.

2.905, de 21.11.2001 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo dos financiamentos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

2.906, de 21.11.2001 – Altera e consolida disposições sobre alongamento de dívidas, ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), e sobre prorrogação dos prazos de vencimento dos financiamentos de lavouras de café, amparados em recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.907, de 29.11.2001 – Autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios.

2.908, de 29.11.2001 – Estabelece as condições gerais de alienação das ações de propriedade da União, de emissão do Banco do Estado do Amazonas S.A.(BEA).

2.909, de 29.11.2001 – Contingenciamento de Crédito ao Setor Público – Programa Emergencial de Aumento da Oferta de Energia Elétrica no período 2001-2003 – Financiamento às empresas do Grupo Eletrobrás – Alteração do art. 9º da Resolução 2.827, de 30.3.2001, e revogação da Resolução 2.894, de 24.10.2001.

2.910, de 29.11.2001 – Altera o Regulamento anexo à Resolução 2.829/2001.

2.911, de 30.11.2001 – Autoriza o Banco Central do Brasil a fixar a forma, os limites e as condições de declaração de bens e valores detidos no exterior e define critérios para a aplicação de penalidades pela não prestação das informações.

2.912, de 19.12.2001 – Dispõe sobre o registro e a liquidação financeira de operações compromissadas e acerca do registro dos títulos objeto dessas operações.

2.913, de 19.12.2001 – Dispõe sobre o prazo de contratação dos financiamentos de custeio de café, de que trata a Resolução 2.869/2001.

2.914, de 19.12.2001 – Dispõe sobre limites de financiamento de custeio da avicultura de corte e da suinocultura, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

2.915, de 19.12.2001 – Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), instituído pela Resolução 2.699/2000.

2.916, de 19.12.2001 – Dispõe sobre concessão de prazos no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

2.917, de 19.12.2001 – Dispõe sobre a aplicação de disponibilidades das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta.

2.918, de 20.12.2001 – Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2002.

2.919, de 26.12.2001 – Dispõe sobre alterações nas condições aplicáveis às operações renegociadas ao amparo das Resoluções 2.238/1996, 2.471/1998 e 2.666/1999, em função do disposto na Medida Provisória 9, de 31.10.2001, e na Medida Provisória 15, de 21 de dezembro de 2001.

2.920, de 26.12.2001 – Altera a Resolução 2.827, de 2001 – Contingenciamento do crédito ao setor público – Limite para contratação de operações de crédito com órgãos e entidades públicos.

Circulares do Banco Central do Brasil

3.022, de 11.1.2001 – Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

3.023, de 11.1.2001 – Dispõe sobre a vedação da cobrança de taxa de administração futura em operações de consórcio.

3.024, de 18.1.2001 – Autoriza a constituição de grupos de consórcio referenciados em serviços turísticos internacionais.

3.025, de 24.1.2001 – Estabelece que, para fins de registro de operação de arrendamento mercantil externo (*leasing*), será considerada como vida útil do bem objeto do arrendamento, de que trata a Resolução 1.969, de 30 de setembro de 1992, aquela informada pelo:

I - fabricante, quando se tratar de bem novo;
II - fabricante ou por organização especializada, estrangeira ou nacional, quando se tratar de bem usado;
III - por empresa especializada, quando se tratar de bem imóvel.

3.026, de l.2.2001 – Dispõe sobre a observância dos padrões de capital realizado e de patrimônio líquido ajustado (PLA), bem como de limites operacionais previstos nos arts. 1º e 3º da Circular 2.861, de 1999, pelas administradoras de consórcio.

3.027, de 22.2.2001 – Programa Nacional de Desburocratização – Institui e regulamenta o Registro Declaratório Eletrônico (RDE) de empréstimos entre residentes ou domiciliados no exterior e de captação de recursos no exterior com vínculo a exportações.

3.028, de 28.2.2001 – Prorroga para 30 de abril de 2001, o prazo estabelecido no art. 4º da Circular 3.012, de 6.11.2000, para que as instituições financeiras possam adequar seus procedimentos ao disposto na referida Circular, que dispõe sobre a identificação e o registro de operações de depósitos em cheque e de liquidação de cheques depositados em outras instituições financeiras.

3.029, de 22.3.2001 – Estabelece que, na emissão de cheques, fica dispensada a grafia por extenso do valor correspondente aos centavos, desde que:

I - o valor integral seja especificado, em algarismos, no campo próprio da folha de cheque;

II - a expressão "e centavos acima" conste da folha de cheque, grafada pelo emitente ou impressa no final do espaço destinado à grafia por extenso de seu valor.

3.030, de 12.4.2001 – Dispõe sobre a identificação e o registro de operações de depósitos em cheque e de liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira, bem como de emissões de instrumentos de transferência de recursos.

3.031, de 10.5.2001 – Altera fator de ponderação de risco constante da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV à Resolução 2.099, de 1994, alterada pela Circular 2.568/1995, e alterações posteriores.

3.032, de 10.5.2001 – Estabelece regras de funcionamento da conta Reservas Bancárias, titulada por instituições financeiras no Banco Central do Brasil, no âmbito do Projeto de Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.033, de 10.5.2001 – Dispõe sobre o prazo de entrega do documento Informações Financeiras Trimestrais (IFT).

3.034, de 10.5.2001 – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e remessa do documento Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI).

3.035, de 10.5.2001 – Dispõe sobre a remessa de demonstrações financeiras.

3.036, de 30.5.2001 – Revoga parâmetro para a fixação do valor das contraprestações de arrendamento mercantil.

3.037, de 31.5.2001 – Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes.

3.038, de 6.6.2001 – Estabelece procedimentos para o Redesconto do Banco Central e de funcionamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

3.039, de 6.6.2001 – Divulga a realização do Censo 2001 de Capitais Estrangeiros no País.

3.040, de 8.6.2001 – Dispõe sobre o horário de atendimento ao público por parte das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.041, de 20.6.2001 – Altera o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

3.042, de 21.6.2001 – Dispõe sobre a taxa anual de emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB)/Recibo de Depósito Bancário (RDB) que servem para o cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR) e altera o horário limite para prestação de informações acerca de taxas e valores desses títulos.

3.043, de 29.06.2001 – Altera o Regulamento sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

3.044, de 5.7.2001 – Altera o Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

3.045, de 12.7.2001 – Divulga relação das instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial (TR) e da Taxa Básica Financeira (TBF).

3.046, de 12.7.2001 – Estabelece procedimentos para a elaboração e a remessa de informações necessárias ao acompanhamento e ao controle da exposição das operações denominadas em real e remuneradas com base em taxas de juros prefixadas de que trata a Circular 2.972/2000.

3.047, de 12.7.2001 – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e remessa do documento Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI).

3.048, de 12.7.2001 – Dispõe sobre o restabelecimento do atendimento ao público nas dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instaladas no estado da Bahia.

3.049, de 19.7.2001 – Dispõe sobre os fundos de investimento financeiro e os fundos de aplicação em quotas de fundo de investimento.

3.050, de 2.8.2001 – Cria novo motivo de devolução de cheques pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (SCCOP).

3.051, de 2.8.2001 – Dispõe sobre remessa de demonstrações financeiras.

3.052, de 9.8.2001 – Autoriza a criação de contas de corretagem e dispõe sobre o registro de operações com intermediação no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

3.053, de 9.8.2001 – Estabelece os critérios de seleção das instituições credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

3.054, de 9.8.2001 – Altera o fator de ponderação de risco constante da Tabela de Classificação dos Ativos do Regulamento Anexo IV à Resolução 2.099/1994.

3.055, de 9.8.2001 – Prorroga o prazo para entrega de declarações do Censo 2001 de Capitais Estrangeiros no país.

3.056, de 20.8.2001 – Altera procedimentos para a apuração da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR), o horário limite para prestação de informações acerca de taxas e estabelece horário para divulgação da TBF e da TR pelo Banco Central do Brasil.

3.057, de 31.8.2001 – Aprova regulamento que disciplina o funcionamento dos sistemas operados pelas câmaras e pelos prestadores de serviços de compensação e de liquidação que integram o sistema de pagamentos.

3.058, de 5.9.2001 – Dispõe sobre os prazos a serem observados no cumprimento das disposições da Resolução 2.878/2001.

3.059, de 20.9.2001 – Estabelece prazos e procedimentos relativos à liquidação de ativos e à sistemática de emissão e de resgates de cotas de fundos de investimentos, no âmbito da Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.060, de 20.9.2001 – Estabelece regras de funcionamento da conta Reservas Bancárias, titulada por instituições financeiras no Banco Central do Brasil, no âmbito da Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

3.061, de 20.9.2001 – Dispõe sobre a prestação de informações para o Sistema Central de Risco de Crédito por parte das sociedades de crédito ao microempreendedor.

3.062, de 21.9.2001 – Altera alíquota e consolida as regras para o recolhimento compulsório e o encaixe obrigatório sobre recursos a prazo.

3.063, de 26.9.2001 – Redefine o percentual mínimo da posição de que trata o art. 5º da Circular 3.002, de 24 de agosto de 2000, em relação à exigibilidade de recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre recursos à vista.

3.064, de 27.9.2001 – Dispõe sobre a apuração e a remessa de informações relativas ao limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que tratam a Resolução 2.606 e a Circular 2.894, ambas de 1999.

3.065, de 10.10.2001 – Dispõe sobre o horário de atendimento ao público por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.066, de 18.10.2001 – Faculta a realização de operações compromissadas tendo por objeto créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e certificados de cédulas de crédito bancário.

3.067, de 1.11.2001 – Estabelece procedimentos para a análise de defesa e de pedidos de reconsideração e de revisão referentes à aplicação de penalidades.

3.068, de 8.11.2001 – Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários.

3.069, de 28.11.2001 – Dispõe sobre as aplicações de recursos dos fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

3.070, de 7.12.2001 – Dispõe sobre concessão de autorização para administrar grupo de consórcio, transferência ou participação de controle societário, cisão, fusão, incorporação, cancelamento de autorização para administrar grupo de consórcio e outros atos societários e define as condições para o exercício de cargo de administração em administradoras de consórcio.

3.071, de 7.12.2001 – Estabelece forma, limites e condições de declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país.

3.072, de 13.12.2001 – Dispõe sobre procedimentos relativos a operações de câmbio e registro de capitais estrangeiros decorrentes da extinção das moedas dos doze países da Área do Euro.

3.073, de 20.12.2001 – Dispõe sobre procedimentos referentes à intervenção ou à liquidação extrajudicial em administradora de consórcio.

APÊNDICE

Balanço patrimonial do Banco Central do Brasil

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Membros do Conselho Monetário Nacional

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil

Unidades regionais do Banco Central do Brasil

Siglas

Balanço patrimonial do Banco Central do Brasil (31.12.2001)

Em R$ mil

A T I V O	2001	2000
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	331.925.620	264.988.199
EXTERNO (Nota 4)	88.226.494	72.539.197
Operações da Área Externa	88.328.043	72.626.061
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(101.549)	(86.864)
INTERNO	243.699.126	192.449.002
Operações	210.379.615	146.048.392
- Empréstimos a Instituições Financeiras (Nota 5)	-	8.306.973
- Títulos Públicos Federais (Nota 6)	187.854.248	129.702.613
- Operações com Títulos - Compromisso de Revenda	22.482.642	7.960.612
- Outras Operações	42.745	78.222
- (Provisões para Perdas)	(20)	(28)
Outros Créditos	32.593.505	45.735.501
- Créditos a Receber (Nota 7)	32.867.657	36.205.134
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7.553.668)	(9.132.630)
- Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional (Nota 8)	4.368.845	15.377.342
- Recursos Administrados pela Centrus (Nota 9)	1.537.222	1.592.227
- Títulos a Receber (Nota 10)	1.501.245	1.774.162
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(136.369)	(89.682)
- Créditos Inscritos em Dívida Ativa	871.968	907.233
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(871.968)	(907.233)
- Devedores por Compromissos Imobiliários	8.573	8.948
- Multas Pecuniárias	3.538.432	1.482.943
- (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3.538.432)	(1.482.943)
Outras Contas	103.027	84.155
- Depósitos Vinculados a Interposição de Recursos (Nota 11)	417.968	417.968
- Créditos com o Proagro (Nota 12)	60.988	58.880
- Demais Contas	41.951	26.224
- (Provisão para Perdas Judiciais)	(417.880)	(418.917)
Valores e Bens	14.158	14.109
Despesas Antecipadas ou a Apropriar (Nota 13)	608.821	566.845
PERMANENTE	9.666.897	8.524.740
INVESTIMENTOS	8.908.284	7.786.588
Quotas de Capital de Organismos Financ. Internacionais (Nota 14)	8.908.284	7.786.588
- Fundo Monetário Internacional-FMI	8.825.062	7.716.461
- Banco de Compensações Internacionais - BIS	83.222	70.127
IMOBILIZADO	758.613	738.152
Bens Móveis	132.521	103.174
Bens Imóveis	772.494	764.716
Bens Intangíveis	62	129
(Depreciação Acumulada)	(146.464)	(129.867)
TOTAL	341.592.517	273.512.939

Balanço patrimonial do Banco Central do Brasil (31.12.2001)

Em R$ mil

P A S S I V O	2001	2000
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	298.659.983	237.407.468
EXTERNO (Nota 15)	36.778.885	17.073.808
Obrigações em Moedas Estrangeiras	27.407.819	8.917.003
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	9.289.966	8.105.305
Demais Contas	81.100	51.500
INTERNO	261.881.098	220.333.660
Depósitos de Instituições Financeiras (Nota 16)	33.749.998	30.010.503
- Reservas Bancárias	15.578.540	15.045.826
- Depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	18.970.903	16.699.114
- Recolhimento Compulsório sobre Depósitos a Prazo	12.833.755	-
- Recolhimento Compulsório sobre Depósitos Judiciais	10.629.376	6.828.066
- Demais Contas	586.122	217.138
- (Recolhimento em Títulos Públicos Federais)	(24.848.698)	(8.779.641)
Outros Depósitos	82.235.341	88.406.765
- Depósitos a Ordem do Governo Federal (Nota 17)	82.205.875	88.380.288
- Depósitos Vinculados em Garantia de Operações (Nota 18)	1.894.698	2.663.454
- Demais Contas	29.463	26.475
- (Recolhimento em Títulos Públicos Federais)	(1.894.695)	(2.663.452)
Outras Exigibilidades	145.037.759	100.933.522
- Notas do Banco Central-NBC (Nota 19)	125.908.437	85.781.881
- Operações com Títulos-Compromissos de Recompra	13.707.126	14.009.561
- Resultado a Transferir ao Tesouro Nacional (Nota 8)	5.361.690	1.083.872
- Demais Contas	60.506	58.208
Outras Contas	823.368	925.357
- Outras Obrigações Registradas em Moedas Estrangeiras	22.443	85.077
- Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Transferir (Nota 17)	125.222	209.269
- Valores a Pagar (Nota 13)	581.604	566.813
- Demais Contas	94.099	64.198
Receitas Antecipadas ou a Apropriar	34.632	57.513
MEIO CIRCULANTE (Nota 20)	37.668.836	32.633.056
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 21)	5.263.698	3.472.415
Patrimônio	2.576.356	2.576.356
Reservas para Contingências	2.193.946	404.406
Reservas de Reavaliação	493.396	491.653
TOTAL	341.592.517	273.512.939

Balanço patrimonial do Banco Central do Brasil (31.12.2001)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (NOTA 22) — Em R$ mil

	2° SEM/2001	2º SEM/2000	2001	2000
RECEITAS OPERACIONAIS	89.499.990	30.314.447	133.091.345	60.790.127
Operações com Títulos	48.500.804	13.069.155	67.130.850	25.936.242
Operações da Área Externa	35.565.207	10.530.680	56.137.235	18.107.062
Operações da Área Bancária	780	510.450	667.897	1.007.699
Penalidades Aplicadas	1.435.122	1.029.720	2.173.072	1.224.060
Créditos e Títulos a Receber	1.159.031	2.185.574	2.586.647	3.077.265
Operações com o Tesouro Nacional	1.555.045	1.170.315	1.676.681	2.337.470
Reversão e Correção Monetária/Cambial de Provisões	1.282.038	1.816.572	2.714.526	9.096.355
Outras	1.963	1.981	4.437	3.974
DESPESAS OPERACIONAIS	(82.543.346)	(29.804.688)	(131.379.193)	(60.365.113)
Operações com Títulos	(42.690.934)	(14.672.179)	(73.170.349)	(24.709.049)
Operações da Área Externa	(29.945.393)	(4.406.064)	(38.772.812)	(12.265.629)
Operações da Área Bancária	(757.727)	(674.227)	(1.373.198)	(2.034.501)
Créditos e Títulos a Receber	(89.499)	(137.551)	(182.673)	(2.595.023)
Operações com o Tesouro Nacional	(6.141.899)	(6.862.493)	(13.457.176)	(12.742.339)
Constituição e Correção Monetária/Cambial de Provisões	(2.196.972)	(2.350.382)	(3.193.631)	(4.894.691)
Administrativas	(647.234)	(672.920)	(1.129.242)	(1.059.097)
Outras	(73.688)	(28.872)	(100.112)	(64.784)
RESULTADO OPERACIONAL	6.956.644	509.759	1.712.152	425.014
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.889.829	1.057.394	3.369.650	1.819.357
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(1.688.312)	(258.679)	(2.008.391)	(626.746)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	201.517	798.715	1.361.259	1.192.611
RESULTADO NO PERÍODO (Nota 23a)	7.158.161	1.308.474	3.073.411	1.617.625

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 21)

Em R$ mil

EVENTOS	PATRIMÔNIO	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 1999	2.576.356	67.819	526.351	3.170.526
Constituição	-	404.406	-	404.406
Reversão	-	(67.819)	-	(67.819)
Baixa	-	-	(34.698)	(34.698)
Saldo em 31de dezembro de 2000	2.576.356	404.406	491.653	3.472.415
Baixa	-	-	(5.188)	(5.188)
Saldo em 30 de junho de 2001	2.576.356	404.406	486.465	3.467.227
Constituição	-	1.789.540	-	1.789.540
Baixa	-	-	(6.213)	(6.213)
Ajuste	-	-	13.144	13.144
Saldo em 31 de dezembro de 2001	2.576.356	2.193.946	493.396	5.263.698

Notas explicativas às demonstrações contábeis (31.12.2001)

Nota 1 – O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES

O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, foi criado em 31.12.1964, com a promulgação da Lei 4.595, para ser o agente da sociedade brasileira na promoção da estabilidade do poder de compra da moeda e do Sistema Financeiro Nacional.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com a legislação aplicável ao Banco Central, com destaque para a Lei 4.320/64, Lei 4.595/64 (alterada pelo Decreto-Lei 2.376/87), Decreto-Lei 278/67, Lei 7.862/89, Medida Provisória 2.179/2001 e a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Em conformidade com essa legislação, o Banco Central apura resultado e elabora balanços semestrais em junho e dezembro de cada ano, bem como balancetes nos demais meses. As demonstrações contábeis a partir de 1º de julho de 2000 passaram a ser auditadas por auditores independentes.

Tendo em vista as peculiaridades das operações do Banco Central, não existe a segregação entre Circulante e Realizável/Exigível a Longo Prazo, adotando-se a classificação "Externo" e "Interno" para registro dos direitos e obrigações em moedas estrangeiras e em moeda nacional, respectivamente.

A divulgação das demonstrações contábeis é efetuada, principalmente, por publicação no Diário Oficial da União e na Internet (www.bcb.gov.br).

Nota 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) regime contábil:

O regime contábil para a apropriação das receitas, despesas, direitos e obrigações, é o de competência, na forma do parágrafo único do art. 8° da Lei 4.595/64, com a redação dada pelo Decreto-Lei 2.376/87, observando-se, no entanto, os efeitos da legislação específica aplicada à matéria, em especial o contido no § 6° do art. 5° da Lei de Responsabilidade Fiscal, que inclui as despesas administrativas do Banco Central no orçamento da União.

A partir do último dispositivo legal citado, as despesas do Banco Central contempladas na Lei do Orçamento somente podem impactar o resultado se e quando aprovadas pelo Congresso Nacional, de acordo com as programações financeira e orçamentária determinadas pelo Poder Executivo. Assim, os seguintes principais efeitos são observados:

I. obrigações incorridas e conhecidas, a serem liquidadas com recursos da Lei de Orçamento, com vencimentos em exercícios subseqüentes, são registradas contra a rubrica de despesas a apropriar;
II. passivos contingentes decorrentes de ações judiciais são reconhecidos no momento do pagamento dos precatórios e não com base na avaliação da probabilidade de ocorrência.

Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras estão ajustados às taxas cambiais vigentes na data do balanço, sendo utilizadas as cotações de compra para o ativo e de venda para o passivo; os demais são atualizados pelos indexadores pactuados contratualmente e de acordo com as disposições legais e regulamentares.

A correção cambial incidente sobre os títulos vinculados à cotação do dólar dos Estados Unidos da América era, até 28.2.2001, apropriada diariamente com base na taxa apurada no dia anterior. A partir do balancete de março, em atenção ao princípio da competência, tais registros passaram a considerar a taxa apurada no próprio dia.

b) critérios de avaliação de ativos:

Os critérios para a constituição e ajuste de provisões observam as seguintes regras gerais:

I. quando o crédito for julgado de difícil recebimento – pelo valor correspondente à diferença entre o valor contábil e aquele considerado passível de ser recebido;
II. quando fato superveniente tornar o valor de mercado menor – pelo valor correspondente à diferença entre o valor contábil e o praticado em mercado.

As operações ativas em curso normal, não passíveis de provisionamento, são registradas a valor de mercado ou a valor presente, conforme os seguintes critérios:

I. as que tenham adequada liquidez são registradas a preço de mercado;
II. as que não tenham adequada liquidez são ajustadas a valor presente, observando, quando aplicável:
    - créditos internos indexados à variação cambial - são descontados às taxas de cupom cambial divulgadas pela Andima;

- créditos internos indexados a índices de preços ou à Taxa Referencial - TR - são descontados às taxas de negociação de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional indexados a índices de preços ou à TR;
- créditos externos - são descontados à taxa dada pelo rendimento dos títulos da dívida externa dos países devedores.

O Ativo Permanente - Investimentos é registrado pelo valor da aquisição e atualizado pela variação das cotações das moedas em que foi integralizado. O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, tendo havido uma reavaliação dos imóveis em 1994 com a respectiva constituição de reserva de reavaliação. Sua depreciação é efetuada pelo método linear de acordo com os seguintes critérios:

I. bens móveis:
   - equipamentos para informática, veículos e ferramentas - taxa anual de 20%;
   - demais equipamentos, instalações e materiais permanentes - taxa anual de 10%;
   - acervos da biblioteca e do museu e obras de arte não são depreciados;
II. bens imóveis (exceto terrenos): depreciação de 80% do valor do imóvel em 50 anos com taxa anual calculada em função da vida útil remanescente.

Nota 4 – OPERAÇÕES DA ÁREA EXTERNA

	31.12.2001		31.12.2000	
Ativo	US$ (*)	R$	US$ (*)	R$
Disponibilidades	150.374	348.807	562.112	1.098.704
Depósitos a Curtíssimo Prazo	2.920.500	6.774.392	3.375.509	6.597.770
Depósitos a Prazo Fixo	14.517.294	33.674.314	14.359.276	28.066.641
Títulos Governamentais	19.985.987	46.359.495	14.774.801	28.878.826
Créditos a Países	40.038	92.873	2.662.605	5.204.327
Operações Contratadas - a Liquidar	183.101	424.721	1.181.150	2.308.676
Operações com Ouro	180.512	418.715	57.378	112.152
Convênio de Créditos Recíprocos	78.420	181.904	150.012	293.213
Outras	22.772	52.822	33.640	65.752
Provisões	(43.779)	(101.549)	(44.441)	(86.864)
TOTAL	38.035.219	88.226.494	37.112.042	72.539.197

(*) Em dólares equivalentes na data do balanço.

A variação ocorrida no item Créditos a Países deveu-se, principalmente, à aquisição pelo Tesouro Nacional, em 29.10.2001, dos créditos com o Governo da República da Polônia, em atenção à Medida Provisória 2.179, mediante o recebimento pelo Banco Central, de Notas do Tesouro Nacional - Série D (NTN-D), no montante de R$6.706.540 e que estão registradas na rubrica “Títulos Públicos Federais”.

Os valores apresentados no item "Operações Contratadas - a Liquidar" referem-se às operações de contratos de depósitos e aquisições de títulos que apresentam, normalmente, defasagem de dois dias entre a data da contratação e a data da liquidação da operação.

Nota 5 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O valor existente na rubrica em 31.12.2000 refere-se aos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer. Esses créditos foram adquiridos pelo Tesouro Nacional em 27.6.2001, nos termos do disposto na MP 2.196/2001, que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, mediante a emissão de NTN-D no valor de R$8.888.692 em favor do Banco Central.

Nota 6 – TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

	31.12.2001		31.12.2000	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1) Livres				
LFT	29.862.525	37.583.516	26.897.611	30.362.322
LFT-A	38.303.521	63.392.310	32.563.225	50.141.854
LFT-B	480.370	607.197	554.266	599.662
LTN	28.844.806	27.372.424	35.406.430	33.380.452
NTN-D	30.658.862	42.363.420	-	-
SOMA 1	**128.150.084**	**171.318.867**	**95.421.532**	**114.484.290**
2) Compromissados				
LTN	655.194	545.338	4.293.570	3.997.601
LFT	10.416.480	13.194.328	730.415	791.720
LFT-A	-	-	5.740.296	8.627.818
SOMA 2	**11.071.674**	**13.739.666**	**10.764.281**	**13.417.139**
SUBTOTAL (1+2)	**139.221.758**	**185.058.533**	**106.185.813**	**127.901.429**
3) Inegociáveis				
NTN-A10	2.024.090	1.835.529	2.024.090	1.798.448
NTN-P	2.785.442	3.238	2.748.370	2.736
SOMA 3	**4.809.532**	**1.838.767**	**4.772.460**	**1.801.184**
4) Securitizados				
CVS	894.420	956.948	-	-
SOMA 4	**894.420**	**956.948**	**-**	**-**
TOTAL	**144.925.710**	**187.854.248**	**110.958.273**	**129.702.613**

Nota 7 – CRÉDITOS A RECEBER

1) Instituições em Liquidação	31.12.2001 Saldo	31.12.2001 Provisão	31.12.2000 Saldo	31.12.2000 Provisão
Banco Nacional - Em liquidação extrajudicial	13.905.984	(3.922.266)	15.537.192	(5.015.606)
Banco Econômico - Em liquidação extrajudicial	8.765.588	(766.525)	9.863.513	(1.761.303)
Banco Bamerindus - Em liquidação extrajudicial	2.414.142	(1.278.474)	2.360.322	(1.115.913)
Banco Pontual - Em liquidação extrajudicial	777.560	(777.560)	760.226	(583.191)
Banco Mercantil - Em liquidação extrajudicial	480.940	-	721.571	-
Banco Banorte - Em liquidação extrajudicial	551.507	(295.551)	539.212	(288.011)
Banco do Estado de Alagoas - Em liq.extrajudicial	327.625	(262.582)	320.321	(160.161)
Banco Crefisul - Em liquidação extrajudicial	171.663	(70.385)	167.836	(65.148)
Banco Banfort - Em liquidação extrajudicial	111.722	(84.283)	223.629	(57.865)
Outras Instituições em Liquidação	106.293	(90.772)	133.810	(80.380)
SOMA 1	**27.613.024**	**(7.548.398)**	**30.627.632**	**(9.127.578)**
2) Demais Créditos				
FCVS	895.273	-	1.647.855	-
Estados	4.329.186	-	3.924.582	-
Outras operações	30.174	(5.270)	5.065	(5.052)
SOMA 2	**5.254.633**	**(5.270)**	**5.577.502**	**(5.052)**
TOTAL (1 + 2)	**32.867.657**	**(7.553.668)**	**36.205.134**	**(9.132.630)**

Os créditos junto a instituições em liquidação extrajudicial refletem o estado da dívida na data do balanço, sem prejuízo dos ajustes, correções e mutações determinadas pelas leis em vigor, inclusive quanto a contingências e fatos supervenientes que, por suas características operacionais, apresentam defasagem nas informações para registro. Os referidos créditos são reajustados pelos índices legais e estão provisionados pela diferença entre o valor dos créditos e os ativos totais da instituição, deduzidos os passivos trabalhistas e tributários, cuja ordem de preferência precede os créditos do Banco Central, equiparado à Fazenda Pública, conforme disposto na legislação falimentar. Na quantificação da necessidade de provisionamento dos créditos do Banco Central junto às liquidandas, os ativos dessas instituições são avaliados sempre que possível pelo valor de mercado ou por critérios apropriados a cada tipo de ativo. Além dos procedimentos de certificação da consistência dos demonstrativos das liquidandas, praticados pelo Banco Central, desde 2001 esses demonstrativos são auditados por auditores independentes.

Especificamente quanto ao quadro demonstrativo, cabe ressaltar:

a) a recuperação, em 2001, dos seguintes valores:

I. Banco Nacional: R$1.950.000;

II. Banco Econômico: R$1.300.000;
III. Banco Mercantil: R$250.000;
IV. Banco Banfort: R$115.000;
V. Outras instituições em liquidação: R$30.000.

b) a variação na provisão do Banco Pontual deve-se à reavaliação do seu ativo;
c) as variações nas provisões das outras instituições em liquidação extrajudicial decorrem da evolução normal da situação patrimonial;
d) a variação no saldo do FCVS decorre, basicamente, de sua adequação às informações fornecidas pelo Órgão gestor do Fundo, acerca da composição do crédito segundo as taxas de juros aplicadas e da securitização pela novação de parte dos créditos junto ao FCVS por títulos (Nota 6).

Nota 8 – CRÉDITO A SER COBERTO PELO TESOURO NACIONAL / RESULTADO A TRANSFERIR AO TESOURO NACIONAL

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Medida Provisória 2.179, o resultado positivo apurado pelo Banco Central, após a constituição ou reversão de reservas, constitui obrigação do Banco para com a União, devendo ser transferido até o 10º dia útil após a aprovação das demonstrações contábeis pelo CMN. Se negativo, esse resultado constitui-se em crédito do Banco frente à União, devendo ser pago até o 10º dia útil do ano subseqüente ao da aprovação das demonstrações. Em ambas as situações, tais valores devem ser corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos Depósitos à Ordem do Governo Federal (Nota 17).

Nota 9 – RECURSOS ADMINISTRADOS PELA CENTRUS

Em cumprimento ao disposto na Lei 9.650/98, a Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus administra os recursos provenientes de contribuições patronais para a previdência privada, efetuadas pelo Banco até dezembro de 1990, referentes aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU. Esses recursos são remunerados pela rentabilidade patrimonial da Fundação e restituídos ao Banco em parcelas mensais de valor correspondente ao do pagamento das aposentadorias e pensões ocorridas no âmbito do RJU, de responsabilidade desta Autarquia, na forma regulamentada pelo Decreto 2.842/98.

Nota 10 – TÍTULOS A RECEBER

Composto, principalmente, por garantias recebidas em operações com instituições financeiras. Esses títulos são remunerados pela TR, com pagamentos mensais e vencimento final em 2004.

Nota 11 – DEPÓSITOS VINCULADOS A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Referem-se a ações judiciais em que é exigido do Banco Central efetuar depósitos para impetrar recursos. A quase totalidade desses créditos está provisionada, em função do grau de incerteza quanto ao sucesso de cada ação.

Nota 12 – CRÉDITOS COM O PROAGRO

Referem-se, basicamente, à taxa de administração devida pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro ao Banco Central que, em função do esgotamento de recursos do Programa e para evitar priorização ao Banco Central em detrimento dos demais credores, teve seu recolhimento suspenso por decisão da Diretoria do Banco, até que sejam regularizadas as pendências junto aos demais beneficiários. Tal taxa corresponde a 0,18% ao mês do total das despesas administrativas do Banco e destina-se a reembolsá-lo das despesas incorridas na administração do Programa.

Nota 13 – DESPESAS ANTECIPADAS OU A APROPRIAR / VALORES A PAGAR

Representam despesas incorridas, cuja realização se dará em períodos subseqüentes. O principal valor refere-se ao saldo das reservas matemáticas da Centrus a serem integralizadas pelo Banco Central, com o objetivo de possibilitar àquela Fundação a assunção integral das aposentadorias e pensões efetivadas, até dezembro de 1990, sob o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na forma da Lei 9.650/98.

Esse valor é corrigido pelo IGP-M mais juros de 6% a.a. e a contrapartida é registrada na rubrica “Valores a Pagar”, no passivo. O pagamento está sendo efetuado em parcelas anuais e consecutivas, de no mínimo um décimo do saldo original corrigido, podendo ser compensados, em exercícios posteriores, eventuais valores transferidos que excedam o valor mínimo.

Nota 14 – QUOTAS DE CAPITAL DE ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

	31.12.2001		31.12.2000	
	US$ (*)	R$	US$ (*)	R$
Fundo Monetário Internacional - FMI	3.804.562	8.825.062	3.947.846	7.716.461
Banco de Compensações Internacionais - BIS	35.878	83.222	35.878	70.127
TOTAL	**3.840.440**	**8.908.284**	**3.983.724**	**7.786.588**

(*) Em dólares equivalentes na data do balanço.

A participação do Brasil no Fundo Monetário Internacional – FMI e no Banco de Compensações Internacionais – BIS, aprovada pelo Congresso Nacional, é efetuada mediante a integralização de quotas de capital pelo Banco Central do Brasil. A variação negativa no saldo do FMI em dólares equivalentes decorre da diferença entre a apreciação do dólar em relação ao Direito Especial de Saque – DES, moeda escritural do FMI.

Nota 15 – OBRIGAÇÕES EXTERNAS

	31.12.2001		31.12.2000	
	US$ (*)	R$	US$ (*)	R$
Obrigações em Moedas Estrangeiras	**11.815.752**	**27.407.819**	**4.562.060**	**8.917.003**
- Plano Brasileiro de Financiamento	793.764	1.841.215	925.499	1.808.980
- Clube de Paris	4.123	9.563	7.095	13.867
- Fundo Monetário Internacional - FMI	8.411.359	19.510.988	1.779.823	3.478.842
- Convênios de Créditos Recíprocos	76.924	178.433	166.926	326.274
- Depósitos Vinculados ao Mercado de Câmbio	1.880.850	4.362.821	12.252	23.948
- Alocações de DES - FMI	453.092	1.050.992	470.183	919.020
- Operações Contratadas - a Liquidar	183.276	425.126	1.182.190	2.310.709
- Outras Obrigações	12.364	28.681	18.092	35.363
Depósitos de Org. Financeiros Internacionais	**4.004.986**	**9.289.966**	**4.146.784**	**8.105.305**
- Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	1.074	2.491	1.073	2.100
- Ag. Multilateral de Garantia para Investimentos - MIGA	1	2	1	1
- Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	125.404	290.888	176.088	344.182
- Banco Int. de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	9.945	23.069	9.038	17.666
- Fundo Monetário Internacional - FMI	3.868.548	8.973.484	3.960.401	7.741.000
- Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD	1	2	2	3
- Fundo Fin. para o Des. da Bacia do Prata - Fonplata	12	29	180	352
- Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	1	1	1	1
Demais Contas	**34.963**	**81.100**	**26.347**	**51.500**
- Recursos Vinc. a Empréstimos e Financiamentos em Moedas Estrangeiras	34.963	81.100	26.347	51.500
TOTAL	**15.855.701**	**36.778.885**	**8.735.191**	**17.073.808**

(*) Em dólares equivalentes na data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras perante o FMI tiveram um crescimento em função, principalmente, do ingresso de R$4.494.912 em 28 de junho e R$10.315.573 em 29 de setembro de 2001, referentes à liberação de parcelas de empréstimos concedidos pelo FMI no âmbito do programa *Brazil Stand-by Arrangement*.

Os valores demonstrados no item “Depósitos Vinculados ao Mercado de Câmbio” referem-se aos depósitos, no Banco Central, do excesso de posição comprada de câmbio pelas instituições financeiras, efetuados de acordo com a Circular BCB 2.566/95.

Os valores apresentados no item “Operações Contratadas - a Liquidar” referem-se à contrapartida das operações registradas no ativo com defasagem de, normalmente, dois dias entre as datas da contratação e da liquidação.

Os valores constantes do item “Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais” referem-se, principalmente, às disponibilidades desses Organismos no Banco Central, decorrentes de reajuste de haveres, recebimentos de origens internas, remessas ao exterior e desembolsos no País, bem como de integralização de quotas em moeda nacional, sujeitas à manutenção de valor.

Nota 16 – DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os depósitos de instituições financeiras no Banco Central são utilizados, principalmente, como instrumento de política monetária, uma vez que limitam a capacidade de empréstimo por parte das instituições financeiras por meio do recolhimento compulsório de parcela dos depósitos.

Tais depósitos podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, caso em que é gerado o registro em conta retificadora, uma vez que os títulos permanecem registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic em nome da instituição depositante porém vinculados às operações. Os principais depósitos exigidos atualmente são:

a) Reservas Bancárias - calculado sobre recursos de depósitos à vista, é exigido em espécie e não possui remuneração;
b) Depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - encaixe obrigatório sobre recursos de poupança, é exigido em espécie e corrigido por TR + 0,5% ao mês;
c) Depósitos a Prazo - é exigido em títulos públicos registrados no Selic e não possui remuneração;
d) Depósitos Judiciais - a exigibilidade é cumprida em títulos públicos registrados no Selic e não possui remuneração.

Nota 17 – DEPÓSITOS À ORDEM DO GOVERNO FEDERAL

Por força do disposto no parágrafo 3° do art. 164 da Constituição Federal, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central e remuneradas de acordo com o art. 1° da MP 2.179, pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central. Tal remuneração é calculada diariamente e capitalizada no último dia do decêndio posterior.

O saldo existente no item “Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Transferir” refere-se à parcela de remuneração contabilizada no final do mês e transferida ao Tesouro Nacional no último dia do decêndio seguinte.

Nota 18 – DEPÓSITOS VINCULADOS EM GARANTIA DE OPERAÇÕES

Referem-se a recursos de instituições financeiras em liquidação extrajudicial, originários do resgate de títulos públicos federais recebidos em garantia de operações anteriormente à decretação do regime de liquidação, que permanecem depositados no Banco Central e são aplicados em títulos públicos para resguardar a manutenção de seu valor, o que leva ao registro em conta retificadora.

Nota 19 – TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE PRÓPRIA

	Emitidos	Em Carteira	Em Mercado	
Em 31.12.2001	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Valor
NBC-E	332.000.000	239.430.200	92.569.800	124.414.298
NBC-F	1.600.000	800.000	800.000	1.494.139
TOTAL	**333.600.000**	**240.230.200**	**93.369.800**	**125.908.437**

	Emitidos	Em Carteira	Em Mercado	
Em 31.12.2000	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Valor
NBC-A	4.000.000	4.000.000	-	-
NBC-E	262.200.000	187.040.750	75.159.250	83.837.157
NBC-F	2.400.000	1.100.000	1.300.000	1.944.724
TOTAL	**268.600.000**	**192.140.750**	**76.459.250**	**85.781.881**

Os títulos de emissão do Banco Central, utilizados na condução da política monetária, são registrados pelo valor de venda e ajustados diariamente com o valor dos encargos incorridos. A partir de março de 2001, os títulos vinculados à variação cambial passaram a ser registrados pela cotação da data dos balancetes, e não mais pela cotação do dia anterior (Nota 3).

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco deixará de emitir títulos da dívida pública mobiliária federal a partir de maio de 2002. Assim, estão sendo mantidos entendimentos com o Tesouro Nacional visando assegurar, ao Banco Central, os instrumentos indispensáveis à condução da política monetária.

Nota 20 – MEIO CIRCULANTE

O Meio Circulante é representado pelo montante de papel-moeda e moedas metálicas lançadas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

A distribuição de cédulas e moedas por denominações, em circulação em 31 de dezembro, era a seguinte:

	2001		2000	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cédulas	**2.240.098.164**	**36.732.768**	**2.039.465.496**	**31.750.629**
R$1,00	754.589.199	754.589	733.762.367	733.762
R$2,00	16.455.532	32.911	-	-
R$5,00	211.522.722	1.057.614	202.614.981	1.013.075
R$10,00	716.895.464	7.168.955	644.156.340	6.441.563
R$50,00	526.896.501	26.344.825	446.619.049	22.330.953
R$100,00	13.738.746	1.373.874	12.312.759	1.231.276
Moedas	**7.286.411.433**	**935.622**	**6.671.648.003**	**882.081**
R$0,01	2.570.139.868	25.701	2.368.386.610	23.684
R$0,05	1.624.920.747	81.246	1.456.634.851	72.832
R$0,10	1.708.505.650	170.851	1.561.996.934	156.200
R$0,25	609.234.304	152.309	526.633.396	131.658
R$0,50	536.191.468	268.096	520.577.551	260.289
R$1,00	237.419.396	237.419	237.418.661	237.418
Moedas Comemorativas		**446**		**346**
TOTAL		**37.668.836**		**32.633.056**

O crescimento de 15,43% no volume do meio circulante, percentual superior ao crescimento verificado no Produto Interno Bruto nominal, esta associado à estabilidade monetária, que favorece a monetização da economia.

Nota 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto de:

a) patrimônio registrado no ato da criação do Banco Central e dos resultados apurados pelo Banco até o exercício de 1987, atualizados monetariamente até dezembro de 1995;
b) Reserva para Contingência constituída em consonância com o § 3° do Art. 2º da MP 2.179, com o objetivo de reduzir o resgate de títulos da carteira do Banco e, em conseqüência, manter as condições adequadas à execução da política monetária. No 2º semestre de 2001 foi constituída reserva no valor de R$1.789.540;

c) Reserva de Reavaliação, cuja variação no período decorreu da realização em 2001 e da regularização de valores de exercícios anteriores.

Nota 22 – RESULTADO NO 2º SEMESTRE DE 2001

O resultado positivo de R$7.158.161 apurado no 2º semestre de 2001 decorre da estrutura patrimonial e do comportamento das taxas que remuneram os ativos e passivos do Banco. Aproximadamente 58% dos ativos são corrigidos por índices internos contra 29% dos passivos corrigidos pelos mesmos índices. Por outro lado, apesar do descasamento entre ativos e passivos cambiais, não houve impacto significativo de correção cambial no resultado, tendo em vista a pequena variação do dólar, moeda que corrige a maior parte das operações em moedas estrangeiras. Os principais itens que compõem esse resultado são:

a) Operações com Títulos:

	Receitas	Despesas	Resultado
Operações Compromissadas	975.598	829.509	146.089
LFT e LTN	12.115.090	-	12.115.090
NTN-D	6.807.638	7.898.782	(1.091.144)
CVS	64.248	-	64.248
NBC	23.042.451	30.768.879	(7.726.428)
Outros	392.193	302.453	89.740
Ajuste a Valor Presente/Mercado	5.103.586	2.891.311	2.212.275
TOTAL	**48.500.804**	**42.690.934**	**5.809.870**

Quando, no mês, há apreciação do real em relação ao dólar dos Estados Unidos da América, os títulos de emissão do Tesouro Nacional indexados nesta moeda, que estão na carteira do Banco Central, proporcionam encargos, enquanto os títulos de emissão própria, também indexados na mesma moeda, proporcionam receitas.

b) Operações da Área Externa:

	Receitas	Despesas	Resultado
Operações Vinculadas às Reservas Internacionais	23.115.555	18.217.818	4.897.737
Operações Vinculadas à Dívida Externa	3.957.651	5.072.118	(1.114.467)
Organismos e Acordos Internacionais	1.963.009	2.115.333	(152.324)
Empréstimos e Financiamentos em ME	1.078.500	12.938	1.065.562
Reajuste dos Ativos em Ouro	110.285	111.917	(1.632)
Demais Operações	45.062	37.567	7.495
Ajuste a Valor Presente/Mercado	5.295.145	4.377.702	917.443
TOTAL	**35.565.207**	**29.945.393**	**5.619.814**

As operações da área externa incluem a remuneração do ativo externo e os encargos do passivo externo. O superávit verificado nessas operações ocorreu, principalmente, em função do valor do ativo ter sido, durante todo o 2° semestre, superior ao passivo da mesma natureza e da valorização das moedas que remuneram essas operações, durante o período.

Vale ressaltar que nos meses em que ocorre apreciação do real em relação à moeda estrangeira os ativos geram encargos e as obrigações receitas de correção cambial.

c) Operações com o Tesouro Nacional:

	Receitas	Despesas	Resultado
Remuneração do Crédito a ser Coberto pelo T.N.	351.624	62.341	289.283
Remuneração dos Depósitos da União	1.203.421	6.079.558	(4.876.137)
TOTAL	**1.555.045**	**6.141.899**	**(4.586.854)**

As receitas com Depósitos da União e as despesas com Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional decorrem da apreciação do real frente ao dólar dos Estados Unidos da América. Essa apreciação acarretou impacto negativo na rentabilidade da carteira de títulos do Banco e, consequentemente, nos índices que remuneram os Depósitos à Ordem do Governo Federal, ocasionando rentabilidade negativa em alguns meses do semestre.

d) Operações da Área Bancária:

	Receitas	Despesas	Resultado
Depósitos de Inst. Financeiras no BACEN	-	757.727	(757.727)
Receitas de Exercícios Anteriores	780	-	780
TOTAL	**780**	**757.727**	**(756.947)**

Os encargos decorrem, principalmente, da remuneração de depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE no Banco Central.

e) Penalidades Aplicadas:

	Receitas	Despesas	Resultado
Da Área de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros	1.418.107	-	1.418.107
Da Área de Operações de Câmbio	12.824	-	12.824
Da Área de Cadastro e Informações	3.151	-	3.151
Demais	1.040	-	1.040
TOTAL	**1.435.122**	**-**	**1.435.122**

As receitas apresentadas neste item encontram-se totalmente provisionadas, não afetando o resultado.

f) Créditos e Títulos a Receber:

	Receitas	Despesas	Resultado
Correção Monetária e Juros	1.048.641	-	1.048.641
Ajuste a Valor Presente	110.390	89.499	20.891
TOTAL	**1.159.031**	**89.499**	**1.069.532**

As rendas auferidas decorrem, basicamente, da atualização monetária e juros sobre operações com instituições em liquidação e operações com estados, bem como de ajuste a valor presente dos mesmos.

g) Provisões:

	Receitas	Despesas	Resultado
Reversão de Provisões	1.220.263	-	1.220.263
Constituição de Provisões	-	2.126.559	(2.126.559)
Correção Monetária e Cambial de Provisões	61.775	70.413	(8.638)
TOTAL	**1.282.038**	**2.196.972**	**(914.934)**

h) Despesas Administrativas:

São aquelas necessárias ao funcionamento da Instituição, incluídas no Orçamento Geral da União e aprovadas pelo Congresso Nacional, sendo executadas à vista das programações financeira e orçamentária determinadas pelo Poder Executivo.

i) Resultado não Operacional:

	Receitas	Despesas	Resultado
C. Cambial de Quotas de Org. Fin. Internacionais	1.798.351	1.669.247	129.104
- FMI	1.783.921	1.655.373	128.548
- BIS	14.430	13.874	556
Remuneração dos Créditos Administrados pela Centrus	20.467	-	20.467
Inscrição/Cancelamento de Dívida Ativa	87	1.992	(1.905)
Depreciação	-	11.664	(11.664)
Ressarcimento de Custos pelo uso do Sisbacen	18.594	-	18.594
Mutações	42.867	412	42.455
Demais Contas	9.463	4.997	4.466
TOTAL	**1.889.829**	**1.688.312**	**201.517**

Nota 23 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS

a) o impacto e o custo fiscal de suas operações - Lei Complementar 101 § 2º do Art. 7º:

O parágrafo único do art. 8º da Lei 4.595/64, com a redação dada pelo Decreto-Lei 2.376/87, prevê que "os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1° de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores". Quanto ao regime de competência, há de se atender às peculiaridades inerentes ao Banco Central, conforme descrito na Nota 3.

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo caput e pelo § 1° do art 7° da Lei de Responsabilidade Fiscal:

"Art 7° - O resultado positivo do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subseqüente à aprovação dos balanços semestrais. § 1° - O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento."

De acordo com o inciso II do Art. 2º da Medida Provisória 2.179/2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subseqüente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional. Além disso, a citada medida provisória no Art. 2º § 1º determina que o resultado positivo transferido pelo Banco Central será destinado, exclusivamente, ao pagamento da dívida pública mobiliária federal, devendo ser amortizada, prioritariamente aquela existente no Banco Central.

Assim, temos que:

I. o resultado do Banco Central do Brasil considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
II. os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
III. tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

Dessa forma, o resultado das operações do Banco Central, após a constituição ou reversão de reservas, representa o custo fiscal. No 3º trimestre o resultado foi negativo no montante de R$4.202.444 e, no 4º trimestre, positivo em R$11.360.605,

excluída a constituição e a reversão de reservas no valor de R$1.796.471 totalizou R$5.361.690, de impacto fiscal positivo no semestre.

b) o custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional - Lei Complementar 101 § 3º do Art. 7º:

As disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central e remuneradas, em atenção ao art. 1º da MP 2.179/01, com base na taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central.

As despesas correspondentes à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiram no terceiro trimestre de 2001 o montante de R$4.848.571 e no quarto trimestre R$27.566 (R$4.876.137 no semestre).

c) o custo da manutenção das reservas cambiais - Lei Complementar 101 § 3º do Art. 7º:

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado pela diferença entre a taxa média de captação apurada no passivo do Banco e a taxa de rentabilidade das reservas.

No trimestre de outubro a dezembro, as reservas cambiais depositadas no Banco Central foram equivalentes à R$98.806.506 pelo critério do saldo médio diário. A remuneração dessas reservas, em moeda nacional, foi negativa em 12,9% no período. Excluído o custo médio do passivo desta Autarquia (6,0%), as reservas internacionais tiveram rentabilidade negativa de 6,9 pontos percentuais ou R$6.836.126, revertendo o ganho de R$7.117.559 auferidos no trimestre de julho a setembro.

Cabe ressaltar que as taxas negativas, tanto na rentabilidade das reservas quanto no custo de captação, decorrem da apreciação do real frente ao dólar dos Estados Unidos da América.

d) a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União - Lei Complementar 101 § 3º do Art. 7º:

	Receitas	Despesas	Resultado
3° Trimestre	**12.902.575**	**(27.647.720)**	**(14.745.145)**
Títulos da União	12.309.976	(2.785.343)	**9.524.633**
Títulos de Emissão Própria	592.599	(24.862.377)	**(24.269.778)**
4° Trimestre	**35.598.229**	**(15.043.214)**	**20.555.015**
Títulos da União	12.838.542	(9.136.712)	**3.701.830**
Títulos de Emissão Própria	22.759.687	(5.906.502)	**16.853.185**
TOTAL DO SEMESTRE	**48.500.804**	**(42.690.934)**	**5.809.870**

No quarto trimestre, o resultado positivo é, em grande parte, explicado pelos seguintes fatores:

I. títulos da União - o resultado positivo dos títulos da União no valor de R$3.701.830, deve-se basicamente a:
   - receitas líquidas com os juros, os descontos dos títulos pré-fixados e com os ajustes a valor de mercado/presente;
   - despesas líquidas com a correção cambial;

II. títulos de emissão própria - o resultado líquido positivo de R$16.853.185 decorre, basicamente, das receitas líquidas com a atualização cambial e das despesas de juros com NBC.

Cabe lembrar que nos meses em que ocorre apreciação do real em relação à moeda estrangeira, os ativos geram encargos e as obrigações, receitas de correção cambial.

Nota 24 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional:

	31.12.2001	31.12.2000
Saldos Devedores	**192.246.689**	**145.083.667**
Notas do Tesouro Nacional - NTN (Nota 6)	44.202.187	1.801.184
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 6)	114.777.351	90.523.376
Letras do Tesouro Nacional - LTN (Nota 6)	27.917.762	37.378.053
Créditos Securitizados - CVS (Nota 6)	956.948	-
Crédito a ser Coberto pelo Tesouro Nacional (Nota 8)	4.368.845	15.377.342
Depósitos Judiciais em nome do Tesouro Nacional	3.701	3.701
Acerto Referente à MP 2.179	-	1
Créditos Sujeitos a Ressarcimento	19.852	9
Impostos e Contribuições, a Recuperar	43	1
Saldos Credores	**88.017.699**	**89.920.277**
Depósitos à Ordem do Governo Federal (Nota 17)	82.205.875	88.380.288
Resultado a Transferir ao Tesouro Nacional (Nota 8)	5.361.690	1.083.872
Remuneração dos Depósitos do Governo Federal, a Transferir (Nota 17)	125.222	209.269
Depósitos em Moedas Estrangeiras - Clube de Paris	5.767	5.884
Recursos Vinculados à Administração das Garantias da Dívida Externa	11.602	9.777
Depósitos Decorrente de Decisão Judicial	9.156	8.960
Disponível da Reserva Monetária	129	1
Impostos e Contribuições, a Recolher	298.258	222.226

b) fluxo financeiro com o Tesouro Nacional:

	2° sem/2001	Exercício/2001	Exercício/2000
Títulos Públicos Federais	**(2.024.630)**	**3.545.218**	**5.085.880**
Aquisição	(33.304.111)	(55.609.179)	(93.929.459)
Resgate	27.978.573	54.298.566	92.310.875
Juros	3.300.908	4.855.831	6.704.464
Recolhimentos Diversos	**(4.435.764)**	**(13.361.348)**	**(12.874.972)**
Remuneração das Disponibilidades	(4.435.764)	(12.221.063)	(9.117.236)
Remuneração das Aplic.c/ Compromisso de Reversão	-	-	(3.409.268)
Transferência do Resultado de 1998	-	-	(4.060)
Transferência do Resultado de junho de 2000	-	-	(239.393)
Transferência do Resultado de dezembro de 2000	-	(1.137.615)	-
Liberação de Garantias do Plano Brasileiro de Financiamento	-	-	(86.395)
Transferência de Dívida Externa - Resolução 1.564/89	-	(2.670)	(18.620)
Fluxo Financeiro Líquido	**(6.460.394)**	**(9.816.130)**	**(7.789.092)**

Inclui apenas as movimentações da conta Depósitos à Ordem do Governo Federal decorrentes das operações ativas e passivas do Banco Central.

c) Lei 9.650/98:

Em decorrência do enquadramento dos servidores do Banco Central no Regime Jurídico Único – RJU, esta Autarquia efetuou o levantamento dos valores das contribuições patronais e pessoais relativas ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSS e à Previdência Social. Com isso a Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS estão analisando os valores apurados, de maneira a permitir o encontro de contas determinado pela Lei 9.650/98. Relativamente aos depósitos em contas vinculadas do FGTS, competência de 1991 a 1996, que a Lei 9.650 determina que sejam devolvidos ao Banco Central, pela CEF e pelos servidores que sacaram tais valores, vale o registro de que tal providência só poderá se efetivar na hipótese de o bloqueio determinado em função de demanda judicial ser suspenso. Cabe ressaltar, no entanto, que por meio da Mensagem Presidencial 1, de 3 de janeiro de 2002, foi encaminhado projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a matéria.

d) precatórios e demandas judiciais:

Segundo dispõe o § 1° do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciários apresentados até 1° de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional 30, de 13 de setembro de 2000, os pagamentos de precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31.12.1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Com a aplicação dessa Emenda, foram pagos R$5.961 de precatórios, restando um saldo de R$27.118 em 2001, a ser pago em nove anos. Para o exercício de 2002 está previsto o pagamento de R$49.213.

Na posição de 31.12.2001, o Banco Central era demandado judicialmente em 56.291 ações, discriminadas a seguir conforme a natureza da ação e da causa:

Natureza da Ação	Quantidade
Cautelar	3.380
Execução	1.344
Declaratória	2.305
Mandado de Segurança	1.791
Ordinária	39.387
Trabalhista	951
Agravo de Instrumento	3.792
Falência	494
Embargos à Execução	1.483
Outras	1.364
Total	**56.291**

Natureza da Causa	Quantidade
Plano Collor	42.331
SFH	561
FGTS	1.358
Liquidação Extrajudicial	689
Falência	491
Crédito Rural - Proagro	618
Cadin, Cadip, Serasa	343
Câmbio	483
Encargo Financeiro	405
Servidor Público	85
Dívida Ativa	1.446
Licitação	82
Prestação de Serviço	37
Consórcio	417
Título da Dívida Pública	192
Outros	6.753
Total	**56.291**

Com o desfecho dos processos, no futuro, o resultado do Banco será afetado no montante em que vier a ser condenado. A estimativa do efeito financeiro antes de a ação judicial ser sentenciada é impraticável, pois em algumas ações são requeridas simples revisões de atos e, em outras, o valor da causa não guarda correspondência com o valor da condenação.

e) situação financeira e atuarial:

A Lei 8.112/90 prevê, no § 1º do seu art. 185, que as aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores. Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a lei de diretrizes orçamentárias conterá anexo com a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos (art. 4º, § 2º, inciso IV.a)

Dessa forma, os valores específicos relativos aos servidores do Banco Central não estão sendo contabilizados, considerando-se que:

- o tratamento a tais informações será compatível aos demais órgãos públicos;
- o Banco Central será, a partir de 2002, incluído na informação global que acompanhará os futuros projetos de lei de diretrizes orçamentárias, implicando a desnecessidade de se proceder ao cálculo do subconjunto de servidores do Banco Central e, em conseqüência, a impossibilidade de se apresentar a atualização futura de dados isolados.

f) Fundos administrados pelo Banco Central:

Por força de disposições legais ou regulamentares, o Banco Central administra:

I. a Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque): teve por objetivo a divulgação e a promoção da defesa da estabilidade da moeda nacional, a valorização do cheque como instrumento de pagamento, o aprimoramento das operações bancárias e o custeio de despesas com a elaboração e divulgação do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF;
II. o Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI): teve por finalidade garantir os depósitos de poupança (exceto poupança rural) e letras imobiliárias contra riscos de insolvência das instituições contribuintes captadoras desses depósitos;
III. o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Decreto 175/91 (Proagro): tem por objetivo exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam plantações e rebanhos e indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados;
IV. a Reserva Monetária: tem por objetivo assegurar a normalidade dos mercados financeiro e de capitais.

Por meio da Resolução CMN 2.211/95, foi regulamentado o Fundo Garantidor de Créditos - FGC, entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismos de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras. De acordo com a Resolução CMN 2.197/95, que autorizou a criação do Fundo acima, o patrimônio da Recheque e o do FGDLI seriam transferidos ao FGC. Entretanto, por força de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal - STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.398/96, referida transferência foi suspensa enquanto se aguarda o julgamento do mérito da questão.

A contabilização dos Fundos administrados pelo Banco Central observa as mesmas diretrizes contábeis aplicáveis a esta Instituição. Dessa forma, são elaborados

balanços semestrais, que são submetidos à auditoria independente e publicados na página do Banco na Internet (www.bcb.gov.br).

Cabe ressaltar que esses Fundos, apesar de geridos pelo Banco, não recebem recursos desta Autarquia, estando seus disponíveis classificados como passivo do Banco e totalizando R$134 em 31.12.2001. Por outro lado o Banco Central é ressarcido de seus custos por meio do pagamento de taxa de administração, conforme autorizado pelo CMN.

A seguir é apresentado um resumo da situação patrimonial e dos resultados dos Fundos:

	31.12.2001		31.12.2000	
	Ativo/Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo/Passivo	Patrimônio Líquido
Recheque	911.212	911.212	791.239	791.239
FGDLI	1.497.631	1.478.665	1.336.861	1.319.129
Proagro	100.511	(100.500)	128.127	(127.332)
Reserva Monetária	1.148.621	1.148.621	967.043	967.043

Resultado	2° sem. 2001	Exercício/2001	Exercício/2000
Recheque	61.640	119.973	(38.775)
FGDLI	166.277	159.536	22.414
Proagro	17.668	26.832	(16.404)
Reserva Monetária	107.842	181.578	(1.106.494)

Presidente: ARMINIO FRAGA NETO
Diretores: CARLOS EDUARDO DE FREITAS, DANIEL LUIZ GLEIZER, EDISON BERNARDES DOS SANTOS, ILAN GOLDFAJN, LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO, SERGIO DARCY DA SILVA ALVES, TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI.
Chefe do Departamento de Administração Financeira: JEFFERSON MOREIRA

Contador - CRC-DF 7333

Parecer dos auditores independentes

Ao
Presidente e aos Diretores do
Banco Central do Brasil
Brasília-DF

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2001 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre de 1º de julho a 31 de dezembro de 2001, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. ...Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das instituições financeiras em liquidação com as quais o Banco Central detêm créditos a receber no montante de R$ 27.613.024 mil, foram examinadas, a partir de 2001, por outros auditores independentes. Para esses créditos foi constituída uma provisão para perdas na sua realização em montante de R$ 7.458.398 mil, com base nas normas contábeis vigentes aplicáveis ao Banco Central do Brasil. Essas normas requerem a apuração do ativo líquido dessas instituições após dedução dos passivos preferenciais, obtidos daquelas demonstrações contábeis. Nossa opinião quanto à suficiência da provisão para perdas sobre os créditos com as instituições em liquidação está baseada nas opiniões daqueles auditores sobre as demonstrações contábeis utilizadas como base para seu cálculo (Nota Explicativa nº 7).

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco Central; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco Central, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24-e, o Banco Central é responsável pelo pagamento das aposentadorias aos servidores aposentados a partir de 1991, que não participam do plano de previdência da CENTRUS. Esta obrigação, fundamentada na legislação que estabelece o Regime Jurídico Único – RJU, é liquidada em bases mensais a partir da dotação orçamentária prevista no Orçamento Administrativo. O Banco Central não registrou esta obrigação como passivo em atendimento aos preceitos contidos na Lei Complementar

101/2000 que prevêem que essa obrigação atuarial deve ser objeto de avaliação no contexto da situação previdenciária dos servidores públicos federais em seu conjunto.

4. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis ao Banco Central do Brasil, embasadas na legislação pertinente, particularmente a Lei 4.595, o Decreto-lei 2.376 e a Lei Complementar 101/2000, que constituem uma base contábil diferente das práticas emanadas da legislação societária do Brasil. Outrossim, tais práticas definem o regime de competência como alicerce básico na elaboração das demonstrações contábeis e registro de suas operações. No entanto, a interpretação de certos termos da Lei do Orçamento, modifica esse regime no que se refere ao registro de despesas decorrentes do Orçamento Administrativo da União que está subordinado a essa lei, particularmente quanto a: (i) registro como despesas a apropriar de passivos conhecidos, incorridos e não liquidados; (ii) registro de passivos contingentes pela emissão de precatórios e não com base na avaliação de probabilidade de sua ocorrência.

5. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, exceto pelos ajustes que possam resultar do assunto discutido no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2001 e o resultado de suas operações correspondente ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis ao Banco Central do Brasil, descritas na Nota Explicativa nº 3.

6. As demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre as mesmas emitimos parecer com limitação de escopo em função da não apresentação de demonstrações contábeis auditadas das instituições financeiras em liquidação usadas como base para cálculo da provisão para perdas descrita no parágrafo introdutório acima, **a qual foi solucionada no decorrer do ano de 2001**, e com ressalva a respeito do assunto discutido no parágrafo 3.

15 de fevereiro de 2002

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP – 014428/O-6-F

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC-SP 152233/O-6 S-DF

Membros do Conselho Monetário Nacional (31-dezembro-2001)

Pedro Sampaio Malan
Ministro da Fazenda - Presidente

Martus Antonio Rodrigues Tavares
Ministro do Orçamento e Gestão

Armínio Fraga Neto
Presidente do Banco Central do Brasil

Administração do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2001)

Diretoria Colegiada

Armínio Fraga Neto
Presidente

Carlos Eduardo de Freitas
Diretor

Daniel Luiz Gleizer
Diretor

Edison Bernardes dos Santos
Diretor

Ilan Goldfajn
Diretor

Luiz Fernando Figueiredo
Diretor

Sérgio Darcy da Silva Alves
Diretor

Tereza Cristina Grossi Togni
Diretor

Secretaria Executiva da Diretoria

Secretário Executivo:	Antônio Carlos Monteiro
Secretário da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional:	José Antonio de Castro
Secretário de Relações Institucionais:	Gerson Bonani
Secretário de Projetos:	Hélio José Ferreira

Consultores da Diretoria

Alexandre Pundek Rocha	Alvir Alberto Hoffmann
Clarence Joseph Hillerman Junior	Dalmir Sérgio Louzada
Fernando Antônio Gomes	Hélio Mori
João Antônio Fleury Teixeira	José Pedro Ramos Fachada Martins da Silva
Katherine Hennings	Luiz do Couto Neto
Marco Antonio Belém da Silva	

Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2001)

Departamento de Administração Financeira (Deafi)
Ed.-Sede - 2º subsolo
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Jefferson Moreira*

Departamento de Auditoria Interna (Deaud)
Ed.-Sede - 15º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Luiz Pereira Leite*

Departamento de Operações Bancárias (Deban)
Ed.-Sede - 18º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Luis Gustavo da Matta Machado*

Departamento de Cadastro e Informações (Decad)
Ed.-Sede - 14º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Sérgio Almeida de Souza Lima*

Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec)
Ed.-Sede - 7º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Maria Ferreira de Carvalho*

Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais (Decif)
Ed.-Sede - 18º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Ricardo Liao*

Departamento da Dívida Pública (Dedip)
Ed.-Sede - 14º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Cláudio Jaloretto*

Departamento de Informática (Deinf)
Ed.-Sede - 2º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Antonio Eirado Neto*

Procuradoria-Geral (Dejur)
Ed.-Sede - 11º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Procurador Geral: *Carlos Eduardo da Silva Monteiro*

Departamento de Operações de Mercado Aberto (Demab)
Av. Pres. Vargas, 730 - 6º andar
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Chefe: *Sérgio Goldenstein*

Departamento de Administração de Recursos Materiais (Demap)
Ed.-Sede - 1º subsolo
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Belmivam Borges Borba*

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)
Ed.-Sede - 15º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Carlos Eduardo Sampaio Lofrano*

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Ed.-Sede - 16º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Luiz Edson Feltrim*

Departamento Econômico (Depec)
Ed.-Sede - 10º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Altamir Lopes*

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)
Ed.-Sede - 9º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Gustavo Alberto Bussinger*

Departamento de Gestão de Recursos Humanos (Depes)
Ed.-Sede - 18º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Mardônio Walter Sarmento Pereira Silva*

Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)
Ed.-Sede - 5º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Daso Maranhão Coimbra*

Departamento de Planejamento e Organização (Depla)
Ed.-Sede - 13º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Clóvis Batista Dattoli*

Departamento de Regimes Especiais (Deres)
Ed.-Sede - 13º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*

Departamento da Dívida Externa e Relações Internacionais (Derin)
Ed.-Sede - 4º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *José Linaldo Gomes de Aguiar*

Departamento de Supervisão Indireta (Desin)
Ed.-Sede - 12º andar
SBS Quadra 3 Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: *Vânio César Pickler Aguiar*

Departamento de Supervisão Direta (Desup)
Av. Paulista, 1804 - 14º andar
Cerqueira César
01310-922 São Paulo (SP)
Chefe: *Paulo Sérgio Cavalheiro*

Departamento do Meio Circulante (Mecir)
Av. Rio Branco, 30
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Chefe: *José dos Santos Barbosa*

Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31-dezembro-2001)

1ª Região - Gerência Administrativa em Belém (ADBEL)
Boulevard Castilhos França, 708 - Comércio
Caixa Postal 651
66010-020 Belém (PA)
Gerente Administrativo: *Maria de Fátima Moraes de Lima*

Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima

2ª Região - Gerência Administrativa em Fortaleza (ADFOR)
Av. Heráclito Graça, 273 - Centro
Caixa Postal 891
60140-061 Fortaleza (CE)
Gerente Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*

Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí

3ª Região - Gerência Administrativa em Recife (ADREC)
Rua Siqueira Campos, 368 - Santo Antônio
Caixa Postal 1445
50010-010 Recife (PE)
Gerente Administrativo: *Pedro Rafael Lapa*

Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte

4ª Região - Gerência Administrativa em Salvador (ADSAL)
Av. Anita Garibaldi, 1211 - Ondina
Caixa Postal 44
40176-900 Salvador (BA)
Gerente Administrativo: *Godofredo Massarra dos Santos*

Jurisdição: Bahia e Sergipe

5ª Região - Gerência Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)
Av. Álvares Cabral, 1605 - Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte (MG)
Gerente Administrativo: *José Roberto de Oliveira*

Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins

6ª Região - Gerência Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)
Av. Presidente Vargas, 730 - Centro
Caixa Postal 495
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Gerente Administrativo: *Márcio Teixeira Silva*

Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro

7ª Região - Gerência Administrativa em São Paulo (ADSPA)
Av. Paulista, 1804 - Cerqueira César
Caixa Postal 8984
01310-922 São Paulo (SP)
Gerente Administrativo: *Fernando Roberto Medeiros*

Jurisdição: São Paulo

8ª Região - Gerência Administrativa em Curitiba (ADCUR)
Rua Marechal Deodoro, 568 - Centro
Caixa Postal 1408
80010-010 Curitiba (PR)
Gerente Administrativo: *Salim Cafruni Sobrinho*

Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

9ª Região - Gerência Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)
Travessa Araújo Ribeiro, 305 - Centro
Caixa Postal 919
90010-010 Porto Alegre (RS)
Gerente Administrativo: *José Afonso Nedel*

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Siglas

Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abras	Associação Brasileira de Supermercados
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADR	*American Depositary Receipts*
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
Aladi	Associação Latino-americana de Integração
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anefac	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional de Petróleo
Apec	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*Asian-Pacific Economic Cooperation*)
Banespa	Banco do Estado de São Paulo S.A.
Banestado	Banco do Estado do Paraná S.A.
Basa	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BCBS	Comitê da Basiléia sobre Supervisão Bancária
BCE	Banco Central Europeu
BCRA	*Banco Central de la Republica Argentina*
BDR	*Brazilian Depositary Receipts*
BEA	*Bureau of Economic Analysis*
BEG	Banco do Estado de Goiás
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BIT	bens de informática e telecomunicações
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESpar	BNDES Participações S. A.
BoJ	Banco do Japão
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
Cadin	Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CCI	Cédula de Crédito Imobiliário
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDP	Certificados da Dívida Pública
CEF	Caixa Econômica Federal
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco
Cemar	Companhia Energética do Maranhão
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-americano
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Cetes	Certificados do Tesouro

CFT-E	Certificado Financeiro do Tesouro - Série E
CGFS	Comitê sobre o Sistema Financeiro Global
CGFX	Comitê sobre Ouro e Moedas Estrangeiras
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cofiex	Comissão de Financiamento Externo
Cofins	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Copom	Comitê de Política Monetária
Cosif	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira
CPR	Cédulas de Produto Rural
CPSS	Comitê sobre Sistemas de Pagamentos e de Recebimentos
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DDP	*Delivery Duty Paid*
DDU	*Delivery Duty Unpaid*
Demab	Departamento de Operações do Mercado Aberto
DES	Direitos Especiais de Saque
DI	Depósito Interbancário
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNCN	*Dirección Nacional de Cuentas Nacionales*
DOU	Diário Oficial da União
DR	Duplicata Rural
EBI	Estatísticas Bancárias Internacionais
EC	Emenda Constitucional
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EGF	Empréstimos do Governo Federal
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Emgea	Empresa Gestora de Ativos
EMI	Estimador Mensal Industrial
EUA	Estados Unidos da América
Fahbre	Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBC	formação bruta de capital
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
Fecomercio SP	Federação de Comércio do Estado de São Paulo
Fed	Federal Reserve
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fiex	Fundos de Investimento no Exterior
FIF	Fundos de Investimento Financeiro

Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
Finame Agrícola	Agência Especial de Financiamento Industrial - Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP-FGTS	Fundos Mútuos de Privatização com recursos do FGTS
FMP-FGTS-CL	Fundos Mútuos de Privatização Carteira Livre
FSAP	Programa de Avaliação do Sistema Financeiro
FSI	Instituto de Estabilidade Financeira
FSSA	Avaliações de Estabilidade do Sistema Financeiro
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Gafi	Grupo de Ação Financeira
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GTDC	Grupo Técnico de Defesa Comercial
HIV	*Human Imunnedeficiency Virus*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores
ICMS	Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
ICV	Índice de Custo de Vida
IDU	*Interest Due and Unpaid*
IFC	*International Finance Corporation*
IFO	*Institute for Economic Research*
IFT	Informações Finnanceiras Trimestrais
IGP-10	Índice Geral de Preços - 10
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
Imacec	Indicador mensal de atividade econômica
INA	Indicador do Nível de Atividade
INCC	Índice Nacional do Custo da Construção
Indec	Instituto Nacional de Estadística Y Censos
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Insee	*Institut Nacional de la Statistique et des Études Économiques*
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários
Iosco	*International Organization of Securities Commissions*
IPA	Índice de Preços por Atacado
IPA-DI	Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna
IPC	*Índice de Precios ao Consumidor*
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-Br	Índice de Preços de Consumidor - Brasil
IPC-Fipe	Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IPCH	Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
Ipim	*Precios Internos al por Mayor*

IPP	Índice de Preços ao Produtor
IR	Imposto de Renda
Isac	Índice Sintético de Atividade de Construção
Isae	*Istituto di Studi e Analisi Economica*
JBIC	*Japan Bank for International Cooperation*
KFW	*Kreditanstalt für Wiederaufbau*
LCI	Letra de Câmbio Imobiliária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
LFT-A	Letras Financeiras do Tesouro - Série A
LFT-B	Letras Financeiras do Tesouro - Série B
LGN	Líquidos de gás natural
Libor	*London Inter-Bank Offered Rate*
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letras do Tesouro Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
mbd	Mil barris/dia
MCR	Manual de Crédito Rural
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Minifaz	Ministério da Fazenda
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MP	Medida Provisória
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MYDFA	*Multiyear Deposit Facility Agreement*
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NBCE	Nota do Banco Central - Série E
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NFSP	Necessidades de financiamento do setor público
NPR	Nota Promissória Rural
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
NTN-D	Nota do Tesouro Nacional - Série D
OMC	Organização Mundial de Comércio
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
p.b.	Pontos básicos
p.p.	Pontos percentuais
PAF	Programa de Assistência Financeira
Paraiban	Banco do Estado da Paraíba
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEP	Prêmios de Escoamento de Produção
Pesa	Programa Especial de Saneamento de Ativos
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário
PIS	Plano de Integração Social
PLA	Patrimônio líquido ajustado

PLE	Preços de Liberação de Estoques Públicos
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PND	Programa Nacional de Desestatização
PPT	Programa Prioritário de Termoeletricidade
PR	Patrimônio de Referência
Prodecer III	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – 3ª fase
Prodetur	Programas de turismo
Proer	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
Proes	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proger Rural	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
Proleite	Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Prosolo	Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RDB	Recibo de Depósito Bancário
RDE	Registro Declaratório Eletrônico
Recoop	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
Refis	Programa de Recuperação Fiscal
Repetro	Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural
ROF	Registro de Operações Financeiras
ROSC	Relatórios de Observância de Códigos e Padrões
S.A.	Sociedade Anônima
Saelpa	S.A. de Eletrificação da Paraíba
SBA	Acordo *Stand-By*
SBCE	Seguradora Brasileira de Créditos à Exportação
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCOOP	Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis
SDDS	Padrão Especial de Disseminação de Dados
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SFN	Sistema Financeiro Nacional
Simples	Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
Sisbacen	Sistema de Informações Banco Central
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPE	Secretaria de Política Econômica
SRF	Secretaria da Receita Federal
SRF	Suplementação de Reservas (*Supplemental Reserve Facility*)
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STR	Sistema de Transferência de Reservas
TBF	Taxa Básica Financeira

TEC	Tarifa Externa Comum
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TPA	*Trade Promotion Authority*
TR	Taxa Referencial
Trips	*Trade Related Intellectual Property*
UE	União Européia

FICHA DE ASSINATURA

USO DO DEMAP / *FOR INTERNAL USE ONLY*

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CGC: 00.038.166/0001-05

NOME DO MANUAL / *NAME OF MANUAL*

☐ NOVA / *NEW*

☐ RENOVAÇÃO / RENEWAL

USO DO BACEN / *FOR INTERNAL USE ONLY*

PARTIDA Nº | DATA

VALOR (R$)

CARIMBO E ASSINATURA

NOME / *NAME*

ENDEREÇO / *ADDRESS*

CIDADE / *CITY* | UF / *STATE* | CEP / *ZIP CODE* | PAÍS / *COUNTRY*

DDD | TEL. / *PHONE* | RAMAL / *EXTENSION* | CONTATO / *CONTACT* | FAX

OBS.:

DATILOGRAFAR INFORMAÇÕES / *INFORMATION: PRINT OR TYPE*

INSTRUÇÕES AO ASSINANTE / *INSTRUCTIONS* →

NOS ESTADOS – PAGAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / ***STATES – PAYMENTS / EXPLANATION***

UNIDADE	ENDEREÇO
ADBEL/ADBEL – ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E RORAIMA	AV. CASTILHOS FRANÇA, 708 – 9º ANDAR – TEL.: (91) 242-8304 E 242-7526 66010-020 – BELÉM-PA
ADFOR/GERAD – CEARÁ, MARANHÃO E PIAUÍ	AV. HERÁCLITO GRAÇA, 273 – 4º ANDAR – CENTRO - C.P. 891 – TEL.: (85) 211-5436 60140-061 - FORTALEZA-CE
ADREC/GERAD – ALAGOAS, PARAÍBA, PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE	RUA AURORA, 1259 – BAIRRO SANTO AMARO – TEL.: (81) 425-4269 50040-090 – RECIFE-PE
ADSAL/ADSAL – BAHIA E SERGIPE	AV. GARIBALDI, 1.211 – 3º ANDAR – ED. CENTRAL PINHEIRO ONDINA C.P. 44 – TEL.: (71) 203-4658 40176-900 - SALVADOR-BA
ADBHO/GTBHO – MINAS GERAIS, GOIÁS E TOCANTINS	AV. ÁLVARES CABRAL, 1.605 – TÉRREO/PROTOCOLO – TEL.: (31) 253-7180 E 253-7002 30170-001 - BELO HORIZONTE-MG
SECRE/GTRJA – RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO	AV. PRESIDENTE VARGAS, 730 – SUBSOLO – C.P. 495 – TEL.: (21) 216-2108 E 216-2370 20071-001 - RIO DE JANEIRO-RJ
ADSPA/COAFI – SÃO PAULO	AV. PAULISTA, 1.804 – 10º ANDAR – ALA PAULISTA – BELA VISTA – C.P. 8.984 – TEL.: (11) 252-1220 E 252-1320 01310-922 - SÃO PAULO-SP
ADCUR/ADCUR – PARANÁ, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	RUA MAL. DEODORO, 558 – 1º ANDAR – C.P. 1.408 – TEL.: (41) 321-2861 E 321-2862 80010-010 – CURITIBA-PR
GERAD/ADPAL/COPEF – RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA	RUA SETE DE SETEMBRO, 586 – SALA 702 – C.P. 919 – TEL.: (51) 215-7167 E 215-7194 90010-190 – PORTO ALEGRE-RS
SEDE – DISTRITO FEDERAL	DEMAP/DISUD/PROTOCOLO – ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO SBS – ED.-SEDE – Q. 3 – BLOCO B – 2º SUBSOLO – TEL.: (61) 414-2482 E 414-2522 70074-900 - BRASÍLIA-DF
CONTROLE GERAL DE ASSINATURAS/*GENERAL SUBSCRIBERS RECORD* e-mail: disud.demap@bcb.gov.br	BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEMAP/DISUD/SUBIP SBS – ED.-SEDE – Q. 3 – BLOCO B – 2º SUBSOLO – C. P. 8670 – TEL.: (61) 414-2743 E 414-3165 70074-900 – BRASÍLIA-DF

INSTRUÇÕES AO ASSINANTE / ***INSTRUCTIONS***

1 – A ASSINATURA INICIAL COMPREENDE O RECEBIMENTO DO MANUAL E SUAS ATUALIZAÇÕES SUBSEQÜENTES, PELO PERÍODO DE UM ANO;
1 – THE INITIAL SUBSCRIPTION COVERS THE MANUAL ITSELF AND SUBSEQUENT UPDATINGS FOR A PERIOD OF ONE YEAR;

2 – A RENOVAÇÃO DE ASSINATURA POSSIBILITA O RECEBIMENTO DAS ATUALIZAÇÕES ULTERIORES, PELO PERÍODO DE UM ANO;
2 – SUBSCRIPTION RENEWAL ENTITLES THE SUBSCRIBER TO UPDATINGS FOR AN ADDITIONAL PERIOD OF ONE YEAR;

3 – O NÃO PAGAMENTO DA TAXA DE RENOVAÇÃO IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA DAS ATUALIZAÇÕES DO MANUAL, ARCANDO O ASSINANTE COM OS PREJUÍZOS QUE LHE ADVIEREM EM DECORRÊNCIA;
3 – FAILURE TO PAY THE RENEWAL FEE WILL RESULT IN SUSPENSION OF REMITTANCES, IN WHICH CASE THE SUBSCRIBER WILL BE RESPONSIBLE FOR ANY ADVERSE CONSEQUENCES;

4 – PAGAMENTO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL, NOS ENDEREÇOS ACIMA.
4 – PAYMENT SHOULD BE MADE BY CHECK TO "BANCO CENTRAL DO BRASIL".